

29/05 a 01/06 de 2023 (on-line)

XII ENAPEGS

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL

Interdisciplinaridade, inclusão e extensão:
por uma conexão de saberes entre teoria e prática

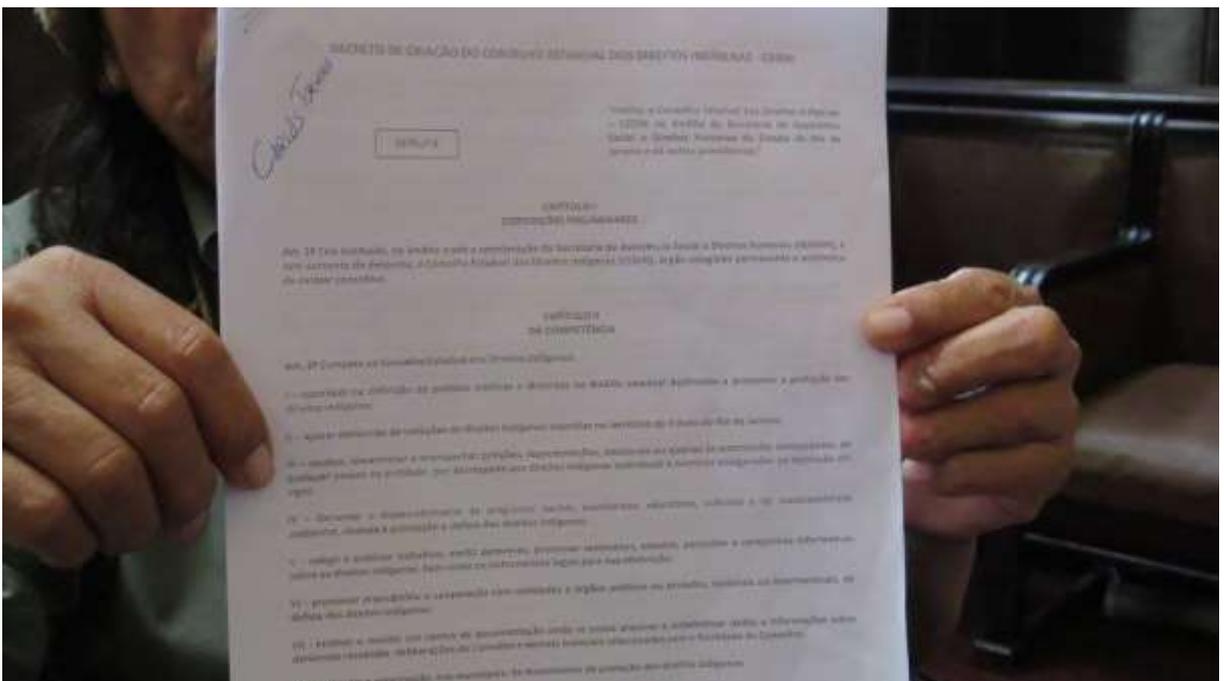


AGRADECIMENTOS ESPECIAIS – HOMENAGEM A CARLOS TUKANO 29/08/2025



Agradecimentos Especiais a [Carlos Tukano](#) – CEDIND- & Alunos/Pesquisadores: IFCS/UFRRJ – LABHIM -HISTÓRIA - [Vídeo](#)





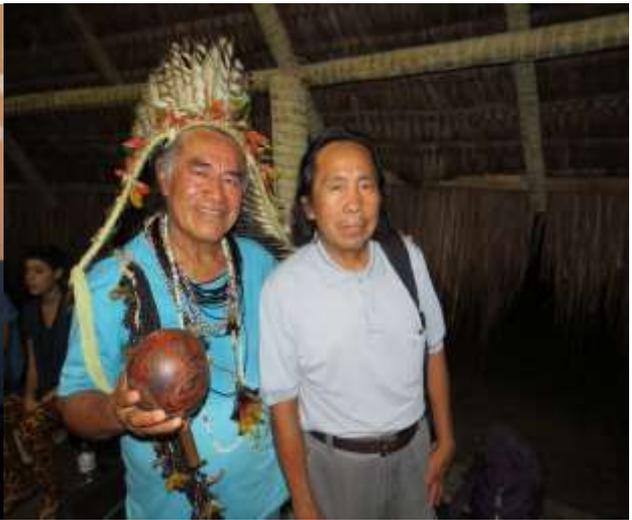


Momentos importantes na atuação de Carlos Tukano – presidente em Contexto Urbano - Cedind





Sergio Potiguara, Carlos Tukano e Nino Wera – Paraty no Protocolo de Consulta Prévia 2019 – Kelly Russo – Tukano - UERJ



ESTE TRABALHO TEM O APOIO



Associação Universitária Latino Americana
Universidade Indígena e Quilombola





Nova FEUDUC – Duque de Caxias – Debate Sobre Povos Indígenas -2019



DEDICATÓRIA A DIREÇÃO/PROFESSORES E ALUNOS DO CIEP -168 NOVA IGUAÇU



A Diretora: Professora Valéria Torres Rodrigues da Motta; Diretor Adjunto Prof. Cleber Siqueira Trancozo; Professor Mario Thurler, Alunos do EJA. (2025). Palestra de Reinaldo Potiguará sobre Questão indígena.



AGRADECIMENTOS ESPECIAS – ESS/ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS



Foto: Paulo Sundi -Agradecimentos: Ao Diretor/Professor: Ana Izabel Moura de Carvalho; Vice Diretor: Prof. Guilherme Silva de Almeida; Prof. Sergio Pereira Filho; Professor Paulo Sandi e Estudantes de Graduação de Serviço Social UFRJ -Praia Vermelha



CEI – COLETIVO DE ESTUDANTES INDIGENA IFCS/UFRJ



[Rádio Aldeia UFRJ](#) – “Este fluxo que acontece apenas na graduação não contempla pessoas indígenas que vivem em situação urbana ou em retomada, o que acaba por diminuir a representatividade do grupo nos cursos de entrada no ensino superior. Na pós-graduação, a situação é diferente, já que a autodeclaração basta. Segundo os integrantes do CEI, este foi um dos motivos para que o movimento principal de formação do coletivo viesse de estudantes de mestrado e doutorado, iniciando-se em 2023”. Programas: [Radio Aldeia](#)



GERU MAA- LABORATÓRIO DE ESTUDOS AFRICANOS IFCS/UFRJ
História da África Faculdade de Letras; Grupo de Estudos Indígenas do IFCS -UFRJ -



Trabalho Reinaldo Potiguara, Aluno Ouvinte Filosofia IFCS/UFRJ: [A ÉTICA DA FILOSOFIA KEMÉTICA EM MAAT](#), E INTERCESSÃO DA COSMOLOGIA INDÍGENA DE XAPIRI NA ALDEIA MARACANÃ.

AGRADECIMENTOS ESPECIAS - COLETIVO ARCO POTIGUARA



Coletivo Arco Potiguara



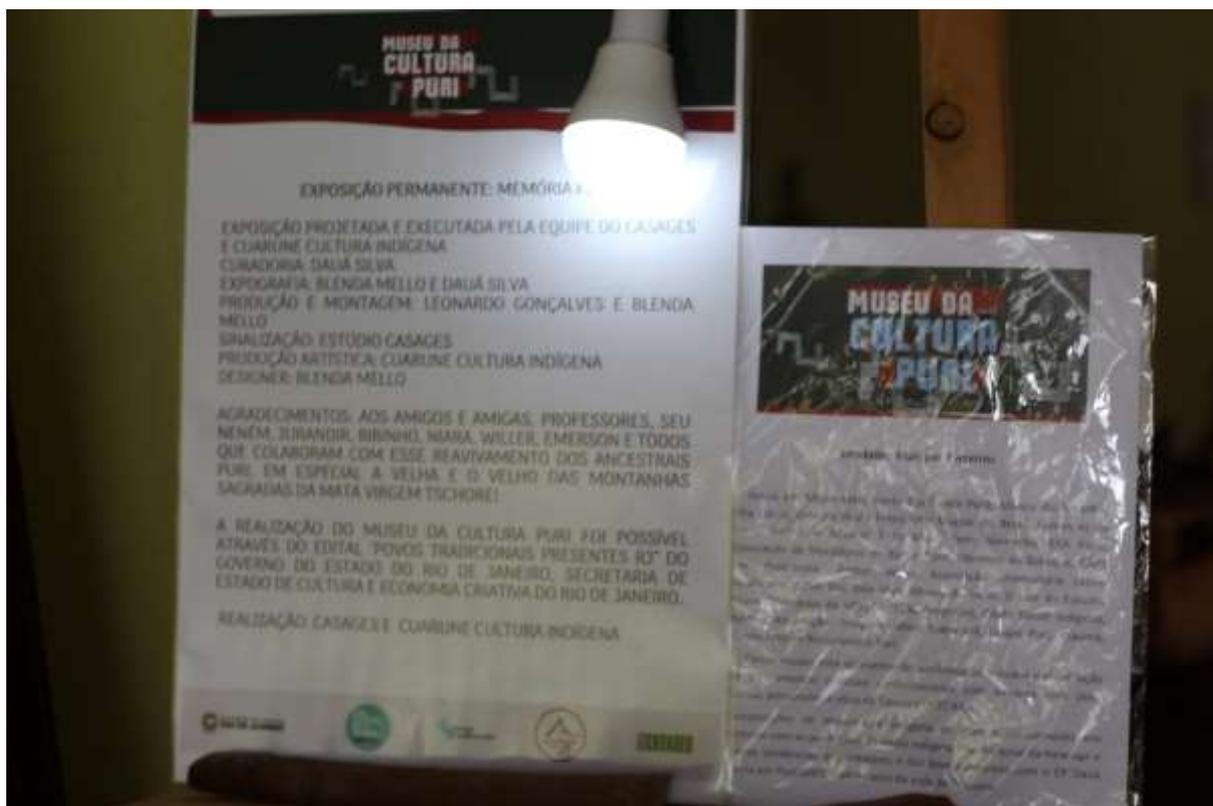
CASA DE CULTURA TUPINAMBA – INAUGURAÇÃO



ALDEIA MATA VERDE BONITA MARICÁ



Agradecimento Especiais - Aldeia Vertical e Museu da Cultura Puri - 31-01-23



Agradecimentos Especiais -XIX - Semana da Biologia - UERJ/FFP - Justiça Climática e Racismo Ambiental - Quem Pode Viver e Quem Deve Morrer. [Vídeo](#)

MESA DE ENCERRAMENTO

Justiça Climática e Racismo Ambiental:
"Quem Pode Viver e Quem Deve Morrer?"



Reinaldo Potiguara



Celso Sánchez



Guido Assis

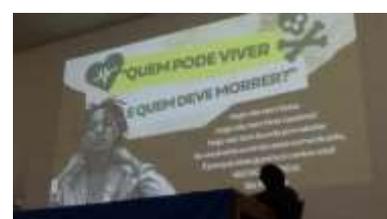
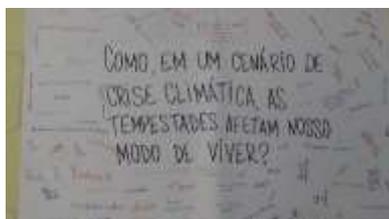


Andressa Dutra

09/05

14:30

UERJ-FFP

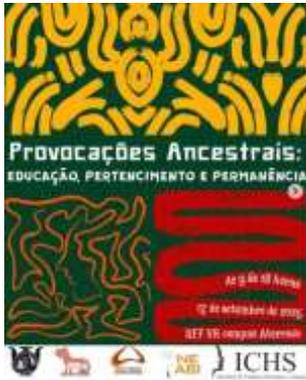


AGRADECIMENTOS ESPECIAS

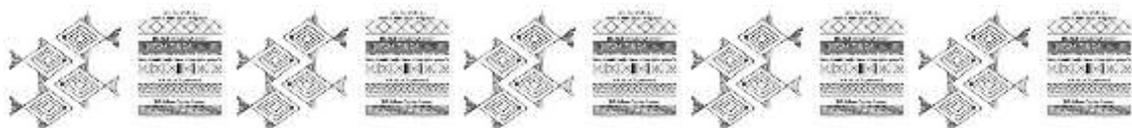
CAPTA - Centro Acadêmico de Psicologia Tatiana Ramminger

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Provocações Ancestrais: educação, pertencimento e permanência 17/09/25



As Crianças da Ocupação D. Waldyr estarão lançando um livro e estarão dando autógrafos; Katia Aguiar, Crianças da Ocupação D. Waldyr, Flávia Siqueira Lemos Leandro, Jennifer Maisa da Silva Santos Ribeiro, Kiara Lemos dos Santos e Jayvane Quirino da Silva | Mediação: Vanessa Nascimento; Pedagogias Ancestrais Com: Luciana Pires Alves, Francisco AB, Nielson Bezerra | Mediação: Nancy Lamenza; Escola Municipal Júlio Caruso -Banda Fanfarra; Ana Cabral e Éverson Rach.



XII – ENAPEGS – 26/05 a 01/06 2023

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL
MESA - PARTICIPAÇÃO INDÍGENA EM GESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS
CEDIND/RJ – CRIAÇÃO, PARTICIPAÇÃO CONSULTIVA E CONTROLE SOCIAL

Autor 1¹

Reinaldo de Jesus Cunha
Dilmar José²

Resumo: O presente artigo: CEDIND/RJ - Criação, Participação Consultiva e Controle Social, tem o objetivo de fazer uma breve retrospectiva da sua criação através do Decreto Governamental, da Secretaria de Estado Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres e Idosos Nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018; Uma breve análise da participação indígena na Aldeia Maracanã a partir do ano de 2006, onde diversas lideranças ocuparam o antigo Museu do Índio, onde reivindicavam o restauro do prédio para a criação de Um Centro de Desenvolvimento e Acolhimento de Indígenas em Contexto Urbano e/ou Universidade Indígena; Um resumo das principais demandas apresentadas nas reuniões descentralizadas nas aldeias no Estado do Rio de Janeiro e novas perspectivas de futuro com a Criação do MPI – Ministério dos Povos Indígenas e Nova Funai.

Palavras-chave: Criação, Participação Consultiva; Controle Social, Sonhos e Contradições.

R e s u m o

TEKOA KA' AGUY OVY PORÃ: (TERRITÓRIO, ESPIRITUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE OS GUARANI MBYÁ DO MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ)

O presente trabalho: Tekoa Ka' Aguy Ovy Porã, Batismo, Cura & Plantio de Alimentos Ancestral; é o resultado de pesquisa etnográfica e participação in-loco; vivência na aldeia Mata Verde Bonita com os guaranis Mbyá. No presente, pretendemos fazer um resumo da importância do plantio de alimentos saudáveis para o equilíbrio diário do modo de ser guarani (ñande reko ou tekó). A Resistência em manter-se Mata Verde Bonita, devido a instalação do Resort Maraey que pede a sua desocupação e a instalação da Aldeia Céu Azul, em Fazenda Pública, sugerida pela prefeitura de Maricá. E para fundamentar o presente artigo; usamos como fonte de pesquisa: material bibliográfico sobre políticas públicas e segurança alimentar, a realização da Cerimônia do Nhemongaraí: 'alimento espiritual' realizados na Casa de Reza em que se comemora a plantação do Milho; Analisar as possíveis saídas das demandas e soluções que foram discutidas pela Comissão Guarani Yvyrupa para consolidação do território em (22); O resumo de diálogos ancestrais realizados com Darcy Tupã, Sergio Ricardo Verde e Zé Puri em novo Território. E analisar o porquê do novo território que completou dez anos, nas palavras de Dona Lídia, é a "Terra Sem Males" (yvy maraey).

Apresentação: Reinaldo Potiguara; Luiz Pellon; Sergio Potiguara

Interdisciplinaridade, inclusão e extensão: por uma confecção de saberes entre teoria e prática

¹ Graduado em Direito pela (UVA) Especialista em Direito Ambiental e Ciências Sociais e Religião FEUDUC- Duque de Caxias. Concluinte em pós-graduação MBE/COPPE/UFRJ; Docência Ensino Superior e Comunicação Empresarial (AVM) Candido Mendes; Mestrando em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional; Conselheiro do CEDIND- Coordenador de Comunicação – Pres. AULA/ASFUNRIO - EMAI: reinaldopotiguara@gamil.com; Dilmar José da Silva: Conselheiro Suplente – AULA Enseja/ Secretaria de Educação/RJ, Musicista e pesquisador



Fotos: Reinaldo da Posse do Cedind – Reunião Aldeia Maracanã – Evento Parque Laje - RJ



MATA VERDE BONITA Cúpula dos Povos G20 - ABI - [Guarani Mbyá](#) – Articulação Movimento Baia Viva



Visita técnica Fiocruz - Baia Viva - Mata Verde Bonita e Ser da Mata Fio Cruz



AGRADECIMENTOS ESPECIAS - COLETIVO DE SAÚDE INDIGENA
1ª CONFERENCIA LIVRE DE SAÚDE INDIGENA EM CONTEXTO URBANO/RJ
BAIA VIVA (PNASPI) (CSICURB) [Link -1](#) [Link -2](#) Rádio Yandê - Portal C3



**AGRADECIMENTOS ESPECIAS – [Tekoa Ká aguy Porã](#)- Ayyu reko nhembojeraa -
Universidade Guarani – Mata Verde Bonita**

Escola Municipal Indígena Guarani Para Poty Nhe'ẽ Já - [Luta pela terra](#) – [Darci Tupã](#)
Turmas do 1º ao 5º & ano 6º ao 9º ano - Coral Maino'î – Martinha Mendonça Guajajara – [Darci Tupã](#)

“O coral dos Kyringue em cada aldeia Guarani é um modo de existir. Ele é parte da espiritualidade Guarani Mbyá, dos cantos que alimentam a vida, da memória que se transmite pela palavra cantada”.



AGRADECIMENTOS ESPECIAS – CEDIND
COMISSÃO ELEITORAL – 2025 – Biênio 2026 a 2028



Vanderlei da Silva (Cacique Weraxunu Vanderlei - Aldeia Céu Azul, 02- Marcelo Luciano Vieira (Secretaria de Estado de Defesa Civil - SEDEC/RJ), 03- Glauce Mendes Franco (Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro - DPGE/RJ), 04- Izabel Missagia de Mattos (Universidade Federal Rural do estado do Rio de Janeiro - UFRRJ) e 05- Reinaldo de Jesus Cunha (Associação universitária Latino-americana - AULA). Argemiro – Bracuí/ Sapukaí. [Ata 1](#) ; [2](#)



CEDIND/RJ – CRIAÇÃO, PARTICIPAÇÃO CONSULTIVA E CONTROLE SOCIAL

SUMÁRIO

Resumo:.....	pag. 17
Introdução:.....	pag. 25 a 45
Primeira Sessão Temática – A primeira Sessão Temaricá 1 - abordaremos a Solenidade de Posse dos Novos Conselheiros do CEDIND, que ocorreu no Plenário: José Ribeiro de Castro Filho, da Organização dos Advogados do Brasil (OAB), centro do RJ em 2018.	pag. 45 a 49
Segunda Sessão Temática – A segunda Sessão Temática 2 - abordaremos as reuniões do Cedind no Nível Central – Biblioteca Parque; e na Secretaria de Dir. Humanos RJ.	pag. 49 a 68
Terceira Sessão Temática – A terceira Sessão Temaricá 3 – As reuniões descentralizadas nas Aldeias, começando por Mata Verde Bonita no Município de Maricá/RJ.	pag. 68 a 101
Quarta Sessão Temática – A quarta Sessão Temaricá 3 – Reuniões em Contexto Urbano na Cidade do Município do Rio de Janeiro, na Biblioteca Parque Estadual e Céu Azul.	pag. 102 a 136
Quinta Sessão Temática – A quinta Sessão Temaricá 5 – Retomada Cunhambebe no Território de Mangaratiba – Parque Estadual Cunhambebe.	Pag. 136 a 155
Sexta Sessão Temática – A sexta Sessão Temaricá 6 – Eleição do Cedind -2026.	Pag.156 a 169
Análise Conclusiva –	Pag.170 A 198
Referências Bibliográficas –	Pag. 170



CEDIND/RJ – CRIAÇÃO, PARTICIPAÇÃO CONSULTIVA E CONTROLE SOCIAL

Introdução: Em plena selva de pedra vertical, em terreno valioso, um antigo museu do índio, em ruínas espera para ser demolido ou reconstruído pelas autoridades competentes. “O prédio onde funcionava o Museu do Índio foi construído pelo Duque de Saxe em 1862 e doado em 1910 ao Serviço de Proteção aos Índios, órgão estatal comandado pelo Marechal Rondon, quando de sua criação, em 1910. A ideia de Criação do Museu do Índio, foi idealizado por Darci Ribeiro, com o objetivo de ser um espaço para a preservação da cultura indígena.



Foto – Divulgação redes sociais – google – Desocupação – Museu do Índio – Maracanã 2013



Foto de Reinaldo Potiguara, (filha) - Ana Clara Paz, (mãe) Lucileide Paz, Potira e Ana Clara Potiguara

O prédio que abrigou [a sede do órgão federal, entre 1953 e 1977](#), foi transferido para Botafogo, e no presente o prédio se encontra abandonado, em ruínas. A ocupação do [Museu do Índio](#), se deu a partir de 2006, em articulação na UERJ, com cerca de 17 etnias, entre elas: (Tukano, Guarani, Puri, Guajajara, Potiguara) e/outras, onde estabeleceram estratégias e definiram após o encontro a ocupação do antigo Museu do Índio. Com a estratégia definida, o coletivo composto por estas etnias, deram o nome inicial de [“Coletivo Tamoio dos Povos Originários”](#), em referência a [Confederação dos Tamoios](#).



Fotos da posse dos Conselheiros do Cedind- OAB/RJ – 2018



Posse de Cosenheiros do Cedind -2018



Posse dos Conselheiros do Cedind –2018- OAB - RJ

Passados alguns anos, o coletivo popularmente, passou a ser identificado pela grande massa de “Aldeia Maracanã”. Até as primeiras ocupação, o espaço não tinha despertado o interesse do governo do Estado, que só ocorrendo a partir da perspectiva da realização da [Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016](#); além de outros eventos correlatos como: A Jornada Mundial da Juventude, em 2013, e a Conferência das Nações Unidas Rio + 20, realizada em 2012. O Rio de Janeiro como sede de megaeventos, o Ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, na época Sergio Cabral, priorizou a [Reforma do Maracanã e a criação de um Estacionamento](#), para revitalizar a área atender a demanda dos frequentadores do evento. E diante do Impasse da saída do antigo Museu do Índio pelos ocupantes, o Ex. Governador Sergio Cabral conseguiu uma Liminar em Juízo, autorizando o Despejo dos indígenas insurgentes. Como os indígenas se recusaram sair pacificamente como desejava o governo com a posse da Liminar. A tropa de choque da polícia militar e o BOPE, invadiu o antigo [Museu do Índio](#), com bombas de efeito moral, [gás lacrimogênio](#), e gás pimenta, e outros apetrechos e expulsaram a força os indígenas e simpatizantes. Com expulsão dos indígenas em 2013, por ordem judicial, uma parte da resistência foi para [Hospital Curupaiti](#), onde ficarão em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio. Segundo o Cacique Carlos Tukano,³ em entrevista dada em vídeo disponibilizada no youtube: [asfunrioaula](#); em audiência pública sobre a Aldeia Maracanã. Carlos Tukano argumentou que em 2016, que o atual CEDIND/Conselho Estadual dos Direitos Indígenas foi uma demanda que começou em 2014, e ficou engavetada. “Nós procuramos a [Secretaria de Direitos Humanos](#) para agilizar um conselho que representasse os interesses dos indígenas, pois como estamos em contexto urbano, os indígenas são marginalizados, e não tem a quem recorrer”. Na mesma entrevista: Afonso Apurinã, ratificou as palavras de Tukano, dizendo que a audiência pública que ali se realizava: “tinha o objetivo da criação de um conselho que possibilitasse respaldar a luta dos povos indígenas no Rio”.



³ Carlos Tukano – Presidente do CEDIND/RJ em Contexto Urbano

Foto de Reinaldo Potiguara – Sergio, Tukano e Reinaldo – (ABA-) Ludmila Moreira de Lima e Reinaldo



Lideranças Indígenas, Conselheiros e Convidados - Reunião do Cedind -2018- RJ – OAB/RJ

A mesma posição o indigenista Toni Lotar, esclareceu: “A audiência pública que se realiza hoje tem o objetivo de discutir a minuta do Decreto do Cedind”. Segundo Lotar: “as seis aldeias Guarani, que se encontravam representadas na audiência (2016), respaldaram a Criação de um Conselho que pudesse dar visibilidade a luta dos povos indígenas”. Com relação ao funcionamento do CEDIND, assim descreve: “O CEDIND, terá 24 membros de forma paritária entre governo, sociedade civil e aldeados. Todos respectivos conselheiros terão suplentes para assumirem em seus impedimentos. O conselho discutirá toda pauta de interesses dos povos indígenas”; e concluiu: “Com a participação do governo, as suas diversas secretarias; acreditamos ter respostas eficazes das demandas dos indígenas”.





Fotos de Reinaldo Potiguara 2012 – Ocupação da Policia na porta Aldeia Maracanã

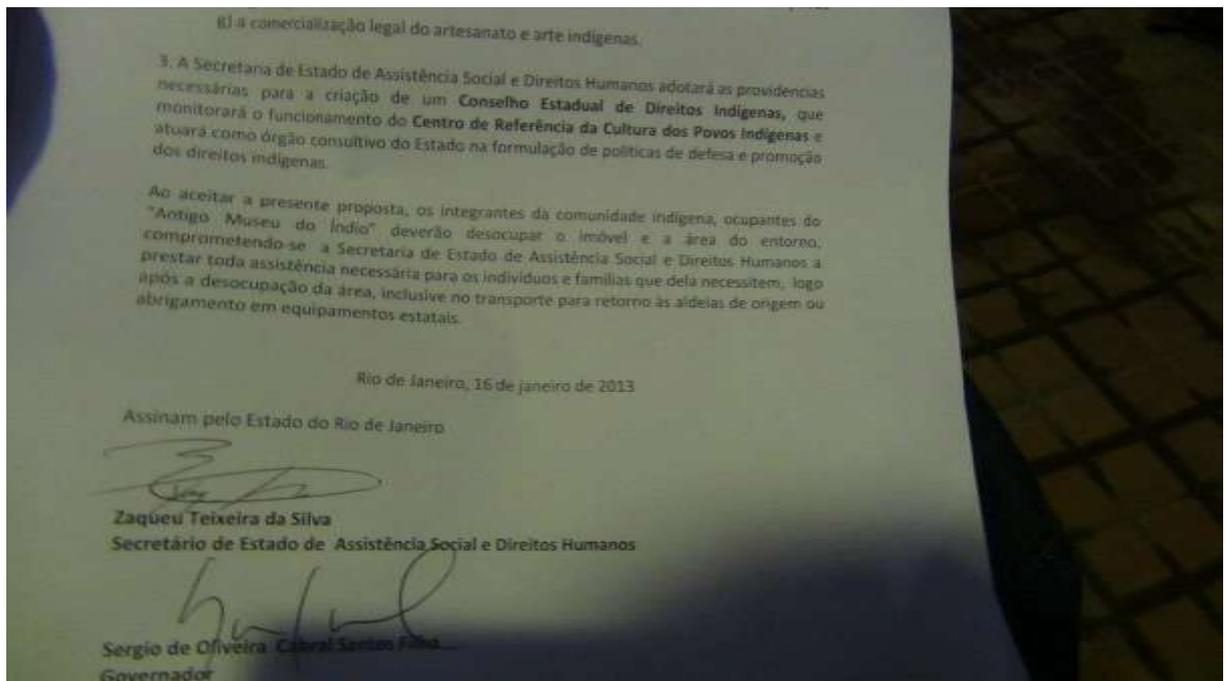


Na mesma direção Carol Potiguara, concordou com lotar. “O CEDIND, vai ser um avanço para os povos indígenas; vamos conseguir garantir que as políticas públicas, tanto teóricas e práticas, para que façam valer os nossos direitos e deveres de forma pratica e democrática; pois considero neste momento num avanço para o movimento indígena do Estado do Rio de Janeiro”. A Eliane potiguara ponderou: “É importante agente ter um órgão que possa discutir e encaminhar demanda dos indígenas. Também considero importantíssimo esse conselho, para que possamos termos os nossos direitos garantidos”. Representado a Secretaria de Direitos Humanos do Estado: Andrea Sepúlveda, finalizou dizendo: “A criação de um conselho, vai permitir que possamos dar voz aos indígenas. É um avanço para o movimento indígena do Rio... para a administração pública. Esperamos que a partir deste conselho, possamos promover o monitoramento, e a realização de políticas públicas”. Finalmente em janeiro de 2018, o CEDIND- Conselho Estadual dos Direitos Indígenas no Estado do Rio de Janeiro, se materializou-se através do [Decreto Nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018](#), de iniciativa da Secretário de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEMDHAI). A sua consolidação teve o apoio da gestão do Ex. Secretário, Atila Nunes. Segundo o que noticiou a [Agencia Brasil](#); O Secretario Atila Nunes, confidenciou que o principal objetivo da criação do CEDIND, foi dar voz às comunidades indígenas para o exercício pleno de cidadania. “É um grupo que é pouco representado politicamente; e através desse conselho poderá ter uma voz mais ativa na elaboração de programas sócias, econômicos, culturais e educativos para a população”, adiantou.





Aldeia Maracanã (2012) Foto Reinaldo Potiguara – [Daua Puri](#) – Vídeo: asfunrioaula:



Doc. Apresentado em reunião na Aldeia Maracanã - 2013

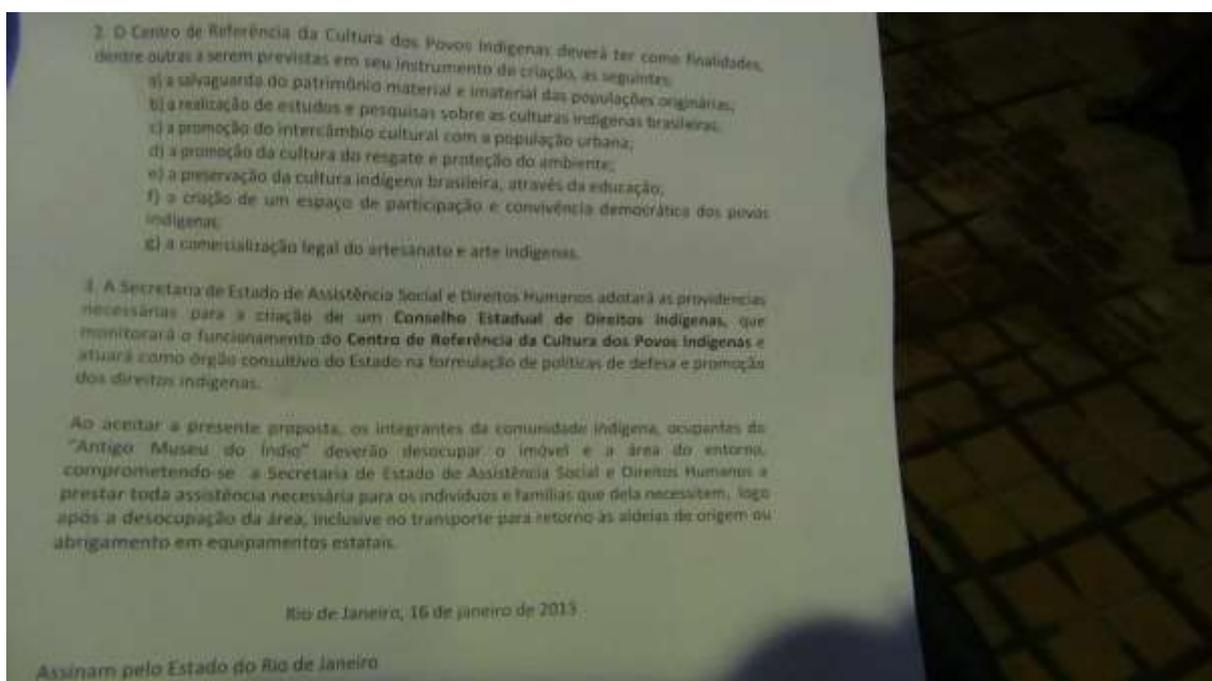
Cabe salientar que a discussão sobre a criação de um fórum, movimento, um conselho de indígenas que discutisse pautas, demandas de interesse indígena, teve o embrião no Antigo Museu do Índio. Chama a atenção, que a retomada do antigo museu abandonado, contou com a presença de diversos ativistas da causa indígena. ⁴[Os autores: Reinaldo, Sergio, Pellon](#), dentre outros assim subscreverão:

⁴ Reinaldo potiguara: Conselheiro do Cedind – Coordenador de Comunicação – Sergio Potiguara: Doutorando na UFF – Antropologia - Mestre Programa de pós-graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Florestas, da Universidade Federal Rural do RJ (PPGPDS/IF/UFRRJ) – sergiorcardocampanha@gmail.com - Doutor em Ciências. Professor Associado do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública/UNIRIO- lui.z.pellon@unirio.br

[...] “A demanda de articulação para sua consolidação, se deveu a uma antiga reivindicação do movimento indígena fluminense que passou a ganhar maior visibilidade a partir da Ocupação Tamoio dos Povos Originários; importante movimento popular que reuniu a partir de 2006, diversas lideranças que viviam no contexto urbano do Rio de Janeiro, lideranças das aldeias fluminenses, sociedade civil organizada, que no início da luta, ocuparam o prédio do antigo do Museu do Índio, no bairro Maracanã, que encontra-se abandonado pelo Poder Público há décadas. Ocupação Tamoio dos Povos Originários, importante movimento popular que reuniu a partir de 2006 diversas lideranças que viviam no contexto urbano do Rio de Janeiro e oriundas de outros Estados da federação, algumas lideranças das aldeias fluminenses e contaram com o apoio de sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais durante o processo de ocupação (ou reocupação ou retomada) do prédio antigo do Museu do Índio, no bairro Maracanã, que encontrava-se e ainda encontra-se abandonado pelo Poder Público há décadas. Posteriormente, este movimento social e político em defesa do resgate da História indígena e de sua presença secular no território fluminense e brasileiro (Pindorama = Brasil), ganhou o nome de “Aldeia Maracanã” (“Aldeia Marak'anà”) na qual se discute até hoje a criação por distintas organizações e coletivos que surgiram ou se consolidaram deste processo coletivo, por um lado, de um Centro de Referência dos Povos Originários e de outro a implantação de uma Universidade Indígena Popular e pluriétnica. Sendo que este debate que já dura mais de uma década tem sido um fator de profunda divisão interna e de disputas no movimento do movimento indígena fluminense e, enquanto este processo de fragmentação e de fracionamento interno se prolonga por tempo indeterminado, sem que haja a existência na atualidade de qualquer tipo de diálogo e cooperação política entre as partes em disputa, na prática o prédio do Museu do Índio encontra-se cotidianamente se deteriorando no sol e na chuva, já havendo ao menos desde 2021, laudos técnicos da Defesa Civil que alertam para o risco de desabamento do teto e das paredes rachadas, mofadas que podem levar inclusive à eventual desmoronamento da estrutura do prédio o que, de acordo com os técnicos responsáveis, poderá inclusive provocar acidentes e até óbitos no local. Neste contexto, a partir de 2013 a o movimento “Aldeia Maracanã” chegou a ter grande visibilidade política na mídia nacional e internacional e nas então emergentes redes sociais, em função do contexto dos mega eventos internacionais sediados na cidade do Rio de Janeiro e se somou às Jornadas de Junho e aos protestos contra a Copa da FIFA, tendo como fato unificador de diversas lutas sociais o fato do Governo do Estado do Rio de Janeiro (GOERJ) pretender promover a demolição do prédio abandonado do antigo do Museu do Índio para viabilizar a construção neste local de um estacionamento e shopping center associados à milionária reforma do Estádio do Maracanã, o que gerou uma grande revolta popular que mobilizou diversas organizações populares, setores da academia, jornalistas nacionais e estrangeiros. Desde a sua criação em 2018, o CEDIND/RJ fez diversas reuniões com sucessivos governos estaduais, e encaminhamentos de vários ofícios alertando para os riscos de desabamento da estrutura do imóvel do Museu do Índio e sobre a importância de o Poder Público dar uma destinada adequada para o uso público visando o fortalecimento da memória e da História indígena. No entanto, apesar dos diversos diálogos institucionais travados em especial junto à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC), junto a diversos gestores que tem se sucedido ao longo dos anos, até hoje não há uma solução definitiva apontada por parte do Poder Público estadual que tem a responsabilidade legal pela restauração e gestão deste bem público”. Em matéria publicizada na imprensa, [AIB NEWS](#), Agência Brasil, sobre líderes indígenas do Movimento Aldeia Maracanã, que estavam sobre ocupação e foram posteriormente despejados por ordem justiça em 2013, do Antigo Museu do Índio. Chamou atenção a reunião com a secretaria estadual de cultura, Adriana Rattes. Sobre desconfiança dos indígenas diz a matéria. A presença de policiais militares na área externa do prédio, onde ocorreu a reunião, desagradou os indígenas, que durou cinco horas, e terminou sem uma definição sobre como será utilizado o prédio:

[...] “A secretária disse que não tinha partido dela a convocação dos policiais e que pedira ao secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, que retirasse os policiais da área. “Qualquer presença da polícia poderia ser prejudicial ao encontro, no qual estamos tentando reatar laços com líderes do movimento indígena”, disse Rattes. O tenente-coronel Mauro Andrade, do Agrupamento de Policiamento de Proximidade de Multidões, explicou que os policiais só estavam no local devido a uma denúncia. “Viemos para cá preventivamente para vigiar a situação na Radial Oeste [principal via no entorno da Maracanã], já que a Coordenadoria de Inteligência tinha recebido uma denúncia de que um grupo radical fecharia a via na hora do rush”, declarou. Adriana Rattes abriu a reunião dizendo que o prédio será tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, e que, independentemente do que fosse decidido, o local será

destinado à difusão da cultura indígena. A secretária também expôs os dois modelos de gestão que poderiam ser adotados no futuro centro cultural. O primeiro seria uma simples terceirização, no qual por meio de um termo de concessão de uso, renovável ao longo dos anos, uma instituição que represente a causa indígena receba a gestão do local. O outro modelo seria por meio de um mecanismo de OS [organização social], no qual o governo fundaria uma instituição pública [Centro de Referência à Difusão da Cultura Indígena]. Neste centro, haveria no seu documento original de criação um conselho administrativo com representação de todas as etnias do Movimento Aldeia Maracanã para administrar as atividades do prédio. A responsabilidade da instituição seria do estado, com a possibilidade de um contrato de gestão com uma associação ligada ao movimento indígena, renovável por cinco anos”, explicou. Adriana Rattes destacou que o segundo modelo seria mais vantajoso devido à facilidade de recursos. “Neste último, o estado poderá e deverá passar recursos para a instituição, sendo ela pública, mas no caso do primeiro, o governo teria limitações para investir, já que será uma instituição cedida”, disse. No final da reunião, a secretária propôs a criação de um grupo de trabalho, de no máximo oito representantes indígenas, para discutir diretamente com a secretaria os modelos de gestão do novo centro, o tipo de projeto e as atividades culturais. Adriana Rattes acrescentou que não é desejo do estado que o local seja utilizado como moradia, mas que permitirá a ocupação até que os índios entrem em acordo com o órgão estadual. “A ideia é que eles fiquem aqui pelo tempo que quiserem até que se construa o centro. O que a gente tem que combinar agora é quais serão as bases dessa ocupação. Não faz diferença que eles passem mais algumas noites aqui até acertarmos o programa, mas, em longo prazo, será necessário que eles saiam, até porque vamos precisar fazer obras aqui. Vamos encontrar um denominador comum que atenda todos os interesses”, disse a secretária. Como não havia luz elétrica no prédio, a reunião teve que ser interrompida. Por votação, líderes do Movimento Aldeia Maracanã decidiram, em conjunto com Adriana Rattes, que um novo encontro será no próprio prédio do antigo Museu do Índio, no próximo sábado (10) às 11h.



Ainda em dezembro de 2013, [o Jornal O globo](#), menciona em matéria de grande repercussão, diz que cerca de cinquenta pessoas, entre índios, professores, e ativistas da causa indígena: pedem encontro com secretaria estadual de cultura, na Fundação Darcy Ribeiro, em Santa Teresa. Na reportagem, segundo o índio Ash, de 30 anos, da etnia Asha Ninka: “a reunião vai discutir os rumos das negociações com o governo do estado a respeito da aldeia Maracanã, que ocupou o antigo Museu do Índio até o prédio ser retomado”. Para a maioria das lideranças na reunião, a proposta a ser negociada e a criação de uma univocidade indígena.





Fotos divulgação redes sociais google - Divulgação



Jornalista: [Waleska Borges](#) Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo – jornalista: [Rafael Galdo](#)

[...] “O presidente da fundação, Paulo Ribeiro, informou que nove índios dormiram no prédio da fundação. Pela manhã, eles pediram autorização da instituição para fazer o encontro no local e ajuda para contactar a secretária estadual de Cultura, Adriana Rattes. O grupo de índios é o mesmo que invadiu o Hotel Novo Mundo, no Flamengo, na tarde desta quarta-feira, quando era realizado um seminário de lideranças indígenas para decidir que fim dar ao antigo prédio do Museu do Índio, no Maracanã. Segundo Mônica Lima, de 47, da etnia Manauara Arwak, que também é professora de biologia, o grupo defende a criação de uma universidade indígena no antigo Museu do Índio. — Somos contra a criação do centro indígena no antigo museu. Essa é uma proposta mercadológica que não valoriza a cultura indígena. Esse centro quer transformar o índio em apenas uma presença folclórica — justificou Mônica lembrando que, nesta quinta-feira, além dos rumos sobre a ocupação do antigo Museu do Índio, serão realizados cursos sobre a cosmologia da floresta. De acordo com Ash, o grupo que está na Fundação Darcy Ribeiro não tem a mesma posição dos indígenas que desistiram da ocupação e foram morar na colônia Curupaiti, em Jacarepaguá, há nove meses. Ainda segundo Ash, eles são contrários a desocupação do antigo Museu do Índio e alegam que é uma farsa a construção de um museu do futebol e centro de referências indígenas no complexo: — Queremos defender aquele espaço como sagrado. De acordo com Paulo Ribeiro, não houve uma ocupação do prédio da fundação. O local teria sido procurado pelos indígenas porque a instituição participou do grupo de trabalho que estudo o projeto a ser executado do complexo da Aldeia Maracanã. Ribeiro ligou para a secretária de cultura, que teria concordado em participar de uma reunião. No entanto, não foi marcada data e local do encontro. Nesta manhã, um carro da Polícia Militar fazia a segurança no entorno da fundação. — O ideal é que esse espaço retorne para causa indígena, mas há uma divergência de um grupo de índios que quer a implantação de uma universidade no local. Acredito que o complexo possa abrigar um centro cultural e também cursos de formação. De acordo com a Secretaria de Cultura, a secretária Adriana Rattes não pretende falar com os Guajajaras. O grupo teria rompido as conversas com a secretária “unilateralmente”. Para Rattes, o grupo não representa os índios que discutem a implantação do Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas no antigo Museu do Índio. Representantes dos povos indígenas que estavam no seminário do hotel divulgaram uma carta de repúdio a invasão que encerrou as atividades do encontro. Na última terça-feira, o índio que [permaneceu 26 horas nos galhos de uma árvore](#) no interior da Aldeia Maracanã foi autuado por desobediência e liberado da 18ª DP (Praça da Bandeira). [José Urutau foi retirado do local por homens do Corpo de Bombeiros](#). Ele [permanecia no local desde a manhã de segunda-feira](#) em protesto contra a desocupação da aldeia. [...] “O governo informou que o prédio do laboratório será, de fato, demolido, junto com outros dois. A área será incorporada ao Complexo do Maracanã e vai abrigar o novo Museu do Futebol, previsto para ficar pronto para as Olimpíadas de 2016. Mas o prédio do antigo Museu do Índio permanecerá de pé. O estado publica nesta terça-feira um decreto garantindo que o imóvel será transformado em um Centro de Referência das Culturas Indígenas. Segundo o ato, caberá à Secretaria estadual de Cultura definir, “em conjunto com as lideranças indígenas do estado e instituições que formalmente se destinem à defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas, o programa de uso cultural do bem”.

Em 2015, dando os primeiros passos para consolidar o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, foi organizado o Seminário, O Rio Continua Índio, que discutiu o legado indígena no Rio, desde os povos

sambaquis a 8000 mil anos. O evento foi articulado pela (AIAM) e a Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. [O IAB](#), divulgou o evento com a seguinte matéria:

[...] “Associação Indígena Aldeia Maracanã ([AIAM](#)) de realizar em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro este seminário, a fim de oferecer ao público carioca uma visão multidisciplinar da presença e do legado indígenas desde 8.000 anos atrás, quando habitavam o litoral fluminense os povos dos sambaquis, até os dias de hoje, com várias aldeias Guarani vivendo de modo tradicional nos municípios de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, além milhares de indígenas autodeclarados vivendo em contexto urbano na cidade e no Estado do Rio. No primeiro dia do seminário essa rica e ainda tão pouco conhecida história dos povos indígenas no Rio de Janeiro será contada por alguns dos mais respeitados arqueólogos, historiadores e antropólogos da academia brasileira e também contará com a presença e fala de lideranças indígenas. No segundo dia, serão debatidas as políticas públicas indigenistas no âmbito do Estado do Rio. Para ilustrar essa verdadeira viagem cultural através dos milênios, o público carioca terá acesso simultaneamente a duas exposições especialmente montadas nos salões do Museu da Justiça sobre o tema. Uma com perspectiva histórica e antropológica criada pelo Museu do Índio/FUNAI em conjunto com a Comissão Pró-Índio/UERJ e outra com viés de arqueologia indígena montada pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB)”.

Dentre os presentes, o evento contou com a presença do Professor [Ribamar Freire](#), em [Acervo Combate ao Racismo Ambiental](#), assim descreveu:

[...] “**Tem índio no Rio:** Os territórios indígenas foram invadidos, suas aldeias destruídas, suas terras ocupadas, loteadas e distribuídas. O recôncavo foi todo retalhado. Com a fundação da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, sesmarias foram concedidas para constituir o patrimônio da cidade, incluindo a baía de Guanabara e adjacências. Para fora do núcleo urbano, estendia-se zona agrícola e pastoril, com lavouras, engenhos e campos de pastagem. [...] “O Rio continua índio no seu patrimônio cultural material e imaterial, que modelou a identidade carioca, ainda que muitos ignorem tais influências e outros a rejeitem mesmo sem conhecê-las. O Rio é índio em seu patrimônio linguístico, no jeito de falar e de ser. Não é possível sequer se identificar e indicar o endereço sem pagar tributo simbólico às línguas indígenas. Carioca é nome do rio sagrado dos Tupinambá que significa “morada (oca) do acari”, um peixe que cava buracos na lama e ali mora. Da mesma origem são nomes de bairros e acidentes geográficos. O sotaque carioca está presente na busca de uma linguagem musical brasileira realizada, entre outros, pelo carioca de Laranjeiras Heitor Villa-Lobos, que exalta “Tupã, deus do Brasil” no Canto do Pajé e canta saudoso: “Anhangá me fez sonhar com a terra que perdi”. Está também no maestro Carlos Gomes, paulista que viveu no Rio e usou em sua ópera O Guarani instrumentos indígenas como maracás, inúbias, borés e flautas. O Rio continua índio no carnaval, no candomblé e na literatura”.



Seminário: [O Rio Continua Índio](#) – Palacio da Justiça RJ – Palestrante: [José Ribamar](#); e Andrea Sepulveda.



A subsecretaria de Direitos Humanos, [Andrea Sepulveda](#), Representante da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, na ocasião fez breve retrospecto das articulações, para consolidação de um Conselho Indígena, com o propósito de trazer a administração pública, demandas do movimento indígena para soluções dos problemas atinentes a pauta indígena. Para a Secretaria, foi aberto o desafio da consolidar um canal de articulação com o movimento indígena.



Palacio da Justiça: Exposição de fotografias no 3º andar – sob curadoria de Carlos Augusto Freire (2015)

Mas a pergunta que todos querem saber: **O que é o [CEDIND](#)?** *“É um órgão colegiado permanente com caráter consultivo no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), responsável pela coordenação do Cedind”*. Apesar de consultivo, o CEDIND, iniciou suas atividades com reuniões no Município do Rio de Janeiro em ‘Nível Central’ na própria secretaria e na Biblioteca Parque. As reuniões se davam uma vez por mês em Assembleia Ordinária e/ou em outras ocasiões em assembleias extraordinárias. Para conseguirmos realizar as reuniões a (SEDHMI), ficava sobre a responsabilidade da articulação de o transporte e alimentação para trazer os indígenas em contexto de aldeamentos. Outro ponto importante nas reuniões e articulações iniciais, foi a elaboração do RI (Regimento Interno), que levou tempo para se chegar ao consenso de como deveria funcionar o [CEDIND](#). Superada o RI, passou-se em um segundo momento, para ida as aldeias em reuniões descentralizadas, começando por Maricá por estar mais próximas da capital e contar com (02) duas aldeias: Céu Azul e Mata Verde Bonita. Em seguida com calendários pré-agendados em Angra dos Reis e depois Paraty; o que permitiu um bom desempenho dos conselheiros. Tais reuniões locais, permitiram uma melhor convivência, além da coleta demandas e encaminhar as diversas soluções: na área de educação, cultura, saúde, saneamento, habitação e transporte as autoridades competentes. **Dentre as principais atribuições do CEDIND, destacamos: “Encaminhamentos de denúncias de violações dos direitos indígenas; Fomento e desenvolvimento de programas sociais, econômicos, culturais e educativos”** dentre outros. Ao total são 24 ‘Membros Efetivos’ com seus respectivos suplentes: divididos por seis entidades e respectivos suplentes em ‘Contexto Urbano’ de Defesa dos Direitos Indígenas; e representantes da Aldeias e respectivos suplentes em um total de seis Titulares e seis Suplentes; Além da participação de Conselheiros, representantes de secretarias respectivas: educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente e outros.



O CEDIND, também conta com a presença de convidados permanentes: UFRJ/Museu Nacional, UNIRIO, UERJ, UFRRJ, além das entidades; AIAM, COLETIVO RESSURGÊNCIA PURI, ABA, AULA/ REDE GRUMIM, Fundação Darcy Ribeiro, além de entes estatais: Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro dentre outros. Para melhor operacionalizar o Conselho foram instituídas ‘Comissões Temáticas’, por Eixo de atuação: Comunicação, Educação e Cultura;

Território e Meio Ambiente, Saúde e Saneamento; Planejamento/Monitoramento e Avaliação, Economia Solidária e Orçamento. Essas comissões de caráter permanente tinham como princípios básicos: o fomento das ações por demandas específicas relativas aos eixos temáticos. As comissões tinham também a função de agilizar e dar andamento as prioridades para a Mesa Diretora, que pautava as assembleias ordinárias e extraordinárias. Outro ponto Central da atuação do Cedind, foi a criação da - Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos dos mesmos autores acima: A criação da Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos, foi criado pelo Grupo de Trabalho Sobre Segurança Alimentar no Estado do Rio de Janeiro, criada pela (DPE-RJ – NUCORA/ Núcleo de Combate ao Racismo e à Discriminação Étnico-Racial) em novembro de 2021, com o objetivo inicial acompanhar e fiscalizar o cumprimento das Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN.



[Radio Aldeia UFRJ](#) - Coletivo de [Estudantes indígenas da UFRJ](#) Damires, Marcele, Reinaldo, com a Pajé dona Lídia- Lagoa dos Coqueiros – Maricá – Amarildo Baltazar - Mata Verde Bonita.

Dentre as suas prioridades, foi o cumprimento do que estabeleceu os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além de determinar ao poder público a responsabilidade legal de implantar estas políticas; assim como da Lei Federal no. 11.947/2009 que instituiu o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, que determina a obrigatoriedade ao poder público de adquirir pelo menos 30% (trinta por cento) da produção agrícola feita nas aldeias, para destiná-los para o consumo nas escolas indígenas existentes em algumas comunidades. Os princípios básicos da [Segurança Alimentar](#), preceitua o fomento e deverá conter políticas, programas e ações relacionados, entre outros, aos seguintes temas:

[...] “O Capítulo IX - Das Disposições Transitórias assim define no Art. 22, assim define: I - oferta de alimentos aos estudantes, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar; II - transferência de renda; III - educação para segurança alimentar e nutricional; IV - apoio a pessoas com necessidades alimentares especiais; V - fortalecimento da agricultura familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos; VI - aquisição governamental de alimentos provenientes da agricultura familiar para o abastecimento e formação de estoques; VII - mecanismos de garantia de preços mínimos para os produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade; VIII - acesso à terra; IX - conservação, manejo e uso sustentável da agrobiodiversidade; X - alimentação e nutrição para a saúde; XI - vigilância sanitária; XII - acesso à água de qualidade para consumo e produção; XIII - assistência humanitária internacional e cooperação Sul-Sul em segurança alimentar e nutricional; e XIV - segurança alimentar e nutricional de povos indígenas, quilombolas, demais povos e comunidades tradicionais”. O CEDIND, Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, através da Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos; Grupo de trabalho na Segurança alimentar nas aldeias indígenas do Estado do Rio de Janeiro; tem feito diversas reuniões a fim de garantir a alimentação saudável e de qualidade nas Aldeias de Paraty, Angra e Maricá, através da produção de alimentos na própria aldeia e fomento à aquisição, pelo poder público, dos insumos produzidos; Com base na vigência da Lei Federal no 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Segundo o que preceitua a Lei: O objetivo é "assegurar o direito humano à alimentação adequada" e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN; dos Direitos sociais, culturais e territoriais assegurados aos Povos Indígenas

previstos na CF de 1988 e assegurados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no que diz respeito à consulta prévia, livre e informada em relação à adoção de Políticas Públicas junto aos territórios historicamente ocupados pelos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)”. A comissão apontou a necessidade do respeito às comunidades tradicionais: orientadas pela prévia escuta e diálogo com estas comunidades, pelo respeito à sua cosmovisão ancestral e às características socioculturais e étnicas que regem o modo de reprodução da vida e a alimentação destes grupos sociais e de sua relação com a Natureza, assim como consideramos relevante preservar e manter a tradicionalidade das práticas oriundas da agricultura indígena e a conservação ambiental dos territórios. Dentre as prioridades aprovadas na reunião, destacou-se a necessidade da Capacitação dos Aldeados para os cursos: sistemas agroflorestais; piscicultura; criação de suínos e bovinos; e auxílio à comunidade para implementação: Horta orgânica ou agroecológica; Horta medicinal a partir das plantas ou ervas de cura já tradicionalmente utilizada pelos indígenas; Pomar de frutíferas (inclusive de espécies do bioma Mata Atlântica associados a sistemas agroflorestais); Plantio de subsistência (aipim, feijão, milho, abóbora, etc.); Galinheiro caipira; Tanque de piscicultura; Chiqueiro. E para materializar os objetivos: foram encaminhados Ofícios para “EMBRAPA; EMATER; FIPERJ; SECRETARIAS MUNICIPAIS (ANGRA, PARATY E MARICÁ) DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA; SESAI e a FUNAI, para reunião online com os Conselheiros do CEDIND, no dia 29/03/22, para uma nova reunião com O NUCORA - NÚCLEO DE COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Na reunião do dia 29/03/22 a reunião apontou para os parceiros previamente convidados: para que apontassem como efetivamente podiam ajudar no apoio à implantação da Segurança Alimentar nas Aldeias. Todas as instituições se comprometeram a apoiar inicialmente em Maricá, já que a prefeitura local, está entusiasta em apoiar com equipamentos: trator para arar a terra; um agrônomo para o estudo do solo; doação de sementes; entrega de água potável em carro pipas; dessalinização ou filtragem da água de poços artesianos; capacitação técnica dos indígenas; A criação de Horta orgânica; Pomar de frutíferas (inclusive com espécies nativas da mata atlântica; Plantio de subsistência (aipim, feijão, milho, abóbora, etc.); Construção de galinheiro caipira; Implantação de tanque de piscicultura, alevinos e ração; Implantação de chiqueiro para criação de suínos; Insumos tais como sementes, mudas, alevinos e outros necessários à execução do projeto. Segundo o indigenista Toni Lotar, a prefeitura de Maricá está escolhendo novo território para consolidação das duas aldeias: ‘Tekoa Ka’ Aguy Ovy Porã’ e Ara Hovy (Itaipuaçu). Segundo ele: “Com relação à aldeia Mata Verde não existe um processo de expulsão. O que ocorre é uma oportunidade da prefeitura com o empreendimento de adquirir outra área consentida pela comunidade como melhor do que a área atual, tendo o compromisso de transformar em uma área indígena que se torne terra pública em Maricá”. Com relação a Aldeia Ara Rovy, o ambientalista [Sérgio Ricardo Verde do Grumim](#), apontou: “A comunidade tem atualmente cerca de 9 famílias e 34 pessoas que variam de 0 a 13 anos, sendo 4 bebês; Falta água para consumo no local; Não há saneamento básico; A prefeitura embora disponibilize caminhão pipa, o volume é insuficiente para as famílias; As caixas d’água tem capacidade para 8 mil litros, e elas estão descobertas (apesar de terem tampas), com matéria orgânica no fundo; Na escola na Aldeia a água não é adequada; A problemas de coleta de Lixo; e por último: A comunidade espera um novo em acordo com a prefeitura de Maricá, local onde possa planar e colher alimentos sem veneno”. No presente a aldeia Ara Rovy, conhecida como Céu Azul, está em entendimento com a prefeitura de Maricá, para mudar para um novo espaço conhecida como “fazenda pública” ainda em estudo para mudança para o novo território, e assim com o novo local, poder plantar e cultivar os próprios alimentos. Em Mata Verde Bonita, podemos ver atualmente muitos progressos relativos ao plantio de mudas de alimentos, como: milho, aipim, batata doce, tomate, e já colhem bananas e outros frutos. Isso se deve por maior apoio institucional da prefeitura de Maricá e iniciativa dos indígenas”.



A Educação Escolar Indígena, no [Caminho da Onça & Resistência ao Etnocídio de Estado](#), no Rio de Janeiro, escrevem os Conselheiros, pesquisadores: ⁵Eliane Potiguara, Reinaldo Potiguara, Kelly Russo, e Ana Beatriz, trataram em artigo, que as principais demandas levantadas pela Comissão de Educação e Cultura do Cedind:



Olimpiadas Indígena Mata Verde Bonita – Maricá



[...] “A Educação Escolar Indígena no Estado do Rio de Janeiro, nesse ano que se inicia em 2021, em plena crise de pandemia, do COVID 19, acelerou os obstáculos não só aos estudantes indígenas, em Contexto Urbano como em Aldeamento. A começar pela impossibilidade do contato físico e da impossibilidade da ida dos Conselheiros do Cedind visitar as aldeias. Atualmente as reuniões tem sido online o que dificulta o contato direto com a comuna. Com relação as demandas da educação; percebemos que falta uma aproximação maior da Secretaria de Educação com os Conselhos Instituídos: Seja o CEDIND e/ou CIEE. No Dossiê do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Rio de Janeiro,

⁵ Doutora em Educação Brasileira (PUC-Rio), Mestre em Ciências Sociais e Educação (FLACSO-AR); Pós-Doutorado em Antropologia Social (PPGAS-Museu Nacional) e em Educação e Interculturalidade (Centro de Estudos sobre Etnicidade e Educação da Universidade de Montreal). Kelly Russo <kellyrussobr@gmail.com -Doutora honoris causa pela UFRJ; Formada em Letras e Educação [2], licenciou-se em Letras (Português e Literatura) e Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem Especialização em Educação Ambiental pela UFOP. - Graduação Turismo -UFF - Enfermagem, FAETC – Secretaria de Estado e Educação do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: biapazaraujo72@gmail.com

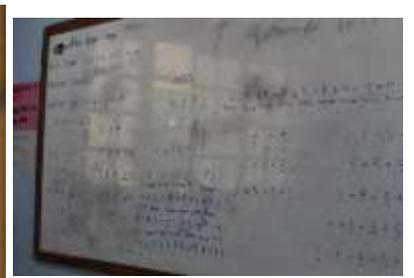
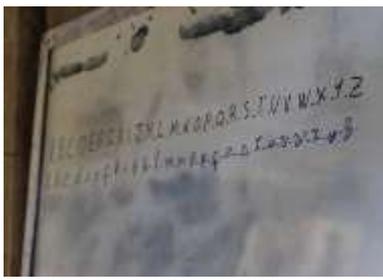
(2019), foram apontadas as seguintes prioridades: “1- Efetivar o Regime de Colaboração, construindo um Plano de Ação conjunto com Municípios de Maricá, Angra dos Reis e Parati, mediado pelo CEEEI-RJ, previsto na Constituição e na LDB; 2- Criar a Categoria “Professor Indígena” no Sistema Estadual de Ensino; 3- Convocar Concurso Público pra Professor Indígena pro CIEGKKR - Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda; 4- Convocar Eleição Direta pra Diretor do CIEGKKR, com a participação de professor indígena na gestão; 5- Contratar professores do 1º Segmento, pois: a) Falta prof. na Aldeia Araponga; b) Falta prof. na Aldeia Iriri (Pataxó) em Parati. 6- Contratar 07 professores do 2o Segmento, pois: a) Falta professor de História na Aldeia Sapukaí (Angra dos Reis); b) Faltam professores de Matemática, Geografia, Língua Portuguesa, Língua Guarani, Educação Física e Artes na Aldeia Itaxi (Parati). 7- Implantar o Ensino Médio regular no Colégio Indígena; (com a construção de 3 salas de aula: uma para o Ensino Médio e 2 para o Fundamental) 8- Repor as aulas perdidas por falta de contratação de professores no calendário letivo do CIEGKKR para a necessária regularização dos anos letivos anteriores; 09- Implementar obras de infraestrutura nas Escolas, pois faltam salas de aula em: Sapukaí (Angra dos Reis), Itaí (Parati) e Iriri (Parati). As salas de aula do Fundamental na Aldeia Sapukaí são em espaços comunitários improvisados e sem condições mínimas de trabalho, sujeitas à interdição por qualquer fiscalização; não há prédio na Aldeia Iriri; (Não há sala para o Ensino Médio, que vem sendo no CEAV a um custo de transporte mensal muito alto.) 10- Incluir ações de Educação Escolar Indígena no PAR da SEEDUC-RJ em diálogo com o CEEEI-RJ, garantindo maior transparência na aplicação dos recursos pra Educação Escolar Indígena; 11- Adquirir Material Escolar para todas as unidades; 12- Programar funcionamento da Secretaria na sede do Colégio Indígena na Aldeia Sapukaí; 13- Reativar Sala de Informática no Sapukaí e Parati Mirim; 14- Manutenção/Aquisição de equipamentos escolares para regularização da merenda Escolar. (“Faltam freezers e geladeiras”); dentre outros. A Comissão de Educação e Cultura do CEDIND, vem se esforçando para identificar os problemas e tem estabelecido um cronograma de reuniões, para uma agenda com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Secretário de Educação: Essa contribuições objetos de reuniões da comissão que está sendo construído um documento, foram apresentadas sugestões, e prioridades a serem encaminhadas ao Cedind as instituições como prioridade: “O Concurso Público para Educação Escolar Indígena de Ensino Fundamental e Médio; Ensino Bilíngue, levando em consideração o reforço a língua indígenas, Ainda como contribuição, o professor do Museu Nacional UFRJ, Dr. Nicolas Alexandria, contribuiu ao relatório que está sendo produzido pela Comissão de Educação e Cultura, com as seguintes sugestões: .a) Planejamento de uma agenda de trabalho para definição de estratégias de mobilização das comunidades indígenas do estado do Rio de Janeiro para, a partir do seu protagonismo e interesses, garantir o seu direito constitucional à diversidade linguística, dando o suporte devido à iniciação dos processos de co-oficialização das línguas indígenas, num primeiro movimento, da língua Guarani Mbyá, nos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá, através da identificação e montagem de equipes locais; articulação com colaboradores externos; preparação do campo em cada aldeia nesses referidos municípios; .b) Mobilização social das comunidades falantes do Guarani Mbyá, como língua materna, no Rio de Janeiro a partir da realização de encontros regionais, seminários temáticos, coleta de depoimentos com os falantes nativos, reunindo dados das aldeias em Angra dos Reis, Parati e Maricá, de modo a constituir um diálogo para salvaguarda das línguas indígenas com as instituições locais de base indígena; .c) Realização de pesquisa de campo e pesquisa documental por meio virtual sobre as línguas indígenas faladas no Rio de Janeiro. Em cada local, a pesquisa de campo será precedida por encontros/rodas de conversa virtuais, com falantes nativos, visando à mobilização social da comunidade indígena, detentora de uma língua indígena, como língua materna, e o levantamento de dados que irá embasar a elaboração do dossiê sobre a situação linguística das línguas indígenas no estado do Rio de Janeiro; .d) Elaboração da Documentação para instrução dos processos de co-oficialização da língua Guarani Mbyá junto aos poderes públicos dos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá como forma de promover e incentivar a consolidação de políticas linguísticas, no estado do Rio de Janeiro, vinculadas à cultura, à educação e ao favorecimento da diversidade linguística; e) Elaboração de um documento técnico/relatório sobre as ações culturais promovidas pelas comunidades das aldeias indígenas nos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá de modo a dar a conhecer o calendário das festividades e a produção cultural indígena, que permitam colocar em relevo características específicas das manifestações culturais indígenas a partir da descrição detalhada de cada uma delas”. Ainda como vimos, o desafio maior é a capacitação de indígenas, para que possam atuar das próprias aldeias, já que são falantes bilíngues. Como ainda não se instituiu o concurso público, o ideal é que se contrate o professor indígena para início das aulas imediatas. Em 2019, conforme constatado pela Coordenadora de Educação Marize Viera, não houveram aulas de português e matemática e não foram repostas, o que considera um absurdo. O Ano de 2020 foi totalmente prejudicado com a pandemia, o que vem acarretando forte prejuízo aos indígenas. No presente a Comissão de Educação e Cultura, fez três reuniões com o Secretário da SEEDUC, Comte Bittencourt e sua equipe responsável pela educação escolar. Em uma Live do Governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro Claudio Castro em

14/01/21, o governador falou que visitara as Aldeias de Marica, Paraty e Angra dos Reis. Onde dará prioridade “Conexão de Internet”, A contratação de professores; envio de material pedagógico etc. É aquele velho ditado: vamos ver pra crer”.



Os desafios são enormes e os problemas são muitos. Esperamos que saíam do discurso para a prática. Como disse o Cacique Domingos Venite, na reunião na Aldeia Araponga (2019) já falecido, de Covid 19: “Antigamente andávamos pela floresta, no caminho da onça, por esse mato a dentro e não acontecia nada. Hoje em dia se formos fazer isso, Juruá vai dar tiro na gente” reclamou, “Não podemos mais caminhar, pois tudo tem cerca, infelizmente”. Com relação ao ambiente escolar ocidentalizado que impõem uma disciplina a margem da comuna, os Conselheiros são unânimes em repudiar essa escola. Pois a escola não a pratica já existe, ela está Lá, de braços abertos com sua arte, artesanato, língua, cosmologia e saber popular. Com o surgimento das redes sociais, o contato entre parentes e/ou não, aproximou-se muito. É possível a troca de experiência e intercâmbio cultural. Os jovens guaranis como disse o pajé cacique Agostinho da Silva, tem que sair da aldeia para as grandes cidades e isso é ruim. Mesmo pensamento tem o Leonardo, cacique Pataxó. A grande demanda é reforçar com infraestrutura inclusive com estadia para professores indígenas e não indígenas. Se bem que é pedir muito ao Estado. No presente estando as salas de extensão funcionando ou não, a cultura local é muito forte e transcende nossos portões civilizatórios. Em reunião em Araponga, o jovem Alexandre que se prepara para fazer o Enem disse que estudar em escola de Juruá é muito difícil, pois eles não entendem o que é ser indígena. Marize Vieira, disse em reunião com os Pataxós que ela como professora ainda em atividade, com mais de 30 anos de magistério, também sofreu “bullyings”, mas que isso foi superado na sua escola em Duque de Caxias, com trabalho sistemático com as crianças”.





Metodologia Aplicada: Para a realização do presente trabalho etnográfico, usamos como fonte de pesquisa: reportagens, entrevistas; monografias, sínteses de Atas de Reuniões realizadas em contexto urbano e nas aldeias; vídeos no youtube: asfunrioaula, sobre a ocupação na Aldeia Maracanã, e/outras. Foto: 2025



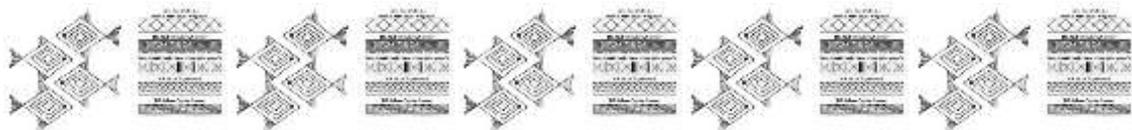
O presente trabalho: CEDIND - CRIAÇÃO, PARTICIPAÇÃO CONSULTIVA E CONTROLE SOCIAL, são divididas em Sessões Temáticas. **A primeira Sessão Temática 1**- abordaremos a Solenidade de Posse dos Novos Conselheiros do CEDIND, que ocorreu no Plenário: José Ribeiro de Castro Filho, da Organização dos Advogados do Brasil (OAB), centro do RJ em 2018. **A segunda Sessão Temática 2** - abordaremos as reuniões do Cedind no Nível Central – Biblioteca Parque; e na Secretaria de Dir. Humanos RJ. **A terceira Sessão Temática 3** – As reuniões descentralizadas nas Aldeias, começando por Mata Verde Bonita no Município de Maricá/RJ. **A quarta Sessão Temática 3** – Reuniões em Contexto Urbano na Cidade do Município do Rio de Janeiro, na Biblioteca Parque Estadual e Céu Azul. **A quinta Sessão Temática 5** – Retomada Cunhambebe no Território de Mangaratiba – Parque Estadual Cunhambebe. **A sexta Sessão Temática 6** – Eleição do Cedind 2026. E por último, a Análise Conclusiva do presente trabalho e Referências Bibliográficas.





ABI-Articulação para consolidação da Criação do CEDIND- Sede da ASFUNRIO/AULA - 2018

Recente foi publicado em Decreto n.48.638 assinado pelo Governador, foi criado o Colégio Indígena Estadual Guarani no município de Paraty, localizado na Aldeia Paraty-Mirim, o qual será denominado “TAVA MIRIM”. Se vamos avançar com a nova escola, só o tempo dirá. Pois, hoje temos o Ministério dos povos indígenas, e contamos também com Comissão Escolar Indígena: Comissão vai assessorar o Ministério da Educação na coordenação e execução das ações de educação escolar indígena, com formulação de planos e programas de trabalho. Ações da Atualidade: No presente, o (MPF) Ministério Público Federal, ajuizou uma Ação Civil Pública, para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, contrate professores das escolas indígenas de Angra dos Reis e Paraty. A ação se deu a partir da denúncia do CEDIND - Conselho Estadual dos direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro, para que fossem regulares o ano letivo de 2024, o que não ocorreu. Em inspeção realizada nas quatro aldeias no exercício de 2024, nos dias 15 e 16 de abril, foram constatados que as escolas estavam sem aulas por falta de professores.



Na Luta pela [Justiça Ambiental](#) – UFRJ- Serviço Social Ambiental 26/05/05 – [A Cura do Alimento Ancestral](#)

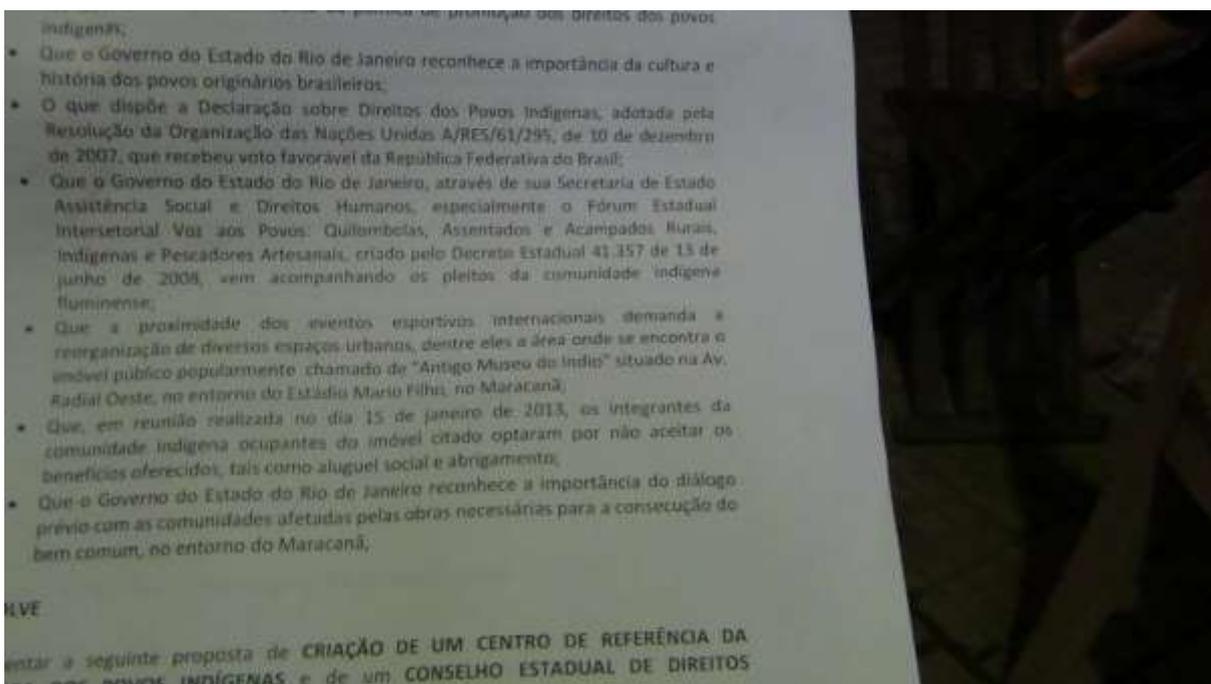
[...] “A Comissão de Educação do CEDIND, fez diversas reuniões com a SEEDUC, no sentido de encontrar uma solução amigável, sem, contudo, ter êxito. O que motivou inspeção da Defensoria Pública da União e o Ministério Público ajuizar ação. De acordo com a procuradora Fabiana Scheider, autora da ação, “o contexto é desalentador: escolas sem estrutura física digna... professores do ensino fundamental de primeiro e do primeiro segmento; falta formação adequada para os professores indígenas; ausência de creche; acompanhamento pedagógico e inexistência de material didático bilingue. O (MPF) e a (DPU), também requereu que a Secretaria de Educação do Estado do Rio, para que estabelecesse um cronograma com início imediato para a reposição das aulas prejudicadas. A ação Judicial foi considerada procedente, e o TJRJ, estabeleceu um prazo para que o Governador do Estado, via Secretaria de Educação, contratasse de imediato professores indígenas além da reposição das aulas. Tal Ação Civil Pública: 5000553 - 20.2024.4.02.5111/RJ, movida a Justiça Federal da 1ª Vara de Angra dos Reis, no Despacho/Decisão.



Darci Tupã com alunos da Escola Guarani Para Poty Nhe'Ë Já – Maricá – 2025 - Foto Tupã

A juíza Monica Maria Cintra Leone Cravo, determinou que o Estado do Rio de Janeiro, que efetivasse imediata recontração de professores, além da reposição das aulas. Afim de fazer cumprir a Decisão Judicial, o Governador do Estado Baixou o Decreto n. 49.130 de junho de 24, autorizando a Secretaria de Educação a firmar contratos com os professores por prazo determinado para atender às Escolas Estaduais Indígenas nos anos Letivos de 24/25, tendo em vista, o Processo Administrativo SEI- 140001/029081/2. D E C R E T A : Art. 1º - Fica a Secretaria de Estado de Educação autorizada a celebrar até 40 (quarenta) contratos por prazo determinado com Professores para suprir as carências nas Unidades Escolares Estaduais Indígenas, sendo: I - até 20 (vinte) Professores para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com carga horária de 22 (vinte e duas) horas semanais; II - até 16 (dezesesseis) Professores com carga horária de 18 (dezoito) horas semanais e até 04 (quatro) Professores com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Pelo que vimos nos relatos e demandas apresentadas pelo CEDIND/ Comissão de Educação e Cultura. Para efetividade das soluções e prioridades relatadas nas Aldeias Guarani e Pataxó em Paraty/Angra e Maricá: 1. Implantação imediata do ensino médio nas aldeias que tem alunos indígenas que já concluíram o ensino fundamental e estão há mais de dois anos sem poder dar continuidade aos estudos o que traz frustração e ansiedade a estes jovens indígenas; 2. Criação, no plano de cargos e salários da SEEDUC, dos cargos de magistério indígena e outros cargos afins a uma escola indígena como: educador indígena, professor da cultura e da língua Guarani que é a língua falada por todos os indígenas das aldeias Guarani de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, e os cargos de merendeiras, limpeza, zelador etc.; 3. Definir o plano de carreira para os professores, educadores indígenas e demais cargos das escolas indígenas, com vistas a integrar os profissionais que trabalham nas escolas estaduais das sete aldeias do Rio de Janeiro nas carreiras de magistério da SEEDUC; 4. Realização de concurso específico pra preencher os cargos de magistério indígena e cargos afins das escolas nas aldeias Guarani e Pataxó do Rio de Janeiro; 5. Ampliação do número de salas de aulas e demais instalações das escolas estaduais das aldeias de Araponga, Itaxim, Rio Pequeno e Sapukaí, bem como a nomeação dos seus respectivos diretores e vice-diretores; 6. Inserir a aldeia Pataxó do Iriri, em Paraty, nas políticas públicas de educação escolar indígena, pois essa comunidade indígena Pataxó está desassistida pela SEEDUC; 7. Adoção de material didático na língua Guarani falada nas sete aldeias existentes em Paraty, Angra dos Reis e Maricá, como já ocorre há vários anos nas escolas indígenas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e de outros estados onde há comunidades Guarani. Numa primeira fase, poderão ser adotados materiais usados nesses outros estados e criado um grupo de trabalho com professores indígenas e da SEEDUC para criar material local; 8. Promover maior integração da SEEDUC junto a Secretaria Municipal de Educação de Maricá que, desde 2014, através de convênio celebrado entre as secretarias do estado e do município, ficou responsável pelas escolas indígenas nas duas aldeias Guarani situadas nos bairros de Itaipuaçu e em São José de Imbassaí; 9. Adequação da merenda escolar das escolas indígenas aos hábitos culturais e alimentares do povo Guarani, incluindo itens como farinha de mandioca, fubá, milho, canjica, frutas, verduras e outros itens que fazem parte da alimentação tradicional do povo Guarani, bem como a contratação de merendeiras indígenas

moradoras das aldeias; 10. Dar maior transparência aos recursos destinados pela SEEDUC às escolas estaduais indígenas do estado do Rio, de modo que os caciques e lideranças das aldeias tenham ciência e possam validar a destinação, bem como acompanhar sua aplicação; 11. Discutir com as lideranças e professores indígenas das aldeias a melhor forma de oferecer os cursos de magistério indígena para que sejam mais acessíveis aos indígenas de todas as aldeias do estado do Rio interessados em formar-se em magistério indígena; 12. Reativar o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena que se encontra inativo há vários anos, promovendo a atualização do seu estatuto e elegendo novos conselheiros. A Deputada Estadual Dani Balbi, entrou com um Decreto Legislativo, onde cria a carreira de Professor Indígena, do Grupo Ocupacional Educação do Quadro do Magistério Público do Estado do Rio de Janeiro: “Fundamenta-se nos direitos das comunidades indígenas à educação escolar com utilização de suas línguas maternas e secundárias e dos processos próprios de aprendizagem”. Contudo, muita coisa tem acontecido no presente: a começar com a reforma das escolas em Sapucaí e Rio Pequeno o que vai propiciar uma educação de qualidade para o futuro. Sem, contudo, não nos esqueçamos a sabedoria guarani: “A Educação se faz de baixo da árvore”.



Reunião em janeiro de 2013 na Aldeia Maracanã, para discussão da consolidação do CEDIND



Reunião do Cedind na Biblioteca Parque – 2019 – Foto Reinaldo Potiguara - Conselheiros

Sessão Temática 1 - A primeira Sessão 1- abordaremos a Solenidade de Posse dos Novos Conselheiros do CEDIND, que ocorreu no Plenário: José Ribeiro de Castro Filho, da Organização dos Advogados do Brasil (OAB), centro do RJ em 2018. Segundo [Celina Cortez, \(JB\) maio de 2018](#):

[...] “Em clima de alegria e descontração, de participantes que não se preocupavam muito com protocolos, embora se empenhassem em não destoar do austero ambiente. Quatro aldeias aproveitaram a ocasião para vender suas peças de artesanato — pequenos animais esculpidos em madeira, leques e cestos de palha e bijuterias —, discretamente depositadas num canto do plenário”. [...] “O Conselho é formado por 24 membros, 12 deles, índios. Destes, seis são lideranças das aldeias Guarani e Pataxó de Paraty, Angra dos Reis e Maricá. Os outras seis são oriundos de organizações dos indígenas em contexto urbano, das quais fazem parte cerca de 30 mil pessoas dispersas em comunidades do Grande Rio, da Baixada Fluminense e do interior do estado. A outra metade das cadeiras é ocupada por 12 integrantes ligados à administração pública e de entidades ligadas à causa”. [...] “É um avanço gigante para a criação de políticas públicas, centraliza todas as demandas para indígenas. Como há representantes da secretaria de estado, da OAB, vai se criar um fórum objetivo para encaminhamento de problemas e soluções”, comemora Toni Lotar”. [...] “Para a bióloga Rosângela Maria Nunes, representante da Funai, a criação do conselho dará grande visibilidade à causa indígena, “sobretudo para os aldeados, que não recebem uma atenção direta”: Será uma contribuição para construir políticas públicas, voltadas às condições de moradia muito precárias e para a educação. Os vários componentes do Conselho vão abrir portas para alavancar as condições socioeconômicas dos indígenas em geral”. [...] “Democraticamente, os representantes de sete aldeias guarani de Paraty, Angra e Maricá, além de seis organizações de índios em contexto urbano, elegeram Carlos Tukano como representante dos índios urbanos, enquanto Nino Guarani, da aldeia Araponga, em Paraty, foi consagrado como o representante dos índios que vivem em aldeias. A sugestão para “quebrar as regras” veio de Eliane Potiguara, índia urbana, escritora e professora, que vive na cidade do Rio de Janeiro, durante as improvisadas eleições de ontem, previstas para durar dez minutos. Acabaram, porém, consumindo mais de meia hora, com direito ao canto sagrado de apoio feito pelo índio pataxó Arassari, de Porto Seguro, “de agradecimento, para trazer energias para um bom trabalho e proteger a espiritualidade de todos os presentes”, explicou, com um sorriso”.



Posse do CEDIND – Representantes Governamentais, sociedade civil em contexto urbano, aldeamento, e ente federados. FUNAI- UFRRJ- UERJ-UNIRIO- UFRJ.



A Criação do CEDIND/RJ, em janeiro de 2018, completou 7 anos em 2025. De ontem para hoje, muita coisa aconteceu em termos de conquistas e lutas. No Relatório elaborado por [Ludmila Moreira Lima](#),



Reunião do Cedind – 2018 – Secretaria de Direitos Humanos – Conselheiros

Ex. conselheira, representante da [ABA no CEDIND, em 2019](#); assim descreveu o CEDIND que teve sua posse em 17 de maio de 2018.

[...] “A criação do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND, cuja posse ocorreu em 17 de maio de 2018, foi um importante passo para a garantia dos direitos dos índios aldeados e em contexto urbano dos municípios e estado do Rio de Janeiro. Instituído pelo Decreto Governamental Nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, o CEDIND é órgão colegiado permanente e de caráter consultivo, vinculado, no momento de sua instalação, à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI) e, atualmente, com a posse do novo governo em 2019, passou a ter suas atividades coordenadas pela Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos, está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. No CEDIND possuem assento: lideranças e representantes das comunidades indígenas aldeadas; organizações indígenas representativas dos índios em contexto urbano do Estado do Rio de Janeiro; representantes da administração pública direta e indireta; representantes de universidades e de instituições, públicas ou privadas, com atribuições afetas à questão indígena. Desde sua criação, o CEDIND já realizou uma dezena de encontros e reuniões ordinárias. As primeiras, ocorridas em 2018, priorizaram a escuta das principais pautas e reivindicações de lideranças e representações de grupos aldeados e não-aldeados do estado do Rio de Janeiro; a efetividade institucional e a formulação do regimento interno, aprovado em dezembro de 2018”. [...] “Enfim, o [CEDIND](#) se insere num complexo campo de disputas e rede de relações institucionais, econômicas e de poder, assim como, desde sua criação, tem enfrentado grandes desafios quanto a fazer valer suas competências; ao atendimento das inúmeras reivindicações e pautas definidas por seus beneficiários e quanto às expectativas que lhe foram depositadas desde a sua criação. Além disso, a solução de uma pluralidade de problemas não depende apenas da boa vontade e capacidade de iniciativa dos Conselheiros, mas também da articulação e envolvimento de inúmeros 6 atores institucionais, cujas decisões envolvem vontade política, além de negociações e respeito a procedimentos administrativos, normativos e legais, que se processam em temporalidades e ritos próprios, sempre aquém das expectativas e necessidades indígenas. Para os que, no CEDIND, certamente desejam ver tudo rapidamente resolvido, ouvir desabaços como “... por que nunca acontece o que queremos?”; “... quero morrer com 130 anos e quero ver o que Juruá vai trazer para minha aldeia...”; “não podemos deixar tirar o pouquinho que conseguimos...”; “querem acabar com a gente, mas nós estamos sempre vivos”, pode soar doloroso, sobretudo em tempos tão sombrios. Todavia, esses desabaços são também ensinamentos incansáveis e, por isso mesmo, impulsos potentes de resistência”. [...] “Vale lembrar que o CEDIND surge a partir de um histórico de lutas do movimento indígena do Rio de Janeiro e de seus diversos parceiros. Tais lutas representam dissonâncias e mobilizações produzidas por grupos que desafiam silenciamentos, reelaboram identidades e tornam visíveis as fronteiras que os aproximam e separam de outros grupos e da sociedade

abrangente, o que envolve uma complexidade de mediações e formas de afirmação não só de anseios e de reconhecimento de direitos, mas também de fortalecimento de sistemas culturais locais. Considerando o que vem sendo anunciado e protocolado, desde o início de 2019, pelos governantes e parlamentares eleitos, em esferas estaduais e federais, cabe fortalecer, articular e dar organicidade aos espaços coletivos de defesa de direitos daqueles que sempre estiveram, no Brasil, em situação de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, o CEDIND, apesar de reunir “vontade política” e de já ter avançado em encaminhamentos indiscutivelmente relevantes, enfrentará, em seus horizontes, imprevisibilidades e imensos desafios”. [...] “Segundo relato disponibilizado pelo [Conselheiro Reinaldo de Jesus Cunha](#) (representante da Associação Universitária Latino Americana-AULA, no CEDIND), que esteve nas duas reuniões, um dos grandes impasses vividos nas duas aldeias diz respeito à precariedade e urgência para o atendimento educacional a que as crianças têm direito. Em Araponga, conforme este relato, o vice cacique Nino Benites (Presidente do Conselho, representando as comunidades aldeadas) foi enfático ao denunciar que “... A escola- extensão de Araponga, não tem nada; nem professor, material didático ou recurso para a escola funcionar”. Presente à reunião, Argemiro, do Conselho de Educação Indígena, afirmou que a situação da educação indígena se precariza mais ainda em razão da falta de quórum e da participação do governo nas reuniões do Conselho Estadual Indígena do Estado do RJ. Além disso, ainda segundo Argemiro, a ausência de professores indígenas capacitados atrasa o início do ano letivo. Por mais que as lideranças se esforcem, há problemas de dotação orçamentária para formação de professores, além de dificuldades de deslocamento para aqueles que se inscrevem no único curso de capacitação existente”.



Reunião em Araponga 2018





Reunião na Aldeia Maracanã – Com autoridades do Governo do Estado do RJ - 2013

A eleição para a composição do CEDIND, foi algo inédito. Evitando que pudéssemos ficar na representação só em contexto urbano, longe dos problemas das Aldeias. Por sugestão da Eliane Potiguara, foram eleitos respectivamente: o cacique Carlos Tukano (Aldeia Maracanã) e o vice-cacique Nino Wera'i da (Aldeia Araponga).



Reunião 2025 – CEDIND - Convocação de Novas Eleições Gestão 2026 a 2028





Posse dos Conselheiros do Cedind – 2018 – OAB/RJ

O indigenista e militante Toni Lotar, assim resumiu a solenidade posse "Os indígenas do Rio de Janeiro comemoraram uma grande conquista: a criação do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas que será uma ferramenta muito importante no encaminhamento de políticas públicas para os mais de 30 mil índios aldeados e urbanos que habitam no estado do Rio". Cunha e Dilmar José: Figura 2 e - Fotografia de Solenidade de posse CEDIND.



Sessão Temática 2 - abordaremos as reuniões no Nível Central – Biblioteca Parque; e na Secretaria de Direitos Humanos e Idosos e Políticas para as Mulheres RJ.

Primeira reunião do CEDIND, REALIZADA EM [08 DE AGOSTO DE 2018](#), NA AVENIDA ERASMO BRAGA, 118 – 3º ANDAR – PLENÁRIO.

Ordem do Dia: 1. Início dos trabalhos: O presidente do CEDIND – Cacique Carlos Tukano, inicia a reunião agradecendo a presença de todos e fala sobre a importância da presença dos indígenas aldeados e não aldeados neste conselho como fundamental para a causa indígena. Em seguida fala sobre a importância do CEDIND, para a formulação de políticas públicas. Na sequência solicita a apresentação

de todos para a integração dos membros do conselho. Feito as devidas apresentações, a Sra. Monalyza Alves sugere a inversão da Pauta da reunião, tendo em vista o atraso no deslocamento dos indígenas aldeados de Maricá Assim, ao invés de iniciarmos a reunião com a leitura do Decreto que institui o CEDIND, façamos as considerações no que diz respeito à Logomarca do Conselho. Participaram os Seguintes⁶ Conselheiros:



Reunião do Cedind Bilblioteca Parque Conselheiros - 2018

[...] “Apresentação e Definição da Logomarca; Após a projeção da logomarca idealizada pela SEDHMI, foram feitas as seguintes sugestões: O Sr. Toni Lotar, sugere inserir a sigla “RJ”; A Sra. Claudia questiona quanto ao processo de criação desta logomarca. A Sra. Monalyza, explica que este é apenas um modelo sugerido pelo Departamento de Comunicação da SEDHMI, e ainda, que se trata de sugestão, feita para aprovação, ou não, dos Conselheiros. O Sr. Carlos Tukano, destaca que a mesma precisa de mais elementos indígenas. Trabalhar com a ideia de um Cocar, por exemplo. A Sra. Monalyza questiona quanto à representação do cocar, entendendo que existe diferença de cocar entre as etnias. O Sr. Tukano explica que o cocar, o arco e a flecha são elementos nacionais na representação dos Indígenas, independentes de suas etnias. A Sra. Rosangela destaca que o tacape, assim como o cocar, o arco e a flecha, comunicam melhor a questão indígena. A Sra. Sandra sugere que a copa da árvore fosse um cocar. O Sr. Júlio destaca que a logomarca do conselho deverá representar a luta do povo indígena. A Sra. Claudia sugere que os povos indígenas presentes poderiam construir uma logomarca e apresentar em outra reunião. Como encaminhamento, a Sra. Monalyza sugere que cada Aldeia ali representada traga na próxima reunião elementos, ou mesmo desenhos, para que decisão dos conselheiros. O Sr. Toni sugere que com base nas observações o departamento de comunicação da SEDHMI, apresente também uma proposta de logomarca. A Sra. Marize, destaca que a arte apresentada poderia ser modificada, onde a copa da árvore fosse um cocar protegida pelo arco e flecha. Não perdendo assim, os símbolos representativos do povo indígena. O Sr. Nino, sugere inserir também o cachimbo. Sendo entregue uma sugestão de desenho. 3. Definição do Calendário das reuniões do CEDIND: A Sra. Monalyza pede a atenção dos conselheiros para a definição do calendário das próximas reuniões até Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND Subsecretaria de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania Av. Erasmo Braga, 118, 9º

⁶ Presentes: Carlos Tukano (AIAM), Sandra Benites (AIAM) Marize Vieira de Oliveira (ISPO – Aldeia Indígena Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA), Nino Benites da Silva (Aldeia Araponga), Pedro Benites (Aldeia Itaxim/Paraty Mirim), Elio Karai Tupã Mirim Kae (Aldeia Itaxim de Paraty Mirim) Demercio Martine (Aldeia Rio Pequeno), Maurílio Mirim dos Santos (Aldeia Sapukaf), Cacique Félix (Aldeia Céu Azul-Ara Hovy), Vilmar Vilarvis (Aldeia Mata Verde Bonita-Kaaguy Hovy Porã) Suzana Parai (Aldeia Mata Verde Bonita-Kaaguy Hovy Porã), Maria Tânia F. Ribeiro (Aldeia Pataxó), Açucena Riberio da Silva (Aldeia Pataxó), Cacia Eva Rete M. Benites (Aldeia Paraty Mirim), Adilson Tupã (Aldeia Paraty Mirim), Laura Benites de Souza (Aldeia Araponga), Flavia Arai da Silva (Aldeia Itaxim), Jorge Martine (Aldeia Rio Pequeno), Monalyza Alves (SEDHMI), Marluce Braz (SEC/RJ), Felipe Branco (SEEDUC/RJ), Rosani Ferraz de Araújo Staneck (SEAPPA/RJ), Rosangela Nunes (FUNAI), Virginia T. Guimarães (PUC-RIO), Ludmila Moreira de Lima (Associação Brasileira de Antropologia), Thales Arcoverde Treiger (DPU), Diogo Flora (Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ), Cláudia A. F. Aiub (UNIRIO) Luiz Henrique Chad Pellon (UNIRIO), Hariessa Cristina Villas Boas (AIAM), Toni Lotar (Indigenistas), Hugo Rafael de Almeida Rosa (IPHAN-RJ), Celso de Moraes (SES) João Carlos “Birigu” (Secretário Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular de Maricá), Ravel (Assessor da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular de Maricá).

andar, Centro – Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (21) 2334-5540 dezembro de 2018. O Sr. Carlos Tukano destaca a importância do calendário, para organização das aldeias. A Sra. Monalyza sugere que as reuniões sejam realizadas na terceira semanas do mês; levando ainda em consideração os dias de semana, priorizando terças, quartas e quintas. E que ainda, as reuniões sejam mensais, tendo em vista a construção do Regimento Interno, processo que irá nortear todos os procedimentos e ações do Conselho, e que o mesmo é um processo que demanda tempo e necessita de ritos burocráticos, como por exemplo, a avaliação da assessoria jurídica. O Sr. Nino, destaca que as aldeias também tem uma agenda de participação em outros conselhos. O Sr. Júlio destaca que o ideal é a realização das reuniões nos finais de semana, tendo em vista que os conselheiros também são trabalhadores. O Sr. Tukano, destaca que a realização aos fins de semana desmobiliza os órgãos presentes. Destacou que é importante a capacitação dos conselheiros aldeados, para entender o seu papel no conselho, para que o mesmo mostre aos governos as necessidades da população indígena. Para isso, cada conselheiro tem que assumir sua responsabilidade na participação nas reuniões. Aproveitou para solicitar a representante da FUNAI, cumprir as etapas necessárias para garantir o transporte dos indígenas aldeados nas reuniões do CEDIND. O Sr. Luiz Henrique, entendendo a construção do documento, destaca ser importante à realização das reuniões na capital, e nada impede que sejam realizadas atividades nas aldeias aos finais de semana na forma de oficinas, etc. A Sra. Monalyza destaca a dificuldade no deslocamento como um elemento que impediria a realização das ações nos finais de semana, e ainda, responde ao Sr. Júlio que aqueles indígenas aldeados que estão com contrato de trabalho podem solicitar ofício para justificar a ausência em seus trabalhos. O Sr. Nino destaca que trabalha como agente de saneamento para a SESAI, e ele como cacique da sua aldeia, procura organizar suas atividades sempre em consenso com sua aldeia para que não fique sem um responsável. E destaca não ter problema com a SESAI no que tange a participação no Conselho. A Sra. Rosângela explicou que é garantida por Lei a participação de servidores em Conselhos. Destaca que os melhores dias seriam as quartas e quintas, tendo em vista o trânsito da região da costa verde até a capital. Destaca que fará os encaminhamentos necessários junto a FUNAI para Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND Subsecretaria de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania Av. Erasmo Braga, 118, 9º andar, Centro – Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (21) 2334-5540 viabilizar o transporte nas reuniões. O Sr. Toni destaca como importante a parceria com FURNAS S/A, que tem apoiado de forma emergencial, e com a definição do calendário acredita que FURNAS possa garantir o transporte até a definição por parte da FUNAI. A Sra. Eva destaca que as quartas-feiras, como melhor opção, tendo em vista a atuação nas Aldeias. A Sra. Marize destaca precisa de declaração comprovando sua participação, e sugere que a declaração venha com a Lei que garante a participação de servidores nas reuniões de Conselhos. Destaca a importância da realização de ações nas Aldeias nos finais de semana, com o apoio das Universidades Federais que tem acento no Conselho o Sr. Birigu, destaque que com o planejamento, a Prefeitura de Maricá viabilizar o transporte A Sra. Cláudia, esclarece que a UNIRIO possui apenas um ônibus, mas que existe a possibilidade de parceria com as outras universidades federais, sendo assim, uma possibilidade de parceria Assim, foi feita a leitura das próximas datas, sendo elas: 19 de setembro; 17 de outubro; 22 de novembro(excepcionalmente na quinta-feira), 12 de dezembro. O Sr. “Birigu”, trouxe a reflexão do momento político que se aproxima, como elemento que poderá alterar o trabalho pré-estabelecido, assim, reforça a necessidade de redigir e publicar o Regimento Interno do CEDIND, tendo em vista, as mudanças pós-eleição. O Sr. Toni, destaca como meta de honra dos Conselheiros redigir o regimento interno e fazer deste Conselho exemplo para os demais Estados. O Sr. “Birigu”, colocou a estrutura da Secretaria Municipal a disposição para alimentação, transporte e demais necessidades do conselho. Em prosseguimento, o Sr. Tukano, questiona sobre a manutenção do horário das reuniões. Ouvidos os conselheiros, definiu-se o horário das reuniões das 13h00 às 17h00. 4. Regimento Interno: A pedido do Sr. Toni, falou-se sobre o processo de construção do Regimento Interno. A Sra. Monalyza, sugere a criação do regimento de forma participativa durante as próximas reuniões. Em seguida, falou-se sobre a estrutura do Regimento Interno, que a princípio seria formulado em: Do mandato, distribuir as atribuições, da periodicidade das reuniões, quórum, deveres e penalidades. A Sra. Hariessa lembra a questão da dotação orçamentária. O Sr. Thales esclarece que o Regimento interno, serve para orientar o funcionamento Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND Subsecretaria de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania Av. Erasmo Braga, 118, 9º andar, Centro – Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (21) 2334-5540 interno do Conselho, lembrando que o Regimento não pode criar novas ações que não estejam publicadas no Decreto. O Sr. Júlio coloca à disposição o Regimento Interno de sua instituição. A Sra. Monalyza destaca a importância da comunicação, principalmente por aplicativo de mensagens, para facilitar na construção do mesmo. A Sra. Rosângela sugere a criação de um conselho local, para facilitar a gestão do CEDIND, entendendo as distâncias entre as aldeias. O Sr. Reinaldo destaca a importância de pensar o CEDIND, como por exemplo, a criação de Câmara para falar sobre a questão

agraria, questão da terra, além de criar a comissão para escrever. Além de pensar a estrutura com a criação de uma secretaria executiva e de espaço para sede do Conselho. Destacou a importância das atividades extra as assembleias, que o Conselho possa funcionar de maneira descentralizada. Destaca como importante filtrar os mecanismos, e realizar atividades nas aldeias e de ainda constituir uma base funcional e com tarefas concretas com o fim de resolver as demandas. A Sra. Hariessa destaca que o Regimento Interno servirá para regulamentar o Decreto. O Sr. Luiz Henrique, sugeriu elencar a estrutura para organizar o CEDIND. O Sr. Toni sugere a leitura do Decreto. A Sra. Monalyza concorda com o Sr. Reinaldo no que tange a construção e organização do CEDIND, destaca que estamos todos pensando como serão os próximos passos. 5. Leitura do Decreto que institui o CEDIND - Feita a Leitura do Decreto. A Sra. Rosângela destacou a não participação do INEA e do IBAMA. E ainda, da participação como titular da DPU e da FUNAI, o que irá demandar a publicação de alteração do decreto. A Sra. Maria destaca a necessidade de esclarecimento quanto à possibilidade de haver dois presidentes eleitos em plenária. A Sra. Monalyza destacou que a solicitação foi feita a assessoria jurídica, quanto à viabilidade, o que ainda não resposta. A Sra. Hariessa, destaca que o órgão federal que não pode estar subordinadas ao um conselho estadual. A Sra. Monalyza destaca que o mesmo não se aplicou as universidades. O Sr. Toni esclarece a não citação da Aldeia Pataxó que a época da edição do decreto não estaria representada, mas em reunião realizada em Paraty as aldeias citadas no Decreto cederam uma vaga para a inclusão das mesmas. O Sr. Júlio pede para garantir sua participação no CEDIM, Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND Subsecretaria de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania Av. Erasmo Braga, 118, 9º andar, Centro – Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (21) 2334-5540 representando o Fórum e a Comissão Urupá, no CEDIND. A Sra. Monalyza destaca que tal movimento deverá ser feito pelo Fórum e pela Comissão solicitando a inclusão no CEDIND. O Sr. Júlio solicita que os presidentes do CEDIND, faça o convite para que o Fórum e a Comissão venham participar. O Sr. Toni solicita o convite para as prefeituras municipais de Paraty e Angra dos Reis. A Sra. Monalyza explica que o convite foi feito para a Prefeitura de Maricá, entretanto, ainda não haviam sido convidadas as prefeituras de Paraty e Angra dos Reis. O Sr. Reinaldo entendendo a aprovação de dois presidentes pede a paridade também na Vice-presidência. A Sra. Monalyza destaca no que tange a estrutura, a necessidade de criar uma secretaria executiva. Esclarece que os esforços estão sendo realizados para a contratação de um/a funcionário/a, entretanto, em função do momento político que se aproxima, estamos por lei impedidos de realizar contratações. Explica que neste momento a Secretaria Executiva estará sobre a responsabilidade da SEDHMI, podemos reservar a Sala de reunião da SEDHMI para a realização de reuniões, desde que seja elaborado um calendário prévio para a utilização. Em seguida, propõe a votação do meio de difusão da comunicação entre os conselheiros, via cópia oculta, justificando assim a centralização das informações, e ainda, com a criação de um grupo de whatsapp. A plenária aprovou o envio dos e-mails em cópia oculta e a criação do grupo de whatsapp, onde serão administradores a representante da SEDHMI, SEC e os presidentes. O Sr. Júlio perguntou sobre a possibilidade de criar o CNPJ do Conselho. A Sra. Monalyza responde que o CEDIND é um órgão vinculado à SEDHMI, mas que irá buscar a informação. O Sr. Júlio falou sobre a dificuldade de obter recursos financeiros que pudessem custear gastos com transporte, alimentação e outras necessidades. A Sra. Monalyza explicou a diferença entre a estrutura de uma Secretaria de governo e uma organização da sociedade civil, e ainda, a diferença entre projeção orçamentária e recursos financeiros na gestão pública. Esclareceu que o CEDIND poderá fazer parceria com outras instituições, como por exemplo, FURNAS, que apoia o CEDIND na concessão de transporte para os Aldeados da Costa Verde. O Sr. Júlio agradeceu as organizações presentes como fundamentais na luta dos povos indígenas. Falou que o maior problema que existe para os indígenas Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND Subsecretaria de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania Av. Erasmo Braga, 118, 9º andar, Centro – Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (21) 2334-5540 aldeados hoje encontra-se no âmbito da saúde, em sua aldeia não tem saneamento básico. Solicitou a FUNAI maior atenção ao problema da saúde indígena. Pediu que a Defensoria tivesse atenção aos problemas da aldeia. Em Paraty, existe um movimento de retirado dos indígenas do município, publicado em Diário Oficial, onde a prefeitura se nega a realizar o procedimento de demarcação das terras indígenas. Falou ainda, da ação que jovens da Aldeia se manifestaram porque o carro da SESAI da comunidade não tem manutenção, colocando em risco os usuários. Este caso foi levado à diretoria da SESAI que informou não haver recursos para a manutenção. A Sra. Claudia sugeriu a tradução para Guarani do Decreto que institui o CEDIND. O Sr. Reinaldo, fala da importância da descentralização da gestão do CEDIND, na perspectiva de melhor atender as demandas locais, em temas como, reforma fundiária, reforma agrária, entre outros temas. Na medida em que se consegue uma visão, mas ampliada, não invalida a atividade exercida nos territórios. Sugeriu pensarmos em inserir no Regimento Interno a criação de Conselhos Municipais, para melhor trabalhar na esfera municipal. O Sr. Hugo, representando o IPHAN, trouxe informações de um possível sambaqui na região da linha 03 do

VLT, lembrou ainda que audiências públicas sobre esta obra estão sendo realizadas por conta do cemitério dos pretos novos. O Sr. Toni destacou o comprometimento dos indígenas aldeados, e que os mesmos estão em busca de soluções concretas. Compreendeu que são necessárias ações normativas, mas que as mesmas devem ser resolvidas de forma objetiva, com o fim de não desmotivar a participação. Para tanto, reivindicou resposta as seguintes questões: i: metodologia para a construção do regimento interno; ii. Atualização do Decreto para a inclusão do IBAMA, INEA, Aldeia Pataxó de Iriri, e ainda, o convite às instituições que o grupo indígena ache pertinente e o convite às prefeituras. A Sra. Monalyza respondeu pedindo o envio dos dados das instituições que serão convidadas, para a assinatura dos Presidentes. Quanto a metodologia para o regimento, será enviado via whatsapp uma minuta para leitura dos conselheiros e na próxima reunião serão realizadas as alterações pertinentes. O Sr. Toni perguntou sobre a possibilidade de partirmos de um regimento interno de um conselho pré-existente. A Sra. Monalyza sugeriu o Conselho de Educação Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND Subsecretaria de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania Av. Erasmo Braga, 118, 9º andar, Centro – Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (21) 2334-5540 Indígena. A Sra. Rosângela informa que o mesmo não foi construído de forma participativa, que seria melhor utilizar outro exemplo, e reforçou a necessidade de construção coletiva. O Sr. Toni questiona quanto às alterações no Decreto. A Sra. Monalyza sugeriu que a mesma seja feita em 2019. Esgotado os assuntos encerrou-se a reunião”.



II REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS – CEDIND, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2018, NA AVENIDA ERASMO BRAGA, 118 – 3º ANDAR – PLENÁRIA, DAS 13H ÀS 17H.

Início dos trabalhos: A mesa foi composta pelo Sr. Carlos Tukano e pelo Sr. Toni Lotar. Na sequência houve a rodada de apresentação de todos os presentes. Como primeiro ponto de pauta, iniciou-se a Leitura da Minuta do Regimento Interno. O Sr. Toni esclarece aos presentes que a minuta que será apresentada foi produzida pela Sra. Monalyza com base em dois documentos - o Decreto de criação do CEDIND e o regimento interno no Conselho Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa - CONEPLIR. A Sra. Monalyza explicou que o CONEPLIR foi criado com dias de diferença do CEDIND, e que o processo para a construção do regimento interno foi feito durante três meses a partir de encontro semanais e com a participação da ASJUR/SEDHMI. Portanto, o seu conteúdo é o que temos de mais avançado para construir o ⁷Regimento do CEDIND.

[...] “Início dos trabalhos: A mesa foi composta pelo Sr. Carlos Tukano e pelo Sr. Toni Lotar. Na sequência houve a rodada de apresentação de todos os presentes. Como primeiro ponto de pauta, iniciou-se a Leitura da Minuta do Regimento Interno. O Sr. Toni esclarece aos presentes que a minuta que será apresentada foi produzida pela Sra. Monalyza com base em dois documentos - o Decreto de criação do CEDIND e o regimento interno no Conselho Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa - CONEPLIR. A Sra. Monalyza explicou que o CONEPLIR foi criado com dias de diferença do CEDIND, e que o processo para a construção do regimento interno foi feito durante três meses a partir de encontro semanais e com a participação da ASJUR/SEDHMI. Portanto, o seu conteúdo é o que temos de mais avançado para

⁷ Presentes: Nino Benites da Silva (Aldeia Araponga), Pedro Benites (Aldeia Itaxim/Paratymirim), Elio Karai Tupã Mirim Kae (Aldeia Itaxim de Paratymirim), Demércio Martine (Aldeia Rio Pequeno), João Mendonça Filho (Aldeia Rio Pequeno), Maurílio Mirim dos Santos (Aldeia Sapukaí), Luiza Benites de Souza (Aldeia de Araponga), Cacique Félix (Aldeia Céu Azul-AraHovy), Vilmar Vilarvis (Aldeia Mata Verde Bonita-KaaguyHovy Porã), Maria Tânia F. Ribeiro (Aldeia Pataxó), Açucena Riberio da Silva (Aldeia Pataxó), Marize Vieira de Oliveira (ISPO – Aldeia Indígena Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA), Eliane Potiguara (GRUMIM), Zélia Balbina Ferreira (Movimento Ressurgência Puri), Dilmar José da Silva (AULA), Carlos Tukano (AIAM), Monalyza Alves (SEDHMI), Graciela Pagliaro (SES), Roseday Santos Nascimento (SEEDUC/RJ), Rosani Ferraz de Araújo Staneck Torres (SEAPPA), Luiz Henrique Chad Pellon (UNIRIO), Rosângela Nunes (FUNAI), Hariessa Cristina Villas Boas (AIAM), Toni Lotar (Indigenistas), Maria Oliveira (Representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular de Maricá) e Marcos Santana (Representante de FURNAS).

construir o Regimento do CEDIND. Continuou informando que será enviado por e-mail o conteúdo da ATA da I Reunião Ordinária para correções/aprovação dos conselheiros/as, assim como o resultado do trabalho de construção do regimento interno. Iniciada a leitura da Minuta proposta, a Sra. Rosângela, sugeriu que a leitura seja iniciada através dos capítulos que não estão fazendo referência ao Decreto que instituiu o CEDIND. Aprovado pelos presentes. O Sr. Toni destacou no Capítulo II, art. 4º foi sugerida a mudança da inclusão nos itens a.3 e a.4 como segundo suplentes os representantes da Aldeia Pataxó Iriri, justificando que a época da construção do Decreto não havia ainda a constituição da Aldeia Pataxó em Iriri. O Sr. Toni lembrou a sugestão da Conselheira Carmelita que não deveria constar no Artigo 5 a presença de dois presidentes. A Sra. Monalyza, comentou que este item deveria estar como no decreto, ou seja, com a definição de apenas um presidente e um vice. Destacou que a alteração para dois presidente e vice-presidente poderá ser feita em uma futura alteração do Decreto. O Sr. Toni sugere que no Regimento Interno fique clara a representação de dois indígenas para na Presidência e na ocasião da vice-presidência também garantindo assim representatividade dos aldeados e de contexto urbano. Seguida a leitura, a Sra. Monalyza explica que foi feita a fusão dos regimentos do Conselho Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa e do Conselho Estadual de Segurança Pública, destacou ainda que pequenas alterações foram feitas do que tange a composição das comissões permanentes tendo em vista as especificidades do CEDIND. Na sequência, alterou-se a penalidade de não comparecimento às reuniões de 06 faltas para 05 faltas durante o ano. A Sra. Rosângela iniciou a leitura do Artigo 8º com destaque da mesma. Em ato contínuo, foi feita a leitura do Artigo 9º que versa sobre a recondução dos Conselheiros. A Sra. Monalyza destacou que o mesmo não poderá ser alterado no escopo do Regimento Interno sem a alteração do Decreto. Complementou que está previsto no Decreto a recondução dos indígenas aldeados, entretanto, o texto deixa margem a interpretação de ser permitida a recondução dos Conselheiros. O Sr. Reinaldo pediu destaque. O Sr. Toni explicou que foi prevista aos indígenas aldeados a recondução, tendo em vista não burocratizar o processo e compreendendo os ritos de cada aldeia. A Sra. Marize pede esclarecimento quanto à exceção dos indígenas em contexto urbano nesta cláusula. O Sr. Toni explicou que as organizações que representam os indígenas em contexto urbano, seguem um rito burocrático diferente dos indígenas aldeados. Continuando a leitura do Parágrafo único do artigo 9º o Sr. Reinaldo reitera seu destaque. Seguindo a Secretaria Executiva foram eleitos e designados. Quando da composição das comissões permanentes a mesma será definida na constituição das comissões, e assim, seus respectivos Coordenadores serão escolhidos. O Sr. Luiz, pergunta sobre a composição estabelecida no Decreto se permanece na escrita do regimento interno. O Sr. Toni explicou que permanece a mesma composição. No artigo 17º foram reorganizadas os incisos e inseridos outros estabelecendo a seguinte forma: “I - Propor à Presidência temas e pautas para as reuniões do Plenário; II - Conduzir e organizar o Plenário; III - Criar Grupos de Trabalho de acordo com as necessidades vigentes; IV - Analisar pareceres e relatórios a serem apreciados e aprovados em plenário; V - Receber, apreciar e encaminhar as demandas aos demais organismos do CEDIND/RJ, conforme as respectivas competências e VI - Fomentar a capacitação dos atores sociais para execução de programas direcionados aos temas afetos ao Conselho.” A Sra. Hariessa pediu a fala para destacar a ausência de grande parte dos representantes governamentais, destacou a importância de estabelecer punições também para os entes governamentais. A Sra. Monalyza compreendeu que algumas pessoas ausentes apresentaram justificativas. Relatou que o calendário foi estabelecido até o final do ano, o que não deveria representar ausência dos conselheiros. Foi solicitado pela plenária, cobrar a presença das instituições que não estiveram presente em nenhuma das reuniões realizadas. Em prosseguimento a leitura da minuta do regimento interno. O Sr. Reinaldo pediu o destaque no artigo 18º, parágrafo 2º. Destacou que a fase inicial de construção do Conselho demanda atenção e não aceleração dos processos de construção.



Reunião do Cedind – set. 2018 Biblioteca Parque

Destacou ainda que cercar o direito de recondução das instituições que estão iniciando o processo de construção é eliminar a possibilidade das mesmas em realizar ações dentro do contexto das futuras ações do CEDIND. Assim, sugeriu que neste Paragrafo seja garantida a recondução dos integrantes da primeira gestão do CEDIND. A Sra. Monalyza esclareceu que o regimento interno tem a função de regulamentar o Decreto que instituiu o CEDIND. Sugeriu anotar como sugestão para a alteração do decreto. O Sr. Reinaldo continuou dizendo que o Decreto do CEDIND se configura como um “bicho papão” que não contou com participação da sociedade civil. O Sr. Toni e Sra. Hariessa esclareceram que o Decreto foi

construído com a participação da sociedade Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idoso civil, e ainda, com a participação de alguns que estão no CEDIND. A Sra. Monalyza trouxe como exemplo o Conselho Estadual de Segurança Pública, onde não houve instituições que concorreram às vagas e foi feita a recondução das instituições que nele estavam. Portanto, a recondução das instituições poderá ser deliberada pela Plenária do CEDIND. O Sr. Luiz questionou se a recondução se estende ao suplente. Não houve esclarecimento para esta questão. Retomada a leitura da minuta do Regimento Interno artigo 20 a Sra. Graciela questionou sobre a representação em eventos, uma vez que, existem dois presidentes, como seria? Depois do debate em plenária, o Sr. Nino destacou que a cumplicidade e o diálogo serão fundamentais para a melhor definição da representação. A Sra. Monalyza pediu destaque a alínea XX, com relação a comunicado junto à imprensa. Esclareceu que todas as comunicações dos conselhos vinculados a SEDHMI são realizadas pela assessoria de comunicação da SEDHMI. Para evitar qualquer tipo de situação todos os produtos criados pelo CEDIND deverão ser acompanhados pela Assessoria de Comunicação das SEDHMI. O Sr. Toni demonstrou preocupação no que diz respeito ao cercar/censurar a fala do Conselho. O Sr. Reinaldo destacou que em sua experiência a parte de comunicação fica prejudicada. Destacou que as assessorias de comunicação atuam somente com a presença dos secretários. A Sra. Monalyza destacou que inserir a assessoria de comunicação visa tão somente evitar qualquer tipo de constrangimento na relação do CEDIND com a imprensa e com a SEDHMI. O Sr. Toni aproveitou para perguntar se algum dos conselheiros trouxe sugestões para a logomarca do CEDIND conforme definido da reunião anterior. Neste encontro nenhum Conselheiro trouxe sugestões. Da leitura do Artigo 22 não houve alterações. Estabeleceu-se um intervalo de 10 minutos. No retorno das atividades foi feita a leitura dos Artigos 23, 24 e 25 sem destaques da plenária. Foi feita alteração no artigo 26 – Da Comissão de Planejamento, monitoramento e avaliação, o parágrafo único da composição das comissões permanentes com o seguinte texto final: “Parágrafo Único – As Comissões Permanentes serão constituídas por, no mínimo, 03 (três) Conselheiros titulares e no máximo 05 (cinco) conselheiros titulares, sendo facultada a participação de até 02 (dois) convidados, conforme Artigo 04, Parágrafo primeiro do Decreto Estadual nº 46.218, 11/01/2018” Das temáticas das comissões seguiu-se a leitura do artigo 10º, com alteração no texto na forma inserindo os incisos I e II com as alíneas a, b e c. destacando as penalidades. “Do capítulo IV da Estrutura e do Funcionamento”, foram feitas alterações na estrutura que ficou estabelecida da seguinte forma: I. Plenário; II. Mesa Diretora, composta por: Presidência, Vice-presidência, Secretaria Executiva e representantes das Comissões Permanentes. O Sr. Reinaldo destacou que não existe a possibilidade de um conselho funcionar somente com a representação da sociedade civil sem os membros do governo participarem na secretaria executiva, sem paridade entre sociedade civil e governo. A Sra. Monalyza explica que sempre haverá paridade, uma vez que, há alternância entre governo e sociedade civil na presidência e na vice-presidência assim como previsto no Decreto. O Sr. Reinaldo continua dizendo que a as instituições de governo não irão precisar de dois presidentes, entretanto os indígenas sim, não garantindo paridade. O Sr. Toni explicou que o voto da presidência será único, uma espécie de “um corpo com duas cabeças”, quando houver a presidência de governo o pensamento de consenso será o mesmo. A Sra. Marize completa dizendo que o exercício da presidência será o exercício de nos conhecermos e trabalharmos em prol do mesmo objetivo. Continuando a leitura da minuta, o Sr. Toni sugeriu que a secretaria executiva seja ocupada por representante do governo a fim de manter a continuidade e a interface com outras secretarias. Ficou aprovada a seguinte composição das Comissões permanentes – artigo 11º alínea III: a) Planejamento, monitoramento e avaliação; b) Educação e Cultura; c) Saúde e Saneamento; d) Território e habitação; e) Trabalho e Renda; f) Ética; g) orçamento e h) comunicação. Da leitura do artigo 12º não houve destaque, da leitura do artigo 13º, a Sra. Hariessa pede destaque e sugere suprimir o texto do §1º “com aviso de recebimento” para evitar problemas com a obrigatoriedade de envio de cartas pelo sistema tradicional (correios), uma vez que, hoje as comunicações são por e-mail e mensagens. Da leitura do artigo 15º, surgiu a dúvida quanto “ao voto nominal e de qualidade”, optou-se por esclarecer junto ao departamento jurídico. No artigo 16º foram suprimidas as 1ª e 2ª Secretarias, sendo inseridos os Coordenadores das Comissões Permanentes, para a composição da Mesa Diretora. O Sr. Toni destacou a dúvida oriunda da plenária quanto à eleição da Mesa Diretora. A Sra. Monalyza explicou que os cargos de Presidência, Vice-presidência, Secretaria Executiva foram eleitos e designados. Quando da composição das comissões permanentes a mesma será definida na constituição das comissões, e assim, seus respectivos Coordenadores serão escolhidos. O Sr. Luiz, pergunta sobre a composição estabelecida no Decreto se permanece na escrita do regimento interno. O Sr. Toni explicou que permanece a mesma composição. No artigo 17º foram reorganizadas os incisos e inseridos outros estabelecendo a seguinte forma: “I - Propor à Presidência temas e pautas para as reuniões do Plenário; II - Conduzir e organizar o Plenário; III - Criar Grupos de Trabalho de acordo com as necessidades vigentes; IV - Analisar pareceres e relatórios a serem apreciados e aprovados em plenário; V - Receber, apreciar e encaminhar as demandas aos demais organismos do CEDIND/RJ, conforme as respectivas competências e VI - Fomentar a

capacitação dos atores sociais para execução de programas direcionados aos temas afetos ao Conselho.” A Sra. Hariessa pediu a fala para destacar a ausência de grande parte dos representantes governamentais, destacou a importância de estabelecer punições também para os entes governamentais. A Sra. Monalyza compreendeu que algumas pessoas ausentes apresentaram justificativas. Relatou que o calendário foi estabelecido até o final do ano, o que não deveria representar ausência dos conselheiros. Foi solicitado pela plenária, cobrar a presença das instituições que não estiveram presente em nenhuma das reuniões realizadas. Em prosseguimento a leitura da minuta do regimento interno. O Sr. Reinaldo pediu o destaque no artigo 18º, parágrafo 2º. Destacou que a fase inicial de construção do Conselho demanda atenção e não aceleração dos processos de construção. Destacou ainda que cercar o direito de recondução das instituições que estão iniciando o processo de construção é eliminar a possibilidade das mesmas em realizar ações dentro do contexto das futuras ações do CEDIND. Assim, sugeriu que neste Paragrafo seja garantida a recondução dos integrantes da primeira gestão do CEDIND. A Sra. Monalyza esclareceu que o regimento interno tem a função de regulamentar o Decreto que instituiu o CEDIND. Sugeriu anotar como sugestão para a alteração do decreto. O Sr. Reinaldo continuou dizendo que o Decreto do CEDIND se configura como um “bicho papão” que não contou com participação da sociedade civil. O Sr. Toni e Sra. Hariessa esclareceram que o Decreto foi construído com a participação da sociedade civil, e ainda, com a participação de alguns que estão no CEDIND. A Sra. Monalyza trouxe como exemplo o Conselho Estadual de Segurança Pública, onde não houve instituições que concorreram às vagas e foi feita a recondução das instituições que nele estavam. Portanto, a recondução das instituições poderá ser deliberada pela Plenária do CEDIND. O Sr. Luiz questionou se a recondução se estende ao suplente. Não houve esclarecimento para esta questão. Retomada a leitura da minuta do Regimento Interno artigo 20 a Sra. Graciela questionou sobre a representação em eventos, uma vez que, existem dois presidentes, como seria? Depois do debate em plenária, o Sr. Nino destacou que a cumplicidade e o diálogo serão fundamentais para a melhor definição da representação. A Sra. Monalyza pediu destaque a alínea XX, com relação a comunicado junto à imprensa. Esclareceu que todas as comunicações dos conselhos vinculados a SEDHMI são realizadas pela assessoria de comunicação da SEDHMI. Para evitar qualquer tipo de situação todos os produtos criados pelo CEDIND deverão ser acompanhados pela Assessoria de Comunicação das SEDHMI. O Sr. Toni demonstrou preocupação no que diz respeito ao cercar/censurar a fala do Conselho. O Sr. Reinaldo destacou que em sua experiência a parte de comunicação fica prejudicada. Destacou que as assessorias de comunicação atuam somente com a presença dos secretários. A Sra. Monalyza destacou que inserir a assessoria de comunicação visa tão somente evitar qualquer tipo de constrangimento na relação do CEDIND com a imprensa e com a SEDHMI. O Sr. Toni aproveitou para perguntar se algum dos conselheiros trouxe sugestões para a logomarca do CEDIND conforme definido da reunião anterior. Neste encontro nenhum Conselheiro trouxe sugestões. Da leitura do Artigo 22 não houve alterações. Estabeleceu-se um intervalo de 10 minutos. No retorno das atividades foi feita a leitura dos Artigos 23, 24 e 25 sem destaques da plenária. Foi feita alteração no artigo 26 – Da Comissão de Planejamento, monitoramento e avaliação, o parágrafo único da composição das comissões permanentes com o seguinte texto final: “Parágrafo Único – As Comissões Permanentes serão constituídas por, no mínimo, 03 (três) Conselheiros titulares e no máximo 05 (cinco) conselheiros titulares, sendo facultada a participação de até 02 (dois) convidados, conforme Artigo 04, Parágrafo primeiro do Decreto Estadual nº 46.218, 11/01/2018” Das temáticas das comissões seguiu-se a mesma do artigo 11º. Da leitura do Artigo 27º não houve destaque. Da leitura do Artigo 28º Da Comissão de Educação e Cultura: sendo inseridos os incisos de V a XII. Em prosseguimento, comentou-se sobre a composição do texto que irá versar sobre a questão de terra. A Sra. Monalyza destacou que as atribuições desta comissão deveriam ser propostas pelos indígenas aldeados, por ser tratar de um debate vivo nas comunidades. A Sra. Rosângela solicitou cautela no debate sobre a questão de terra, compreendendo que o tema demarcação de terra é de competência da FUNAI. A Sra. Roseday sugeriu que uma das atribuições fosse acompanhar o debate. Da tentativa de retomar a leitura do Artigo 29º que trata Da Comissão de Saúde e Saneamento O Sr. Luiz destacou que o tema território e saúde estão intrinsecamente ligados. Destacou que o princípio da saúde da família, que atende as comunidades indígenas está embasado na territorialidade e discríção de clientela. A Sra. Rosângela lembrou que a questão do território estaria até o momento, vinculado à ideia de demarcação das terras. Destacou-se também a ausência de temas como meio ambiente. A Sra. Marize destacou que território engloba outros temas que estão vinculados ao bem viver. O Sr. Demércio destacou que a demarcação é cuidar do meio ambiente, e desenvolver outras questões. Da leitura da Comissão de Ética, por unanimidade foi suprimida, levando em consideração que caso ocorra algum fato, como por exemplo, ação discriminatória entre membros, será criada uma comissão especial para apuração dos fatos. Dos nomes das comissões permanentes aprovou-se: a) Planejamento, monitoramento e avaliação; b) Educação e Cultura; c) Saúde e Saneamento; d) Território, Meio Ambiente, Agricultura e habitação; e) Economia Solidária, Trabalho e Renda; f) Orçamento e h) comunicação. A Sra. Monalyza relatou que em sua percepção, a Comissão de Orçamento, seria

responsável por propor questões que irão necessitar de previsão orçamentária, assim como, monitorar os orçamentos de organismos de governo, monitorando assim os orçamentos pertinentes ao CEDIND. A Sra. Rosângela destacou que o Conselho poderá interagir com os organismos de governo para propor orçamento. A Sra. Roseday sugere que a mesma seja temporária. A Sra. Marize, defendeu que a mesma seja permanente e para garantir o pleno funcionamento do Conselho, sendo a mesma estratégica. Na sequência, Da Comissão de Saúde e Saneamento, a Sra. Graciela sugeriu acompanhar as atividades do Conselho de Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND Conselho Estadual dos Direitos Indígenas – CEDIND Av. Erasmo Braga, 118, 9º andar, Centro – Rio de Janeiro, RJ.CEP:20.020-000. Tel.: (21) 2334-5540 Saúde da População Indígena. A Sra. Rosângela destacou a necessidade de atenção aos temas: uso de drogas, violência doméstica, alcoolismo. Ambas as propostas foram inseridas nos itens VI a XII. Da Comissão de Economia Solidária, Trabalho e Renda, O Sr. Toni destacou a necessidade de incluir a questão da comercialização e distribuição dos artesanatos. A Sra. Zélia destacou que a população indígena pode produzir outros itens além de artesanato. A Sra. Rosani salientou que o tema correto seria “inclusão produtiva”. A Sra. Marize destacou a importância de garantir a utilização do espaço público pelos povos indígenas. Com o adiantar da hora, o Sr. Luiz sugeriu que o documento redigido até o momento fosse encaminhado para os e-mails para maiores contribuições. Acolhido pela plenária, encerrou-se a reunião. Eu, Monalyza Ferreira Alves Pereira (ID: 4325704-6), lavro a presente ATA com a outorga de todos”.



Nino Vera- Reinaldo Potiguara- Carlos Tukano- Sergio Verde- Conselheiros Cedind – Daua Puri-Museu Justiça



Reunião do Cedind -Biblioteca Parque – set. 2018

III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS – CEDIND REALIZADA EM 22 DE [NOVEMBRO DE 2018](#), NA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL - UNIDADE CENTRO – LABORATÓRIO 02, À AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 126 – CENTRO/RJ.

Abertura da reunião: A Sra. ⁸Monalyza Alves iniciou a reunião às 13h56min, sugerindo como ponto de pauta a leitura da Ata da II Reunião Ordinária, e ainda, finalizar a construção do Regimento Interno, e por fim, a distribuição dos Conselheiros nas Comissões Permanentes. Destacou que a próxima reunião pretende-se ser a primeira reunião operacional. Solicitou que ao exprimir opinião os Conselheiros se apresentem para fins de melhor confeccionar a Ata. Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos Conselho Estadual dos Direitos

⁸ Presentes: Nino Benites da Silva (Aldeia Araponga), Pedro Benites (Aldeia Itaxim/Paratymirim), Elio Karai Tupã Mirim Kae (Aldeia Itaxim de Paratymirim), Demércio Martine (Aldeia Rio Pequeno), João Mendonça Filho (Aldeia Rio Pequeno), Maurílio Mirim dos Santos (Aldeia Sapukaí), Luiza Benites de Souza (Aldeia de Araponga), Cacique Félix (Aldeia Céu Azul-AraHovy), Vilmar Vilarvis (Aldeia Mata Verde Bonita-KaaguyHovy Porã), Maria Tânia F. Ribeiro (Aldeia Pataxó), Açucena Riberio da Silva (Aldeia Pataxó), Marize Vieira de Oliveira (ISPO – Aldeia Indígena Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA), Eliane Potiguara (GRUMIM), Zélia Balbina Ferreira (Movimento Ressurgência Puri), Dilmar José da Silva (AULA), Carlos Tukano (AIAM), Monalyza Alves (SEDMH), Graciela Pagliaro (SES), Roseday Santos Nascimento (SEEDUC/RJ), Rosani Ferraz de Araújo Staneck Torres (SEAPPA), Luiz Henrique Chad Pellon (UNIRIO), Rosângela Nunes (FUNAI), Hariessa Cristina Villas Boas (AIAM), Toni Lotar (Indigenistas), Maria Oliveira (Representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular de Maricá) e Marcos Santana (Representante de FURNAS).

Indígenas – CEDIND. Esclareceu que todas as reuniões são gravadas e que futuramente os áudios serão disponibilizados on-line.

[...] “Da leitura da Ata da II Reunião Ordinária: Dito isso, iniciou-se a leitura da Ata da II Reunião. Durante a leitura os conselheiros opinaram em suas falas. A Sra. Monalyza destacou que os artigos que constam na leitura da Ata, estavam errados. Foi solicitada a correção dos artigos por parte dos Conselheiros. Da leitura, a Sra. Carmelita pediu esclarecimento quanto a fala da Sra. Monalyza Alves no que tange a área de Comunicação. Questionou se toda a comunicação feita pelo Conselho deve passar pela Assessoria de Comunicação ou somente o que for publicado na internet via governo. A Sra. Monalyza explicou que a ASCOM/SEDHMI realiza dois trabalhos - criação de materiais gráficos e comunicação com a imprensa – no que tange as notas para a imprensa, da experiência com os outros conselhos, as notas passam pela ASCOM/SEDHMI. No caso da produção de cartilhas a ASCOM é responsável pela confecção. A Sra. Carmelita, questionou: Mas se o Conselho quiser fazer qualquer documento e não queira passar pela assessoria ASCOM ele não pode? A Sra. Monalyza responde não saber, uma vez que, este não é o procedimento adotado por outros Conselhos. Trouxe como exemplo o Conselho de Direitos Humanos e o Conselho da Criança e do Adolescente. A Sra. Rosângela destaca que para efeito de Ata tudo passaria pela ASCOM. A Sra. Carmelita esclarece que em seu entendimento somente as comunicações que estivessem no âmbito do governo passariam pela ASCOM/SEDHMI. A Sra. Monalyza explicou que do seu ponto de vista o CEDIND por estar no âmbito do SEDHMI, as comunicações externas devem passar pela ASCOM. A Sra. Carmelita aponta como contraditório uma vez que o Conselho poderá em algum momento posicionar-se contra o governo e suas notas tenham que passar por uma assessoria do governo. A Sra. Monalyza aconselhou que todas as notas passem pela ASCOM. A Sra. Marize relatou que de sua experiência em outros colegiados todos os documentos antes de serem expostos são aprovados em plenária e depois divulgados. Para tanto, as reuniões são gravadas e as atas são aprovadas. O Sr. Júlio explicou que na Comissão Guarani, todas as notas sempre passam pela Coordenação antes de serem divulgadas. O Sr. Reinaldo concorda com a fala do Sr. Júlio, destaca que está subentendida que para algo que gere uma nota do conselho paritário, e que os atores que são jornalistas que sejam feitas as consultas não para o conteúdo e sim na forma, para proteção a todos nós. Trouxe, como exemplo, uma nota contra quaisquer atos contra os direitos indígenas, disse que o ideal é que tenhamos uma segurança jurídica e impessoal na elaboração das notas. O Sr. Toni traz como sugestão explicitar melhor o texto, deixando claro que não compete à assessoria julgar o conteúdo de uma comunicação aprovada pela plenária. E por outro lado, não cabe ao CEDIND, publicação de notas sem a ciência da assessoria. A Sra. Monalyza, sugeriu como “modos operandi”, que a comissão permanente de comunicação produza os materiais para aprovação. E dependendo do caso que seja aprovado na informalidade dos aplicativos de mensagem (whatsapp), mas que o melhor modo seria por e-mail, e assim, depois de aprovadas publicadas. Destacou que uma de suas preocupações com o CEDIND e o mesmo não ser instituído por lei, e caso uma nota tenha um efeito negativo, que o Governador suspenda o Decreto pondo fim ao CEDIND. Destacou que este conselho não é autônomo, portanto, sendo deliberativo e consultivo, sua atuação poderá ser revogada a qualquer tempo, e que estas ações podem ocorrer devido ao um equívoco na comunicação. Por fim, sugeriu que as comunicações fossem aprovadas em plenária e encaminhadas a ASCOM. Em prosseguimento a leitura da Ata a Sra. Rosângela solicitou correção em sua fala, onde se lê: “solicitou cautela no debate sobre a questão de terra compreendendo que o espaço da plenária não fosse ideal para o debate”, esclareceu que a questão de terra é de atribuição da FUNAI e assim alterou-se o texto para “solicitou cautela no debate sobre a questão de terra compreendendo que o tema demarcação de terra é de competência da FUNAI”. O Sr. Apurinã Pataxó solicitou esclarecimento a fala da Sra. Rosângela para melhor compreensão, feita a leitura, a Sra. Monalyza explicou como será o funcionamento do CEDIND a partir das comissões. E que a construção das atribuições Comissão de Terra seria construída nesta reunião. O Sr. Júlio destacou que o tema terra é um direito indígena, portanto, será pauta do CEDIND. O Sr. Luiz solicitou correção, substituindo “distribuição de clientela” para “descrição de clientela”. O Sr. Reinaldo sugeriu que ao final de todas as atas fosse inserido “com a outorga de todos”. Finalizada a leitura da ata. 3. Construção do Regimento Interno: A Sra. Monalyza lembrou que foi compartilhado com os demais Conselheiros a minuta do Regimento Interno. Informou que mesmo com a ausência das atribuições da Comissão de Terra, a minuta do Regimento foi encaminhada à assessoria jurídica, visando dar celeridade à análise por parte da mesma, e ainda, caso fosse necessário apontar possível alterações. Iniciou-se a leitura do Regimento Interno a partir das atribuições da Comissão de Saúde e Saneamento, (RI; art. 27). A partir da leitura e do debate conceitual entre os Conselheiros, alterou-se: i. Alínea III inseriu-se o termo “Propor” antes de programas e/ou projetos, e inserir “Políticas Públicas”. II. Alínea VI, inserir a frase “e de formação em saúde”; III. Alínea VII, “Promover e garantir de forma equânime o acesso à assistência e à utilização da medicina tradicional indígena e plural tanto nos espaços de internação urbanos quanto nos espaços de atendimento nas aldeias com oferta de serviços de saúde e assistência social” (grifo nosso- inserção do texto); foram suprimidas as alíneas originais X e

XII. A Sra. Graciela chamou atenção para as ações de saneamento. O Sr. Luiz aponta que nas primeiras alíneas o tema está contemplado de forma geral. O Sr. Júlio questionou se naquele momento á poderíamos fazer apontamentos quando a questão de saúde das aldeias indígenas, como a escrita de documentos a SESAI. Destacou que as Aldeias não dispõem de material escolar, material hospitalar, nem estrutura de saneamento. O Sr. Reinaldo, diz que num primeiro momento é preciso institucionalizar as ações que iremos fazer, e num segundo momento, mapear as ações. Concluiu que encerradas as ações burocráticas, podemos pensar em pontos chaves a serem discutidos com o novo governo e propor ações práticas. O Sr. Luiz destaca que após estas etapas e importante mapear as necessidades de cada aldeia. A Sra. Monalyza esclareceu que neste momento estamos pensando o trabalho das comissões. A Sra. Marize, destacou a necessidade de inserir algo que pontue a questão de saneamento, inclusive a proposição de políticas públicas, sugeriu o monitoramento das ações. Em ato contínuo, deu-se a leitura do Art. 28, referente à Comissão de Território, Meio Ambiente, Agricultura e Habitação, após a leitura a Sra. Carmelita solicitou a troca de onde se lê “Segurança Alimentar” inserir “Segurança Alimentar e Nutricional”, conhecido como Política de SAN. Após debate conceitual sobre o termo produção cultural, o texto final da alínea “II. Propor, acompanhar e divulgar projetos voltados à sustentabilidade ambiental e à segurança dos territórios indígenas no que tange à proteção dos recursos necessários à garantia dos modos de ser indígena, à produção cultural e à qualidade de vida;” E nas alíneas IV e V iniciar com “Propor” e “divulgar”. A Sra. Virginia chamou atenção para as atribuições das Comissões, como por exemplo, apoiar, acompanhar e executar. Destacou que as comissões talvez não tenham corpo para realizar tais ações. O Sr. Felipe sugeriu padronizar os termos no que diz respeito às atribuições das comissões. Após o debate conceitual houve o consenso de instituir em todas as comissões. Após amplo debate e votação foi deliberado inserir o termo “Propor” ao invés de “Elaborar” em todas as atribuições das Comissões Permanentes. Em seguida, foi defendido pelo Sr. Apurinã e pelo Cacique Carlos Tukano, a permanência do termo “Monitorar”. O Sr. Apurinã defendeu como prioritário monitorar as ações trouxe como exemplo a atuação da FUNAI. Relatou que em contato com outras lideranças, constatou que a FUNAI não realiza encontros de modo a estimular a execução de projetos propostos pelos aldeados. O Cacique Carlos Tukano, destacou que desde 2013, junto a outras lideranças do movimento indígena de contexto urbano, está monitorando a atuação do estado para o restauro do prédio do primeiro Museu do Índio na Aldeia Maracanã. O Sr. Toni sugeriu que fossem padronizadas da seguinte forma: “Monitorar, propor e Encaminhar”, aprovado pela plenária. Continuando a leitura do Regimento Interno, artigo 29, A Sra. Rosângela destacou que não há no Estado do Rio de Janeiro, política pública de transferência de recursos para o desenvolvimento de projetos específico para as Aldeias Indígena. Aproveitou para sugerir que fosse uma atribuição da Comissão de Economia Solidária, Trabalho e Renda. A Sra. Monalyza sugeriu que a Sra. Rosangela fizesse uma proposta de texto, que posteriormente seria socializada aos Conselheiros/as para aprovação. Tal sugestão compreendeu que está seria uma recomendação do Conselho às autoridades competentes, e não uma atribuição da Comissão. O Sr. Toni destacou a importância de valorizar o etnoturismo. Assim, foi inserida a alínea IV com a seguinte redação: “Monitorar, propor e Encaminhar projetos e políticas públicas de etnoturismo e de base comunitária.” Na Sequência, houve alteração da alínea IV da Comissão de Orçamento, artigo 30, dando a seguinte redação: Propor, monitorar e encaminhar política orçamentária e financeira para o funcionamento do CEDIND/RJ. Do artigo 31, a Sra. Marize falou sobre a questão da invisibilidade nas campanhas publicitárias. Mesmo com uma lei de “cotas” que visa a participação da população negra, entretanto, não existe marco legal para a população indígena. O Sr. Luiz destacou o uso indevido da imagem do indígena, sempre reforçando os estereótipos, e sempre de forma preconceituosa. Após longo debate sobre a invisibilidade dos indígenas, o Sr. Felipe sugeriu oficial o IBGE com o intuito de receber o percentual de indígenas autodeclarados, com o intuito de compreender como os dados são tratados pela instituição na segmentação entre negros/pardo e indígenas. O Sr. Apurinã informou que há dois anos a Aldeia Pataxó vem sofrendo com a ausência de energia elétrica, salientou que no verão os medicamentos não são armazenados corretamente. O Sr. Toni sugeriu que terminássemos a leitura do Regimento Interno, para depois ouvir as demandas das aldeias. Da leitura dos artigos 33 e 34 suprimiu-se o termo “sociedade civil” sendo alterado para “representantes indígenas”. No artigo 35 foi suprimida a seguinte frase: “... alternando-se o cargo de presidente e vice-presidente entre poder público e sociedade civil dentro de uma mesma gestão, no período de um ano.” Dos artigos 36 a 41 foram aprovados sem alteração. Aprovado o Regimento Interno, foi apresentada a proposta de logomarca para o CEDIND/RJ de acordo com as sugestões proposta pelos Conselheiros Nino, Marize e Júlio sendo a logo aprovada pela plenária. 4. Proposta de Pauta: A próxima reunião ocorrerá em 13 de dezembro de 2018, quinta-feira, das 13h00 às 17h00, na Biblioteca Parque Estadual. A Sra. Marize trouxe a plenária a situação de São José de Imbassai/Maricá. Sugeriu que fosse construído um texto em defesa da Aldeia, assinada por todas as instituições. A Sra. Monalyza informou que a DPU-RJ irá mover uma ação civil pública contra o vereador em questão. A Plenária aprovou. A Sra. Rosângela informou que estiveram na aldeia no dia posterior ao ocorrido e que a FUNAI encaminhou

o caso ao Ministério Público Federal para providências. E ainda, que o delegado do caso, só fará diligência acompanhado da FUNAI. Continuou informando que além do vereador, há um jornalista envolvido, responsável pela divulgação das informações. O Sr. Reinaldo sugeriu oficialiar a Associação Brasileira de Imprensa no caso do jornalista. A Sra. Monalyza sugeriu construir o texto de forma coletiva. A Sra. Marize ficou responsável em enviar uma primeira minuta da Nota de Repúdio do Conselho. A Sra. Jurema informou que foi feito o Boletim de Ocorrência que irá enviar por aplicativo de mensagem. A Sra. Monalyza se comprometeu em encaminhar denúncia junto ao Ministério Público Estadual e para a SEPPIR/Ministério dos Direitos Humanos. A Sra. Marize sugeriu denunciar aos organismos internacionais. A Sra. Monalyza sugeriu ainda oficialiar a câmara de vereadores e para o prefeito de Maricá. O Sr. Reinaldo sugeriu fechar uma pauta para ser apresentada a equipe de transição do novo governo do Estado, com questões concretas. O Sr. Luiz sugeriu compor as Comissões Permanentes. A Sra. Monalyza complementou sugerindo as escolhas de representantes destas comissões, mas os presidentes para a reunião com a equipe de transição. O Sr. Toni falou sobre o tema reforma do prédio da Aldeia Maracanã, relatando que a FUNDAR enviou um ofício contextualizando o Governador eleito Wilson Witzel e com isso haverá uma reunião na próxima terça-feira com a equipe de transição do futuro governo. Aproveitou para solicitar a plenária o convite a FUNDAR como convidada nas reuniões do CEDIND. A proposição do Sr. Toni foi aprovada por unanimidade, oficializando assim, o convite a FUNDAR. A Cacique Jurema de São José do Imbassá, aproveitou para informar a indicação de dois novos representantes no CEDIND o Sr. Amarildo Karay Mirim Yapua Nunes de Oliveira e a Sra. Luciana Nunes de Oliveira. Em prosseguimento, os Conselheiros, inseriram-se na composição das Comissões na ordem a seguir: a) Planejamento, monitoramento e avaliação: Marize/Aldeia Jacutinga; Júlio – convidado e Dilmar José/AULA; b) Educação e Cultura: Marize/Aldeia Jacutinga; Ludmila – ABA; Reinaldo/AULA; Eva Benites; Rosângela/FUNAI e SEEDUC; c) Saúde e Saneamento: UNIRIO; Graciela/SES e Nino Benites; Amarildo Karay Mirim Yapua Nunes de Oliveira/ Mata Verde Bonita e Pedro/ Itati Mirim; d) Território, Meio Ambiente, Agricultura e habitação: Carmelita – Mov. Puri; Rosângela – FUNA; Dilmar José/AULA; Carlos Tukano/AIAM; Açucena/Aldeia Pataxó e DPU/RJ; e) Economia Solidária, Trabalho e Renda: Toni Lotar. h) Comunicação: Reinaldo/AULA. A Sra. Monalyza irá enviar o nome das pessoas e as respectivas reuniões via aplicativo de mensagem (Whatsapp). Lembrou que para o bom funcionamento das Comissões depende dos calendários das reuniões das Comissões e das reuniões Ordinárias do CEDIND. O Sr. Luiz aproveitou para justificar sua ausência devido à viagem para pesquisa acadêmica. A Sra. Ludmila sugeriu que o principal ponto de pauta sejam as demandas das Aldeias. Aprovado pela plenária. Com a outorga de todos, eu Monalyza Ferreira Alves Pereira, ID 432570-6 lavrei a presente ata.



IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS – CEDIND, REALIZADA NA BIBLIOTECA PARQUE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2018.

Ordem do Dia: A reunião teve início às 14h40min. O Sr. ⁹Carlos Tukano falou sobre a sentença da Juíza da 8ª Vara Federal que indeferiu a posse do antigo prédio do Museu do Índio aos Indígenas que estavam

⁹ Presentes: Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó), Maria Tânia Francisca Ribeiro (Aldeia Pataxó), Cacique Félix (Aldeia Céu Azul), Carlos Tukano (AIAM), Carmelita Lopes (Movimento de Ressurgência Puri), Demercio Martine (Aldeia Rio Pequeno – Tekoá Ily), Dilmar José da Silva (AULA), Reinaldo de Jesus (AULA), João Mendonça Martins Filho (Aldeia Rio Pequeno- Tekoá Ily), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ – Aldeia Jacutinga), Nino Benites da Silva (Aldeia Araponga), Pedro Benites (Aldeia Itaxim de Paratymirim), Aldo Fernandes Ribeiro (Aldeia Sapukaí), Eva Benite (Aldeia Itaxim), Marcio Mattos (Secretaria de Direitos Humanos/ Maricá), Bianca Rocha Guerra (UNIRIO), Daniel da

na ocupação da antiga sede do Museu do Índio - Aldeia Maracanã. Continuou destacando o caso ocorrido em Maricá. O Dr. Thales informou que a DPU já está preparando uma ação contra o vereador que proferiu discurso de ódio contra os indígenas da Aldeia. Destacou que o discurso de ódio é vetado pela Constituição. No que tange ao caso da Aldeia Maracanã, acredita que uma gestão política seja o melhor caminho. O Sr. Carlos Tukano referindo-se a Aldeia Maracanã informou que houve uma reunião com a equipe de transição para o novo governo promovida pela FUNDAR, na ocasião foi explicado ao futuro Governo todo o histórico que envolve o prédio e sua reforma. O Dr. Thales esclareceu que a citada ação se refere à posse do espaço do antigo museu do índio, é que uma vez que as pessoas que ocuparam o prédio saíram de lá não há o porquê de permanecer a ação. Continuou compreendendo que neste momento seria melhor uma articulação junto ao novo governo.

O Sr. Carlos Tukano referindo-se a Aldeia Maracanã informou que houve uma reunião com a equipe de transição para o novo governo promovida pela FUNDAR, na ocasião foi explicado ao futuro Governo todo o histórico que envolve o prédio e sua reforma. O Dr. Thales esclareceu que a citada ação se refere à posse do espaço do antigo museu do índio, é que uma vez que as pessoas que ocuparam o prédio saíram de lá não há o porquê de permanecer a ação. Continuou compreendendo que neste momento seria melhor uma articulação junto ao novo governo. A Sra. Carmelita pediu esclarecimento acerca da reunião com a equipe de transição e se a mesma foi realizada pela AIAM. A Sra. Monalyza esclareceu que a Sra. Carmelita pediu esclarecimento acerca da reunião com a equipe de transição e se a mesma foi realizada pela AIAM. A Sra. Monalyza esclareceu que a reunião citada pelo Sr. Carlos Tukano foi fruto da articulação da FUNDAR, uma vez que, a instituição tem um Acordo de Cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Cultura para o restauro e projeto museológico. A Sra. Marize retomou o caso da Aldeia de Maricá informando que havia enviado o conteúdo da carta de repúdio para o endereço eletrônico do conselho. A Sra. Monalyza pediu desculpas em não ter respondido em função do seu período de férias. A Sra. Carmelita relembra que na última reunião que o CEDIND teria uma reunião com a equipe de transição da SEDHMI. A Sra. Monalyza esclarece que a única informação que temos é que haverá a fusão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, e que a nova secretária será Fabiana Bentes, é que maiores informações somente na próxima semana. A Sra. Carmelita questionou acerca do desenvolvimento das ações quanto a Aldeia Maracanã. A Sra. Marluce informou que a Secretaria de Cultura enviou um ofício à Secretaria Municipal de Urbanismo, para que o local fosse limpo e esteja viável para a realização de atividades abertas ao público no entorno do prédio. Salientou que a ideia é retomar as atividades culturais antes mesmo do início do processo de restauro. A Sra. Carmelita questionou sobre a publicação do Regimento Interno do CEDIND. A Sra. Monalyza explicou que o processo está na assessoria jurídica e que a expectativa é que sua publicação ocorra antes do fim do ano de 2018. O Sr. Reinaldo acrescentou que no que tange a Aldeia Maracanã há uma ocupação do espaço, entretanto, o que se percebe é um governo em transição e que mudanças nas equipes estão por vir. Lembrou que a estrutura física do CEDIND ainda não está em funcionamento carente. Destacou que neste momento o que temos de efetivo é a publicação do Regimento Interno, e a organização das Comissões Permanentes na definição de seus calendários, locais de reunião e demais questões de logística. A Sra. Monalyza destacou que tudo dito pelo Sr. Reinaldo foi proposto como ponto de pauta para estabelecer na reunião de hoje. A Sra. Carmelita lembrou que na última reunião foi definido que seriam escolhidos os representantes que irão representar o CEDIND na reunião com a equipe de transição. Em ato contínuo, foi feita a leitura dos integrantes que estão nas Comissões Permanentes. A Sra. Carmelita questionou sobre o horário das reuniões das Comissões, sugerindo que as mesmas ocorressem na parte da manhã que antecede a reunião ordinária. A Sra. Monalyza, concordou com a proposição da Sra. Carmelita dentro de um panorama ideal. Mas refletiu que um panorama futuro sem recursos financeiros para garantir hospedagem e alimentação dos Conselheiros esta proposta não seria viável. O que nos traz uma questão de logística. A Sra. Carmelita sugeriu que o abrigamento ocorresse na Aldeia Vertical. O Sr. Demércio agradeceu a oportunidade de estar no CEDIND, falou que todos os presentes tem uma ideia de luta por saúde, educação para toda a população. Relatou que sua maior preocupação é a questão da terra. Sem-terra não há saúde, educação e todo o resto. Assim esta é sua proposta para o conselho, lutar pela questão de terra e sua demarcação. O Dr. Thales sugere saber o andamento dos processos junto a FUNAI. A Sra. Monalyza pediu o apoio da representante da FUNAI nesta questão. O Sr. Nino expressou a preocupação com o deslocamento dos aldeados de Angra dos Reis e Paraty. Falou que para a vinda dos aldeados, é preciso o apoio da SESAI, e pelo horário de saída e retorno para as Aldeias provoca os desgastes dos

Costa Torres(Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania/Angra dos Reis), Marcio da Silva (Aldeia Araponga), Sergio Ricardo(GRUMIM), Dirceu de Castro (Aldeia Sapukaí), Celso Vergne (Secretaria de Estado de Saúde), Monalyza Alves(SEDHMI), Marluce Braz(SEC), Rosani Ferraz de Araújo Staneck Torres (SEAAPA/EMATER), André Luiz Videira de Figueiredo(UFRRJ), Rosângela Nunes(FUNAI), Ludmila Paiva(ABA),Thales Arcoverde Treiger(DPU), Carla Albuquerque(UNIRIO).

aldeados que vivem em locais, mas distantes. A principal preocupação com o calendário de 2019 e levar as reuniões para os municípios onde estão as Aldeias. Relatou a dificuldade em conseguir apoio dos municípios, e levar as reuniões do Conselho seria uma oportunidade de mostrar a luta dos povos indígenas para os municípios. Falou que o Fórum de Comunidades Tradicionais em Paraty ofereceu sua estrutura para acolher “os parentes” vindos de outros lugares. Todos acordaram em realizar pelo menos três reuniões descentralizadas, uma em cada município, a saber: Maricá, Paraty e Angra dos Reis. A Sra. Monalyza ponderou que a realização das reuniões descentralizadas exige uma logística maior, entretanto, temos que traçar uma estratégia tendo em vista o problema das férias (que aumentam os valores das diárias), e ainda, o momento de transição. Propôs a não realização de reunião no mês de janeiro, e sim em fevereiro, e a primeira reunião descentralizada em março. A Sra. Carmelita lembra que devido os fatos ocorridos em Maricá, que seja a primeira reunião descentralizada neste município. E propôs a realização da reunião em janeiro, na capital, e depois descentralizada. A Sra. Marluce sugeriu que a data seja na última semana de janeiro. A Sra. Monalyza sugeriu a data de 31 de janeiro de 2019, a confirmar até o dia 18 de janeiro de 2019, sendo está na capital. No mês de fevereiro, que ocorra em Maricá no dia 21 de fevereiro de 2019, seguindo o calendário sempre a terceira quinta-feira do mês. A Sra. Eva agradeceu estar na reunião. Expressou sua preocupação com a questão da habitação e Educação. Relatou que a Escola não é reconhecida como Escola Indígena, e sim, como extensão de uma escola da região. Destacou como importante implementar uma escola indígena na Aldeia, e da necessidade de reforma do prédio. Falou da necessidade da construção de banheiros e reforma das fossas (esgoto), que liberam odores fortes, muito próximo do espaço de convivência das crianças. Destacou a ausência de material escolar, e a precariedade da estrutura física da escola. Quanto à habitação, destacou que as casas existentes são muito antigas, lembrou que a questão da saúde também passa pela habitação, e afirmou: “É importante ter melhor moradia! Porque nós indígenas do Rio de Janeiro não podemos ter uma casa boa?” Complementou dizendo da ausência de matéria prima para construção das casas e das precariedades das mesmas, o que coloca em risco a saúde das crianças e dos adultos. Relatou que algumas casas tem o telhado coberto por cobertores. Falou também da necessidade de cuidar dos animais. Falou que muitos animais são deixados próximos a Aldeia abandonados e com isso a um número grande de cachorros na Aldeia. Mostrou preocupação com a data de janeiro, por conta de um encontro, uma consulta aberta à população que ocorrerá no dia 17 de janeiro de 2019, na Aldeia de Itaxi mirim. A Sra. Ludmila lembrou que na última reunião ficou acordado criar uma pauta para a reunião de transição. Lembrou que é preciso compreender que estamos em um cenário diferente. Lembrou que a falas da reunião remetem a questões orçamentárias e legais. Perguntou como a Secretaria que coordena o Conselho, irá caracterizar a urgência das ações. Propôs que pensássemos nesta reunião como seria nossa estratégia diante da nova gestão. A Sra. Monalyza esclareceu que todas as falas estão sendo anotadas e serão sistematizadas como pauta para a reunião com a equipe de transição. Destacou que o prazo para saber das propostas e ações, que virão da próxima gestão, não tem prazo determinado. Continuou dizendo que para a transição será elaborado um documento com a pauta e as datas das reuniões (pré-agendadas), para apresentar. Lembrou que é possível que as datas se antecipem, então, será necessária a chamada de uma reunião extraordinária. Aproveitou para solicitar que todos os indígenas aldeados se façam presentes no grupo do aplicativo de mensagem (whatsapp) para que todos estejam cientes e participativos nas pautas propostas. Foi retomada a pauta da composição das Comissões, foram inseridos os respectivos nomes nas seguintes comissões: A. Planejamento, monitoramento e avaliação: Marize Oliveira – Aldeia Jacutinga; Dilmar José/AULA; Tânia/Aldeia Pataxó e Júlio – Movimento Indígena da Costa Verde; B. Educação e Cultura: Marize Oliveira – Aldeia Jacutinga; Reinaldo Cunha – AULA; Eva Benites - Itaxim de Paraty Mirim; Representantes da SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação e representantes da SEC- Secretaria de Estado de Cultura. Convidado: Ludmila Moreira – Associação Brasileira de Antropologia. C. Saúde e Saneamento: Graciela Pagliaro – Secretaria de Estado de Saúde; Nino Benite – Aldeia Araponga; Amarildo Karay Mirim Yapua Nunes de Oliveira/ Mata Verde Bonita; Pedro Benite - Itaxim de Paratymirim; Eliane Potiguara - GRUMIN. Convidado: Luiz Pellon – UNIRIO. D. Território, Meio Ambiente, Agricultura e habitação: Carmelita Lopes – Movimento de Resistência Puri; Dilmar José – AULA; Carlos Tukano – AIAM; Açucena Ribeiro – Pataxó; Eliane Potiguara - GRUMIN; Rosani – Agricultura. Convidado: Rosângela Silva – FUNAI. E. Economia Solidária, Trabalho e Renda: Representantes da Secretaria de Estado de Cultura; André Videira /UFRRJ e Rosani Staneck - EMATER/SEAPC e convidado: Toni Lotar – FUNDAR. F. Orçamento: Monalyza Alves /SEDHMI; João Mendonça Martins Filho / Rio Pequeno e Suzana / Mata Verde Bonita. Convidado: Rosângela Silva/ FUNAI. G. Comunicação: Reinaldo de Jesus Cunha / AULA; Nino Benites / Aldeia Araponga e Aldo / Aldeia Sapukaí. Após definidas as participações foram designados os seguintes coordenadores: a. Planejamento, monitoramento e avaliação coordenação: Dilmar José; b. Educação e Cultura Coordenação: Marize Oliveira; c. Saúde e Saneamento: Coordenação: Pedro Benite - Itaxim de Paratymirim; d. Território, Meio Ambiente, Agricultura e habitação Coordenação: Carmelita Lopes; e.

Economia Solidária, Trabalho e Renda: Coordenação: Rosani Staneck – SEAPC; f. Orçamento: Coordenação: Monalyza Alves e g. Comunicação: Coordenação: Reinaldo de Jesus Cunha. Em ato contínuo, ficou estabelecido o calendário das reuniões para o ano de 2019, nas seguintes datas e locais: janeiro – 31/01 – Capital (RJ) a confirmar até 18 de janeiro de 2019, tendo em vista a mudança na gestão; fevereiro – 22/02 – Maricá e março – 29/03 – Paraty. Foi deliberado que no mês de abril/2019 não haverá reunião do Conselho tendo em vista a participação dos indígenas no evento Acampamento Terra Livre (ATL) encontro nacional dos povos indígenas, que será realizado em Brasília no mês de abril. Foi definido, que as reuniões deslocadas para outros municípios sejam realizadas nas sextas-feiras e as reuniões na capital as quintas-feiras. Definido o calendário, a plenária solicitou ao coordenador da comissão de comunicação, que seja enviada ao conselho calendários das Conferências que dizem respeito às questões indígenas. Sem mais, o Presidente Carlos Tukano agradeceu as prefeituras pelo apoio no transporte dos indígenas Aldeados da Costa Verde e Maricá, e ainda, ao Sr. Toni Lotar pelo apoio na alimentação dos conselheiros aldeados. Com a outorga de todos, eu Monalyza Ferreira Alves Pereira, ID 432570-6 lavrei a presente ata.



Elaboração do Regimento Interno

No dia 08 de agosto de 2018, na avenida Erasmo Braga, foi realizada a primeira reunião do colegiado para tratar da Elaboração do [RI](#) – Regimento Interno do CEDIND. Na ocasião foram discutidos: O Decreto de Criação; a logomarca do Cedind; definição do calendário de reuniões, dentre outros assuntos.

O RI, só foi possível a sua aprovação depois de uma série de reuniões e esclarecimentos posteriores que ficou assim definido no Diário Oficial: [pág. 1](#); [pág.2](#); [pág.3](#).



Reunião do Cedind - na Biblioteca Parque 2018 – Foto Reinaldo Potiguara

E deram início ocupação do antigo prédio. Os signatários ocupantes batizaram o novo espaço como ‘Aldeia Tamoio dos Povos Originários’, em homenagem ao movimento que resistiu aos invasores portugueses. Cabe salientar que o antigo do Museu do Índio, que se encontrava-se abandonado pelo Poder Público há décadas.





Marize Guarani; Reinaldo Potiguara; Sergio Potiguara e Eliane Potiguara – 2018



Seminário - O Rio Continua Índio – Reunião Palacio da Justiça – Criação do Cedind



Aldeia Maracanã 2013 – Ocupação Policial – Carlos Tukano – Negociação com a Policia

Mas o que é o CEDIND: [O Conselho Estadual dos Direitos Indígenas \(CEDIND/RJ\)](#), é um órgão colegiado vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSOH), criado pelo Decreto Estadual no. 46.218/2018. A demanda de articulação para sua consolidação, se deveu a uma antiga reivindicação do movimento indígena fluminense que passou a ganhar maior visibilidade a partir da Ocupação do antigo Museu do Índio no Maracanã na Capital do Rio de Janeiro.



Reunião do Cedind em Rio Pequeno - 2019 – Foto Reinaldo Potiguará

É importante salientar que a ocupação popular em 2006, por diversas lideranças indígenas, contou posteriormente por vários apoiadores, movimentos sócios, lideranças de sindicatos durante o processo de ocupação (ou reocupação ou retomada) do prédio antigo do Museu do Índio. Posteriormente, este movimento social e político em defesa do resgate da História indígena e de sua presença secular no

território fluminense e brasileiro (Pindorama = Brasil), ganhou o nome de “Aldeia Maracanã” (“Aldeia Marak'anã”) na qual discute-se até hoje a criação por distintas organizações e coletivos para a criação de um ‘Centro de Referência dos Povos Originários’ e/ou de outro a implantação de uma ‘Universidade Indígena Popular e Pluriétnica’. Sendo que este debate que já dura mais de uma década tem sido um fator de profunda divisão interna e de disputas no movimento do movimento indígena fluminense e, enquanto este processo de fragmentação e de fracionamento interno se prolonga por tempo indeterminado, sem que haja a existência na atualidade de qualquer tipo de diálogo e cooperação política entre as partes em disputa. Na prática: o prédio do Museu do Índio encontrasse no seu cotidiano, deteriorando-se no sol, na chuva, sem que tenha um propósito eficaz, para o fomento na geração de renda; ou mesmo: o turismo como forma de mitigar os efeitos do abandono. Desde do ano 2021 laudos técnicos da Defesa Civil, tem alertado para o risco de desabamento do teto e das paredes rachadas, mofadas que podem levar inclusive à eventual desmoronamento da estrutura do prédio o que, de acordo com os técnicos responsáveis, poderá inclusive provocar acidentes e até óbitos no local. Neste contexto, a partir de 2013 a o movimento ‘Aldeia Maracanã’ chegou a ter grande visibilidade política na mídia nacional e internacional, em função do contexto dos “Mega Eventos Internacionais” sediados na cidade do Rio de Janeiro. Somam a isso às Jornadas de Junho e aos protestos contra a Copa do Mundo da FIFA, tendo como fato unificador de diversas lutas sociais o fato do Governo do Estado do Rio de Janeiro, pretender promover a demolição do prédio abandonado do antigo do Museu do Índio para viabilizar a construção no local de um estacionamento e Shopping Center. Além da reforma milionária do Estádio do Maracanã; o que gerou uma grande revolta popular que mobilizou diversas organizações populares, movimentos sociais, estudantes, acadêmicos, jornalistas nacionais e estrangeiros.



Manifestação na em Copacabana – Foto Divulgação – Aldeia Vertical – Foto Reinaldo Potiguara

Desde a sua criação em 2018, o CEDIND/RJ fez diversas reuniões com sucessivos governos estaduais, e encaminhamentos de vários ofícios alertando para os riscos de desabamento da estrutura do imóvel do Museu do Índio e sobre a importância de o Poder Público dar uma destinação adequada para o uso público visando o fortalecimento da memória ancestral dos povos indígenas. No entanto, apesar dos diversos diálogos institucionais travados em especial junto à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC); junto a diversos gestores que tem se sucedido ao longo dos anos, até hoje não se encontrou uma solução definitiva apontada por parte do Poder Público estadual que tem a responsabilidade legal pela restauração e gestão deste bem público.



Reunião Antigo Museu do Índio com a Secretária de Cultura - [Rates](#) - [Vídeo](#) 06/08/2013

Plano de Metas: A Deliberação em Sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 04 de dezembro de 2020 às 10h, através da plataforma Google Meet. Processo nº SEI

310003/003972/2020. O colegiado deliberou pela criação de diversas ações para serem executadas em 2021, pelas ‘Comissões Temáticas’, para o perfeito funcionamento do CEDIND. Dentre elas destacamos:

1. COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - Coordenação: Dilmar José - 1.1 Revisão e atualização dos representantes das instituições membros do CEDIND. 1.2 Revisão e atualização das comissões temáticas e mesa diretora 1.3 Revisão e atualização do Regimento Interno do CEDIND - 1.4 Elaborar o calendário de reuniões do CEDIND em 2021 (online e presenciais). **2. COMISSÃO SAÚDE E SANEAMENTO** - Coordenação: Graciela Pagliaro - 2.1 Análise da potabilidade das águas das aldeias Guarani e Pataxó de Paraty, Angra e Maricá 2.2 Análise do saneamento básico das aldeias Guarani e Pataxó de Paraty, Angra e Maricá 2.3 Projeto de melhoria sanitária das aldeias Guarani e Pataxó de Paraty, Angra e Maricá 2.4 Interface com SESAI, secretarias municipais e estadual de saúde de Paraty, Angra e Maricá. **3. COMISSÃO TERRITÓRIO, MEIO-AMBIENTE, AGRICULTURA E HABITAÇÃO** - Coordenação: Calos Tukano 3.1 Ajustes na metodologia e forma de divulgação dos censos raciais do IBGE e inscrição no CRAS; 3.2 Regularização da situação fundiária da aldeia Guarani Ara Hovy de Maricá ; 3.3 Regularização da situação fundiária da aldeia Guarani Mata Verde Bonita de Maricá 3.4 Mediação do conflito territorial e regularização fundiária da Aldeia Rio Pequeno de Paraty 3.5 Melhorias nas estradas de acesso às aldeias Araponga, Rio Pequeno e Sapukaí 3.6 Implantação da “Tarifa Social” ENEL nas aldeias Rio Pequeno, Sapukaí, Mata Verde, Ara Hovy - 3.7 Implantação de energia elétrica da ENEL na Aldeia Pataxó do Iriri 3.8 Manutenção das doações às 8 aldeias do RJ pelo Banco de Alimentos da CEASA em 2021 3.9 Regularização da situação de taxas dos apartamentos da Aldeia Vertical. **4. COMISSÃO EDUCAÇÃO E CULTURA** - Coordenação: Marize Guarani 4.1 Criação do cargo de “Professor Indígena” no plano de cargos e salários da SEEDUC/RJ - 4.2 Projeto de restauro do antigo Museu do Índio com SECEC, AIAM e FUNDAR 4.3 Criação do Centro de Referência da Cultura Viva dos Povos Indígenas com SECEC e FUNDAR - 4.4 Conexão digital das escolas das 7 aldeias do RJ com sistema de internet via satélite. 4.5 Criação de telecentro comunitário nas 7 aldeias para inclusão digital dos indígenas. **5. COMISSÃO ECONOMIA SOLIDÁRIA, TRABALHO E RENDA** Coordenação: Toni Lotar - 5.1 Criação do “Shopping Digital de Artesanato Indígena” - 5.2 Articulação de espaços públicos para venda de artesanato indígena 5.3 Articulação de parcerias com rede de varejistas para venda de artesanato indígena. **6. COMISSÃO DE ORÇAMENTO** - Coordenação: Luana Braz - 6.1 Orçamento CEDIND para 2021 - 6.2 Infraestrutura da sala da secretaria executiva do CEDIND - 6.3 Logística das reuniões plenárias do CEDIND nas aldeias e na sede. **7. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO** - Coordenação: Reinaldo Cunha - 7.1 Implantação de uma assessoria de imprensa voluntária - 7.2 Criação de páginas do CEDIND no Facebook, Instagram 7.3 Criação de campanha e do selo “Indígenas+Negros, maioria do povo brasileiro”. Na Deliberação saiu a seguinte observação: ANO 16 XLVII – Nº049 PARTE I (16/03/21) - Obs.: Temos de incluir nas prioridades do CEDIND para 2021 uma ação firme e bem fundamentada sobre a manipulação e divulgação das estatísticas raciais que visibilizam os indígenas ao computar como “negros” todos os autodeclarados “pardos”! É preciso que o IBGE seja mais explícito com relação a forte presença de brasileiros com ascendência indígena entre os pardos e passar a exigir que a mídia publique os dados do censo racial com essa ressalva.



Reunião na Aldeia Maracanã 2018 e Posse de Conselheiros do Cedind – Reunião Aldeia Marancã



Reunião do CEDIND Em Mata [Verde Bonita em Maricá](#). (2019)

Sessão Temática 3 – Reuniões Descentralizadas Visitas as Aldeias – Começando por Maricá.

Só a partir da ¹⁰[quinta reunião](#), podemos enfim visitar as aldeias. Começamos no dia 27 de fevereiro de 2019, e em [Mata Verde Bonita](#), a partir da [V - Reunião Ordinária do CEDIND](#). Na pauta foram discutidos diversos temas importantes, assim destacamos: 1 - Ocupação do Território Guarani (Tekoa Ka' Aguy Ovy Porã); 2 - Contratação de Professores Indígenas e Reforma na Escola Guarani; 3- A contratação de médicos e a situação da saúde indígenas, dentre outros temas de interesse da comunidade. Pelo que tomamos conhecimento: a aldeia sofre com problemas os mais variados de infraestrutura devido a situação atual da não legalização do território. Foram ao longo de anos, estabelecidos negociação com a prefeitura local para a solução do impasse. Até o presente: apesar das promessas da prefeitura de Marica, continuam inócuas, mais já se percebe a presença da administração de Maricá. Constantemente a imprensa local tem veiculados notícias depreciativas a comunidade guarani. E isso tem causado sofrimento e divisão interna na comuna, pois uns pretendem ficar no território e outros não. O certo que até o presente: Juruá continua prometendo resolver o problema de boca, sem, contudo, demonstrar retidão de palavra, comum nas comunidades indígenas guaranis.

¹⁰ Presentes: Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó), Monalyza Alves (SEDHMI), Luana Braz (SEDHMI), Toni Lotar (Indigenista), Cristiano Machado (Coordenador Técnico da FUNAI), Índia Bare (A. M. Suplente), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita - Kaaguy), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ - Aldeia Jacutinga), Mauro Adriano (UFRJ), Neusa Martine (SESAI), Luis Henrique Pellon (UNIRIO), Demércio Martine (Aldeia Rio Pequeno - Tekoá Ily), Rosani Ferraz de Araújo Staneck (SEXP/EC/RJ), Eduardo Carvalho (SEAPPA), Sérgio Ricardo Verde (GRUMIN), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA), Nino Benites da Silva (Aldeia Araponga), Vanderlei da Silva (Suplente Maricá), Carmelita Lopes (Movimento Ressurgência Puri), Cacique Felix (Aldeia Céu Azul-Ara Hovy), Açucena Ribeiro da Silva (Aldeia Pataxó), Livia Cassenes (Defensoria/Conselheira), Thales Arcoverde Treiger (DPU), Júlio Garcia Karai (Comissão Guarani FCT.CGY), Carlos Tukano (AIAM), Jurema (Cacica da Aldeia Mata Verde Bonita), Roseday Santos Nascimento (SEEDUC/RJ), Marluce Braz (SECEC/RJ), Diana Anastácia (SECEC/RJ)



Foto de Reinaldo Potiguara Mata Verde Bonita em (2019)

Pelo que tomamos conhecimento: a aldeia sofre com problemas os mais variados de infraestrutura devido a situação atual da não legalização do território. Foram ao longo de anos, estabelecidos negociação com a prefeitura local para a solução do impasse. Até o presente: apesar das promessas da prefeitura de Maricá, continuam inócuas. Constantemente a imprensa local tem veiculados notícias depreciativas a comunidade guarani. E isso tem causado sofrimento e divisão interna na comuna, pois uns pretendem ficar no território e outros não. O certo que até o presente: Juruá continua prometendo resolver o problema de boca, sem, contudo, demonstrar retidão de palavra, comum nas comunidades indígenas. Conhecendo a Aldeia guarani por relatos da imprensa no portal das [Nações Unidas de 17/12/17, pela equipe da \(UNIC Rio\)](#):

“Falar a língua materna indígena mantém as crianças pensando em guarani e sonhando em guarani”, afirma o professor Domingos Nobre, do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ele trabalha com ensino escolar, formação de professores e construção de currículos escolares em comunidades indígenas guarani. Para ele, a língua, juntamente com a religião, é uma das bases da preservação étnica e cultural desses povos no Rio de Janeiro”.

A Aldeia Mata Verde Maricá: “É uma das oito comunidades guaranis no estado do Rio, onde moram 73 pessoas em uma área de proteção ambiental com mais de 90 hectares. Sua língua materna é a variedade Mbyá do guarani, um idioma indígena do tronco tupi-guarani, falado por milhares de indígenas do Centro-Oeste ao Sul do Brasil e em países vizinhos, como: Bolívia e Paraguai”. Desde a vinda dos Europeus para o Brasil, os povos indígenas, sofrem toda sorte de perseguição e discriminação por parte do estado brasileiro. Representantes governamentais dos governos Bolsonaro: tem desfilado discurso de ódio, quando não: com o discurso de desenvolvimento econômico em terras indígenas, para torná-los civilizados e integrados a sociedade brasileira. Isso tudo sem a reparação devida, pois, os povos insurgentes quilombolas e indígenas, continuam resistindo morando na periferia e contexto urbano. Muitos estão em situação falimentar, sem emprego, moradia, transformados em pedintes e população de rua, perpetuando o racismo de Juruá que deseja exterminá-lo. Vejamos o que diz a matéria das 11 Nações Unidas sobre Mbyá do guarani, Aldeia Mata Verde Maricá:

[...] “A preservação da língua começa pela prática. Ela está nas nossas moradias, plantio e cânticos”, afirma Tupã. O líder da comunidade considera, porém, que o preconceito é um dos principais empecilhos para a manutenção do idioma. “Acredito que muitos índios deixaram um pouco de falar sua língua materna por causa do preconceito. Quando vão a cidade e perguntam se são índios, eles têm vergonha de dizer que são”. Tupã explica como é possível preservar a identidade cultural: “Vamos fazer as nossas ocas de palha, o plantio orgânico, sem agrotóxicos, vamos pescar, vamos nos pintar. Vamos ter orgulho de mostrar quem somos nós de verdade, dessa maneira vamos ser respeitados”. Na tribo, a primeira língua aprendida pelas crianças é o guarani Mbyá e apenas aos sete anos de idade elas estudam o português. Há dois anos, Jurema Nunes de Oliveira ensina o idioma indígena na escola municipal da aldeia, chamada Para PotyNhe’ já (**). “A língua guarani Mbyá é difícil de ser esquecida. Tem gente que diz que nós não somos índios. Mas nós trabalhamos com isso, vivemos com isso, é a nossa cultura”, diz. “Falar a língua materna indígena mantém as crianças pensando em guarani e sonhando em guarani”, afirma o professor Domingos Nobre, do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nobre explica que a educação tradicional indígena é um fenômeno social em que os mais velhos transmitem seus conhecimentos às gerações mais novas, por meio dos exemplos e do convívio comunitário. “Ela se dá de forma contínua, regular e está baseada prioritariamente na tradição oral. Não depende, portanto, de escola nem de escrita”, afirma o educador. Para ele, a implantação de escolas indígenas bilíngues, diferenciadas e interculturais representa a imersão de crianças e jovens no universo do letramento. “As escolas possibilitam o uso da língua portuguesa para a defesa de direitos étnicos, permitindo a inserção de jovens lideranças num campo de disputas simbólico, onde a escrita e os conhecimentos ocidentais pesam para uma maior conquista de direitos sociais, como à saúde, à terra e à cultura”, afirma o professor”



A [V REUNIÃO ORDINÁRIA](#) DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS – CEDIND, REALIZADA EM ALDEIA MATA VERDE BONITA, RESTINGA - MARICÁ/RJ EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

Contundo: ¹¹Darcy Tupã, e outros Conselheiros narraram alguns problemas existentes, de saneamento, saúde, educação. Dentre outros, nas quais destacamos:

[...] “O Sr. Darcy - aldeado de Mata Verde Bonita destacou a importância da terra para garantir as questões de educação e saúde da população indígena. A Sra. Rosani destacou sua mudança de função e que compõem atualmente como Coordenadora de Desenvolvimento Sustentável na Secretaria de Estado de

¹¹ Presentes: Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó), Monalyza Alves (SEDHMI), Luana Braz (SEDHMI), Toni Lotar (Indigenista), Cristiano Machado (Coordenador Técnico da FUNAI), Índia Bare (A. M. Suplente), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita - Kaaguy), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ - Aldeia Jacutinga), Mauro Adriano (UFRJ), Neusa Martine (SESAI), Luis Henrique Pellon (UNIRIO), Demércio Martine (Aldeia Rio Pequeno - Tekoá Ily), Rosani Ferraz de Araújo Staneck (SEXP/EC/RJ), Eduardo Carvalho (SEAPPA), Sérgio Ricardo Verde (GRUMIN), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA), Nino Benites da Silva (Aldeia Araponga), Vanderlei da Silva (Suplente Maricá), Carmelita Lopes (Movimento Ressurgência Puri), Cacique Felix (Aldeia Céu Azul-Ara Hovy), Açucena Ribeiro da Silva (Aldeia Pataxó), Livia Cassenes (Defensoria/Conselheira), Thales Arcoverde Treiger (DPU), Júlio Garcia Karai (Comissão Guarani FCT.CGY), Carlos Tukano (AIAM), Jurema (Cacica da Aldeia Mata Verde Bonita), Roseday Santos Nascimento (SEEDUC/RJ), Marluce Braz (SECEC/RJ), Diana Anastácia (SECEC/RJ)

Agricultura. (Confirmar na minutagem se o Rapaz que estava com ela se apresentou) O Sr. Vilmar aldeado de mata verde bonita agradeceu a presença de todos e desejou boas-vindas. O Sr. Mauro Adriano – visitante da Aldeia Mata Verde Bonita; a Sra. Neusa da Aldeia de Rio Pequeno e também é assessora de Saúde Indígena de Paraty pela SESAI. A Sra. Carmelita do Movimento Ressurgência Puri, aproveitou para pedir desculpas tendo em vista que na última reunião o povo Puri foi desrespeitado e se desculpou por isso. Início da Reunião: o Sr. Carlos Tukano informou que está seria a primeira reunião na Aldeia de Maricá e que outras ali irão acontecer assim como em outras aldeias pelo Estado. Solicitou que o Sr. Nino controlasse o tempo de fala para que todos tivessem a oportunidade de apresentar suas demandas. Lembrou que a questão da terra para a Aldeia de Mata Verde Bonita, vem desenrolando-se desde 2014, quando lhes foi prometido a entrega da titularidade em 19 de abril daquele ano. Aproveitou para solicitar aos representantes da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, que auxiliassem a Aldeia na obtenção do título da terra. O Cacique Félix destacou que as terras doadas pela Prefeitura para sua aldeia não permitem o cultivo, destacou a ausência de água na Aldeia. Relatou que para ter água é necessário o apoio de um vizinho próximo a aldeia que tem poço e que isso gera custos para os aldeados. Destacou também a dificuldade de locomoção é outro desafio, a aldeia está muito distante. Retomando o caso da MVB - Mata Verde Bonita – fala do Darcy Tupã – Caso os empresários não queiram ceder a terra que a Prefeitura compre. Só licitou que a DPGE (Defensoria Pública Geral do Estado) e a DPU (Defensoria Pública da União) chamem os empresários para uma conversa, com o intuito de cumprir o prometido. A Prefeitura ficou de arrumar outra terra para a Aldeia do Cacique Félix, como solução e não problema, com o intuito de trazer dignidade as pessoas desta terra. O Sr. Nino – reforçou a importância da questão da terra tanto para MVB como para as demais aldeias. Reivindicou que ao final da reunião tenhamos um documento definitivo. Destacou que a próxima reunião ocorrerá em Paraty e contará com o apoio do Sr. Júlio que irá ajudar na mobilização. Destacou que questões como Luz, pavimentação das estradas são primordiais. E que fará uma mobilização para que Vereadores e Prefeitos para a reunião. Falou ainda sobre os resultados da última reunião da SESAI em Curitiba cujo o desdobramento será a municipalização da saúde indígena. Falou ainda que é preciso repudiar o documento feito pelo Ministro, e encaminhar este documento. A Sra. Carmelita pediu um esclarecimento, se a questão da segurança dos aldeados estará na pauta? A mesa não respondeu. Em prosseguimento, o Cacique Félix falou dos problemas em sua aldeia que são: terra, saúde, água, e a conta da luz que acaba sendo um problema pois é muito cara. Destacou que a maioria dos aldeados estão desempregados. E que para ter água precisa do apoio do vizinho que cobra a conta de luz. Destacou que desde a chegada à Aldeia ela não tem sido respeitada como tal. É preciso assegurar a questão da terra. Sem a terra não temos saúde, pois na terra podemos plantar nossos remédios e alimentos. O Sr. Tupã - fez sua fala inicial em Guarani – em seguida, em português, destacou a luta pela terra. Salientou que a terra onde está a Aldeia foi escolhida pelo líder e Page. Salientou que retirar a aldeia daqui é ir para o espraído, ainda dentro do município de Maricá. O antigo Prefeito prometeu escolher a terra através da visão indígena e que mesmo com pé atrás, eles vieram até maricá. Por escolha dos indígenas foi dada a terra. No dia 19 de abril ocuparam a terra. Destacou que o Sr. Davi (conhecido como Espanhol), está pronto para doar a terra a Aldeia, desde que haja uma estação de tratamento. O Sr. Toni já ouviu a proposta do “Espanhol”. Este ano ele quer andar com a demarcação. A prefeitura terá facilidade de investir na área ou indenizar o “Espanhol”. Dar a mão para cortar os queijos juntos. O Sr. Júlio propôs que as instituições – FUNAI, Prefeitura, DPU, DPGE, Comissões específicas do conselho façam uma agenda com os representantes e “Espanhol”, marcar uma reunião específica. A Sra. Marize falou; pensamos neste conselho para dar visibilidade às questões indígenas, o que foi colocado pelo Tupã, passou pela questão da vontade política. Demarcar é importante, mas sem vontade política não será possível. Propôs sair com um dia já marcado para conversar com o Sr. Davi/Espanhol. O Sr. Toni em sua fala destacou que o ano de 2018 foi um ano burocrático para o CEDIND, entretanto, neste ano será possível encaminhar soluções para as questões de terra, na doação prometida pelo “Espanhol” ter uma data rápida, para que em 19/04/19 seja assinada a escritura de doação das terras para a MVB (empresa responsável pelo resort que será construído em Maricá). Destacou que no caso da Aldeia do Cacique Félix já existe a disponibilidade para a mudança. Destacou que os custos estão altíssimos, lembrou da importância de inseri-los na tarifa social. O Sr. Cristino da FUNAI falou sobre a questão da terra. Existe uma conversa para vir a comunidade para discutir. Na questão da segurança nesta comunidade a Prefeitura não ter só a moeda, mas outras ações permanentes ou não, ouvir toda a aldeia o CEDIND fazer isso.

Propõe a criação de um GT (Grupo de Trabalho) para debater a situação das comunidades indígenas de Maricá... Para que sejam feitas visitas para se alocar em outras áreas. Itaipuaçu está no meio de uma pedra. Destacou que a FUNAI não teve nenhum acesso “aos Espanhóis”. O Sr. Reinaldo a comissão receber os documentos para criar agendas vinculadas às temáticas, dois tipos de agenda e assembleias. A Sra. Monalyza pediu esclarecimento ao Sr. Darcy Tupã há cerca do contato dela com “os Espanhóis”, o Sr. Darcy Tupã passou os contatos telefônicos do Sr. Davi e do seu Secretário Paulo Delgado. O Sr. Tupã continuou dizendo que o Sr. Cristino da FUNAI nunca vem às reuniões solicitadas pela Aldeia. Destacou que a remoção da Aldeia destas terras não é o ideal uma vez que já existe um cemitério indígena no local. A Sra. Neusa da SESAI o Dr. Thales da DPU falou da importância em conversar com o “Espanhol”, falou que foi feito o registro na Polícia Federal das ameaças que os Aldeados de Mata Verde Bonita vem sofrendo, destacou que é importante registrar sempre na Polícia Federal. Disse ainda que já foi encaminhada a Ação Civil Pública contra o Sr. Poubel. Destacou que caso a segurança ainda seja um problema, poderíamos pensar em incluir a aldeia no programa de proteção de defensores de direitos humanos. A Sra. Monalyza aproveitou para solicitar a plenária a adesão do INEA, do Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual. A plenária concordou por aclamação. A Dra. Lívia da DPGE (Defensoria Pública Geral do Estado) falou da garantia da relação estável com o lugar de pertença, e ainda, de compreender a situação jurídica da terra. Falou ainda de o poder público utilizar meios legais de desapropriação. Entretanto, é preciso fazer uma investigação jurídica. Perguntou a Maria – representante da Prefeitura qual a situação jurídica e a licença para o empreendimento. O Sr. Toni completou afirmando que há 05 anos existe a promessa lembrada pelo Sr. Darcy Tupã. Lembrou ainda que no próximo ano será ano eleitoral na esfera municipal. A Dra. Lívia destacou que precisamos saber se a empresa de fato é dona da terra. A Cacique Jurema (deu início a fala em guarani) em seguida declarou que é necessário um documento em que todos assinem confirmando que todos os aldeados de Mata verde Bonita desejam permanecer nesta terra. Finalizou perguntando: Qual é a verdade? Ele é dono da terra? A Sra. Maria Oliveira representante da Prefeitura de Maricá, disse que entende a reclamação de todos. Salientou que desde a jornada indígena em março de 2017 vem acompanhando a Aldeia Mata Verde Bonita, e que desde então atua como representante dos indígenas na aldeia. Destacou que o contato com a Aldeia do Cacique Félix demorou um pouco mais. Falou que em conversas com o então Cacique tupã lhe foi apresentado projetos bons que iriam estruturar a aldeia. A partir da questão da terra, pensou-se em realizar um Encontro Estadual das Aldeias Indígenas. No projeto estava contemplada a construção de Ocas, e outras estruturas físicas que seriam feitas e pensadas com a Aldeia, e com isso haveria contratação de mão-de-obra dos indígenas aldeados. Como o município nunca havia feito uma contratação deste tipo, ela foi aconselhada a procurar o procurador do município. Foi então que o mesmo levantou a situação da propriedade da terra onde está Aldeia não ser para uso indígena e sim privada. Destacou que sua intenção ao criar este projeto foi em modificar a percepção da população de Maricá com relação aos indígenas. Esclareceu que a partir do caso de racismo sofrido pelos aldeados de MVB ela deixou claro que caso eles quisessem, ela estabeleceria uma conversa com o Prefeito para realocação da Aldeia. O que iria refletir no apoio da Prefeitura, uma vez que, a terra seria pública melhorando os investimentos na aldeia. Destacou que na atual situação de MVB o que está sendo feito pela prefeitura é assistir basicamente a Aldeia até que a regularização da terra seja concluída. Quanto a Aldeia do Cacique Félix, sugeriu a criação de um GT para o acompanhamento da transferência da Aldeia. O Cacique Félix concordou com a remoção da Aldeia mediante um documento que comprove a posse da terra para a Aldeia. A Dra. Lívia perguntou quais seriam os instrumentos jurídicos utilizados para o deslocamento da Aldeia? 2. Qual o plano da Prefeitura para dar conta da gestão passada? A Sra. Maria esclarece que no que diz respeito a MVB tomou conhecimento somente hoje do desejo de permanência nas terras. O Sr. Darcy Tupã observou que esta terra pertenceu ao Padre Anchieta, que tinha uma fazenda com 40 índios e 40 negros, que encontrou nas terras “telhas feitas nas coxas”. O Sr. Sérgio apresentou esclarecimentos quanto a situação ambiental das duas aldeias. Disse que pelo Sistema Nacional Lei 9985/2000 – A Aldeia de Itaipuaçu – está situada no Parque Estadual da Serra da Tiririca. Por se tratar de um Parque não há condições de demarcação, a menos que a ALERJ vote uma lei para ampliar o espaço do Parque. Já no caso de MVB, ser uma APA (Área de Proteção Ambiental) é possível que a mesma seja privada. Informou ainda que o projeto da IDB Brasil está embargado a alguns anos. Propôs como encaminhamentos 1. Que seja doada à área aos aldeados. Que seja feito um estudo detalhado da cadeia dominial da propriedade. O Sr. Toni lembrou que existe uma RIMA – Relatório de Impacto do Meio Ambiente. O Sr. Sérgio prosseguiu, questionou sobre em que momento a terra passou para a propriedade do “Espanhol”. Propôs que a Prefeitura comprasse a terra, e por fim, e última sugestão que fosse realizado o processo de desapropriação, o que em sua opinião é viável. O Sr. Demércio destacou a situação de sua aldeia, declarando que estão sendo ameaçados de remoção. A Sra. Marize salientou que a educação é a base para transformar a percepção da população de Maricá com relação a Aldeia Indígena, o pré-conceito será

combatido com educação. Propôs um Seminário Permanente de capacitação de professores na Lei 10.645/08.



Foto de Reinaldo Potiguara Maricá – Casa de Artesanato (2019) – Assembleia do Cedind Biblioteca Parque

A Sra. Maria respondeu que o Eixo Igualdade Racial está implementando um projeto com este cunho. O Sr. Toni Lotar pediu a inclusão de seu nome como representante da FUNDAR na Comissão Permanente de Território. 5. Encaminhamentos: Reunião com os representantes da IDB Brasil (“Espanhóis”), com a presença da Cacica Jurema e representantes do CEDIND (DPU, DPGE e Comissão Permanente de Território) b. realizar o levantamento jurídico da propriedade da terra; c. Reunião com o Prefeito de Maricá em 14 de março de 2019, para tratar da situação das duas aldeias de Maricá. Com a outorga de todos, eu Monalyza Ferreira Alves Pereira, ID 432570-6 lavrei a presente ATA.

A reunião terminou com demandas a serem encaminhadas ao poder público, em particular: com a prefeitura de Maricá para ver a questão da Terra onde se encontra Mata Verde Bonita, e a Saída da Aldeia Céu Azul, para novo território. A reunião terminou com os seguintes encaminhamentos: Marcar Reunião com os representantes da IDB Brasil (“Espanhóis”), com a presença da Cacica Jurema e representantes do CEDIND (DPU, DPGE e Comissão Permanente de Território) b. realizar o levantamento jurídico da propriedade da terra; c. Reunião com o Prefeito de Maricá em 14 de março de 2019, para tratar da situação das duas aldeias de Maricá.

A ¹²[Sexta Reunião Ordinária](#), se deu em **Parati Mirim** em 29 de março de 2019. Nela foram discutidas muitas questões que vão da saúde, educação e cultura.

[...] “Mário Douglas do Instituto Chico Mendes(ICM): (sobre a questão da terra) estou representando o Parque Nacional da Serra de Bocaina; uma unidade de conservação, de todas as aldeias do parque as que tivemos mais contato que mais conversamos; que conseguimos envolver parcerias foi a Aldeia Araponga ela é uma aldeia indígena dentro do Parque Nacional; fomos muito bem recebidos lá o que nós fizemos não foi mais que nossa obrigação, eles estavam dentro do parque precisando de uma série de autorizações para ter acesso a uma série de políticas públicas; na segunda reunião que fizemos lá eu levei em mãos as autorizações, que foram para melhoria de estrada, sistema de luz solar, hoje isso não é mais um problema. “Quando for definido os trechos das estradas a gente vai junto a autorização já está dada; em uma tentativa minha de ajudar porque não era a obrigação pedi para os brigadistas refazerem a trilha, porém não tem madeira por isso não aconteceu”. Os próximos passos com a aldeia Araponga são de planejamento ambiental. Em relação às outras aldeias não estão dentro do Parque, então não há necessidade de autorização para as necessidades. Estamos dispostos e disponíveis para construir parcerias com os povos indígenas da Costa Verde. O Sr. Domingos questiona sobre a ausência de luz, e também sobre autorização do IBAMA, como está a interlocução com INEA (Instituto Estadual do Ambiente). O Sr. Douglas diz que não está ciente sobre o problema e que nada foi passado à ele; Paraty tem autorização para liberar a Enel, talvez a mesma tenha encontrado dificuldade para acessar a região”. [...] “Tatiana do Fórum das

¹² Nino Benite (Aldeia Araponga), Pedro Benites (Aldeia Itaxim de Paraty Mirim), Eleio Karai (Aldeia Itaxim de Paraty Mirim), Domingos Venite (Aldeia Sapukaí), Dirceu de Castro (Aldeia Sapukaí), Vanderlei (Aldeia Céu Azul), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita), Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó), Sérgio Ricardo (GRUMIM), Carmelita Lopes (M. de R. Puri), Zélia Balbina (M. de R. Puri), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ), Carlos Tukano (Presidente), Monalyza Alves (SUPIRD), Luana Braz (SUPIRD), Celso (Secretaria de Estado e Saúde), Diana Anastacia (S.E. C. Economia Criativa), Roseday (S. E. de Educação), Edmir (S. E. A. e Pecuária), Cláudia (S. E. A. e Pecuária), Luiz Henrique (UNIRIO), Carla (UNIRIO), Rosângela (FUNAI), Ludmila (ABA), André (UFRJ), Mario (ICMBIO), Lilian (ICMBIO), Luis Paulo (SEMAM), Cacique Felix (Aldeia Paraty Mirim), Cacique Domingos (Aldeia Sapukaí), Bruno (ICMBIO), Humberto (Sec. Ambiente), Dirceu de Castro (Aldeia Sapukaí), Thatiana (FCT/OTSS), Douglas Palmeira (representante da prefeitura de Paraty para assuntos indígenas), Márcio (Representante da prefeitura de Maricá), Mário Douglas (ICM - Chefe do Parque Nacional da Serra da Bocaina), Vice Cacique Roque, Aporirã (representante da Aldeia Pataxó).

Comunidades e do Observatório fala um pouco sobre a luta indígena e o seu apoio às aldeias. Logo após o Sr. Tukano chama a mesa o representante do Prefeitura de Maricá, o Sr. Márcio. É dada a fala a Lilian do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade: ela agradeceu a oportunidade e diz que com a APA é muito mais fácil para reconhecer os direitos das comunidades a APA do Cairuçu foi criada para proteger as comunidades caiçaras ao longo da suplementação em duas terras indígenas e mais duas quilombolas. Além da revisão dos planos de manejo, a orientação a ordem era pra ter uma gestão de território de respeito com as comunidades indígenas para trabalhar em conjunto; a comunidade ecológica de Tamoios também trabalha com o respeito com as comunidades dito isso nós temos todo um manejo de como chegar, como conversar com essas comunidades. Paralelo ao plano de manejo foi feito com a ajuda da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) um manual de conduta ([Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirim](#)), que orienta como devemos lidar, como abordar as comunidades indígenas, o protocolo seria uma maneira de se negociar os impactos que estão por vir, ele já está pronto, se encontra na gráfica e buscamos para que esse material fique pronto para ser distribuído no ATL (Acampamento Terra Livre). Além disso Paraty tem o Sítio de Patrimônio Misto - Ambiental e Cultural, estávamos discutindo a liderança desse projeto vendo uma proposta do comitê quem vai gerenciar, aproveitar que teremos reunião agora dia 02/03 onde estará os do Caciques, quero a opinião deles de como gostariam de ser representados, têm o comitê executivo onde estão os chefes das comunidades as lideranças dos quilombos então já teriam garantido uma vaga para Itaxi e Araponga. Aí tem o comitê gestor de mais alto nível que é o presidente do ICMBIO e o do IFAM está indicado a Coordenação Nacional Quilombola, Comissão Caiçara, fica aqui um convite para o Conselho dos Direitos Indígenas fazer parte deste comitê gestor, que vai pra âmbitos nacionais, uma oportunidade de visibilidade. Está sendo uma honra pra APA trabalhar nesse território é muito bom ter o Conselho de Defesa atuando aqui, agradeço a oportunidade. Bruno do ICMBIO fala sobre a revisão de plano de manejo, como destaque visto que pelas uma vez aconteceu que as comunidades defenderam esse plano de manejo, foi aprovado quase que na íntegra com pequenas modificações. Teremos ônibus previsto para o evento e o ICMBIO também no apoio. Márcio da Prefeitura de Maricá e Secretaria de Direitos Humanos explica que a Maria iria vir para conversar hoje mais foi marcada com a Procuradoria, agradeceu mais não tem maiores informações”.

A reunião demandou intervenções dos conselheiros, onde foram apontadas várias demandas a serem resolvidas com a Prefeitura/FUNAI/ Eletronuclear e INEA. O Sr. Domingos, falou que gostaria de lembrar a todos representantes do Estado sobre os banheiros ecológicos, que foi objeto de discussão com a Prefeitura/FUNAI/ Eletronuclear e INEA, que desde 2017, mesmo com a intervenção do Ministério Público Federal, nada aconteceu.

[...] “Até hoje, então os técnicos de construção foram fazer orçamento na Aldeia de Sapukáí nas fossas, nos banheiros e explicar como iria ser feito, se não seria feito igual ao que a SESAI fez seria mais ecológico e hoje só fizeram um banheiro na escola de Sapukáí. Ninguém veio mais aqui, nenhum representante falou mais nada. A Eletronuclear iria contratar uma empresa para que construísse os banheiros ecológicos que levaria no máximo 45 dias para começar os trabalhos. Hoje todos precisam de saneamento, esgoto e água, tudo isso faz parte da saúde e foi por isso que levantei esse assunto. A Sra. Thatiana fala que existe essa promessa da Eletronuclear gostaria de falar sobre a promessa da Eletronuclear esse compromisso saiu durante o Encontro de Direitos Indígenas que aconteceu em Paraty essa reunião aconteceu no início de 2017, a Dra. Cristina era a procuradora na época na região e eu tenho alguns documentos aqui, tenho ata dessa reunião ela fez uma reunião que inclusive ela chamou também o observatório para participar era pro observatório e o fórum estarem apoiando em sentido da técnica, e da tecnologia da informação. Mas depois a Eletronuclear deixou a gente bem de fora, parecia que não queriam mais conversar não chamavam mais a gente, enfim a gente está querendo retomar isso também de repente o observatório fazer um ofício, o Conselho, e a Secretaria fazer outro, eu vou reunir tudo que eu tenho relacionado a esse assunto e tem uma ação civil pública que foi proposta pelo Ministério Público Federal e ela já tem uma sentença condenando a União a fazer os banheiros e tudo isso. Tem sentença Judicial tem compromisso Administrativo com a Eletronuclear e o Ministério Público a fazer e simplesmente as pessoas param no meio do caminho com as coisas que se comprometem, talvez quem tenha mais força para fazer que de fato a Eletronuclear cumpra do início ao fim, e que temos que colocar um prazo, porque tem que ser uma coisa muito mais rígida aí eu acho que o Ministério Público seja a “pessoa ideal” para isso. Monalyza fala que talvez o Ministério Público poderia transferir o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) da Eletronuclear para outra Instituição fazer um plano de trabalho para executar a ação da construção dos banheiros ecológicos, Thatiana diz que não é um caso de TAC e sim um compromisso administrativo, ou pode ser que tenha mudado para TAC e ela não tenha tido acesso a isso. Monalyza diz que talvez devesse converter isso então para um TAC. Thatiana diz que a Eletronuclear tem condicionantes relacionadas a Angra II que ela não cumpriu”.



A ¹³[Sétima Reunião Ordinária](#) do Cedind, foi realizada em **Araponga Paraty/RJ** em - [31 de maio de 2019](#). O principal tema abordado pelo presidente do Cedind em contexto de aldeamento [Nino Wera](#), foi sobre os gargalos da educação na aldeia a falta de material didáticos como livros, cadernos, lápis, além de boa infraestrutura para o pleno funcionamento. Nino chamou a atenção de todos os caciques e os responsáveis pela educação indígena, para tentar criar condições de se fazer um ensino feito por indígenas com uma estrutura apropriada. [asfunrioaula: vídeo reunião](#)



¹³ Nino Benite da Silva (Aldeia Araponga), Domingos Venite (Aldeia Sapukaf), Maria Tania Francisca Ribeira (Aldeia Pataxó de Iri), Sérgio Ricardo Verde Potiguara (GRUMIN - Rede Grumin de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ - Instituto dos Saberes dos Povos Originários - Aldeia Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA - Associação Universitária Latino Americana), Carlos Tukano (AIAM - Associação Indígena Aldeia Maracanã), Monalyza Alves (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Graciela Pagliaro (Secretaria de Estado da Saúde), Diana Anastacia (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Luiz Henrique Chad Pellon (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), Carla Pontes de Albuquerque (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Bruno de Brito Gueiros Souza (APA Cairuçu - CMBIO), Maristela Resendes (PARNA - Serra da Bocaina), Alexandre da Cunha (Pesquisador), Flavio Marcelo M.Paim (ICMBIO - APA Cairuçu), Argemiro da Silva (Karai Mirim), Marluzy Rosa (Aldeia Araponga), Fabio Neridos Santos (Aldeia Pataxó/Iri), Alexandre K. Benite (FCT/CGY).



A estrada que liga o Município de Patrimônio e muito esburacada; quando chove, é impossível chegar à aldeia. O ideal, segundo Nino, era necessário alojamentos para os professores/educadores permaneçam durante a semana na aldeia.

[...] “Discutiu-se bastante sobre questões de ordem técnica, onde haveria a necessidade de canaletas nas laterais da pista, pois Paraty como é região de fortes chuvas, há o risco de destruição da pavimentação de concreto feito na estrada. A prefeitura de Paraty prometeu colocar concreto na estrada, de Patrimônio até a aldeia Araponga, se fazendo haver necessidade de obras de infraestrutura. A prefeitura diz que está vindo fazer uma obra, onde planejou colocar 850m de concreto, de Patrimônio através da estrada que liga até a aldeia, tentando melhorar os pontos de maior risco ao veículo. Dessa forma seria possível trazer material escolar, cadeiras, mesas e livros para a escola, assim tornando possível às aulas dentro da aldeia Araponga. O colégio Bracuhy é o único que tem formação até o ensino médio de alunos indígenas com ensino de professores formados também indígenas. Porém apenas o colégio Bracuhy sozinho não dá conta de todos os alunos indígenas aldeados. O Sr. Nino fala que daqui a 15 a 20 dias irá haver uma reforma na escola, que já está sendo feita em Rio Pequeno. Porém admite que isso já é uma promessa antiga, feita pela prefeitura e pelos órgãos da Secretaria de Educação, que enquanto fazem promessas tiram mais tempo dos indígenas, que continuam sendo obrigados a deixar a aldeia para rumar a vida longe do restante da família, sofrendo cada vez mais com a exclusão social. A ideia de aprofundar em termos institucionais um órgão especial de educação dentro do CEDIND é apenas uma ideia teórica que não vai passar do papel se as autoridades competentes decidirem não levar a Educação a sério. Já há uma comissão de Educação dentro do conselho da qual a Sra. Marise é membro, no entanto ela pede formalmente a secretaria de Educação que compareça na aldeia para fazer o levantamento de dados de tal forma que torne possível lecionar para as crianças residentes do local. Há necessidade de fazer um levantamento quanto ao material didático e infraestrutura mínima necessária para que haja condições de ter aulas dentro da aldeia. O Conselho Estadual dos Direitos Indígenas gostaria de fazer um pedido formal à Secretaria de Educação para que haja alojamentos dentro da aldeia, tendo como objetivo uma futura permanência dos professores dentro da Aldeia Araponga. Por enquanto não há condições de mobilidade para sair e entrar da Aldeia sem a presença de veículos com tração dianteira e traseira. A estrada que liga Patrimônio à Aldeia Araponga está em péssimo estado de conservação. O Cacique Domingos da aldeia Bracuhy já a 3 anos como cacique, técnico de enfermagem e motorista foi convidado a participar da reunião. Ele quer respeito da Educação com a comunidade indígena. O Sr. Nino deseja pedir em documento para a Defensoria Pública estadual em ação com a SEEDUC/RJ (Secretaria de Estado de Educação) e o Conselho Regional, que haja condições dignas para a educação indígena no Estado”.





Com relação a demandas de Saúde Indígena, a Dra. Graciela Pagliaro da Secretaria de Estado da Saúde fez um breve resumo sobre os últimos acontecimentos com SESAI. Discorreu sobre a CRFB, de 88, dizendo que ela trouxe vários benefícios a partir do SUS. E que a saúde indígena que é de responsabilidade da SESAI, está enfraquecida.

[...] “O Governo atual tentou acabar com a SESAI, mas não conseguiu, porém se criou uma outra estrutura que acaba ferindo demais questões muito importantes para quem é da saúde pública, como exemplo: o departamento de AIDS que foi esfacelado, onde tínhamos uma política para tratar os soros positivos que era exemplo no mundo todo, a questão da saúde mental para usuários de drogas também foi vítima desse esfacelamento. Então nessa nova estrutura se tira uma secretaria e no lugar é criado um departamento, então a partir disso a SESAI passa ser um Departamento de Saúde Especial Indígena, sendo assim a atenção secundária que o indígena trás que são os exames específicos dentro de suas especialidades não é mais prerrogativa do SESAI e sim dos municípios e do Estado. Hoje estamos tendo muito trabalho, uma grande luta além da luta que foi para se criar a Secretaria de Saúde Indígena. Eu Graciela vim aqui hoje para passar essas informações para vocês e essa semana pelo um grupo de whatsapp que existe de participação dos gestores dos Estados da Saúde Indígena, recebemos a notícia que tanto Minas Gerais como Rio Grande do Sul já tem os seus municípios cuidando da saúde, a SESAI já se retirou dessas localidades não de uma forma oficial, porém não se contratou mais médicos para atender nas aldeias. Mesmo sem o desmonte oficial da SESAI, que não aconteceu graças a resistência e a luta dos indígenas, a discussão que se está tendo entre esses gestores de vários Estados é que o Estado consegue cobrir essa ausência da Secretaria Especializada, por outro lado tem pessoas que como eu estão dizendo o seguinte: se o Estado cobrir isso, o Governo Federal vai sair vão dizer então o meu papel aqui é inútil não preciso fazer mais nada já que os municípios estão dando conta. O Sr. Toni Lotar pergunta como as coisas ficaram enquanto isso? Sra. Graciela responde que enquanto isso no Rio de Janeiro a SESAI continua com seu polo base, só em Maricá que é um caso à parte dentro do Estado do Rio que lá a saúde indígena é municipalizada. Sr. Domingos toma a fala dizendo que eles irão brigar para que isso não aconteça, que os indígenas querem é que o Estado e o Município apoiem eles mas que não gostariam de ser municipalizados e explique que não é porque não gosta do município, mas o que querem é parcerias com o municípios e não serem responsáveis pela saúde do povo e que nem a prefeitura consegue cuidar da saúde como deve, ter a saúde indígena passada para o município não seria bom para seus parentes e termina a fala dizendo que não querem que esse subsistema acabe e não está só falando pela sua aldeia, pelo Rio de Janeiro e sim por todo o país! Sra. Graciela retoma a fala dizendo que quando se diz respeito às questões das necessidades que têm dos exames, da atenção mais especializada, que para se conseguir novamente algo assim diferenciado para a população indígena será uma nova luta”. [...] “Sr. Luiz Henrique da UNIRIO começa falando que a questão da saúde é muito preocupante e explica a posição dele lembrando que a SESAI teve um desdobramento desde a época da FUNASA e ele obedece às orientações da Convenção 169 da OIT que também orienta para área da saúde, ensino bilíngue, assuntos próprios das comunidades. Fala que esteve agora no Chile e conheceu o modelo de atenção diferenciada deles, e que também em outras países estão avançando para além, e diz que para o que significa diferenciada? São o intercultural ou seja é mapear os saberes, os conhecimentos que tem no fundo do mito, na cosmovisão que orienta para o que pode e como não pode, que regula a vida social, enfim, explica que onde esteve estão mapeando, trabalhando junto com o sistema deles, eles estão juntos dentro da instituição, e o que segura para eles essa proposta é forte resistência deles no local e o que eles dizem é: nós estamos aqui fazendo valer a Convenção 169 aqui a nossa equipe é intercultural trabalhamos com parteiras indígenas, indígenas trabalhando dentro dos hospitais em um sistema que é muito interessante. Mas ele comenta que o que o deixa preocupado é que aqui nós ainda estamos discutindo coisas muito básicas, passos que ainda estão faltando como a referência para atenção e diagnóstico diferenciada, essas coisas são muito básicas, esse ainda é o primeiro momento, que tem que ser visto, esse padrão de intercultural e diferenciado só virá quando essas questões básicas forem resolvidas”.



Luiz Pellon, da Comissão de Saúde e Saneamento, assim resumiu os gargalos da Saúde Indígena:

[...] “Resumindo eu acho que primeiro de tudo realmente temos que ter um mapeamento, esse é o primeiro passo e a comissão de saúde do conselho tem que se mobilizar para isso, outra coisa para um segundo momento é o que eu já havia dito, temos que avançar no que é intercultural o que é diferenciado e lógico que na expectativa dos próprios Guaranis, eles querem muito ver as coisas funcionando e nós temos que caminhar para isso. Agora a respeito da capacitação isso tem que acontecer porque a área da saúde nessa questão está à margem, parece que o intercultural hoje está sendo assim: eu trabalho com o índio, eu o compreendo, me dou bem com ele e não sou hostil a ele então eu estou sendo intercultural, entender um pouco mais da questão tem muito a ver com a sensibilidade de cada um de uma equipe. [...] “Lá no Norte eles estão criando uma instituição com terapeutas interculturais, eles lá já caminham nesse sentido a gente aqui ainda está pedindo o básico e estamos aos poucos avançando e colocando o básico para funcionar, falando ainda desse básico eu estive aqui na Aldeia outro dia e apareceu esse assunto na última reunião, foi sobre saneamento e quando tocamos nesse assunto foi levado em conta sobre Araponga ser um modelo de Aldeia e um espaço privilegiado, mas para que se continue um espaço privilegiado temos que atender principalmente a questão de saneamento, temos que ver um modelo que atenda às necessidades o que vi na época e que tínhamos vasos sanitários inoperantes ou seja, eles estão usando o banheiro como um modelo de fossa ou sumidouro que não atende a realidade que aqui vivem. Porque esse modelo atual deve reter muita água, até em cima, o sumidouro mesmo drenando, está fazendo essa drenagem em cima de uma nascente então é completamente descabido para o meio ambiente, o ecossistema onde estão localizados, então eu penso que que temos outras demandas a serem colocadas nesse mapeamento para que nossa comissão comece a pensar em ter um representante da SESAI, tem que estar presente na nossa reunião de comissão para que consigamos agir assim como a comissão de educação está agindo é preciso verificar se todas as Aldeias estão precisando e estão com os mesmos problemas”.





[Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirim – Guarani Mbyá](#) - No dia 27 de junho de dois mil e dezoito na Casa de Cultura de Paraty, foi feito o Lançamento do Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirim, com a presença de várias lideranças indígenas guaranis; Além do Coral Nhemongueta Mirim Guarani; As instituições: ICMBIO; FUNAI, NIDES/UFRJ, CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro; Radio Yandê; Aldeia Maracanã; AULA/Associação Universitária Latino Americana; Grumim; Aldeia Mata Verde; Aldeia Araponga; Aldeia Rio Pequeno; Conselho Municipal de Turismo de Paraty; Secretaria Municipal de Assistência Social e Saúde do Estado do Rio de Janeiro, além de diversas lideranças indígenas. O grande acontecimento ficou por conta da presença do pajé/cacique: Miguel Karai Tataxi, (119) liderança guarani Mbyá, para o Lançamento do Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirim. Onde estabelece regras de conduta com Juruá e a administração entre os entes federados. Segundo os idealizadores: Com o protocolo, é possível estabelecer regras possíveis de consulta a comunidade guarani com respeito ao território; biodiversidade; saneamento; educação dentro de um ambiente reciprocidade. O local da realização do evento na Casa de Cultura de Paraty foi sugestão do pajé/cacique: Miguel Karai Tataxi, que participou ativamente de sua confecção.





Fotos de Reinaldo Potiguara – Casa de Cultura de Paraty - 2019

A abertura da solenidade ficou por conta do Bruno ICMbio, que agradeceu o apoio da comissão organizadora e apoiadores, na elaboração do protocolo de consulta prévia. Em seguida passou a palavra ao Pajé/Cacique Miguel Karai Tataxi, acompanhado de quatro dos seus filhos na abertura da Mesa. Com a palavra o Pajé/Cacique Miguel Karai Tataxi, disse que apesar de sua fraqueza dada a velhice e outros problemas de tontura, a sua mente estava boa. “Sofro tonturas e estou muito fraco das pernas. Não consigo me deslocar muito, pois não aguento. Mas apesar do sofrimento do meu corpo. Ele é sadio, eu não sinto nenhuma dor, isso não dói... é a idade. Juruá me deu o nome de Miguel Benites que no nosso idioma é Karai Tataxi, tenho 119 anos... É difícil alcançar essa idade, pois depende de muita coisa. Tenho quatro filhos homens e quatro mulheres todos casados. Então agradeço muito as pessoas que estão trabalhando na temática do índio; E que seja um trabalho certo, direito respeitoso da causa indígena. Fico muito contente com esse trabalho... pois, Juruá não respeita o índio... Fazem o que querem se consultar o cacique. Dizem que índio é vagabundo. É o que falam de nós é muito errado. Outra coisa: não temos apoio de ninguém. Nós trabalhamos para nos manter, comer e beber sem ajuda do governo. Nosso governo fala mal do índio e diz coisa sem saber que somos pobres. O governo deve pensar, conhecer o nosso povo para depois poder falar do índio. Então eu agradeço os esforços de vocês na realização deste trabalho tão importante.



Vamos nos apoiar; vamos nos ajudar e fazer alguma coisa. Essas são minhas “palavras”, concluiu agradecido. Sobre a participação popular e consulta prévia, disse nas considerações do expediente, no protocolo, CACIQUE MIGUEL KARAI TATAXI BENITE: NÓS QUEREMOS É MANTER NOSSA CULTURA! A nossa cultura Guarany Mbyá, vejo as crianças soltas, sem roupas, sem pentear os cabelos, esse é nosso sistema Guarany. Não podemos trocar nosso sistema. Assim falaram minha mãe e minha avó. Eu ia entendendo. Nós queremos é manter o nosso sistema. Eu já estou velho com 119, anos. Eu trabalhava muito desde os 12 anos com os Juruá. Fui crescendo até ficar homem. Até gosto de trabalhar, gosto da lavoura. Aprendi no serviço pesado com Juruá”. (Fonte: PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA TEKOA ITAXI MIRIM - Guarani Mbyá). Após pequena apresentação dos irmãos presentes à mesa, que fizeram as saudações a todos em guarani. Foi dada a palavra o seu filho Pedro Mirim Benite, Karai Miiride, da Aldeia Paraty Mirim da Aldeia Itaxi, para resumir em português: as dificuldades, nos preparativos do Lançamento De Protocolo [Consulta Prévia TEKOA ITAXI MIRIM](#) - Guarani Mbyá. “Nos indígenas a pesar das dificuldades, não vamos deixar de fazer a coisa por causa de Juruá. As

mulheres indígenas e os jovens foram os principais organizadores e incentivadores para que nós não desistíssemos, apesar de contar com poucos recursos para elaboração. Espero que a partir desse lançamento, vamos poder cobrar na prática das autoridades o comprometimento com o protocolo.

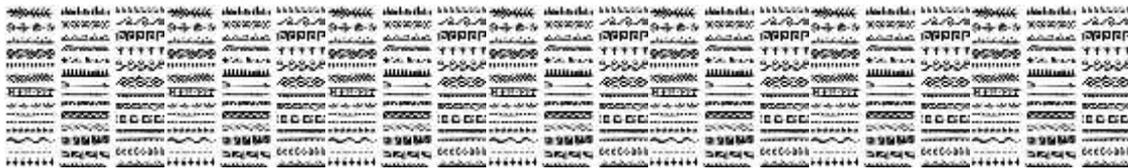


Vimos sofrendo muito dentro da Aldeia, pois não somos consultados por ninguém em assuntos que nos diz respeito, como por exemplo: A falta d'água, alimentos, caça e outras coisas provocados por descaso de Juruá. Com o protocolo vamos estabelecer parâmetros e acordos de interesse da comunidade guarani”, concluiu. Dando sequência ao evento. Bruno da organização [ICMbio](#), aproveitou para ratificar as palavras de Pedro, acrescentando que foram muitas as dificuldades. “Graças à atuação de diversas lideranças e voluntários, de forma respeitosa, nasceu o protocolo”. E aproveitou a ocasião para chamar a Rosângela Maria Nunes da FUNAI, Lilian Leticia Hangae, Chefe da APA de Cariruaçu/ICMbio e o professor Sandro Rogério Xucuru – ETNO/SOLTECNIDES, para falarem da elaboração do protocolo. Dada a palavra a Rosângela da FUNAI, a mesma salientou a luta em defesa dos povos da floresta há muitos anos. “Faz quarenta anos que estou na FUNAI. E desde início da minha militância, percebo a dificuldade do povo guarani em ter um território próprio. E vejo esse Protocolo como uma oportunidade de estabelecer-se regra. As pessoas entram nas aldeias para fazer pesquisa e não dão satisfação das suas pesquisas na Aldeia. O protocolo vai estabelecer limites e amadurecimento da comunidade. Seu Miguel e a juventude são nossos incentivadores. E partindo da comunidade nos incentiva ainda mais a lutar e acreditar, obrigado”, concluiu.



Com a palavra Sandro Xucuru, disse que vem dialogando com o povo guarani a muito tempo. “Não é tão comum conviver com tantos conflitos e interesses, e tanta coisa acontecendo no país, como: a realização do Acampamento Terra Livre. Eu percebi que as Aldeias aqui de Paraty não participava da articulação nacional do movimento indígena. Foi então que comecei a chamar a atenção das lideranças locais para os acontecimentos que ocorre em Brasília, para que se fizessem representados nas reuniões. E no momento que eles começam a participar da (APA) aqui em Paraty, eles começaram a se organizar, participar formar uma nova consciência militante. Esse protocolo levou um tempo para assimilação, levou dois anos para a realização. Mas graças às instituições parceiras, o protocolo é uma realidade, pois, permite as aldeias não precisar de Juruá. E tendo os parentes aqui nesse lançamento que foi produto de muita escuta, muita luta nos engrandece”, concluiu sendo muito aplaudido. Com a palavra dada a Lilian Leticia Hangae, a mesma disse que estava emocionada em participar do Lançamento do Protocolo

na [Casa de Cultura em Paraty](#), pois para ela é motivo de orgulho: “Faz dezesseis anos que participo da luta dos povos indígenas e muitas vezes, eu não tinha o que dizer. Mas hoje as comunidades tradicionais têm o seu protocolo. Não basta fazer uma pequena reunião com algumas lideranças indígenas e dizer que houve consulta. A comunidade indígena tem que ser ouvida e respeitada com todos os integrantes das aldeias, mulheres, crianças e jovens. Esse documento é importante para dizer como a comunidade deve ser comunicada. A estrada que leva a aldeia tem que ser consultada, tem que tem um procedimento. E tem que haver reuniões de amadurecimento não uma coisa apressada. O nosso conselho fez um plano de manejo e as comunidades indígenas participaram ativamente. Agora não estamos passando por uma situação de grandes empreendimentos, mas temos que estar atento. O desafio agora é fazer valer um procedimento para que seja cumprido. Agora os guaranis vão poder falar e dizer, vai ser assim e pronto”, sintetizou sendo também muito aplaudida.





Segundo o que nos conta, Renato de Oliveira dos Santos, em sua dissertação de Mestrado pelo IFCS, (2020) [SABERES E OCUPAÇÕES TRADICIONAIS](#): memória e visitação na Aldeia Guarani Mbyá Araponga – RJ, na família do xeramõi Augustinho e da xejary Marciana, em 2020.

[...] “A aldeia Araponga tem sua base pautada na família do xeramõi Augustinho e da xejary Marciana, das relações estabelecidas como o casamento, dos parentes que são enviados ou buscam a aldeia para tratamentos espirituais, dos que são escolhidos e estão em busca de conhecimento para aprender o ofício do xamã, do pajé, dos que vão em busca de se reconectar com a origem, dos que vão para correção dentre outros movimentos e fluxos. Cada núcleo familiar tem sua própria casa, construída no modelo tradicional com madeira e barro. Geralmente as casas contam apenas com dois cômodos, um social, de circulação e outro espaço reservado para descanso – quarto. Em alguns casos há ainda um anexo à casa, uma cobertura que abriga fogão a lenha e pia que funcionam como uma cozinha para preparos rápidos como aquecer água, preparar remédios, e até mesmo lavar suas roupas. Ao lado das casas é possível encontrar pequenas roças, principalmente de frutas. As construções são edificadas ao redor da opy, e próximas à cozinha coletiva onde são preparadas pelas mulheres as refeições, café da manhã, almoço e jantar para todos. A aldeia conta com outras construções: a escola, o posto de atendimento médico, a casa do gerador, dois banheiros coletivos, uma construção que serve como depósito e atende também à hospedagem dos visitantes guaranis, uma casa construída recentemente, utilizada como pousada guarani para hospedagem dos juruás e uma construção provisória para expor o artesanato. [...] “Meu nome em português é Agostinho, em Mbyá é: Kara’i Tataendy Oka. Estou com 100 (cem) anos, nasci em janeiro de 1920 (mil novecentos e vinte) e estou contando a minha história de vida aos juruás (não indígenas) que vieram até a Aldeia Araponga para pegar as palavras do xeramõi¹⁴. Eu sou o cacique, e xamã ou pajé da aldeia, mas prefiro ser chamado de xeramõi, assim como aprendi com meus avós. Nasci em Santa Catarina, no município de Itapiranga¹⁵. Eu sou o único filho homem, tenho sete irmãs e gostava de ficar com meus avós. O pai do meu pai e o pai de minha mãe eram pajés, então eu fui aprendendo com os dois, o que um falava, o que o outro falava. Como eu era o único menino, eles me levavam sempre com eles e falavam muito comigo. Dormia na rede com o pai da minha mãe, e estava sempre ouvindo o que meus avós me ensinavam. O guarani a gente aprende muito assim, ouvindo, assim que a gente aprende. Principalmente na opy - casa de reza - que o Juruá também chama de igreja. Antigamente, os guaranis estavam sempre caminhando, e sempre guiados pelo cacique ou pajé. Por exemplo, o pajé juntava casal com casal, pajé com pajé, e seguiam viagem a pé, buscando pela terra sem males, visitando aldeias, parentes, se reunindo... [...] “Quando eu estava com treze, quatorze anos, fomos do Paraná até a divisa com o Uruguai caminhando, a pé. Eram umas cinquentas, sessenta pessoas e o pajé orientando, guiando. Onde tinha aldeia pelo caminho, a gente ficava à noite. Ele fala assim: “Oh, nós temos que construir um barraco... Olha, tá vindo chuva essa noite”. Então o pessoal já pá, pá, pá... Corta vara e já levanta um barraco, e fica lá. Ixe... Quando foi meia noite, por aí, veio água, chuva... aaaaa ... Se o pajé não fala, e o pajé não sabe, nós estávamos na chuva, né? Então antigamente era assim, todo mundo falava com o pajé... Ah, xeramõi, eu vou no mato olhar armadilha. Então ele falava: “Não. Hoje você não vai, se você for ao mato vai acontecer alguma coisa”. A gente respondia: “É tá”, aí não ia... Ou alguém falava “Ah, hoje eu vou aqui, vou arrumar alguma coisa” ... Ele respondia: “Não. Você não vai”. Então antigamente era assim, para sair, para ir até outra aldeia, para ir procurar alguma coisa no mato, mel, pescar... Tudo era com ele. Agora, como eu estou falando, não tem mais pajé. A maioria já virou que nem Juruá, tem televisão, celular... Não quer ir nem para opy. É... então por isso que eu queria fazer um livro. Eu aprendi muito com o pai da minha mãe, eu dormia com ele e ele sempre falava comigo... Ele dizia: “Se você põe a mão pro Nhanderu você vai alcançar mais de cem anos”. Eu não esqueço que ainda garoto, ele segurou em minhas mãos com força, apertando mesmo, e me disse que eu ia viver mais de cem anos, que eu tinha um espírito forte, muito forte. Ele me contava histórias e dizia que eu tinha que andar com Nhanderu, que eu devia erguer as mãos ao alto em respeito a Nhanderu, estava me preparando, me ensinava com as histórias dos nossos parentes, que o xeramõi dele contava. As palavras do meu avô também me ensinavam sobre o que não devia fazer: “Agora, se você é muito bravo, você dá uma facada noutro homem, você mata mulher, você mata um rapaz, um parente... aí você vai alcançar só sessenta anos”. Quando eu tinha onze

anos meu pai me colocou na escola. Eu não queria ir, ficava chorando. Quando eu ia para escola, sentava lá, mas não queria escrever, professor dava o lápis e eu nem pegava, quando pegava jogava fora, ficava bem quietinho. Aí o professor falou pro meu pai: “teu filho não dá. Ele fica o tempo todo brabo”. (risos) Naquela época tinha um xondaro que ensinava a criança na opy. Não é a dança do xondaro, era um guarani, parente, que ensinava as crianças. Era o xondaro que nos ensinava a caçar, pescar, usar a natureza. Por exemplo, aqui no mato tem muito cipó que mata peixe, também tem madeira que nós tiramos a casca depois ponhamos na água e os peixes morrem, eu aprendi com o xondaro. [...] “Agora, para o índio que não é guarani, se o cacique morrer quem vai ficar no lugar dele é o filho, aqui não é assim. Eu tenho isso como meu avô falou. O guarani já fala com Nhanderu, pergunta para Nhanderu quem pode ser cacique, quem pode ser pajé. Nós, guaranis, fazemos assim. Isso eu já tenho, tenho dois meninos fazendo curso, um menino parece que com sete anos e o outro de nove anos, um aprendendo para pajé e o outro para cacique. Então, aqui na Araponga, com os guaranis, acontece isso. As crianças ficam perto do xeramõi, da xejary, aprendendo na opy, ajudando, trabalhando na terra, ajudando a construir casa, ajudam na cozinha, na roça, plantando, colhendo, fazendo artesanato guarani, cantando no coral”.



¹⁴ ENTREVISTA COM O PAJÉ /CACIQUE (ACENDE FOGO) AUGUSTINHO DA SILVA EM SUA ALDEIA EM ARAPONGA - PARATY/RJ – PATRIMÔNIO - Reunião do Cedind – 2019

O Pajé/Cacique (acende fogo) Augustinho da Silva Ainda no desenrolar da reunião em andamento, aproveitei a oportunidade para conversar com o Pajé/Cacique (acende fogo) de nome (branco) Augustinho da Silva; que gentilmente nos prestigiou concedendo uma entrevista, em ano que se comemora o centenário do seu nascimento. Muito gentil e sorridente, confidenciou que seu nome de batismo, foi dado por seus pais, e que seu nome em Guarani, tem como referência: “acender uma fogueira, acender o fogo”. Ao longo de sua existência morou em vários lugares, até a permanência em Araponga onde se encontra a mais de meio século. Segundo Agostinho, a sua migração foi longa, a começar com os indígenas Kaingang no Rio Grande do Sul, passando por São Paulo e Santa Catarina em comunidades guaranis, até o Paraguai. Depois dessa longa peregrinação, veio para o Rio de Janeiro com 26 anos. E com a morte dos pais, resolveu ir morar em Araponga. Mas o que motivou mesmo, segundo seus relatos, foi à violência e o alcoolismo que ocorre nas grandes cidades, sobre influência do Juruá, pois a bebida desunia e trazia briga entre as famílias guaranis, ressaltou: “Isso me fez ir para Bracuí e depois para Araponga onde estou até hoje”. Daí em diante, conta: “Foi uma longa jornada de lutas para permanecer no novo território. A começar, pela morte do antigo cacique de Araponga que veio a falecer”. No início, não houve preocupação quanto a ausência do Cacique. Mas com a morte do

¹⁴ Cunha, Reinaldo de Jesus - Não Sou Índio Sou guarani, e A Luta Natural contra o Estado

<https://www.aula.org.br/Editorias2022/Nao-sou-Indio-Sou-Guarani-A-Luta-Natural-Contra-o-Estado-1.pdf>

Renato Oliveira dos Santos - http://pos.eicos.psico.ufpr.br/wp-content/uploads/2020_Mestrado_Renato_Santo-1.pdf.

branco dono do sítio onde trabalhavam alguns Guaranis, a coisa se complicou, gerou alguns problemas para a comunidade. Havia um casal de Guaranis que trabalhava no sítio de Juruá. E com a morte do proprietário da terra assassinado por Juruá: “Os indígenas guaranis não sabia o que fazer” no sítio de Juruá. Pois o sítio do Juruá, “conta acende fogo”: Tinha muita plantação de aipim, batata doce, feijão, milho e animais como galinhas, porco e outros: “Não sabíamos o que fazer com aquela quantidade de coisas”, acrescentou: “Até que um belo dia veio um pessoal, onze ao todo visitando a aldeia, dizendo que vieram de Brasília da FUNAI para falar com o cacique. Foi aí que chamei eles sentarmos e conversarmos em círculo, para que eles externassem o que queriam. Foi na ocasião que um dos presentes, representante da FUNAI, perguntou quem era o cacique da Aldeia, pois desejavam falar com ele. “Aqui não tem cacique, respondi”, com espanto de todos. Neste momento o branco que fazia as indagações, sentenciou: “Então, vocês vão ter que ir embora”, pois Juruá vai matar todos vocês aqui” concluíram em tom ameaçador”. Nos conta [Augustinho](#) que a terra de Araponga era de Juruá:

[...] “Até que um belo dia veio um pessoal, onze ao todo visitando a aldeia, dizendo que vieram de Brasília da FUNAI para falar com o cacique. Foi aí que chamei eles sentarmos e conversarmos em círculo, para que eles externassem o que queriam. Foi na ocasião que um dos presentes, representante da FUNAI, perguntou quem era o cacique da Aldeia, pois desejavam falar com ele. “Aqui não tem cacique, respondi”, com espanto de todos. Neste momento o branco que fazia as indagações, sentenciou: “Então, vocês vão ter que ir embora”, pois Juruá vai matar todos vocês aqui” concluíram em tom ameaçador”.



[...] “Apesar de atônito e transtornado com a fala de Juruá, o diálogo continuou, o que permitiu Augustinho conversar com os guaranis a respeito do posicionamento de Juruá. “Então foi aí que a comunidade se reuniu e me elegeu cacique para representar a aldeia. E a partir desse primeiro contato, com os esclarecimentos prestados aos representantes da FUNAI estabeleceu-se um diálogo. A pesar de terem ido embora, dizendo que voltariam para Brasília como aconteceu. Na volta alguns meses depois, em novo diálogo com o representante da FUNAI. O mesmo que fizera a pergunta sobre quem era cacique perguntou-me sobre Juruá que ficava no portão da Aldeia, bem na entrada, se eu queria tira-lo, já que tinha ordens para delimitar a aldeia. “Respondi dizendo que não”, retruquei. ““Deixa-o lá, ele não nos incomoda, pois eu não quero brigar com Juruá. Reflexivo disse para ele: [“Eu não Sou índio, eu sou Guarani”](#), justificou.

VIII - ¹⁵ Reunião Ordinária do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) – realizada em [Rio Pequeno – Paraty/RJ](#) – em 28 de junho de 2019. A reunião foi aberta pelo cacique Demércio, da Aldeia Rio Pequeno, que deu boas vindas e saudou os presentes. Falou do imbróglio da [Demarcação da Terra Indígena Tekoha Jevy](#), deixando em evidência a falta de respeito da [prefeitura de Paraty](#), a comunidade guarani.



A Prefeitura e a Câmara Municipal de Vereadores se opõem a demarcação do território indígena, o que gera conflitos com os moradores. Segundo o Cacique:

[...] “A demarcação de terras é muito importante para os índios, ele relata em sua fala que, tanto os órgãos municipais, quanto os moradores locais, são contra a demarcação de terras indígenas, o cacique da Aldeia de Rio Pequeno diz que se houver demarcação de terras “tudo será liberado”, se referindo ao trabalho manual realizado na terra e as técnicas utilizadas na lavoura. Ele diz que a demarcação de terras está sendo um problema enfrentado pelos indígenas, que não estão obtendo seus direitos sobre os terrenos adquiridos, o estudo de demarcação de terras realizado evidenciou a compra do Sr. Demércio da terra onde se encontra a aldeia. Porém deveria haver uma indenização aos povos originários que estenderia suas posses através da área demarcada aos aldeões, entretanto graças ao grande número de casas encontradas ao redor da aldeia de Rio Pequeno, algumas delas em situação irregular estando ao lado de rios e cachoeiras, não estão sendo possível realizar a demarcação de terras indígenas da maneira desejada pelos moradores da aldeia. A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) está se responsabilizando pelo serviço de ocupar a terra, o cacique Demércio diz que “o governo dos índios é a FUNAI”, e pergunta “como a FUNAI vai resolver o nosso problema?” ele pede o projeto de implementar escolas indígenas e a demarcação de terras sendo apontado como questão principal durante a reunião na aldeia Rio Pequeno. O Sr. Carlos Tukano presidente do conselho indígena pela parte dos não aldeados abordou os entes federados que participam ativamente da causa indígena, a FUNAI, a prefeitura de Paraty e o governo estadual. O laudo é encaminhado ao governo para que na forma de lei seja reconhecido as terras indígenas, protocolo de consulta prévia. Existem órgãos da secretaria pública que possam ter soluções dos Juruás (termo de origem Guarani que significa não indígena) como se estabelecer uma relação amigável, pergunta o cacique da tribo. Ele diz que é muito importante para os índios a demarcação de terras, pois os mesmos querem morar próximo dos recursos naturais, como, água, madeira e outros, assim constroem suas casas da maneira como acharem mais devida para viver. O cacique admite que exista uma relação de

¹⁵ Nino Benite da Silva (Aldeia Araponga), João Mendonça Martins Filho (Aldeia Rio Pequeno), Vanderlei da Silva (Aldeia Céu Azul), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita), Maria Tania Francisca Ribeiro (Aldeia Pataxó de Iriri), Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó Iriri), Sérgio Ricardo Verde Potiguará (GRUMIM – Rede Grumim de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ – Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA – Associação Universitária Latino Americana), Carlos Tukano (AIAM – Associação Indígena Aldeia Maracanã), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Graciela Pagliaro (Secretaria de Estado e Saúde), Diana Anastacia (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Rosângela Nunes (FUNAI – Fundação Nacional do Índio), Mauro Adriano (UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro), Robson Fernandes (convitado), Leonel Gruê (convitado), Rônia das Graças Batista (Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda), Marcia Mendonça (Aldeia Rio Pequeno), Sonia N. Martine (Aldeia Rio Pequeno), Maura da Silva (Aldeia Rio Pequeno), Caila Ceridi R. Vieira (Aldeia Pataxó), Jade Agualuza (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas).

dependência entre eles e os Juruás, porém para ele a maior preocupação é com a demarcação de terras, e diz que é preciso o governo reconhecer as áreas indígenas. O veículo que está disponível na aldeia Rio Pequeno é de uso exclusivo dos anciões e daqueles que tem deficiência física e por isso encontram dificuldades de locomoção. Assim para que haja uma maior liberdade no direito de ir e vir, que é assegurado pela constituição federal, é necessário que as autoridades competentes reconheçam a autenticidade do povo indígena. O cacique explica que na cidade os terrenos já são propriedades particulares, não sendo possível a intervenção de terceiros, porém nas aldeias indígenas as pessoas sofrem com o problema da demarcação de terras, sendo realizadas obstruções no caminho até suas casas. Novamente o cacique Demércio Martine pergunta ao conselho indígena, como o governo vai resolver esse problema e como ele vai fazer isso respeitando a individualidade de cada cidadão indígena, além da questão da demarcação de terras, falta finalizarem a escola indígena e terminar o posto de saúde dentro da aldeia. O cacique não demonstra interesse em deixar a aldeia, alegando que nela existem todos os recursos necessários para viver além de seus familiares e amigos. A função do conselho de direitos indígenas é estabelecer os canais de comunicação entre o Estado e a população originária do Brasil, para que assim a sociedade civil tenha participação no processo de desenvolvimento socioeconômico. Assim a demarcação de terras indígena é importante, uma vez que se respeite o índio, também estará sendo respeitada a terra, dessa forma a família natural pode crescer, já há muitas crianças na aldeia por isso é preciso uma escolinha para alfabetizá-las. A moradora da aldeia, a Sra. Teófila fala com indignação sobre os casos de crimes graves que vêm sendo cometidos contra os povos endógenos, os vizinhos da localidade eventualmente impedem a passagem dos veículos dos indígenas, alegando propriedade privada, ela conta que a delegacia não resolve os casos que aconteceram nas proximidades e desabafa com muita frustração que os índios estão sendo mortos como animais, em seu relato ela também fala que a falta de respeito com o povo originário já é antigo. A Sra. Teófila segue reclamando da situação da relação do prefeito da cidade com os indígenas, ela diz que se o prefeito criar problemas com eles “ele deve seguir rumo a Portugal” e voltar para terra de Juruá, pois os povos originários são os indígenas e eles necessitam espaço e da demarcação de terras”. [...] “A Sra. Teófila segue em seu relato falando da luta Guarani que se faz necessária, ela quer uma resposta dos órgãos competentes e reclama que os responsáveis culpam a vítima ao invés de resolver os crimes que aconteceram, ela diz que os indígenas precisam se unir e não ficarem calados diante dos acontecimentos. [...] “A Sra. Rosângela diz que há necessidade de respeitar o tempo das comunidades. Além disso, em seu depoimento relata que o cacique da aldeia Rio Pequeno o Sr. Demércio Martine comprou as terras ali estabelecidas, e que o termo de compra está na FUNAI e garante os direitos indígenas sobre a terra. Existe um roteiro de qualificação para garantir a demarcação de terras e um grupamento de demarcação de terras, com isso a prefeitura de Maricá juntamente a FUNAI colocaram as terras sob ordem dos órgãos responsáveis. O estudo preliminar que foi feito em Rio Pequeno garantiu a terra do cacique Demércio, dado o fato informado de que ele comprou aquelas terras já há muito tempo, porém há muito interesse na questão da terra graças à especulação imobiliária. Porém o desenho proposto não dá a entender que o estudo foi pré-elaborado, a contestação dos vizinhos vai começar uma disputa jurídica, já que o cacique da aldeia comprou o termo de posse”.





A reunião descentralizada terminou com encaminhamentos aprovados, para que o Cedind, possa intermediar junto ao governo, o impasse que se apresenta. Na questão de educação das crianças da escola em Rio pequeno, foram constatados a falta de professores, e necessidade de reforma da escola. A Sra. Marize da Comissão de Educação do Cedind, perguntou a Sra. Rônia, quais as providencias estão sendo dado com os recursos que são descentralizados para escola, e qual tem sido as prioridades.

[...] “A conselheira Marize Vieira ainda não percebeu de fato a melhora na educação indígena e pergunta, quanto de recurso foi captado, e o quanto não foi efetivamente utilizado, por que não vemos esses recursos destinados à educação indo para as escolas indígenas, mesmo entrando dinheiro para a educação, ainda há falta de professores indígenas, assim, ela pergunta, o que falta para de fato haver uma melhora na educação indígena? Ela diz que mesmo com a falta de professores de português e matemática os alunos continuam se formando, ela exige uma política de compensação para os alunos que se formaram sem as aulas necessárias, matérias importantes, como português e matemática, não podem ser dispensadas. A Sra. Rônia, diretora do Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda, diz que viu muita coisa que não concordava, ela constatou, que a SEDUC não parecia ter ciência do que estava acontecendo dentro do colégio indígena. Ela diz que muito do que ela esperava que mudasse não mudou, e assim ela chegou à diretoria de educação, e lá ela pode expor a realidade da causa indígena, calendário irregular, terminando dia 31 de maio, o calendário escolar da escola indígena não bate com o do restante das escolas, ela conseguiu apoio de um parlamentar para tentar readequar a situação. A diretora do colégio indígena analisa a demora dos professores indígenas serem contratados se dá graças ao esquecimento do Estado com os indígenas. Estão consertando muitas coisas, e uma das situações dos contratos foram melhoradas, porém ela diz que a situação da educação indígena no Estado do Rio é a pior do Brasil, o professor indígena não é formado em Guarani, por isso está tendo dificuldades para dar aula para os alunos, é necessário por questões de pedagogia que os professores indígenas tenham alfabetização em Guarani. Ela relata que a direção da escola foi ouvida pela primeira vez, que quem pisa nas aldeias para ouvir os indígenas são os diretores da escola indígena, a Sra. Rônia diz que haverá novas contratações de professores tanto indígenas quanto “Juruás” para trabalharem em conjunto na alfabetização das crianças indígenas”.





Fotos de Reinaldo Potiguara – Aldeia Rio Pequeno

Em conclusão, o cacique Demércio falou da necessidade de ter terras próprias para o plantio de suas sementes. Pois as APA's (Áreas de Proteção Ambiental), não são permitidos a alteração do espaço físico, pois irá gerar um impacto ambiental. Com relação a Aldeia Céu Azul, sugeriu estudos e análise dos espaços de Ponta Negra e Espreado, onde se faz necessário a visita dos órgãos competentes. Argumentou a necessidade da demarcação de terras indígenas, deixando em evidência a falta de respeito que o povo originário está sofrendo diariamente, e sendo afrontado pelos vizinhos próximos, como no caso de Rio Pequeno. “A demarcação de terras é muito importante para os índios; pois, se houver demarcação de terras “tudo será liberado”. Tal argumento é em contraponto a ideia de proibição de trabalho manual realizado na terra e as técnicas utilizadas na lavoura. Segundo Demércio: A terra onde se encontra a aldeia Rio Pequeno, foi comprada por ele. A dificuldade de encontrar uma solução com os moradores locais, se dar pelo crescente número de moradias... o que não existia antes. Conclui dizendo: “algumas residências se encontram em situação irregular, pois está ao lado de rios e cachoeiras, o que impossibilita realizar a demarcação pelos aldeados”. E questiona: “Como a FUNAI vai resolver o nosso problema?” Termina pedindo esforços do colegiado no sentido do apoio as demandas da escolar e a demarcação da Terra Indígena Tekohá Jevi.

Reunião do ¹⁶[CEDIND IX](#) (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) na [Aldeia Pataxó de Iriri](#) – Paraty/RJ – em 29 de agosto de 2019.



¹⁶ Nino Benite da Silva (Aldeia Araponga), João Mendonça Martins Filho (Aldeia Rio Pequeno), Vanderlei da Silva (Aldeia Céu Azul), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita), Maria Tania Francisca Ribeiro (Aldeia Pataxó de Iriri), Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó Iriri), Sérgio Ricardo Verde Potiguara (GRUMIM – Rede Grumin de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ – Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA – Associação Universitária Latino Americana), Carlos Tukano (AIAM – Associação Indígena Aldeia Maracanã), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Graciela Pagliaro (Secretaria de Estado e Saúde), Diana Anastacia (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Rosângela Nunes (FUNAI – Fundação Nacional do Índio), Mauro Adriano (UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro), Robson Fernandes (convitado), Leonel Gruê (convitado), Rônia das Graças Batista (Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda), Marcia Mendonça (Aldeia Rio Pequeno), Sonia N. Martine (Aldeia Rio Pequeno), Maura da Silva (Aldeia Rio Pequeno), Caila Ceridi R. Vieira (Aldeia Pataxó), Jade Agualuza (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas).



A reunião foi aberta pelo Cacique Carlos Tukano, presidente do Cedind em contexto urbano. Saudou a todos presentes, falando da importância desta reunião em Iriri, para ouvir as demandas da comunidade. “É muito importante essa conexão in-loco e agradeço muito estar aqui dialogando, compreender o que se passa e propor soluções”. Fez pequena síntese das visitas descentralizadas nas aldeias, para conhecer o dia, dia da comunidade. Sugeriu primeiro ouvir o cacique e indígenas locais para depois em consenso chegar a um acordo que possa dar soluções as demandas apresentadas. Passou a palavra ao Cacique Leonardo, que fez breve avaliação da chegada dos Pataxós a Iriri.

Cacique Leo: “Inicialmente vou falar da nossa chegada aqui neste território na Aldeia Iriri, onde começa tudo. Nossos ancestrais são da Bahia, e vieram pra este território, por orientação dos nossos encantados. Quando viemos pra aqui, não tínhamos noção pra onde víamos, mas agente segue o nosso coração e nos guiamos no que os encantados pedem em nossos corações. Agente então veio em busca desse novo território. Pois onde estavam tinham muitos conflitos internos e externos, o que levou a perdas de várias lideranças indígenas pela violência. Uma delas foi o Valdir, que foi morto e queimado. Então, a gente fica triste com esses fatos, acontecimentos... não queremos isso para nossos jovens, mais velhos, e nossas crianças. Por isso estamos sempre pedindo a Tupã, nosso pai que nos guiasse. Então ele nos guiou até o rio, até chegar aqui. Apelamos para nas autoridades para garantia da fixação neste território... e não foi fácil. Encontramos várias dificuldades de adaptação, mas nos estabelecemos. Procuramos o MP Federal, uma vez que apareceu um empresário dizendo ser dono desse território. O MP, ao analisar a documentação do empresário, verificou inconsistência na documentação. Procuramos encontrar uma solução negociada com esse empresário, propondo uma negociação para que fosse definido esse território indígena e ele fosse ressarcido caso seja constatado, com um novo território por uma indenização. Com relação aos problemas aqui, são vários. Nesses quatro anos que estamos aqui, são muitos os problemas. Desde a falta de energia, que já estamos buscando soluções, e intermediação da Secretaria de Meio Ambiente e a FUNAI. Já temos a liberação pra resolver esse problema. Apesar de vários imbróglis desde a perda de documentos, até o reenvio novamente, estamos resolvendo. Assim, a falta da energia prejudica muito a comunidade até mesmo para as crianças que precisam da energia pra tomar um remédio, e esse remédio precisa estar armazenado em uma geladeira. Exp.: aqui tem uma criança que a cada quinze dias precisa tomar uma vacina. E se não tem luz, a gente precisa levar em um posto... já tendo aqui facilita a tomada de providencias. Na verdade, a luz traz problemas e benefícios pra comunidade. Pois os jovens através dessas novas tecnologias se desligam da comunidade. Nós valorizamos a nossa cultura através das nossas danças, músicas e confecção de nosso artesanato. Porque o que temos de valor é a nossa cultura”.





Fotos de Reinaldo Potiguar Aldeia Pataxó Iriri – 2019

Em seguida foi dada a palavra ao representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Paraty. Com a palavra o Sr. Luiz Paulo da Secretaria abriu algumas considerações importantes, dentre elas, destacou a importância do estudo de impactos ambientais no território.

Luiz Paulo: “Com o surgimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em 2015, houveram diretrizes que passamos adotar em caso do Licenciamento Ambiental. Por exp. A ligação de energia elétrica seja na comunidade indígena e/ou qualquer outra finalidade, seja de morador ou empresa, se faz necessário um estudo prévio. Quando há demanda de ligação elétrica a empresa manda pra secretaria pra avaliar se não impacta o meio ambiente. E nós da secretaria fazemos o estudo. Uma vez solicitado, a gente faz uma vistoria local onde emitimos um laudo... verificamos se estar próxima a um rio, em área de preservação permanente. Pois se afetar a área, a gente não autoriza. Não impactando o ambiente, agente autoriza. A ENEL, tem sido muito burocrático no atendimento as demandadas locais. Quase sempre, eles utilizam a própria legislação pra não atender ao usuário a comunidade. E aí a gente tem que ter muita atenção na emissão da autorização pra não impactar e sermos cobrado por alguma negligencia e imperícia. Na verdade, tem lugares que não tem autorização e tem luz. Outras, tem autorização e não tem luz. Para resolver esses impasses, temos encaminhado essas demandas ao MP Federal, pra nos ajudar na solução. Para resolver também esses problemas, o prefeito Vidal, marcou uma audiência pública para tratar desses assuntos. E aqui fica o convite pra o cacique participar”.



Reunião Iriri – Aldeia Pataxó



Fotos Reinaldo Potiguara – Reunião do Cedind – Iriri- Aldeia Pataxó

Com a palavra o Conselheiro Toni Lotar, da AIAM, fez breve retrospectiva da Aldeia Araponga, onde problemas semelhantes ocorreram, onde apontou a parceria com a prefeitura e a concessionária de energia elétrica. Segundo Lotar, o fornecimento de energia é uma obrigação da Concessionaria:

Lotar: “Quando as concessionarias ganham o Edital para cobrar comercialmente a luz de empresas, moradores. Dentro do pacote, do contrato de concessão, tem cláusulas que a empresa deve atender, comunidades, povos isolados, ribeirinhos e, vulneráveis etc. Ela tem que atender, e não é nenhum favor. Não existe só o ganho financeiro, tem também as contrapartidas que a empresa tem que fazer. Ex. as placas fotos voltagens, quando se tem que instalar a ENEL, tem que contratar uma empresa terceirizada para fazer o serviço. Já se fizeram alguns Editais, e não houveram interessados neste serviço mais de uma vez. Por causa disso, nós fizemos um documento e entregamos diretamente a ENEL, que gerou resultados. Temos que nos certificar do atendimento de Araponga, e aqui temos que fazer a mesma coisa. Em Marica, levamos as demandas a (AMPLA) pedindo o cadastramento da comunidade guarani, para a implantação da tarifa social. Fizemos o cadastramento, mas, até agora nada.

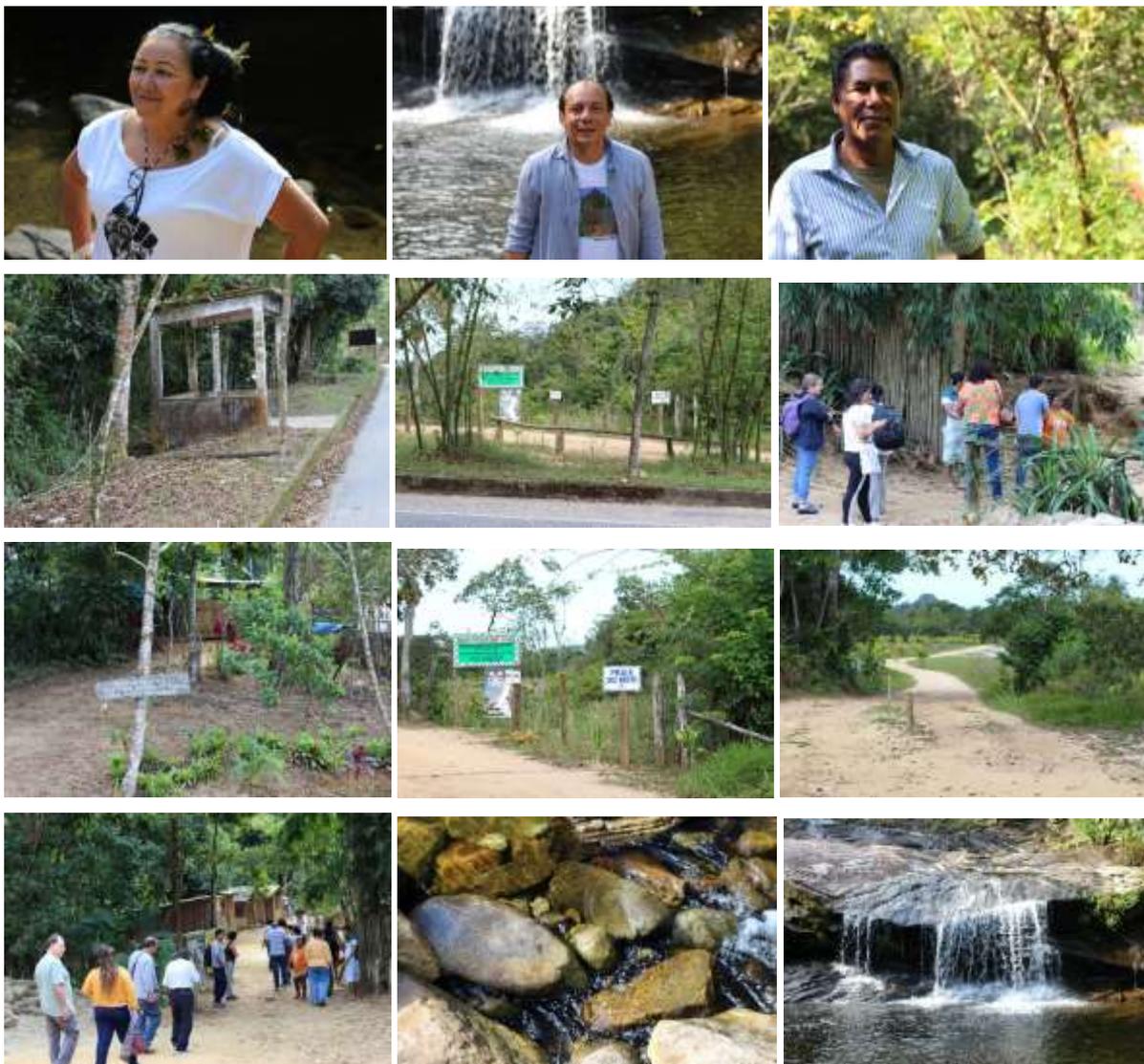


Em seguida, o Conselheiro Sergio Potiguara (Rede Grumim) leu um documento para se aprovados pelos Conselheiros, conforme pediu a Sra. Luana, representante governamental, sobre providencias a serem tomadas.

Sergio Ricardo: “As reuniões que tivermos em Rio pequeno e Araponga, discutimos o saneamento ecológico, que Juruá chama de saneamento básico. Aqui a Usina, Eletronuclear, tinha contrapartidas no Termo de Ajustamento de Conduta e de Emergência, onde prevê em caso de acidente, providencias a serem tomadas. [A Empresa](#) não vem cumprido nenhum plano de emergência, e temos aqui a minuta a ser encaminhada para aprovação e providencias”.

A Sra. Rosangela da FUNAI, disse que a empresa narrou que as comunidades indígenas, não são abrangidas por esse TAC. Segundo Rosangela, foi proposto uma reunião com o MP e a Eletronuclear pra tratar do problema. Foi feito um acordo, para que encontrasse uma alternativa ao saneamento ambiental. Foram feitas várias reuniões com engenheiros, comunidade, que são especialistas em emitir parecer sobre o solo, e para as providencias cabíveis. Apesar do estudo está pronto, até agora não foram tomadas as providencias.





O Sr. Luiz Pellon, Conselheiro representante da (UNIRIO), questionou o modelo de saneamento ecológico, por existirem vários modelos. Pello, chamou atenção ao lençol freático, muito rico na região. Chamou a atenção para que o saneamento ambiental não seja igual o que estamos acostumados, sem levar em consideração as peculiaridades de cada aldeia. Em Araponga, o Sumidouro está transbordando.

Luiz Pellon: “A Comissão de Saúde do Cedind, vem discutindo a questão do saneamento ambiental nas aldeias. Se formos avaliar o que está sendo proposto pela SESAI, como parâmetro no que foi feito em Araponga, está tudo errado, pois lá as fezes estão transbordando, e o trabalho está visivelmente mal feito. Ou sejam: a caixa d’água e de esgoto são juntas, podendo acarretar doenças etc. Eu entendo que o saneamento ecológico tem que ser feito com a participação da comunidade, porque ela precisa de manutenção”. O sr. Apurinã, pataxó, perguntou: “então qual é o saneamento indicado, com esse fluxo d’água que temos aqui? Pois, eu conheço três tipos de foças: O primeiro anel que recebemos todo fluxo; O segundo, aquela todo perfurado tipo uma tela... que capta a água de cima e depois ela desse... Aqui na aldeia, nós é quem estamos fazendo com mão de obra própria, sem apoio do governo. Então a gente faz nas condições que podemos, e por isso a necessidade desse conhecimento tecnológico”.





O Sr. Luiz Paulo, da Secretaria de Meio Ambiente, complementou dizendo que em SONO, foi feito um estudo diferenciado. Segundo Paulo, os técnicos não conversaram com a comunidade e gerou-se muitos problemas de execução. Aproveitando a pauta saneamento, o Cacique Leo, fez uso da palavra para comentar sobre o problema da saúde na aldeia, e a falta da participação da SESAI, para resolver os problemas.

Leo Pataxó: “Faz quatro meses que não temos um enfermeiro na aldeia e aí recorremos os postos de saúde e hospital de Juruá. E o que ocorre é que eles não conseguem entender os nossos problemas devidos à questão linguística, e muitas vezes se recusam fazer o atendimento. O indígena fica com medo de falar, o pajé não gosta de ir ao hospital, devido seu modo de vida. O pajé vai o hospital visitar um parente e é discriminado. O Estado tem que compreender que somos diferentes, e que temos que ter um tratamento diferenciados. O Branco não conhece nossa língua, e quando falamos nossa língua, somos discriminados. Eu quero ir ao atendimento médico e ser bem recebido, bem atendido. Outro dia fui mal atendido por um médico... e estava levando um indígena. Eu aqui, me sinto responsável e faço isso voluntariamente por amor. Se for preciso eu dou a minha vida para salvar algum doente na aldeia”.



Sra. Rosangela da Funai, disse que os Hospitais são obrigados a receberem qualquer pessoa, independentemente de serem indígenas ou não. Alexandre da Prefeitura de Paraty, disse que é importante as comunidades indígenas devem participar das Conferencias Municipais de Saúde para poder valer os seus direitos, para ter voz e não precisar de um ou de outro. Eu penso assim, finalizou. Marize, disse que cada aldeia deve ter um protocolo com os direitos indígenas, e levar pra esclarecer na hora do atendimento os direitos indígenas. Carlos Tukano: O que os indígenas tem um meio próprio de se tratar. Eu agora, passei uma vergonha com a minha filha que precisava de uma doação de rim, mas apesar de tudo eu consegui o transplante e a cirurgia foi tranquila, graças a Nhanderu. Luiz Paulo, representante da Secretaria do Meio Ambiente de Paraty, falou que o município criou uma Unidade de Saúde Nova, para cento e vinte leito, mas ainda existe um déficit ainda gigantesco na Atenção Básica, os funcionários de saúde tiveram capacitação pra poder atender melhor a população. E reforçou a ideia da participação dos indígenas no Conselho de Saúde. Toni Lotar, perguntou a Secretaria Executiva do Cedind, como seria o Protocolo de Atendimento dos indígenas. A Sra. Luana Braz da Secretaria Executiva do Cedind, disse que o que norteia a atuação do Conselho é o DECRETO de Criação. E que as Comissões permanentes do Cedind, devem incentivar a participação dos indígenas nos fóruns de saúde. E que essa reunião houve o convite para a participação das prefeituras locais, que estão hoje representando a prefeitura de Paraty. A Vice Cacique Nauan, pataxó, disse que a sua filha grávida passou por contratempos no atendimento de saúde. Pois foi proibida de ver sua filha... até a polícia chamaram pra ela. Agente vai no hospital, e eles acham que chegou um bicho.





Leo Pataxó: Hoje ainda não temos uma escola da aldeia. E nós temos nossos rituais que é da característica de nosso povo. Teve um menino da aldeia que foi a Bahia participar de um ritual e tomou falta na escola, mesmo a gente falando que ele foi pra um ritual pataxó. E é aí onde eu falo: onde está a diferença? Se a educação deve ser diferenciada, onde está a diferença pra os povos indígenas? Falta uma maior integração da escola com a aldeia, pra acompanhar nosso calendário. Na Bahia, algumas escolas acompanham o nosso calendário. Aqui em Paraty não tem isso. Eu quero que a aldeia e a escola, acompanhe as nossas atividades, pois isso é educação. Eu quero um calendário pra agente atuar conjuntamente a cultura pataxó. Antigamente nossa arma era o arco e a flexa, hoje nossa arma é a caneta e o papel”.



17 X Reunião em Sapukaí Ordinária do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) – realizada em – Angra dos Reis/RJ – [em 30 de agosto de 2019, na Aldeia de Sapukaí /Bracuhy.](#)

A reunião foi aberta com a saudação do Presidente Carlos Tukano. O mesmo deu boas-vindas a todos, lembrado que as reuniões descentralizadas nas aldeias, estão chegando ao termino do giro, e que as próximas serão na capital. Teceu pequeno comentário da participação nas reuniões em todo o ano corrente, e que apesar de toda dificuldade com: transporte, alimentação, hospedagem e etc., não se mediu esforços para terem presença de todos os indígenas confirmada. Enalteceu a importância dos convidados nas reuniões. Informou as ausências do Cacique Domingues que está viajando e que o vice-presidente Nino Benite, presidente dos indígenas aldeados não pôde vir por motivo de doença. Em seguida passou a palavra para o vice cacique Aldo que representa a Aldeia Sapukaí na ausência do Cacique Domingues. Com a palavra o Cacique Aldo, agradeceu a todos presentes e pediu para depois das apresentações dos indígenas, falara a respeito.

¹⁷ Aldo Fernandes Ribeiro (Aldeia Sapukaf), Carmelita Lopes (Movimento de Ressurgência Puri), Vanderlei da Silva (Aldeia Céu Azul), Angela Maria Crescencio (Centro de Referência da Cultura Indígena), Maria Tania Francisca Ribeiro (Aldeia Pataxó de Iriri), Sérgio Ricardo Verde Potiguara (GRUMIM – Rede Grumin de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ – Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga), Marluce Braz (Secretaria de Estado de Cultura), Ludmila Moreira (ABA), Edmir Amanjás (Secretaria Estadual de Agricultura), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA – Associação Universitária Latino Americana), Carlos Tukano (AIAM – Associação Indígena Aldeia Maracanã), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Jade Agualuza (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Luana Laranja (CRAS Bracuhy), Carina da Silva (CRAS Bracuhy), Amarildo Karay (Aldeia Mata Verde Bonita), Adailton dos Santos (Aldeia Sapukaí), Luis Henrique (UNIRIO), Argemiro da Silva (Conselho de Educação do RJ), Índia Bare (DPU), Mariana (Economista e Analista da ONU), Ricardo de Oliveira (ITERJ), Francisco D. (SEAPPA), Cécilio Fernandes (Assessor na Saúde Indígena) e Lucas Xuru (Presidente da Saúde Local RJ).



Em seguida o Sr. Adailton dos Santos, toma fala e diz que o CRAS da região não atende a população local como deveria. Criticou o procedimento adotado, que segundo o mesmo, é preciso marcar hora.

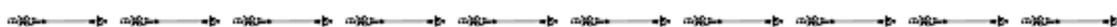
[...] “Luana coordenadora do CRAS pede a fala e dá a sugestão sobre a crítica ao atendimento, lembra que são atendidos no local 4mil famílias e se não conseguirem fazer o agendamento, infelizmente não terá como ninguém ser atendido e tudo virá a ser uma bagunça. Ela sugere ir à aldeia uma vez por mês para fazer o atendimento no local, porém diz ficar inviável subir à aldeia quando o tempo não está bom, pois o carro não sobe na lama, e assim dificulta o acesso com frequência. Luana Braz propõe um encaminhamento que uma vez por mês o carro da SESAI vá buscá-los no CRAS, porém a Aldeia não aceita ideia, pois, o carro da SESAI é destinado para atender emergências de saúde. Toni Lotar sugere que prefeitura pague um taxi para vir à aldeia uma vez por mês. Luana Braz fala sobre encaminhar a demanda a respeito dos protocolos nacionais de atendimento de acordo com a área de Assistência Social, para que possam aplicar

e ver a melhor forma de estar indo à Aldeia, e salienta a urgência de um comprometimento da Secretaria. Argemiro da Silva pede fala e diz que a situação da educação se encontra muito precária, diz que não concorda com índio na escola e que deveria ser branco na aldeia. Questiona a ausência da FUNAI que deveria estar atuando e simplesmente não aparece para ajudar a população. Lembra também que depois de 30 anos foi formada a primeira turma de magistério Guarani, a primeira do Rio de Janeiro. Diz estar feliz com a inclusão de novas matérias tornando possível o professor ser bilíngue (português/Guarani). Luana Braz sugere que a mesa diretora se reúna para que juntos possam criar um protocolo e apresentar ao conselho para obter aprovação, que em cada comissão permanente se façam levantamentos das leis, protocolos e planos para se extrair dali o que de imediato pode atender as Aldeias, e diante disso a criação de uma cartilha para distribuir nas aldeias e órgãos relacionados. Para que a partir disto sejam feitas capacitações com os funcionários para que possam estar preparados para agir diante da população indígena. Argemiro da Silva retorna a fala questionando sobre a reforma na estrada. Toni Lotar diz que Araponga tem o mesmo problema de acesso e que foi feita uma reunião com a Prefeitura que gerou comprometimento com os mesmos, e que já foi realizada metade da demanda de Araponga. Ele sugere que pode ser feito um ofício pelo conselho ao Prefeito de Angra dos Reis, solicitando uma reunião para que se faça esse encaminhamento e que aproveite a oportunidade e resolva também a demanda em relação ao CRAS. Argemiro da Silva toma fala lamentando sobre problemas com o ensino médio da Aldeia, diz que o estudo envolve a saúde mental da população e que vê muitas crianças saindo da Aldeia para conseguir se formar fora, pede que a demanda seja dada a devida atenção, e que vagas em escolas tradicionais não adianta, pois, o ensino tem que ser diferenciado. Continua a fala dizendo que depois de 13 anos da escola comunitária, o Estado tomou posse do prédio e que intitulou como escola, porém no seu entendimento escola tem que ter: banheiro, refeitório, secretaria, sala de informática e todos os direitos que tem os brancos, que o Estado precisa contribuir com essa estrutura correta. Mariza Vieira pede a fala e diz que, ao questionar Diretora de escola na última reunião em Rio Pequeno, a mesma respondeu que os alunos finalmente terminaram o 9º ano e estavam com diploma, e que, em Paraty Mirim a mesma situação. Ela também questionou a mesma como iriam compensar a falta dos professores de português e matemática que nos últimos dois anos não deram essas matérias. Porém sua resposta a esses questionamentos foi que tudo estava resolvido, em contrapartida ninguém da Aldeia sabe nada a respeito. Completando a fala, ela diz que a Diretora também relatou que havia estado com o deputado e que sobre o ensino médio já iriam começar as aulas, Mariza Vieira sugere que seja feita uma denúncia, porque isso que acontece é racismo institucional, que o Estado é racista com a população indígena em todos os sentidos, assim como: saúde, educação, direito a água potável e saneamento. Reinaldo Cunha pede para fazer um encaminhamento, que a comissão de educação possa oficializar a Secretaria de Educação, que, precisa ser feita uma reunião de mesa diretora e colocar em pauta: contratação de professores, questões pedagógicas e matrículas no ensino médio. Luana Braz lembra para que existam comissões permanentes, que não cabe centralizar esse assunto para uma única pessoa, pois, existem as comissões que são formadas por conselheiros que têm conhecimento técnico específico para tratar de cada temática. Marluce Braz aproveita e fala sobre a comissão temática da mesma, e que já tem data marcada para a próxima reunião de comissão. Anuncia projeto da Secretaria de cultura para aldeados e não aldeados, diz que a secretaria fechou um projeto grande para questões indígenas e que mais dois estão sendo elaborados pela equipe, porém, precisa de recursos para fazer, que estão tentando viabilizar de alguma forma, pois a Secretaria não tem verba e que está fazendo trabalho de captação de recursos. Adianta que o projeto maior se trata de capacitação em área cultural. Edmir Amanjás pede a fala para explicar a diferenciação das Secretarias, diz existir a Economia Criativa que está na Cultura, o artesanato voltado para cadeia do Turismo e a Economia Solidária que está dentro de Desenvolvimento Econômico. Esclarece que são três instâncias, em três Secretarias diferentes e que trabalham questões que podem estar interligadas na realidade do indígena e faz sugestão que o conselho atue também junto a essas três instâncias. Sérgio Ricardo pede a fala para fazer uma colocação que diz ser objetiva, diz que a comissão de cultura pode convidar a Secretaria de Turismo, visto que agora Paraty é patrimônio da humanidade, ressalta quão absurdo são os indígenas nas ruas com crianças, fazendo a exposição da sua venda e arte, enquanto todos sabem que a prefeitura

tem posse de imóveis, diz ser uma vergonha para o Rio de Janeiro essa situação. Sérgio Ricardo faz encaminhamento para questão que envolve a comissão de Economia Solidária Trabalho e Renda e as três secretarias que a envolvem; tornar efetivo os projetos; e sobre a comissão de Educação relatar que os jovens irão perder mais um ano letivo e que isso é uma questão muito séria, diz que devemos comunicar a Defensoria Pública do Estado e a Defensoria Pública da União que estamos em setembro e nada aconteceu na educação indígena do Rio de Janeiro. Luana Braz toma fala para informar sobre um processo sobre a Casa do Índio, que fica na Ilha do Governador, diz que foi solicitado através da Juíza um parecer técnico do Conselho (CEDIND), sobre o funcionamento da casa e a manutenção do local. Que isso nada mais é que reconhecimento da existência e da atuação do conselho. Explica que foi pedido a vistoria no dia 13 ou 16 de setembro para emitir um relatório de tudo que foi verificado na Casa a ser entregue a Juíza. Sérgio Ricardo pede a fala e comenta sobre a participação das instituições no conselho, diz achar de grande importância que sejam feitos convites a novas instituições de modo a fortalecer ainda mais o CEDIND. Toni Lotar fala sobre Maricá (Imbassaí) que quando foi feita a reunião em fevereiro a comunidade tinha se manifestado pela permanência no local, porém o tempo mudou, os problemas aumentaram e hoje em dia eles estão em uma posição em que se a terra proposta for boa e o projeto for viável, os mesmos desejam verificar para talvez mudar de decisão, no entanto, para isso terá que ser feita reunião extraordinária com a comissão de território para reouvir a com unidade.



Amarildo Karay, toma fala dizendo que teve reunião com a Maria da Prefeitura de Maricá e a Cacica Jurema e que falaram do projeto de mudança da aldeia, e diz que ficou muito receoso, pois foi imposto que eles só poderiam conhecer o projeto quando estivessem já residindo no local, então em conversa com a Cacica Jurema ficou decidido que iriam pensar bastante, que a própria Maria deixou bem claro que a aldeia não estava recebendo visitas de escolas, turista e etc. Por conta de a aldeia ser “bagunçada” e outra coisa, ele reitera, que ela diz que se mudarem aldeia para o novo local a liderança será interna, pois fora da aldeia a Prefeitura vai querer mandar e que o Cacique só poderia resolver quando o problema fosse apenas dentro da sua comunidade. Sérgio Ricardo toma fala lembrando que Maria não tem nenhum poder de decisão, que essa é uma questão do gabinete do prefeito e que o CEDIND tem que se reunir com o Prefeito. Toni Lotar pede fala e diz que Maria foi muito infeliz em sua colocação e que se expressou muito mal. Sérgio Ricardo diz ter uma questão técnica para o conselho; que já existe um estudo do INCRA e da FUNAI de projeto em uma área de 90 Hectares contemplada por uma lagoa, e que estavam buscando uma regularização fluviária e diz ser fundamental que o conselho conheça esse projeto. Sérgio Ricardo pede atenção à fala e diz que a Assembleia Legislativa votou em dezembro uma lei do plano diretor urbano metropolitano, que toda região metropolitana foi analisada com uma consultoria, que o capital imobiliário mapeou toda aquela região metropolitana onde irão colocar empreendimentos e logicamente irão tirar os indígenas. Que nós como conselho temos que vistoriar a área e verificar se é apropriada para essa futura expansão, diz ser fundamental que essa decisão seja tomada pela comunidade, inclusive com base nos documentos que já existem. Amarildo Karay retoma sua fala dizendo que tiveram a visita do Prefeito na Aldeia onde o mesmo fez a pergunta à comunidade: “por qual motivo vocês querem sair daqui?” E então a comunidade chegou à conclusão de ficar na aldeia e que após essa decisão já estão construindo a casa de reza.





novamente. Luana Braz lembra que segunda feira irá fazer contato com a Cacica Jurema para ver qual a melhor data para ir em sua aldeia fazer reunião e que seja o mais rápido possível. Continua a fala com a pauta sobre o apoio do conselho a respeito do restauro do prédio do antigo museu do índio, que foi uma pauta levantada pela Marise Vieira. Toni Lotar lembra que o conselho foi criado e pensado em 2006, nas origens do Movimento Tamoios dos Povos Originários e que não existia a Aldeia Maracanã, a ideia da ocupação foi feita em 2006, e era que o Estado do Rio de Janeiro se comprometesse com a criação desse Conselho e assim foi feito, para que a partir disto, o conselho viesse a monitorar o funcionamento do Centro de Referência Indígena e atuar como órgão consultivo do Estado na formulação de políticas de defesa e promoção de direitos humanos. Portanto, a partir desse compromisso é reiterado o pedido para que CEDIND passe a colocar nas suas pautas de discussão esse tema importante. Cacique Tukano encerra a reunião lembrando que no dia 03 a 06 de outubro acontece o Encontro da Inter religiosidade do Rio de Janeiro e pede que se possível todos façam presença no evento”.







A quarta Sessão Temática 4 – Reuniões em Contexto Urbano na Cidade do Município do Rio de Janeiro, Biblioteca Parque Estadual.

¹⁸XI Reunião Ordinária do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) Contexto Urbano – realizada na Biblioteca Parque Estadual - [Centro/RJ em 24 de outubro de 2019.](#)

A reunião começa com a palavra do Sr. Presidente Nino Benites, em contexto de Aldeamento, informando a ausência do também presidente Carlos Tukano, presidente em contexto urbano, por motivo de saúde, e agradeceu a presença de todas as lideranças indígenas presentes. Logo foram dados os esclarecimentos sobre o encaminhamento feito ao Ministério Público, devido à dificuldade de acesso à Aldeia Araponga; e sobre o pedido de Contratação de Professores que até o presente momento não existe data para acontecer. Feita a rodada de apresentação, foi dada a palavra a Sra., Luana Braz, que disse da importância das comissões temáticas e a importância de os Conselheiros participarem junto com as

¹⁸ Nino Benite da Silva (Aldeia Araponga), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita), Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó Iriri), Adilson Benite (Aldeia Itaxim), Argemiro da Silva (Secretaria de Educação), Aldo Fernandes (Aldeia Sapukaí), Cacique Felix (Aldeia Céu Azul), Carmelita Lopes (Movimento de Ressurgência Puri), Dilmar José (AULA), Sérgio Ricardo Verde Potiguara (GRUMIM – Rede Grumin de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ – Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA – Associação Universitária Latino Americana), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Claudia Maria (SEAPPA), Isabel Missagia (UFRRJ), Luiz Pellon (UNIRIO), Graciela Pagliaro (Secretaria de Estado e Saúde), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Taísa Diniz (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Márcio Mattos (Secretaria de Direitos Humanos de Maricá), Diana Anastácia (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Rosângela da Silva (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas), Jade Aqualuza (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas)

instituições e órgãos de governo para o bom funcionamento do Cedind. Falou do ofício protocolado o ofício junto ao MPF que se refere à revisão do TAC. Informou que o Dr. Júlio de Nova Iguaçu,



Cacique Felix, Toni Lotar e Sergio Ricardo Verde – Céu Azul – Reunião em Cedind

encaminhou para o MP de Angra o expediente, para que fosse dado andamento, mas que ainda não houve retorno. Lembrou que no dia 13 de setembro uma pequena comissão esteve na Casa do Índio para fazer uma visita, conhecer a situação dos indígenas abrigados. Foi feito um protocolo não só em resposta ao que a Juíza determinou como também foi feito pro MPF e MPE, para que eles também possam acompanhar a documentação que foi entregue na vistoria. Ela acrescenta que ficou acordado um retorno ao local para que possam conversar com os parceiros que ali prestam atendimento e saber também sobre a relação de documentos pendentes que já foram solicitados, e se os benefícios que são de direito já foram concedidos.

[...] “Luana Braz fala sobre o convite que foi feito para um evento chamado Bienal Negrindio que está sendo articulado pelo Conselho Estadual dos Direitos dos Negros, a apresentação do trabalho será apresentada para todos. Esse encontro será feito do dia 04 a 09 de novembro ali mesmo na Biblioteca Parque. Reinaldo de Jesus fala sobre ter documentado todas as reuniões feitas nas aldeias e diz que irá deixar disponível para quem desejar obter fotos, vídeos e dados levantados a partir das reuniões ordinárias. Graciela Pagliaro fala sobre o saneamento e deixa claro que é uma responsabilidade da SESAI, e que quando teve a reunião no Distrito foi feito o pedido do projeto de saneamento do Rio de Janeiro, ele conta com 158 páginas e será disponibilizado no e-mail para todos os conselheiros tenham acesso. Diz se tratar de um projeto maravilhoso, mas que hoje infelizmente só se encontra no papel, ele está em Brasília por falta de recursos, por conta disso foi realizado um pedido para que possam ser feitas mudanças no projeto, pois essa forma de projeto não seria a melhor solução considerando o território da Bahia da Ilha Grande onde chove muito e as terras tem um declive grande, logo existem outras formas de se trabalhar o saneamento na região. Sérgio toma a fala sobre uma compra que foi feita pela SESAI no valor de um milhão de reais em módulos sanitários para as aldeias não só do Rio como em São Paulo e Curitiba, e que esse material se encontra desde o ano passado em um galpão em uma cidade de São Paulo, diz que o ideal seria notificar a SESAI para ter conhecimento de que material se trata e que a partir disto saberão se o material serve ou não para as aldeias. Ele continua a fala lembrando que foi citado pelo Gustavo da Fio Cruz a existência de uma ata do ano de 2017 do Ministério Público Federal de Angra dos Reis, com presença de três responsáveis da Prefeitura, quatro da Eletronuclear e algumas lideranças de Bracuhy e que a resolução foi a promessa de que os órgãos fizessem em prazo máximo soluções para resolver esse

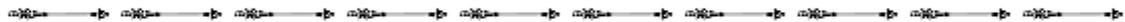
ponto tão crítico do saneamento e que ao final todo mundo assinou esta ata se comprometendo a resolver essa questão. Passaram três anos e nada foi feito. Luana Braz sugere um novo ofício para os órgãos responsáveis esclarecerem o que foi feito durante esse período. Sérgio Ricardo diz que pelo entendimento dele nessa reunião de 2017 a Eletronuclear se compromete, representada por quatro diretores em financiar o projeto, então se deve cobrar isso, pois as prefeituras alegam sobre o problema fiscal, e que o Estado não tem recursos, contudo é a Eletronuclear que tem que responder a essa questão. Luana Braz recorda que as comissões podem e devem fazer esse tipo de articulação, que cada conselheiro em sua comissão tem conhecimento específico em sua área técnica e ainda podendo contar com ajuda de outros órgãos que acharem pertinentes a agregar, e que é essa a articulação que tem que ser feita. Caciue Aldo fala sobre a saúde indígena que não está boa só no Rio de Janeiro e sim em todos os Estados, e que depender da SESAI é muito difícil, comenta que a estrada finalmente irá melhorar, que está pronto o projeto para Sapukaí. Vilmar Vilharves relata que já tem água em sua aldeia, porém a obra foi malfeita e a quantidade vem muito pouca, e que contam também com um poço artesiano, porém com a bomba queimada está parada e a SESAI avisou que não tem recursos para conserto, avisa que o pai Pedro vai se retirar do conselho e quem irá ficar como titular será o suplente Edilson. Professor Argemiro toma fala sobre educação nas aldeias e diz se sentir muito triste após a diretora da escola falar em reunião que não faltava nada em relação a estrutura na escola e questiona se nove turmas caberiam em apenas uma sala, diz que quem já foi na escola sabe o que ele está falando. E que toda estrutura que foi feita quem construiu foi a comunidade, diz que o conselho precisa se movimentar perante a isso. Ele lembra que foi contratado um professor para aldeia Araponga, porém esse ano letivo para o ensino infantil e médio foi um ano letivo perdido. Sérgio Ricardo pede a fala e diz que poderia oficiar a DPU dessa situação porque não pode achar que é normal, pois se um pai ou uma mãe de família não colocar o filho na escola vem o Conselho Tutelar e toma o menor da família e os responsáveis são criminalizados, logo a autoridade pública conhece essa situação, recebe dossiê, documentos e não faz nada, existe a lei de improbidade administrativa, existe a responsabilidade do Secretário Estadual de Educação, e continua a fala lembrando que em 2017 teve uma audiência pública em que estavam presentes MPF, Secretaria de Educação e foi firmado um acordo em relação a contratação de professores e simplesmente nada aconteceu. Ele sugere que seja feito um pedido mediante a DPU sobre essa questão. Toni Lotar afirma que esse problema sobre a contratação de professor indígena só será resolvido quando acontecer a criação do cargo de professor indígena no plano de cargos e salários da Secretaria de Educação, enquanto isso não estiver feito nada será resolvido. Luiz Pellon fala sobre o documento que foi disponibilizado sobre a reunião com a Eletronuclear, que nele diz para oficiarmos a Eletronuclear, solicitando posicionamento sobre a não realização das ações de instalações de saneamento ecológico nas aldeias que foi definido pelo Ministério Público junto às comunidades e que foi feito um diagnóstico das necessidades de cada aldeia, esse levantamento está em posse da Eletronuclear, nós devemos oficializá-los pedindo esse documento. Marize Vieira pede a fala para comentar sobre a educação, relata que tudo que foi dito pela a diretora Rônia na reunião em Rio Pequeno é tudo mentira e pede para o conselho encaminhar isso, sugerindo que seja pedido uma audiência com o Secretário de Educação. Que inclusive deve ser relatada a situação de Iriri, na qual o bullying que as crianças vêm sofrendo nas escolas fora das aldeias é muito ruim, as crianças precisam estudar dentro de suas aldeias. Ela enfatiza que 36% da população indígena hoje vive na cidade e com tudo que vem acontecendo se hoje não tomarmos partido sobre a educação nas aldeias mais indígenas virão para o contexto urbano. E pergunta: “qual é a política pública que o Estado tem a oferecer?” E conclui dizendo: “nenhuma”. Luiz Pellon pede uma última fala para reforçar sobre a Eletronuclear e diz que tem interesse de participar junto a eles na próxima reunião que terão com a aldeia, ele relembra que quando esteve em Araponga reparou que eles usam sumidouros, que fazem o papel de drenagem da água, mas que se encontrava cheio até a boca. Ele está localizado perto de um morro onde desce muita quantidade de água e que isso é completamente inadequado, que do lado do sumidouro tem outra caixa de água que em algum momento já foi um sumidouro e por não estar mais operante jogaram terra dentro tampando com um cimento. Ele ressalva como isso está longe de ser ecologicamente correto e compatível com a região, diz que um sumidouro requer manutenção, retirada do limo e depois um tratamento para que ele possa ter uma disposição adequada. Sérgio Ricardo lembra que o Governo aparece na aldeia e coloca o módulo sanitário e não capacita ninguém que consiga fazer a manutenção sem essa pessoa qualificada e acaba se tornando um problema sério a implementação de sumidouros. Luana Braz encerra reunião lembrando que a Monalyza Alves terá uma reunião com uma deputada na ALERJ para tentar viabilizar uma ementa parlamentar para poder ajudar na questão financeira do CEDIND. E lembra que amanhã a van para reunião em Maricá sairá 9h da Central do Brasil”.







Foto de Reinaldo Potiguara na Aldeia Céu Azul Maricá



¹⁹**XII Reunião** ordinária do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) – realizada em Aldeia Céu Azul – AraHovy/Maricá em [25 de outubro de 2019](#).

A Sra. Luana Braz da Secretaria Executiva do Cedind, dá início a reunião desejando um bom dia a todas e todos, e lembra que o presidente Tukano não pode participar da reunião por motivos de doença, e que o presidente Nino também não poderá participar por conta de outra reunião em Paraty. Ela concede a palavra ao Cacique Felix que agradece muito a participação de todos ali presentes. Após rodada de apresentação, Luana Braz fala sobre o calendário de reunião para o próximo ano e diz que tentará manter a rodada entre as aldeias junto com a hospedagem, o transporte e a alimentação, e que para isso precisa ser feito um planejamento com previsões de datas e locais das próximas reuniões. Ela continua a fala lembrando que novembro é um mês muito tumultuado para a Superintendência por conta dos 26 municípios que tem órgãos de Igualdade Racial e novembro é um mês voltado para consciência negra, isso gera um complicador para acontecer também a nossa reunião, então no próximo mês não terá reunião ordinária. Ela pergunta se todos concordam em colocar a reunião de novembro para o começo de dezembro, todos concordam e assim fica definido. Em relação à reunião de dezembro, ela faz a sugestão se poderia ser no dia 13, aldeados concordam por conta do período de festas dentro das comunidades.

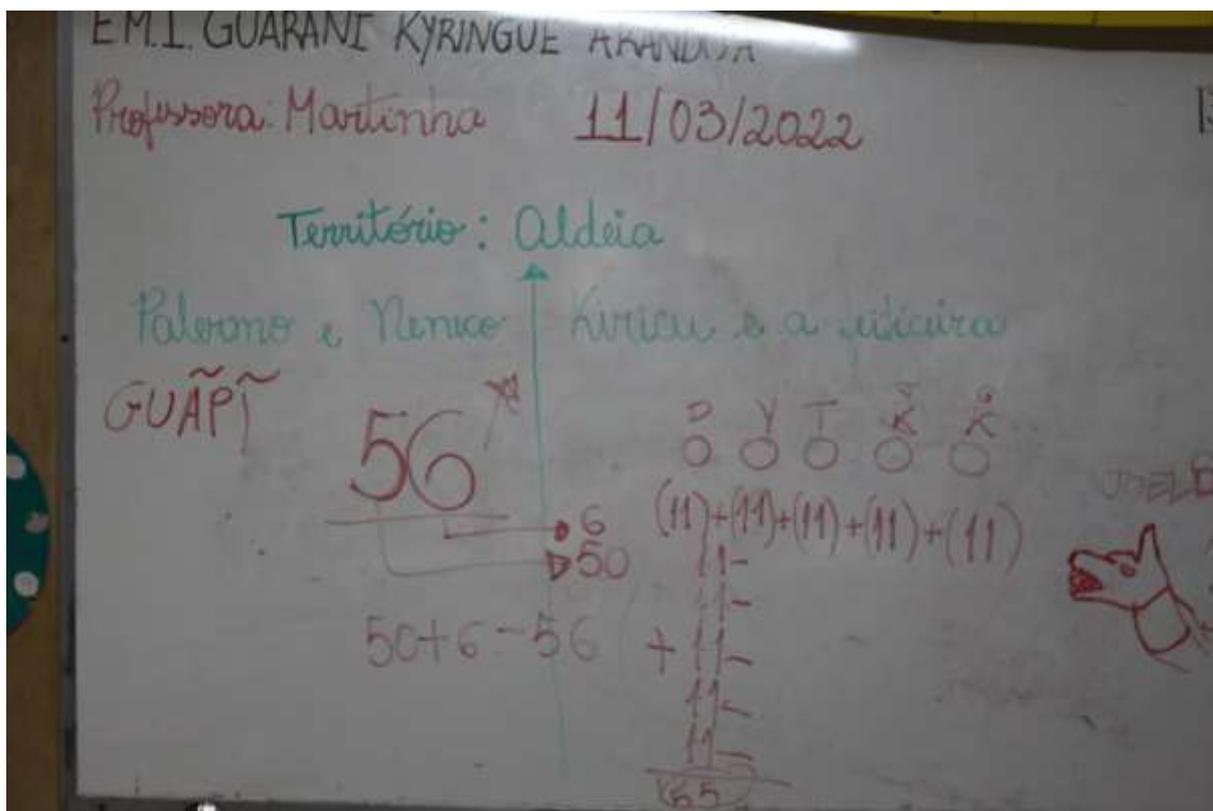


Foto de Reinaldo Potiguara na Aldeia Céu Azul Maricá

¹⁹ Cacique Felix (Aldeia Céu Azul), Vanderlei da Silva (Aldeia Céu Azul), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita), Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó Iriri), Adilson Benite (Aldeia Itaxim), Sérgio Ricardo Verde Potiguara (GRUMIM – Rede Grumin de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ – Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga), Aldo Fernandes (Aldeia Sapukaf), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA – Associação Universitária Latino Americana), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Graciela Pagliaro (Secretaria de Estado e Saúde), Taísa Diniz (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Luiz Pellon (UNIRIO), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Jade Agualuza (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas), Rosangela Silva (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas), Maria Oliveira (Participação Popular, Direitos Humanos), Rejane Macedo (Diretora da escola indígena), Armênio Pendoso (Participação Popular, Direitos Humanos).

Luana Braz faz uma preposição para que no próximo ano seja feita da seguinte forma: reuniões em aldeia e contextos urbanos intercalados, respeitando a mesma ordem que aconteceu nesse ano vigente.

[...] “Graciela Pagliaro pede a fala e questiona a representante de Maricá sobre o carro da SESAI que é abastecido pela SESAI, porém o atendimento é do município. Maria Oliveira explica que todo atendimento médico e odontológico é feito pelo município e apenas o deslocamento é feito pela SESAI. Graciela Pagliaro indaga que quando acaba o combustível todos ficam sem ter acesso aos atendimentos, pois o Cacique relatou que o combustível nunca dura o mês todo. Maria Oliveira relata que nunca foi feito a ela nenhum pedido referente a necessidade de combustível. Graciela Pagliaro fala que a SESAI não permite que nenhum outro órgão faça a colocação desse combustível além dela própria e questiona que dessa maneira o que poderia ser feito para resolver essa questão. Maria Oliveira diz que vai achar uma solução e fala sobre a mudança de frota que aconteceu recentemente no município e que estavam com muita dificuldade de deslocamento. Açucena Ribeiro fala sobre a contratação de motorista, que essa questão vem acontecendo desde o Conselho de Saúde, mas o que ela escuta diariamente é que a SESAI não tem recursos para isso e diz que na Aldeia dela eles não agem em relação à SESAI e sim em relação à comunidade, afirma que todo conserto que precisa ser feito nos carros eles mesmos da aldeia fazem vaquinha e consertam, guardam as notinhas e levam para o Distrito e tudo que se passa é relatado. Luana Braz faz encaminhamento para SESAI pedindo esclarecimento sobre a utilização dos carros, a quantidade de motoristas e após eles responderem perguntou-se quais são os critérios para contratação de novos motoristas e pedidos de novos carros para as aldeias que ainda não tem. Rejane Macedo fala sobre o trabalho na escola da aldeia que atualmente contam com dois professores não indígenas concursados e dois professores contratados indígenas guaranis que são professores atuantes dentro de sala de aula, a escola é constituída com turmas de Pré-II até o 5º ano e trabalhando o currículo da base nacional comum atravessando a base do currículo indígena também. Portanto é feito um trabalho diário a respeito da cultura guarani, lembrando que faz parte da escola um professor de educação física que conta também com uma perspectiva de adaptação de currículo nessa parte, a escola funciona regularmente com visitas de inspeção escolar da Secretaria de Educação e as outras Secretarias que vão fazendo também um trabalho Inter sensorial. Ela enfatiza que a saúde igualmente visita a escola, pesa, mede e avalia os alunos, e quando se faz preciso os Direitos Humanos também são acionados, ela continua sua fala explicando que a parte da alimentação na escola, como o cardápio, é de acordo com a cultura guarani existindo então uma adaptação no cardápio respeitando essas especificidades, que é feito o pedido de merenda em um formulário que conta uma parte exclusiva para alimentação indígena, onde a mesma pode fazer pedidos específicos como trigo, fubá, milho entre tantos outros itens da culinária guarani, e a merendeira é uma funcionária indígena guarani. Ela ressalva que tudo é feito com acompanhamento de nutricionista. Sobre os recursos pedagógicos contam com uma biblioteca repleta de livros, disponibilizam material de uso pessoal assim como o uniforme, o tênis e lembra que recebem agora um parquinho que irá ser instalado na área externa. Rejane Macedo só esclarece que a única dificuldade que encontra, mas que já foi feito um pedido, é a respeito de uma ajudante de limpeza e que já foi feita a indicação de uma pessoa da própria aldeia, ela continua sua fala afirmando que hoje enquanto diretora se sente muito satisfeita com a contratação realizada esse ano dos dois professores indígenas e que isso foi objeto de muita luta do povo guarani de Maricá. Ela lembra o desejo da aldeia que a alfabetização fosse feita na língua e assim é feita, entre sete e oito anos a introdução da língua portuguesa é feita, mas sempre respeitando a interlocução dessas duas línguas. Maria Oliveira pede para complementar a fala da Rejane Macedo sobre a questão dos indígenas que precisam completar o estudo fora da aldeia, de qual forma eles irão chegar até esses locais, e afirma ser esse o ponto onde se tem brigado bastante para ter uma solução, mas até agora nada, ela diz que o ideal seria um ônibus escolar e essa é uma grande preocupação que ela tem reclamado semanalmente, por isso faz o pedido de ajuda ao CEDIND no sentido de cobrar a Secretaria de Educação sobre essa questão de transporte escolar para as duas aldeias. Luana Braz se compromete a fazer um ofício solicitando essa demanda a Secretaria de Educação. Maria continua sua fala e pede para ser posto o assunto das terras e diz que sobre São José permanece o desejo da população de permanecer nas terras conforme acordado na reunião do CEDIND feita na própria aldeia, e caso mude a vontade dos demais entrarão em ação. Luana Braz sugere uma nova reunião com o procurador. Vanderlei da Silva pede a fala e explica que a aldeia está com um plano de mudança e com a ajuda do Município, da Secretaria e do Prefeito, segundo eles, já está tudo pronto só faltando algumas atualizações do procurador. Ele diz estar contente do que está para acontecer e que a aldeia está com muitas expectativas, diz que Cacique Felix gostou do terreno, pois lá tem um espaço maior, que dá para utilizar com o plantio, a criação de animais, entre outros projetos que foram pensados para o local. Maria Oliveira faz a apresentação da planta do local e explica todas as ideias e futuras ações que irão acontecer ali naquela terra. Ela diz que só está aguardando o procurador fazer a escritura com o termo de doação. Toni Lotar lembra que a FUNAI já esteve no local para verificar se a área é viável e também estão de acordo. A EMATER já esteve no local verificando possibilidades para criação de peixes e a ITERJ irá fornecer um topografo para contribuir

junto à comunidade. Sérgio Ricardo sugere que seja feita uma manifestação através do CEDIND para formular um ofício para o prefeito, copiando o procurador, manifestando o apoio ao desejo da Aldeia Céu Azul de mudança. Maria Oliveira deixa claro que após a doação ser feita toda secretaria e parceria será muito bem vida. Luana Braz fala sobre a Aldeia em São José do Imbassaí, Mata Verde Bonita, dizendo que a Cacique Jurema e sua aldeia decidiram ficar no atual território; e em contato com a Dr.^a Livia foi lembrado a respeito do levantamento que tanto ela quanto Dr. Thales ficaram de verificar a real propriedade daquelas Terras, então esse assunto foi novamente questionado. Toni Lutar faz a sugestão que a demanda para Imbassaí seja focada na desapropriação ao Prefeito. Sergio toma a fala e diz que a preocupação é que em abril do próximo ano não poderá ser feito nada por conta da eleição, então é importante reiterar esse pedido. Reinaldo pede para dar seu último informe que no dia 22 de novembro o CEDIND mandou uma orientação à ouvidoria da Defensoria Pública do Estado onde ele se candidata a ser um ouvidor dentro da Defensoria e que isso fortalece muito a interlocução do conselho. Cacique Felix dá encerramento a reunião dizendo estar muito feliz com o encontro e que não esperava que fosse do jeito que foi, que graças a “Nnhanderú” veio um caminho certo, que todos das aldeias estão ansiosos para essa mudança e não veem a hora de estarem morando na nova aldeia”.

XIII Reunião Ordinária do CEDIND ²⁰ (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) – realizada na Biblioteca Parque Estadual - Centro/RJ – em 20 de dezembro de 2019.

A reunião começou com a saudação do Sr. presidente Carlos Tukano a todas e todos, lembrando que se trata da última reunião do ano de 2019, e, portanto, seria ideal e oportuno que seja feito um balanço de todas as outras reuniões, sobre os acertos, os erros e tudo que foi feito até então. Após a rodada de apresentação, Sérgio Ricardo pede a fala para saudar a presença do Daua Puri, que tem uma trajetória antiga no movimento popular e que também estava na luta da retomada do Museu do Índio, e agora representando a Aldeia Maracanã. Sergio enfatizou a importância da sua recém formação em Licenciatura e Educação do Campo na UFV; disse que Daua Puri, pela sua experiência pode dar grandes contribuições para o Cedind, e que é um orgulho ter a presença do mesmo nesse momento. Marisa Vieira, questionou a ausência dos Conselheiros da Secretaria de Educação, que até então, não aparece nas reuniões e nem manda seu suplente. Luana Braz diz que todas as comissões estão fazendo a exposição das necessidades e das ações que as mesmas gostariam de tomar, uma das propostas, que é a realização de um seminário, para que pudéssemos vir a convidar autoridades, como o secretário de educação, e outras autoridades. Pede para que a Secretaria Executiva do Cedind, agilizar com as respectivas Comissões Temáticas, as demandas para que se possa agilizar a agenda com antecedência.

[...] “Luana Braz fala sobre os ofícios expedidos: o ofício que foi encaminhado para a prefeitura de Maricá com relação ao Vereador Pompeu e a Aldeia Mata Verde Bonita sobre o que estava acontecendo lá com relação aos corpos encontrados no local, e principalmente sobre a atitude dos vereadores na época que insultou sobre os indígenas, resultou em um processo aberto pela DPU que ainda está em andamento para que hoje o atual deputado faça uma retratação à população indígena de Maricá; o ofício entregue a ENEL sobre as placas solares de Araponga, ela informa que está sendo feito o contato direto e sendo cobrado semanalmente esse comprometimento. Sérgio Ricardo questiona o professor Argemiro sobre a reunião com o subsecretário de Educação, se houve alguma definição de número de professores que poderão ser contratados para o próximo ano. O professor Argemiro diz que o problema está em não ter professor com o magistério guarani. Marize Vieira pede que coloque o professor Argemiro no grupo do CEDIND que está no WhatsApp. Luana Braz explica sobre a educação, que foi uma pauta falada o ano inteiro e que foi feito um dossiê, e como já existe um conselho de educação o nosso objetivo não é ultrapassar o que são as atribuições deles e sim somar junto a eles, então agora está sendo proposto um documento que será acrescentado junto ao dossiê para ser apresentado aos conselheiros e depois ao secretário. Ela continua a fala enfatizando que as reuniões que envolvem as causas indígenas deveriam todas ser passadas para o grupo do conselho, até mesmo pelo motivo de ter demandas que possam vir a somar e unir forças com diversas temáticas, e que juntos possam cobrar os representantes responsáveis. Demércio Martine toma a palavra e fala sobre a reunião que aconteceu com o secretário de Educação do Município, diz que foi feito a proposta de municipalizar a educação indígena da Aldeia, o ensino médio seria oferecido pelo

²⁰ Carlos Tukano (AIAM), Demercio Martine (Aldeia Rio Pequeno), Aldo Fernandes Ribeiro (Aldeia Sapukaí), Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó de Iriri), Valdir (Aldeia Itaxin), Argemiro da Silva (Conselho de Educação do RJ), Daua Puri (Movimento de Ressurgência Puri), Sérgio Ricardo Verde Potiguara (GRUMIM – Rede Grumin de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ – Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga), Taísa Diniz (Secretaria de Estado de Cultura), Claudia Maria (Secretaria Estadual de Agricultura), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA – Associação Universitária Latino Americana), Antônio Afonso (Centro de Referência da Cultura Indígena), Celso de Moraes (Secretaria de Saúde Indígena), Dilmar José (AULA), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Jade Agualuza (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas), Rosângela da Silva (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas).

Estado enquanto não foi definido ainda pelo município. Ele continua a fala e diz que o posto de saúde está começando a construção e que a água da Aldeia também está sendo tratada pelo Município. Açucena Ribeiro toma a fala sobre a educação na sua aldeia, ela diz que a secretaria não quis abrir uma nova escola na aldeia, mas com a ajuda da prefeitura conseguiram reformar e agora a escola está perfeita e pronta para funcionar. Ela acrescenta que em relação ao magistério indígena, infelizmente, ela diz estar revoltada, porque soube que os indígenas do Rio de Janeiro fizeram um documento para tirar a mesma do magistério, pois não poderia aceitar etnia Pataxó, ela explica que tem consciência que magistério indígena foi uma conquista dos Guaranis, mas deveria ser para todas as etnias. Ela continua a fala dizendo que a união entre as aldeias fica complicada quando seu próprio parente tem preconceito com sua etnia, então o povo Pataxó luta e aos poucos consegue e não desiste. Luiz Pellon endossa que a presença do CEDIND em todos os espaços é de extrema importância, porque se tem obtido respostas, os órgãos públicos nos reconhecem como um conselho de direito dentro do Estado, por isso reitera que tem que ser informado à secretaria executiva para que algum membro da comissão específica esteja presente. Reinaldo Cunha fala sobre a questão de reconhecimento, que esteve na conferência Municipal em que teve oportunidade de conversar com muitas pessoas, e ressalta a importância do espaço que foi conquistado. Sérgio Ricardo propõe duas pautas para o próximo ano, uma delas é que há pouco tempo o professor Bessa enviou uma mensagem no site dele para tratar do senso do IBGE em relação às populações Indígenas e lembra que no começo do ano surgiu a história que não haveria o senso, mas o que importa é que foi apresentada uma proposta de metodologia a uma série de questionamentos sobre isso e que gostaria de fazer uma sugestão, que o CEDIND pedisse a coordenação do IBGE aqui no Rio para que no início do ano pudessemos conhecer essa metodologia, saber qual é a abrangência e tudo mais. Ele diz que a Marize Vieira fez um relato que em um senso apareceu 35mil indígenas e no outro ano 15 mil indígenas, ele conclui dizendo se tratar de grande relevância e que para fevereiro do ano que vem deveria ser feita uma reunião para se debater sobre o assunto antes do senso de 2020. Sérgio Ricardo comenta sobre a segunda pauta que seria para início do ano, e que as secretarias de Estado que aqui participam apresentassem ao conselho qual seria seus planejamentos para 2020, porque houve uma reunião que era para tratar de algumas prioridades do Conselho assim como o orçamento, mas não foi da forma como queríamos, mas que é muito importante para todos os conselheiros saberem o que propõe cada secretaria para o CEDIND no próximo ano, porque assim se avança mais. Ele acrescenta que o fundamental é a aprovação de orçamento na ALERJ para o próximo ano, e que todos sabem que se tentarmos conseguir algum tipo de benefício para as aldeias tem que se proposto no começo do ano, com o conselho ajudando nisso, pois é uma questão de política estratégica porque as demandas são inúmeras, então o pedido é que no máximo até fevereiro do próximo ano fosse possível ter um espaço específico para isso. Finalizando sua fala Sérgio Ricardo comunica que provavelmente entre abril e julho deve estar se ausentando do conselho em função de outros compromissos, já foi comunicado a titular Elaine Potiguara e estão em um processo de transição. Ele diz que provavelmente virá outra pessoa para fazer sua substituição, que a princípio será de sua própria indicação, e esclarece que nesse período que estiver no conselho irá contribuir da melhor forma. Luana Braz faz o pedido que as comissões finalizem os projetos que tiverem para ser apresentados, pois podem ser fomentados quando solicitados. Ela lembra que já existe o calendário fixado para as reuniões até maio e que a próxima reunião está prevista para janeiro e seria na Aldeia Mata Verde Bonita reiniciando o ciclo. Ela diz que até lá já serão solicitadas as substituições dos novos conselheiros. Cacique Tukano finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e desejando um bom final de ano e que o ano que venha seja de ainda mais conquistas para o CEDIND”.

[XIV REUNIÃO do CEDIND](#) - 21 Realizada no dia 24/09/2020 às 10h, através da Plataforma Google Meet. Ordem do dia: Pautas: • Atas em dia; • Prorrogação de mandato e eleições; • Relatório de ausentes e presentes • Substituições e indicações de novos conselheiros • Revitalização das Comissões Temáticas • Informes Gerais.

²¹ Cristina Penna, Thales Treiger (DPU), Rosângela Nunes (FUNAI), Daua Puri (Movimento de Ressurgência Puri), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Adacto Otonni, Vanderlei da Silva (Aldeia Céu Azul-Ara Hovy), Ana Paula Moura (ISPOAJ), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA), Grazielle Justino, Nino Benite (Aldeia Araponga), Elen Franciele (CEDIND), Adriana Alves (CEDIND), Luiz Pellon (UNIRIO), Roseday Santos (SEEDUC), Carla Albuquerque (UNIRIO), Virgínia Totti (PUC-RJ), Robson Siqueira (SUPAM), Mariana Paladino, Graciela Pagliaro (SES), Deusimar Santos (SEDSODH).



A Sra. Cristina Penna, representante do governo, inicia a reunião pedindo que os participantes da presente reunião se apresentem. Após as apresentações, Cristina Penna fala sobre as problemáticas administrativas do Conselho e todo o trabalho que tem sido feito para a solução destas problemáticas. Fala sobre substituições de conselheiros governamentais não ativos e também sobre a troca de Monalyza por Luana Braz. O Sr. Nino Benite, presidente do Cedind, em contexto de Aldeamento se apresentou, tecendo comentários sobre a dificuldade de acesso a comunicação das Aldeias em Paraty, devido à dificuldade de acesso à internet e agradeceu a presença de todos os conselheiros. A Sra. Cristina Penna com a palavra, fala sobre a recondução dos atuais conselheiros, e da troca conforme o RI, para a nova composição do Cedind, com o mandato governamental. Aproveitou para perguntar pela Sra. Luana Braz, que não estava na reunião. Em seguida falou dos propósitos dessa reunião, que é a arrumação da casa administrativa do CEDIND. Além disso, falou das faltas com justificativa, e recondução da eleição da Mesa Diretora na próxima reunião.

[...] “Ana Paula Moura, falou sobre a participação e engajamento do Conselho com gestão a Indígena e da importância de fazer cumprir as demandas sobre os indígenas; da valorização dos indígenas em Contexto Urbano, e não deixar de valorizar o indígena por estar na cidade. Robson se apresenta e fala sobre sua ajuda no CEDIND. Virgínia Totti fala sobre como será a dificuldade da recondução no momento. Cristina Penna retoma a fala sobre a recondução e explica como será feita e que vai colocar às substituições logo e fala também sobre alternância do colegiado. O Conselheiro Luiz Pellon, discursou sobre as instituições titulares e suplentes que não compareceram as reuniões do Cedind. A Sra. Cristina Penna diz que é preciso mudar o decreto. Ana Paula fala sobre a troca. Luiz Pellon retoma a fala sobre a publicação do decreto e substituição de instituições. Cristina Penna e Luiz Pellon pedem que se faça um levantamento de quem está contribuindo. Ana Paula diserte sobre convidados que não podem mudar por causa das eleições e não podem ser substituídos e que é preciso ter cuidado. Cristina Penna comenta que havia sido dito que não era importante a publicação das Atas e que discorda disso pois acha importante sim que sejam publicadas. Ana Paula fala sobre o respaldo das Atas serem publicadas para que se tenha base de todos os assuntos do Conselho. Toni Lotar diz que os assuntos tratados são importantes, mas que precisam falar sobre a Aldeia de Rio Pequeno e pede que Rosângela Nunes e Thales Theiger falem sobre o assunto. Fala também sobre as reconduções e sobre convites para representantes. Cristina Penna sugere que se passe em um grupo e para fazer um decreto e passou a palavra para Thales Treiger. Thales Treiger

fala sobre a questão de Rio Pequeno. Diz que tudo isso tem como plano de fundo a demarcação do território Indígena e que retirando isto da esfera de apuração local e colocando na área Federal, acredita-se que vai “abaixar um pouco a bola” de interferências políticas. Com relação a isso, fomos muito incisivos com o prefeito no sentido da necessidade de si serenar um pouquinho os ânimos e de conversar com todo mundo com calma. A gente acredita que nesta batida, teremos uma solução melhor. Estou à disposição e gostaria que a Rosângela complementasse e estou à disposição para qualquer tipo de questionamento que eventualmente se faça. Toni Lotar diz para Thales que foi muito bem explanado sua fala. Me associo a sua visão. Tem gente jogando gasolina e o momento é de mediação, consenso e conversação. Acho que se a Rosângela puder falar, vai contribuir para o complemento dessa sua boa visão que nos foi passada agora. Rosângela Nunes informa que está com problema no som. Diz que com relação a Rio Pequeno, todos os encaminhamentos estão sendo providenciados a nível da esfera do Governo Federal para que se busque, como o Thales falou, a questão da conciliação. Neste momento os ânimos estão super exaltados, tanto de um lado como de outro e é impossível se pensar em soluções sem antes abaixar o conflito e se ter mais clareza para se entender o processo. Como todo mundo vem acompanhando a partir de uns três anos pra cá, a dificuldade no andamento dos processos já estabelecidos, nos estudos preliminares já realizados, estão muitas coisas paradas. O pessoal de Rio Pequeno se organizou através de um Coletivo Guarani e começaram esta discussão e essa abdicação, decidiram não outorgar a área que foi posta no estudo. São quase 2.400 São quase 2.400 hectares dentro desse perímetro que o estudo foi proposto houve uma interpretação até meio apressada que seria já de propriedade de posse dos indígenas. Precisamos simplesmente de organizar, através do termo de demarcação, só que ainda não estamos nesse estágio e alguns moradores foram tirados de suas propriedades. A FUNAI estava se organizando de forma a buscar proteção física, inicialmente, dos integrantes do grupo Guarani e, principalmente a tentativa de abaixar os ânimos e de se tentar conversar a liderança juntamente com a FUNAI. Existe sim, tentativas de atentados, principalmente à noite, essa noite mesmo o cacique de lá ligou falando, por volta das onze horas da noite, que tinha pessoas estranhas rondando as casas na aldeia e a tensão está estabelecida e isso é parte do processo demarcatório. Todas as aldeias que estão sendo demarcadas, infelizmente, passam por esse conflito. Normalmente se sentando, conversando e tendo ponderação se consegue um bom encaminhamento. A dificuldade, também neste momento, é que as políticas de governo municipal, estadual e federal não são sensíveis a demarcação de terra. Toni lotar faz uma sugestão prática, dizendo que esta mediação tem que acontecer, o fórum das Comunidades tem uma inteiração bastante antiga com todas as comunidades, e eu sugiro que o CEDIND se apresente como outra instituição mediadora, já que dentro do CEDIND estão representadas todas as aldeias, as Organizações Indígenas Urbanas e várias entidades vinculadas à questão indígena e a questão da saúde, da terra e do Estado. Acho que a gente deve se oferecer, eu não sei como é que isso pode acontecer, mas o CEDIND tem que se apresentar para mediar porque, como ficou muito claro para todos e vou até pedir para que vocês se pronunciem, tem muita gente que não tem nada a ver com o assunto que só está atrapalhando. A situação é muito delicada, as ameaças podem se transformar em agressões efetivas. A intervenção tem que ser feita e tem que ser no sentido de a conversação com todas as partes para a gente chegar num consenso e baixa tensão. Os ânimos estão muitos exacerbados, tem pessoas, sobre tudo do lado dos não indígenas, que estão colocando lenha, têm candidatos a vereadores que estão querendo se aproveitar da situação. Ponho que o CEDIND se ofereça a participar, dentro do CEDIND tem um organismo adequado que é a Comissão de Território, presidida e coordenada pelo Tukano, eu sou membro desta comissão, acho que a Rosângela também é membro, e que o CEDIND indique a Comissão de Território para se apresentar no esforço de ações junto a todas as partes. Dauá Puri diz ter outra reflexão que venho tendo desde início quando tivemos com esse evento, que dentro da explicação do Dr. Thales fez, pergunto, Nós como Conselho Indígena, qual seria o tipo de encaminhamento documental que o CEDIND poderia promover, no sentido de chamar a ordem das defesas dos Direitos Humanos, já que essa coisa da demanda territorial ainda é uma coisa que vai se estender durante muito tempo, dependendo muito de ter substância jurídica para discussão e encaminhamento. Mas, no primeiro momento, qual documentação que nós poderíamos promover do CEDIND, no sentido de estar chamando a voz da questão dos Direitos Humanos e está ligado à Secretaria de Direitos Humanos para primeiro dar uma proteção legal a essa população que está lá, é pessoas, são indígenas. Thales Treiger diz que, em primeiro lugar, vou falar sobre essa questão que o Toni colocou. O CEDIND participar da mediação, eu acho ideal e perfeito, só que isso depende muito de como o CEDIND vai ser visto pelos demais atores. Evidentemente o CEDIND vai defender uma visão indígena. O CEDIND não pode centralizar esse processo, em primeiro lugar, isso me parece muito óbvio, porque ao invés de avançar, nós vamos retroceder, as coisas vão piorar. Eu nem acho que o CEDIND tenha legalidade para fazer isso dessa maneira, mas o CEDIND pode ajudar muito articulando algumas questões, levar argumento, principalmente para os não indígenas, acho que isso vai ajudar muito, se a gente tiver a ponderação e fizer isso de uma forma calma, do que eventualmente está sendo feito pelo prefeito e por esses candidatos que o Toni colocou. Nesta questão o CEDIND pode ajudar

bastante, por outro lado, pelo que estou vendo, todas as instâncias que possam efetivamente colaborar materialmente, essa questão como coro jurídico, o programa de proteção, defensores de Direitos Humanos, a Polícia Federal, O Ministério Público, a Comissão de Direitos Humanos da OAB, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, todo mundo está presente ali tentando ajudar. Vou voltar à fala do Toni, é que a gente tem alguma centralidade e que se eleja de fato o melhor foro para esclarecimento e mediação dessa questão. Amanhã mesmo vamos ter uma reunião com o pessoal do Ministério Público Federal e a minha sugestão, como o Ministério Público tem certo peso nessa questão, na questão indígena e tem também a facilidade de promover a própria ação preliminar, são eles que vão promover a ação penal, não que sejam as mesmas figuras, só esclarecendo, não é o mesmo procurador que está atuando na questão da demarcação territorial, que vai eventualmente promover a ação penal em face do indígena ou não indígena, mas eles têm esse peso, sugiro que a gente crie um fórum de alguma maneira, talvez delimitando o espaço de uma secretaria executiva ao pessoal do fórum de Comunidades Tradicionais. Crie um grupo de trabalho, uma Comissão, o que seja, pode se dar o nome que for eu sou muito avesso a forma, porque a partir do momento que a gente discute muito a forma, não discutimos o conteúdo e nem a substância. A minha sugestão na reunião de amanhã é, tentar delimitar esses espaços, porque pouco adianta que, estou dando um exemplo, tire daqui uma Comissão e se apresente como mediador do problema, daqui a quinze dias outra Instituição Pública se apresente se apresente também como mediadora do problema, isso vai gerar cansaço por parte de todo mundo, não vai solucionar nada e vai geral, talvez, algo muito pior que é o descrédito para qualquer outra Instituição que tenha efetivamente a capacitada de informar, mediar os conflitos para uma solução efetiva. As pessoas envolvidas já estão ali submetidas ao estresse terrível e acaba que não vamos resolver nada, ao contrário, vai todo mundo trabalhar demais, trabalhar errado, todo mundo vai se cansar e a gente não vai resolver coisa alguma, porque esse é um processo que não vai se resolver em uma reunião de duas horas. Então essa é a minha sugestão, se for aprovado aqui, vou comunicar a essa reunião que o CEDIND tem condição de ajudar, mas volto a dizer, a centralidade deste processo não pode estar nas mãos do CEDIND sob pena da gente acirrar os conflitos. Toni Lotar diz que concorda plenamente e que a proposta não foi centralizar, foi de ser um dos atores a participar de um grupo que vai tentar mediar essa questão. Ti peço Thales, se você puder convidar para esta reunião amanhã, a Comissão de Território do CEDIND, tanto eu como o Tukano podemos participar amanhã. Thales responde dizendo que é uma reunião a princípio, que tem Ministério Público, Defensorias e o Fórum. A gente está ainda em uma coisa muito embrionária, é uma reunião muito de trabalho. Eu posso chegar e falar que o CEDIND se mostrou a disposição, mas chegar logo o CEDIND pode gerar alguma espécie de resistência, acho que isso também não é produtivo, por mais que a questão toda seja urgente quanto mais vagar nós lidemos com essas temáticas todas, a gente vai estar evoluindo muito mais rápido. É um pouco paradoxal, mas eu tenho que levar essa questão para essas pessoas. Estou adiantando e trocando aqui com os amigos e as amigas, uma sugestão que me ocorreu ontem aqui, até para que se tenha uma legitimidade num fórum de discussão e solução. Dauá Puri diz que é bom o Dr. Thales estar esclarecendo muito bem e nós agora também, o próprio CEDIND, está numa fase de condução e é um pouco prematuro nós estarmos expondo o CEDIND. O CEDIND apoiar, funcionar como elemento de estar atuando e fornecendo dados, é muito importante, então nós precisamos ter nesse momento um cuidado muito grande no que o CEDIND pode entrar no que não pode e no que não deve, justamente em função da questão de estruturação do próprio Conselho, não o expondo ainda nesse momento. Toni lotar pede desculpa a Dauá e diz eu não concordo com você, acho que o CEDIND é estruturado e a pauta, que estamos fazendo aqui hoje, que é a pauta seguinte, é complementar as posições que não estão sendo devidamente ocupadas. O CEDIND conta com a participação de todas as aldeias indígenas, inclusive a aldeia de Rio Pequeno, tem uma Comissão de Território constituída, tem júris prudência legal dentro do CEDIND, para atuar em casos como esse, temos uma relação muito boa com o Fórum de Comunidades Tradicionais. Proponho na sequência desta reunião que o Fórum seja convidado formalmente a integrar o CEDIND como uma das organizações convidadas, da mesma maneira que a FIOCRUZ e Comissão Yvyrupá. Acho que o CEDIND está maduro sim, tem algumas deficiências, mas ele está legalmente constituído, tem mais de um ano e meio de constituição. Quando as comissões atuam, que é o caso da Comissão de Saúde, resultados acontecem. As articulações estão sendo muito bem encaminhadas fora do CEDIND, está tudo dentro do que foi colocado pelo Dr. Thales. O CEDIND não tem à vontade e nem legalidade de ser centralizador de mediação, mas ele tem que ser um participante. Temos que avançar de uma maneira estruturada para que a gente possa contribuir para que as soluções devidas aos indígenas do Rio de Janeiro, seja da aldeia ou contexto urbano, elas sejam devidamente encaminhadas. O presidente Nino deve se pronunciar, porque ele é o presidente do contexto aldeado, como foi dado pela FUNAI e pela DPU, ele também tem que dar a sua visão do que está acontecendo e qual é a expectativa que ele tem de atuação do CEDIND nesse processo. Dauá Puri fala que a colocação que fez com relação ao amadurecimento é justamente nós sabermos como o CEDIND pode atuar, a colocação do Dr. Thales foi muito bem precisa nesse sentido, nós devemos caminhar como Conselho no

sentido de estar trabalhando e pensando como o nosso Conselho pode funcionar, é isso que eu me refiro. A vontade é uma coisa, nós temos vontade, iniciativa de muitas vezes fazer, mas em determinados momentos, como esse agora, é um momento muito melindroso como nós colocarmos a voz e a participação do CEDIND, porque nós que estamos no lado de cá, que temos também contato com outros indígenas, sofremos as críticas com relação a esse tipo de atuação. Nós como membros do Conselho, precisamos estar tentando mediar, então acertar, para justamente, esse Conselho que nós lutamos tantos anos para colocar ele em prática, numa visão precipitada não quebre essa nossa construção, porque além de nós estarmos tentando construir essa visão para a sociedade do Rio de Janeiro, nós precisamos também entender que a maioria dos Indígenas do Rio de Janeiro que estão fora e a gente que já vem do movimento há muitos anos, sabe que muitos ficam atrás só olhando e criticando. É preciso que a gente tenha tato, vamos conversar com o Dr. Thales, vamos ter a orientação jurídica para saber aonde e como podemos estar entrando, por favor. Rosângela Nunes diz: Eu concordo com o Dauá no sentido de que tem atribuições específicas a cada ator e até Dr. Thales você colocou no início da questão de se promover uma ação civil pública que talvez depois de articulado entre os entes federativos várias situações de encaminhamentos fosse sim o momento de estar chamando outros parceiros para que em uma audiência publique porque a gente tem a questão da secretaria dos direitos humanos, sim ela tem essa atribuição e se esse olhar para os povos indígenas, mas a gente não pode esquecer que ali no entorno tem os caiçaras, então como que uma secretaria vai em detrimento de um tipo de população e desassistir a outra, é um cuidado que é muito importante ter até para não se incorrer em situações que desmonte toda legitimidade de qualquer processo. A questão do querer fazer e do poder fazer tem limitações, infelizmente. Esse momento, Dr. Thales, me corrija se eu estiver errada, mas há necessidade dos entes realmente que tem o poder de acionamento da caneta mesmo, de encaminhamento para que se chegue. Teria que estar mais esclarecido e fortalecido estas tentativas para depois a gente abrir assim para maiores contribuições, todas são bem-vindas, mas elas têm que ser muito consciente de que o processo não pode em momento algum sofrer uma fragilidade por estar talvez inadequado. Nino Benite fala: Realmente está muito difícil a questão da aldeia de rio pequeno. Ontem o prefeito entrou com uma ação contra a demarcação da terra da Aldeia de Rio pequeno, inclusive ele fez reunião com a FUNAI de Brasília entregando documento. Quando fizeram mapeamento e a demarcação e ampliação da terra indígena da Aldeia de Rio Pequeno, o prefeito está alegando que ninguém entrou em contato com o município para estar apoiando a questão da demarcação de terra. Nesse momento a gente está numa questão muito difícil e estamos levando crítica, principalmente do município. Ontem tive uma reunião com o Ronaldo. O Dr. Thales colocou a questão do Fórum de Comunidades Tradicionais se posicionar, eles vão se posicionar, mas eu acho que o CEDIND tem que entrar junto, porque a situação está muito difícil. Comissão Guarani Yvyrupá está se organizando ainda para pedir apoio e conseguir recurso para estar levando a documentação do RIO pequeno para Brasília. A gente está conversando com o Fórum de Comunidades Tradicionais porque eles são muito Fortes. Conheço aqui no município que tem alguns moradores que iriam ser retirados pelo CEMIBIL. O fórum de Comunidades Tradicionais entrou em ação, estou vendo que se eles acompanharem vai dar certo. Também Os Direitos Indígenas, a FUNAI vai estar vindo sempre apoiar e também a Comissão Guarani Yvyrupá. O presidente do Fórum das Comunidades tradicionais está viajando e voltara no domingo, a gente vai se reunir com o fórum só que pra isso para o fórum entrar com uma ação com a Defensoria Pública, advogas e tudo.... o cacique e vice cacique Neusa, teriam que dialogar com o pessoal do fórum, não está acontecendo porque estão todos com a cabeça quente. O prefeito colocou essa fala ontem, disse que conversou com o presidente da FUNAI em Brasília e que está encaminhando um documento para o governo Bolsonaro não assumir a demarcação da terra de Rio pequeno. Ana Paula Moura fala: pessoal eu peço o seguinte, quando nós formos fazer qualquer tipo de discussão, existe casos e casos e exceções, mas quando nós olhamos para o momento que estamos passando, que é um dos piores, aonde as questões dos povos indígenas, não se vitimando, é uma situação que tem que se trazer sim ao olhar de toda a sociedade brasileira. Porque todos os espaços existentes que pertencem aos povos indígenas estão sendo tomados a força, tanto para especulação imobiliária quanto para a questão de agronegócio, tanto para a questão de interesses políticos. E quando a gente vê hoje uma discussão pautada dentro de um conselho, que traz o nome de Conselho Indígena e nós vemos aqui uma colocação onde se diz que o conselho tem que estar amadurecendo para poder se colocar em defesa desta questão, isso é muito complicado e muito ruim, porque como foi colocado aqui, o conselho tem dois anos de existência e ele tem o respaldo e o amadurecimento suficiente para responder qualquer situação que esteja causando algum dano à questão de acesso e direitos dos povos indígenas do estado do rio de janeiro. Tem que se colocar sim porque a política está onde estão as massas. Tem que chamar a sociedade civil para esta discussão, o conselho tem que se manifestar, ele não vai respaldar juridicamente. Ele está dentro de uma secretaria que defende a vida. Coloco-me como representante, Nino do Instituto dos Saberes dos Povos Originários da Aldeia Jacutinga. Vamos fazer uma nota sim, em defesa a essa situação. Eu vou estar falando com a Marize para que ela possa estar falando com o Yan, para que coloque também uma nota e

protocolar e todas as Instituições que fazem parte deste conselho para também fazerem isso, os fóruns, os seguimentos sociais e as pessoas que se importam com a questão indígena. Também tem de estar se colocando sim, para que essas ações que estão sendo feitas, essa pressão realizada em cima do processo de demarcação, ela seja resolvida de alguma forma, mas respeitando o direito de estar naquele espaço. Toni Lotar acrescenta: A Paula fez uma fala que concordo, o Conselho está maduro e tem atribuições, ele não vai centralizar nada, mas vai se oferecer para atuar e não precisa ser convidado a participar. Essa posição é aritmética, se somar os votos dos Indígenas em Paraty, vão dar duzentos votos, se somar as caixas vai dar muito mais, se somar os não indígenas e os não caixas vão dar milhares. É evidente que com o ano eleitoral os candidatos estão pensando em quantidade de votos, então se pode contar com quem é candidato, para ajudar os indígenas. Então eu insisto que a Comissão de Território a qual represento junto com o Tukano seja indicada formalmente para integrar o grupo de mediação onde está o DPU, representando o Ministério Público, fórum de comunidades tradicionais onde teremos representantes dos moradores, porque a mediação tem que ser feita por todas as partes que cabem estar presente. Então insisto que nos encaminhamentos formais, conste em Ata que a Comissão de território seja indicada para integrar o corpo de mediação. Sugiro que evolua para outros assuntos que é para reformulação do CEDIND. Thales fala: Toni, vou lhe cortar para fazer um encaminhamento que na reunião de amanhã farei a sugestão que o CEDIND participe, se alguém tiver alguma coisa contra coloque aí a sua posição, porque fica difícil votar todos os tópicos, se aprovar fique como estão e a gente toca e eu coloco na reunião, tendo resposta coloco no grupo e vejo o que vai acontecer. Graciela diz: Queria colocar a sugestão da Ana Paula que é fazer um manifesto escrito, mas além de ofertar a nossa possibilidade nesse espaço de negociação eu acho ótimo que cabe perfeitamente ao Conselho, ele está maduro pra isso, além disso, a gente tem que ter uma manifestação para ser divulgado em todos os fóruns possíveis mostrando nosso apoio como Conselho a Aldeia de Rio Pequeno. Thales toma a fala: _ se nós queremos que o Conselho seja visto como uma Instituição Estatal que não só vele pelos indígenas e que vele muito pelo bom senso e pela solução passiva dos conflitos temos que tomar cuidado com os passos que pouco adiante nós dermos isso vai gerar consequências para a visão de outras pessoas esse é um ponto que estou colocando, dona Graciela. Nos por menos nessas causas é mais. Se o CEDIND quer ser visto como uma instancia mais ponderada, ser visto e respeitado pelos não indígenas também, e como uma instituição forte, a solução tem que ser muito bem pensada. Vamos aguardar um pouco, eu levo pro Ministério Público, vou tentar construir dessa maneira. Meu pedido é que façamos menos movimentos de posicionamentos e mais movimentos de intuito de solucionar as demandas. Temos a questão de segurança, economia. Surgiu a necessidade de cestas básicas, essa que é a minha angústia, que um passo errado pode colocar tudo a perder. Rosângela Nunes diz: Essas tratativas sejam colocadas nas esferas governamentais mesmo, e à medida que isso avançasse e prazo curto de preferência que se promova uma ação civil pública ou fórum para que se coloque para sociedade civil de um modo geral para que não se retarde e não se prejudique o processo porque lá na frente tens se uma esperteza de como agir e de como avançar ou recuar. Acho que o CEDIND pode levantar essa situação junto com a aldeia de rio pequeno não esquecendo que qualquer interferência que haja vai repercutir na aldeia de Bracuí, araponga, pataxó e Paraty mirim, porque não são fatos isolados e um fato pontual, principalmente com gestores municipais que são os que conseguem desenvolver e executar as políticas públicas. Não adianta querer avançar com pressa porque não dar certo. Thales fala uma reclamação do povo de Rio pequeno e voltada para a segurança, seria legal a instalação de câmeras, mas sem energia elétrica não tem como, talvez um movimento em relação a isso poderia gerar uma sensação de segurança pro pessoal. Toni Lotar: Sugiro que se comece a trabalhar no que se falou não pode ser um documento de ataque e sim em prol a conciliação, não podemos queimar ponte com os não indígenas, então podemos começar a redigir esse documento com diplomacia como foi dito pela Rosângela, é um momento delicado o contexto federal é hostil, a evolução municipal cria um ambiente um pouco lento e acho que esse assunto já foi bastante falado. Ana Paula: Toni, essa situação é muito grave não pode ser decido assim, tem que ser validado pelos integrantes e fazer uma eleição, não pode ser feito assim, vai fazer e pronto. Toni Lotar: Vamos fazer o que? Vamos fazer um documento que seria colocado para que todos aprovem. Ana Paula: Ele deve ser construído por todos os conselheiros, porque nessa fala parece que está decidido e pronto. Toni Lotar: Precisamos que o Dr. Thales faça que o CEDIND possa contribuir formalmente com o consenso de conciliação nas negociações e que se abra conversa com a ENEL, porque Paraty - Mirim não pode ficar sem internet. Rio Pequeno sem internet é uma pauta que teremos para a próxima reunião, luz e internet são muito importantes. Ana Paula fala da sua preocupação com os encaminhamentos antes de encerrar está pauta é de extrema importância de que fique garantido e registrado em Ata todos os encaminhamentos aqui apresentados. Cristina Penna: Sugiro para ser mais rápido, lembra que vocês fizeram dois encaminhamentos da Comissão Participar do Manifesto, todos que estão de acordo escrevam no chat, já estaria votado. Graciela: Estou acompanhando a equipe de saúde dentro das aldeias, ontem a equipe estava muito insegura de ir e se seria garantida a segurança dessa equipe ou não, eles estavam com medo. Eles entraram em contato com a gente com a

DISEI. A SESAI se assentou de qualquer discussão a respeito, uma coisa lamentável. Está situação é tão delicada e nós precisamos saber como se colocar. Assim nós gostaríamos que fosse garantida a equipe de saúde na aldeia nesse momento que está subindo os casos de COVID. Hoje eles entraram com segurança porque a Neuza foi buscá-los fora da aldeia, mas a Neuza é uma pessoa que está sofrendo ameaças de morte, então eu acho que ela não é uma pessoa que garanta tanta segurança assim. É importante que conste em Ata, que seja discutida na reunião do Dr. Thales formas de segurança para equipe, é uma equipe da SESAI que tem enfermeiro, médico, agente comunitário e técnicos que podem fazer testes da COVID-19. Toni Lotar: Já temos os conforme no chat e Dr. Thales amanhã faz oferecimento do CEDIND se juntar ao esforço de mediação. Eu gostaria de falar sobre as indicações das Instituições convidadas fórum de comunicques tradicionais, comissão Yvyrupá, FIOCRUZ, Prefeitura de Maricá, Paraty e Angra. Cristina Penna: Vocês já definiram quase tudo, os convites as instituições, a votação da comissão participar da questão de Rio Pequeno. Vou pedir para Adriana passar as Instituições faltosas. Adriana: Os ausentes são: UERJ, UFF, UFRJ, DPGE, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Ambiente. Rosangela Nunes, lembrou que não podemos fazer indicações, que a Instituição é que tem que fazer essa indicação e nós teríamos que ler o regimento interno. Cristina Penna: O ofício vai ser feito pedindo a substituição daquelas pessoas que foram nomeadas, nós vamos trabalhar em cima daqueles nomes. O presidente realmente não pode sugerir nomes, por exemplo, ele vai encaminhar o ofício a UERJ pedindo para substituir aqueles nomes e o professor e os nomes que estão sugerindo tem que fazer o contato e falar do seu interesse, até porque não é fácil indicar conselheiros. Adriana: Foi feito um levantamento nas listas de presença e que nas reuniões anteriores Elen e eu, não estávamos presentes. Elen: As instituições que foram consideradas inativas, mas estão ativas, que se manifestem. Luiz Pellon, argumentou que as substituições já foi tema de várias reuniões no ano de 2019 e que algumas instituições já foram notificadas, não sei o porquê de se estar discutindo novamente. Carla Albuquerque: A gente precisa combinar como vai ficar essa questão das falas para próxima reunião. Cristina Penna: Concordo com a Carla, a questão de a próxima reunião colocarmos no chat inscrições para as falas, Elen e Adriana vão organizar. O presidente Nino agradece a presença de todos. Não tendo mais nenhuma pauta a ser discutida encerra-se a reunião.



[15º Reunião Ordinária](#) do 22 CEDIND Realizada no dia 06 de novembro de 2020, através da plataforma Google-Meet. Pautas: • Leitura da Ata da Reunião do dia 24/09/2020 • Recondução de Mandato • Situação da Aldeia de Rio Pequeno • Situação dos Projetos de Potabilidade das águas e saneamento básico das Aldeias de Paraty, Angra dos Reis e Maricá. • Situação do Prédio do Antigo Museu do Índio • Informes Gerais.

A reunião se inicia com Carlos Tukano, falando que a eleição foi feita democraticamente. Continuando sua fala, Carlos Tukano diz: Como presidente do contexto urbano teve o prazer de participar de outros grupos e em vários lugares no palácio com o Governador e falei sobre as nossas questões e necessidades, como houve essa interrupção por causa da pandemia, houve muito atraso para avançar e foram cobradas as secretárias Luana, Jade, Adriana e Elen que atuassem as atas. As atas são muito importantes e todas têm que ser publicadas. Já que estamos quase no final do ano seria bom reconduzir o conselho até 2022. Gostaria que Cristina Penna explicasse como se deve agir juridicamente, como deve ser feito a recondução. Coisas boas aconteceram como Araponga conseguir placas solares, água em Paraty - Mirim isso é um avanço, porque a gente buscou o espírito da coisa. É muita coisa pra resolver nesse caminho tão espinhoso, precisamos de nossos homens da Lei DPU, DPGE e a OAB e a própria FUNAI que é um Órgão Federal que representa os povos indígenas.

[...] “Toni Lotar tomar fala dizendo: O vice-presidente está em uma reunião de Fórum de Povos Tradicionais por isso não poderá está representando Araponga. Fico muito feliz que temos aqui quatro aldeias representadas. Cristina Penna cumprimenta a todos e se apresenta. Fala que anteriormente o Conselho indígena não tinha sua sala própria, ele funcionava dentro da Superintendência, nós batalhamos e conseguimos uma sala em 2019. Outro avanço foi à organização administrativa, porque eu não sabia que as atas não tinham sido publicadas, então foi feita uma força tarefa para organizar e também fiquei sabendo que essas atas não foram enviadas aos conselheiros e já foram tomadas as devidas providências de envio para que façam a leitura. Vamos fazer uma reunião para aprovação das atas, nessa reunião todos já deverão ter feito a leitura e os acertos das atas, porque na reunião não se faz leitura de ata porque se toma muito tempo. Vamos publicar todas as atas de 2018, 2019 e 2020. Outra questão é a recondução que falamos na reunião passada. A recondução é legítima, porque, se não me falha a memória, o artigo 6º fala da recondução. Em um momento de pandemia, fazer as eleições não está sendo muito fácil, então hoje é importante que a gente faça essa recondução, uma gestão 2020/2022, vamos fazer uma deliberação e publicar logo em seguida as substituições. Paralelo a isso, o administrativo já mandou os ofícios para o governo pedindo as substituições e a ratificação dos que estão. O regimento é muito claro, três faltas consecutivas e cinco intercaladas já se pode pedir substituição. A mesma coisa será feita com a sociedade civil. Se vocês concordarem a nossa próxima reunião será para aprovação das atas, porque isso precisa constar em ata. Eu gostaria que fosse uma reunião extraordinária. Outra questão é que termina o mandato da mesa diretora que foi uma gestão de dois anos e vai até agora em 2020. A resolução diz que um ano é o governo e um ano a sociedade civil. Então teremos a gestão do governo e ele vai ver quem vai assumir a presidência e a sociedade civil vice-presidência. É muito importante que as comissões já funcionem e que o Conselho faça uma deliberação publicando todas as comissões existentes, ficamos ressaltados documentalmente. É importante que os conselheiros novos, já entrem recebendo o decreto de criação e o regimento interno para que eles façam a leitura e saibam qual a competência deles dentro do conselho e a importância da participação. Eu acho que é importante colocar no chat o seu ok para a recondução para sabermos quem concorda. Vamos fazer uma eleição depois dessa gestão de 2022. Cristina passa a palavra para o presidente Tukano. Carlos Tukano toma a fala: Bem, essas são as ideias que está sendo colocadas e que tem que ser colocado em prática. A gente teve um ano difícil desde transporte, alimentação, estadia, pernoite a gente passou por tudo isso. O Governo tem que ver isso mais de perto para se locomover e agilizar as coisas para não deixar mais lacunas. A ideia que a gente estava falando de recondução, já que esse ano não se pode fazer muita coisa, essa recondução seria boa, vocês podem pensar e decidir, eu quero tudo democrático. Cabe a nós cobrar os faltosos do conselho civil. Cristina fala que já se posicionaram a respeito da recondução. Ficou aprovada por unanimidade a Recondução do Mandato dos Conselheiros. Rosângela pede a inclusão de um órgão de controle ambiental, ou IBAMA, ou INEA. Fala que já é uma

²² Prof. Adacto (UERJ), Camila Dias Álamo (SEAPPA), Cristina Penna (SUPAM), Dauá Puri (Movimento Ressurgência Puri), Dilmar José (AULA), Graciela Pagliaro (SES), João Mendonça (Aldeia Rio Pequeno), Valdeir Karai de Souza (Paraty - Mirim), Carlos Tukano (Associação Indígena Aldeia Maracanã), Luiz Pellon (UNIRIO), Mariana Paladino (ABA), Marluce Braz (SECEC), Regina Antonieta (SEAPPA), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA), Rosângela Nunes (FUNAI), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Ulisses Damasceno (Prefeitura de Paraty), Virgínia Totti (PUC - Rio), Vanderlei da Silva (Aldeia Céu Azul), Isabel Missaggio, Adilson Tupã (Paraty - Mirim), Carla Albuquerque (UNIRIO), Deusimar Correa (SEDSODH), Marize Vieira (ISPOAJ), Júlio Garcia, Elen Franciele (CEDIND), Vilmar Vilharves (Mata Verde Bonita).

questão antiga que já veem lutando. Pede também que se avalie a possibilidade de a FUNAI ter direito a voto. Fala também em relação a orçamento, porque viu que foram providenciados e articulados instalações físicas, uma sala, e um administrativo que é fundamental. Diz que seria importante que se reservasse um orçamento para que aconteçam as reuniões, alimentação e transporte. Cristina fala sobre as colocações de Rosângela: Não adianta também, um Conselho muito grande, porque depois podemos ter problema com a sociedade civil. Então podemos aumentar uma cadeira ou duas, também para sociedade civil, isso depois que fizer todo esse trabalho de recondução, sugerir ao governador a importância de fazer alteração na estrutura do nosso decreto. Outra questão, com relação ao deslocamento, quando se fez a proposta orçamentária, o governo tem que garantir agora outros eventos, eu não sei por que tem que colocar isso na questão orçamentária, mas, por exemplo, o Conselho vai realizar conferências, seminários, o governo tem que dar uma estrutura. Luiz Pellon toma a fala: Se for questão de decreto, fazer uma reunião para isso, repensar as instituições que cabem ter voto. Cristina fala que Luiz Pellon fez uma boa colocação e diz que se pode formar uma comissão temporária para repensar essa estrutura para ver quais os órgãos podem ser contemplados, diz que sabe que são todos importantes, mas que não se pode fazer um Conselho muito grande, porque quanto maior, mais faltosos terá. Luiz Pello: É bom que todos tenham essa mesma condição até que possa mobilizar internamente esse compromisso institucional. Eu falo das universidades, mas tem outros órgãos na mesma situação que estão atuando. A ideia da comissão é muito boa, porque decreto só se muda com decreto. Toni lotar toma a palavra: Temos situações diferentes, o professor Adacto é vinculado a UERJ que é uma universidade membro efetiva do Conselho com direito a voto, o que está faltando é que a UERJ faça a indicação do nome dele e de um suplente. Eu me lembro de quando se estava redigindo o estatuto do CEDIND, surgiu uma questão que órgãos federais não podiam estar subordinados a um Conselho Estadual, isso foi até uma das razões que a FUNAI e a SESAI não foram contempladas com a participação efetiva. Pelo fato de ser convidada não impede uma participação ativa e uma contribuição grande. Que na ata dessa reunião a gente estabeleça a criação dessa comissão para rever o estatuto e o regimento interno. Cristina Penna fala que é bom que essa comissão já seja tirada hoje porque a gente já avança e que em relação ao que o Toni colocou sobre os órgãos federais, que não custa fazer uma consulta ao jurídico, porque não adianta colocar órgãos federais no decreto e depois barrarem. Ulisses se apresenta dizendo que foi indicado por Paraty e que é a primeira vez que está participando e fala sobre questão da estruturação do CEDIND. Toni pede que Ulisses deixe seu contato pois tem demandas em relação a transportes de alimentos para as aldeias de Angra e Paraty. Dauá Puri fala sobre a questão de publicação das atas e de tentar montar uma agenda de reuniões e da questão orçamentária. Toni diz que seria bom incluir a FIOCRUZ, porque muitas vezes a SESAI demora para responder. os guaranis ficam sem saber o que fazer para viajar para Curitiba. O atendimento de saúde em relação às aldeias de São Paulo e Rio de Janeiro dependem ainda de Curitiba por isso fica difícil. Toni pergunta se os ofícios de convite as instituições FIOCRUZ, Fórum de Comunidades Tradicionais e a Comissão Yvyrupá, solicitados na reunião anterior, se já foram enviados. Elen responde que sim e que está se aguardando resposta. Carlos Tukano diz que recebeu muitos comunicados sobre Rio Pequeno pedindo ajuda. Disse que o prefeito brigando com os indígenas e os posseiros que já moravam lá, trouxe uma sério de problemas e que fica complicado demarcar terra em plena eleição. João fala que em relação à terra indígena de Rio Pequeno, a situação já se acalmou um pouco, mas que estão atentos a tudo e que tem um posseiro que entrou com reintegração de posse na esfera estadual, só que como se trata de uma questão indígena, ela foi transferida para uma esfera federal onde o STF anulou a decisão do Juiz do Estado quanto à reintegração da posse volta para cá de novo, essa liminar já foi derrubada e suspensa devido à pandemia, (áudio inaudível). Demércio fala da dificuldade, (áudio inaudível), de alimentação, carro e gasolina para se locomover. Diz que não podemos para essa luta, porque estão lutando pelo direito de demarcação de terra e que a FUNAI tem que reconhecer esse direito. Toni fala: Em uma reunião anterior do CEDIND foi votado que a Comissão de Território iria se engajar com reforço de apoio na demarcação da aldeia de Rio Pequeno e pode estar atuando na solução do problema. Toni continuou seu discurso falando sobre a questão da atuação anti-indígena da FUNAI de Brasília. João fala:(áudio inaudível). As ameaças pararam um pouco. Toni entra no assunto de potabilidade e saneamento básico de Angra, Paraty e Maricá e diz que o professor Adacto vai falar sobre essa questão. Professor Adacto: Queria aproveitar para falar sobre a gravidade do problema da água nessas aldeias, porque até hoje eu não tive acesso a nenhum laudo de que a água esteja potável, às vezes a água não transmite doença, mas ela pode não estar própria para o consumo. Além disso, mesmo que se tenha água da concessionária da prefeitura, água tratada, se não tiver um contrato adequado no reservatório, essa água pode se contaminar. Adacto continua seu discurso falando sobre a questão da água nas aldeias e sugere que todos possam deliberar urgente que seja feito nas aldeias, primeiro uma análise atualizada da água das aldeias e segundo cobrir os filtros e proteger para não entrar animal ali. Tem que haver monitoramento para saber qual aldeia está em situação mais crítica e buscar ajuda da prefeitura. Adacto fala também sobre a criação de um sistema de esgoto para não poluir os rios. Graciele toma a fala e diz

que o saneamento é responsabilidade da SESAI e que ela tem sido acionada pela comissão de saúde para que cumpra sua missão e que tem um resultado de duas amostras de duas aldeias de Paraty que foram encaminhadas para o LACEN, único laboratório que pode fazer essa análise que o professor Adacto pede. Toni toma a fala: A gente percebeu que existem os agentes de saneamento, os AISANS, estão já a bastante tempo nas aldeias sem a orientação necessária para fazer esse cuidado da água, precisamos de um técnico que esteja aqui frequentemente para fazer essa orientação dos agentes. A última reunião da Comissão foi justamente com o suposto novo coordenador do setor de saneamento do DSEI de Curitiba, o técnico esteve no Rio e conhece as condições das aldeias, fizemos a proposta que esses técnicos fizessem ao Rio alternadamente uma vez por semana para fazer orientação, foi enviado uma solicitação para a coordenação de Curitiba, mas não se teve resposta. Sugiro que na próxima reunião se inclua os seguintes temas: qualidade da água, conexão digital das aldeias, elas precisam estar integradas com a internet. Paraty - Mirim tem problemas, Rio Pequeno também, as conexões de Maricá são precárias. Hoje em dia a aldeia mais remota que é Araponga, tem uma internet eficaz, porque Nino colocou uma antena que custa 200 reais por mês, analisar se podemos colocar isso no orçamento do CEDIND. Criação de um professor indígena com cargos e salários, isso até hoje não foi resolvido. Cristina fala: Eu creio, Toni, que essa questão dos planos de cargo o próprio Conselho pode fazer um ofício já essa semana e encaminhar ao novo secretário que é uma pessoa sensível as questões da educação. Essa questão da conexão da internet não sei se esse pedido vai ao Estado ou se esse pedido vai ser feito aos prefeitos. Não tendo mais o que ser discutido, encerrou-se a reunião”.

Reunião Extraordinária do 23 CEDIND Realizada no dia 04 de dezembro de 2020 às 10h, através da plataforma Google Meet. Pautas: • Aprovação das Atas de 2018, 2019 e 2020 • Apresentação e aprovação do Plano CEDIND 2021

ORDEM DO DIA: A reunião inicia-se com todos se apresentando. Carlos Tukano Toma a palavra e diz que os assuntos primordiais a tratar serão as comissões permanentes. Cristina Penna fala para primeiro aprovarem as atas, porque só poderão ser publicadas depois de aprovadas. Carlos Tukano diz que por ele estão todas aprovadas e pede aos demais que se manifestarem se aprovam ou não. Nicolas Alexandria indaga se pode votar nas atas anteriores visto que é novo no Conselho e o mesmo não estava presentes nessas reuniões. Cristina diz que ele não pode votar em uma coisa que não estava presente, mas que o Conselho tem autonomia para liberar que os conselheiros novos possam votar, porque, caso contrário, não terá o quórum para a aprovação das atas. Também diz que a pessoa que foi indicada oficialmente, mesmo ainda não sendo nomeada, tem direito a voto. Toni Lotar pede para abrir uma possibilidade de voto oral. Possibilidade de voto oral concordada por todos. Dilmar José diz que aprova as Atas. Toni diz que Reinaldo aprovou pelo whatsapp devido estar com problemas na conexão. Aprovadas as atas, Cristina Penna diz que será feito uma deliberação para as atas de 2018 e 2019 e as de 2020 seguirá o processo de publicação normal e passa a palavra para Carlos Tukano. Carlos Tukano pede sugestão de por onde começar. Cristina diz para passar para a pauta do plano de ação. Toni diz que Carlos Tukano poderia passar para o plano e dar uma geral no plano das comissões e pede para passar a palavra para cada coordenador. Carlos Tukano discursa falando sobre o avanço na causa indígena através das comissões e sobre o que o Conselho construiu nesses anos. Fala também sobre reivindicar as causas ao governo. Passou-se a fala para os coordenadores de comissão. Graciela inicia sua fala se apresentando e diz que a Comissão de Saúde se reuniu o ano todo, de forma satisfatória, com todos os três municípios que têm aldeias, Angra, Maricá e Paraty, solicitando relatório da água e saneamento e diz que fizeram várias reuniões. Fala que focaram por último sobre a questão da carência de um técnico no Rio de Janeiro para orientar os agentes de saneamento nas aldeias e que se reuniram com a SESAI, mas a comunicação com eles é difícil. Toni Lotar fala que José Alberto podia se pronunciar com a posição da SESAI. José Alberto se pronuncia em relação aos encaminhamentos de saneamento e água e fala sobre a questão de oficialização como Conselheiro. Marize toma a fala cumprimentando a todos e faz um breve histórico da participação da Comissão de Educação e Cultura na secretaria. Fala que a comissão estava presente nas aldeias e também sobre a questão do financiamento de deslocamento para as aldeias. Pronunciam-se em relações as questões educacionais e diz que tem que se fazer a Lei nas escolas. Sugere para 2021, uma reunião com o Secretário de Educação e a criação do cargo de professor indígena. Faz a menção das propostas elaboradas para 2021: Criação do Centro de Referência da Cultura Viva dos Povos Indígenas

²³ Carlos Tukano (Presidente do CEDIND), Sérgio Ricardo (GRUMIN), Regina Antonieta (SEAPPA), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Robson (SUPAM), Cristina Penna (SUPAM), Mariana Paladino (ABA), Roseday Santos (SEEDUC), Carla Albuquerque (UNIRIO), Dauá Puri (Movimento Ressurgência Puri), José Alberto (SESAI), Luiz Pellon (UNIRIO), Nicolas Alexandria (UFRJ), Luana Braz (SEDSODH), Reinaldo de Jesus (AULA), Virgínia Totti (PUC - Rio), Aldo Fernandes (Aldeia Sapukaf), Taísa Diniz (SECEC), Deusimar Correa (SEDSODH), Dilmar José (AULA), Grazielle Justino (SEDEC), Marize Vieira (ISPOAJ), Graciela Pagliaro (SES), Nino Benites (Presidente CEDIND), Ulisses Damasceno (Prefeitura de Paraty).

com a SECEC e FUNDAR, Conexão digital nas escolas das aldeias e criação do Telecentro Comunitário e encerra sua fala. Toni Lotar diz que Virgínia Totti se voluntariou no chat para integrar a Comissão de Território. Luana se apresenta e cumprimenta a todos, fala sobre a dificuldade do quórum e da dificuldade para que as coisas aconteçam e diz que o Conselho está atuando através do auxílio da SUPAM. Fala também que precisa rever os participantes da Comissão de Orçamento e pede que os Conselheiros Governamentais sejam mais ativos para que as coisas aconteçam com mais agilidade. Cristina toma a fala e diz que dentro da questão de recursos dos Conselhos, foram incluídos para conferência, seminários e que pontuou recursos para o transporte. Luana Braz fala sobre a questão do transporte, calendário, almoço e hospedagem. Dilmar José fala que a comissão está caminhando e diz que necessita de apoio. Reinaldo de Jesus fala sobre a oportunidade de estar nas aldeias... (áudio inaudível) e sobre o governo contribuir na questão da comunicação. Toni Lotar faz um relatório sobre a Comissão de Economia Solidária e apresenta as propostas: criar um Shopping Digital do Artesanato Indígena, parcerias com redes varejistas para vendas de artesanatos indígenas e mais espaços públicos para as aldeias comercializar seus artesanatos e passa a palavra para Carlos Tukano. Carlos Tukano fala sobre a luta para conquistar eletricidade na Aldeia de Araponga, e diz que é preciso ter mais diálogo com o prefeito, também fala sobre a tarifa de energia em Iriri, educação em Sapukaí e Paraty e sobre a demarcação de terras de Rio Pequeno. Pede para que seja marcada uma reunião com o novo secretário de Direitos Humanos e que se tenha uma aproximação com o governador para tratar sobre a questão do Museu do Índio. Cristina pede para que escrevam no chat a aprovação do Plano de Ação. Aprovado o Plano de Ação, Cristina diz que na próxima reunião será a eleição da mesa diretora. Nicolas se dispõem a participar da Comissão de Cultura. Terminado os assuntos, encerrou-se a reunião.



REUNIÃO 16/04/2021 – 24CEDIND - II- REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL

Pauta: I-Avaliação da situação do prédio do antigo museu do índio (Aldeia Maracanã) e denúncias de agressão a indígenas; II-Atualização do Plano de Ação 2021 das comissões temáticas do CEDIND; III-Infraestrutura administrativa do CEDIND; IV-Informes: - Vacinação dos indígenas em contexto urbano no Rio - Nota técnica sobre PL 119/2015 sobre mudanças no Estatuto do Índio.



Toni passa a palavra a Marize que informa sobre a necessidade de deliberação da Aldeia Maracanã e solicita a inversão de pauta. O presidente Tukano abre a reunião agradecendo a presença de todos. Fala sobre a troca de gestão e governo e que a pauta da Aldeia Maracanã é muito extensa. O Presidente Nino agradece a todos a presença e informa sobre o Fórum Comunidade Tradicional que, desde 2014, cobra saneamento das aldeias. E que a Aldeia Araponga foi contemplada e já confirmada um valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte mil reais), para projetos que irão ser concluídos esse ano. Informa que o prefeito do município cortou

²⁴ Presidente Tukano (Presidente do CEDIND), Presidente Nino (Presidente do CEDIND), Toni Lotar (AIAM e Fundação Darcy Ribeiro), Nicolas Alexandria (UFRJ), Regina Antonietta Guerra (SEAPA), Carmelita Lopes (MRP), Graciela Pagliaro (SES), Sérgio Ricardo (GRUMIM), Deusimar Correa (SEDSODH), Cristina Penna (SEDSODH), Raissa (SEDSODH), Matilde Dias (SEDSODH), Aldeia Jacutinga, Marize Vieira (ISPOAJ) Tek (Aldeia Iriri), Maria Tânia (Pataxó do Iriri) -Justificaram Ausências: Mariana Paladino(ABA), Luiz Pellon(UNIRIO), Virginia Totti (PUC-RIO), Ana Lúcia Pontes (Fiocruz).

muitas coisas como cesta básica, cartão de alimentação e gostaria de expor aos conselheiros e convidados a solicitação de um ofício através do CEDIND para o prefeito do município solicitando ajuda devido a promessas já feitas antes das eleições, foi retirando ainda desde novembro do ano de 2020 o cartão alimentação no valor de R\$200,00 (duzentos reais) para a comunidade de Parati (5 aldeias). Sobre a saúde indígena informa que foi contemplado pela SESAI um carro novo para a aldeia Araçonga, porém ainda não foi contratado o motorista e solicita ao CEDIND fazer um ofício ao coordenador do SESAI para a contratação do motorista. Quem foi indicado e trabalha voluntariamente é o Vilmar que apoia a causa e não tem recurso. O encaminhamento do ofício é para o Conselho de Saúde em Curitiba. Informa que no ano de 2021 houve nova eleição e foi substituído o presidente local de saúde não sendo mais o Sr. Lucas. Informa em nome do Darci Tupã (filho da Pajé Lídia da aldeia Mata Verde Bonita que foi eleito como assessor de saúde do Estado do Rio de Janeiro, sendo braço direito das Aldeias do Estado do Rio de Janeiro. Pede para o Darcy Tupã seja colocado no grupo do CEDIND como assessor indígena de saúde do Estado. Graciela (SES) parabeniza ao Presidente Nino pelas conquistas e informa que um dos pedidos da assessoria é que o SESAI tem uma cadeira no Conselho e que esse assessor poderá ocupar essa cadeira no CEDIND. Reforça o pedido do Presidente Nino sobre o ofício para o município e a contratação do motorista. Toni explica que o Fórum é uma entidade convidada e eles indicaram um representante no ano passado (2020), não tendo direito a voto, porém tem direito a voz na qual a representante era a advogada Tatiana Duarte e mais uma advogada chamada Luana, caicara da região, que foi indicada recentemente, apesar de não estarem presentes estão integrados. Cabe solicitar ao coordenador regional da SESAI, Valter Viana, para fazer a indicação formal do Darci Tupã, ficando o Paulo Alberto como suplente. Os ofícios ficam para semana que vem, sendo para a prefeitura repor o apoio de segurança alimentar e o pedido do motorista a SESAI, estando em uma situação irregular, precisando o motorista ser contratado. O Presidente Tukano questiona a inversão de pauta. Toni informa que na contagem tem 10 votos válidos, porém sendo 12 para o quórum. O Nicolas (UFRJ) faz uma indicação baseada no que o Presidente Tukano ressaltou de que todos precisam ser ouvidos, a deliberação seria possível na medida em que tivesse narrativas das mais diversas sobre o conselho formar de alguma maneira uma compreensão sobre o problema da Aldeia Maracanã. Carmelita (MRP) E se dentro do nosso espaço onde outras instituições foram convidadas e não quiseram estar, inclusive o SESAI que chamava de um “tal conselheiro” é injusto que nós não tenhamos direito de dizer aqui qual é aquilo que temos como versão. As deliberações de se fazer uma live, inclusive com todos os presentes que queiram estar para poder ter a palavra e se manifestar é uma proposta, mas aqui primeiro as instituições em contexto urbano que tiveram dentro da Aldeia Maracanã desde a época que era Instituto Tamoio dos Povos Originários, desde época que foi o local onde o movimento Tamoio se organizou. Isso precisa ser colocado aqui junto com todas as instituições e todos os atores aqui que fizeram parte. Isso precisa ser ouvido aqui, hoje ou quando tiver um quórum porque essa versão o CEDIND nunca teve. Sérgio pede a palavra e faz um comentário de que é apoiador da Aldeia Maracanã desde o início, vivenciou parte do processo. Informa que acha um equívoco o CEDIND virar um divã da Aldeia Maracanã. Que as várias situações como violência física, como uma série de relatos e denúncias e que estão hoje no caminho da criminalização, estão em delegacia de polícia. O que o CEDIND deveria focar era em uma pressão no Governo do Estado para restauração do bem. Vários secretários de cultura ficam enrolando desde o governo Cabral e existe uma responsabilidade objetiva da Secretaria Estadual de Cultura e o Governador e o CEDIND deveria focar em conquista de política pública e não em problemas que passaram de problemas políticos para problemas pessoais e agora virou um problema de polícia. Que o CEDIND tem que acolher as reclamações seja lá de quem for é encaminhar para os órgãos públicos como a Defensoria Pública da União, a DPU, O CEDIND foi criado para construir políticas públicas e não para ser o divã de problemas que ocorreram lá atrás. Acho lamentável essa divisão do movimento indígena e até certo momento a posição dos Potiguaras era construir pontes e a partir do momento que isso vira questões de agressões físicas passa a não ser conosco. Para finalizar, houve uma discussão no ano passado sobre a insegurança do prédio, o CEDIND deveria agir sobre essa questão, o prédio está abandonado há muito tempo, tem pessoas morando ali e que não são apenas nossos parentes, com crianças pequenas. O Xavante está lá com 3 ou 4

crianças pequenas, juntamente com a população de rua. Quando chove a população de rua não tem onde se abrigar e vão para lá. A questão é sobre a segurança daquele prédio. Foi produzido um ofício pelo CEDIND e gostaria de propor que se dentro de 10 ou 15 dias o corpo de bombeiro, a defesa civil quem tem responsabilidade legal não for averiguar as condições do prédio, que o CEDIND encaminhe para o Ministério Público, para a DPU, para a Defensoria Pública. O movimento indígena tem várias propostas para uso daquele espaço e não é o CEDIND que resolve isso. Emergencialmente com a situação do prédio para garantir a vida das pessoas e a segurança. E pressionar o governo do Estado pelo cumprimento da promessa de criar no prédio um centro cultural indígena. Toni informa que o CEDIND em janeiro de 2021 fez dois ofícios com relação ao pedido de vistoria técnica do prédio em função do risco provável a integridade física dos ocupantes, não só dos que estão morando lá e de pessoas que participam de eventos organizados. Ofício foi dirigido ao INEPAC (órgão responsável pelo tombamento do prédio) junto com a prefeitura do Rio de Janeiro, e encaminhou também um ofício a Secretaria de Defesa Civil, não tivemos nenhum retorno. O CEDIND precisa cobrar, pois caso algo venha a acontecer pode ser responsabilizado. Leon Araujo (INEPAC) representante da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa confirma o recebimento do ofício no dia 17 de março de 2021. Comentou o assunto com o diretor e os arquitetos para o começo do planejamento sobre a vistoria no prédio. Existe um impeditivo da secretaria que é sobre o decreto do CORONA VIRUS, onde várias pessoas ficaram afastadas. Devido a isso todas as atividades presenciais foram suspensas em todos os setores. O Presidente Tukano fala sobre a audiência pública que foi remarcada e que precisa ser cobrado do governo, que foi entregue o dossiê completo com realizações e projetos sobre a Aldeia Maracanã, e essa proposta está desde 2006. Em 2012/2013 foi dado ordem para a saída de todos com 200 homens armados. O prédio foi adquirido pelo Estado do Rio de Janeiro passou a não pertencer mais ao governo da União, passou a pertencer de 16/07/2012 ao Estado do Rio de Janeiro. O dossiê foi entregue ao então secretário Ruan Lira. Quando foi pedido ao Governador no primeiro mandato foi cobrado no dia 12/04 do primeiro ano. A Aldeia Maracanã representa a nível estadual e tem uma visibilidade muito grande. Marize (Aldeia jacutinga) contribui seguindo na pauta que o prédio já tem perdido em última instância a reintegração de posse para o CESAC e a reintegração para o Estado já ganhou em última instância e mostra a sua preocupação não só sobre a condição adversa em que tem dentro da Câmara dos Deputados Estadual, onde alguns deputados defendem a demolição do mesmo para outro tipo de construção como shopping, estacionamento e afins. Isso é preocupante porque é todas as trocas das secretarias os documentos são perdidos. E na carta compromisso do Sérgio Cabral estava a construção do CEDIND, onde não foi cumprida a palavra e gastaram muito tempo e dinheiro indo em secretaria exigir que o documento fosse cumprido durante anos de luta para que hoje o CEDIND existisse. No último dia, o CESAC saiu, porém o trabalho continuou com as lideranças do Brasil, inclusive o tio do Xavante que se encontra na Aldeia Maracanã. O projeto passa a ser construído pelas cinco macros regiões do Brasil na voz dos povos indígenas. Precisa provocar uma audiência pública na câmara de deputados estaduais, na câmara de vereadores do município do Rio de Janeiro, as Secretarias que fazem parte desse projeto como Direitos Humanos e a Cultura. Exigir uma audiência com o Governador e o prefeito do Estado. A totalidade está dentro do CEDIND. Toni contribui com a fala da Marize e informa que em março de 2013, o governo do estado através do Governador Sérgio Cabral junto com o Secretário de Direitos Humanos Zaqueu Teixeira fizera duas cartas se comprometendo com a criação do Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas e na criação do Conselho dos Direitos Indígenas o que são fatos. Em março também houve a ação da polícia a mando do governador que fez a desintração truculenta dos indígenas da Aldeia Maracanã. Os que moravam lá foram alojados em um acampamento precário no alto do Curupaiti em Jacarepaguá por um ano e meio em containers. E receberam como compensação do Estado um prédio no conjunto minha casa minha vida que hoje é chamado de Aldeia Maracanã Vertical (são 20 apartamentos com famílias indígenas). Em julho de 2013, depois da desintração, o estado indicou a secretária Adriana Rattes para reabrir o diálogo com o movimento da Aldeia Maracanã e em reuniões abertas foram formadas grupos de trabalho, onde na ocasião foi comentado o recuo do governador sobre a derrubada do prédio e o compromisso que iria assumir que o prédio seria tombado, restaurado e destinado ao Centro de Cultura

Indígena. Ainda em julho de 2013 o INEPAC promoveu o tombamento do prédio documentado e publicado no DO e, na mesma semana, a prefeitura do Rio de Janeiro através do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade também fez o tombamento do prédio. Em dezembro, o governo do estado publicou um decreto do governador afetando o prédio já tombado para a secretaria de cultura com o objetivo específico de criar nele o centro de cultura indígena como estava acordado. Em maio de 2014, o prédio da Aldeia Vertical foi concedido aos índios com base num documento atestando os que moravam na Aldeia Maracanã e não tinham para onde ir e foram transferidos para um bloco no conjunto do Estácio e passaram a morar nos 20 apartamentos de uma forma precária e tendo que pagar as taxas, o pagamento da mensalidade do prédio com pagamento diferenciado aos que foram desalojados em nome da prefeitura do Rio e tiveram suas taxas abonadas por terem sido removidos. Isso é uma pendência que o secretário de direitos humanos deve retomar e conseguir que os índios que estão na aldeia vertical também tenham direito ao mesmo abono de pagamento que os removidos da prefeitura. Maria Tânia é representante titular conselheira da Aldeia Pataxó do Iriri e com a chegada dela na reunião e da Deusimar passa a ter um quórum constituído. Leon complementa que após uma conversa rápida com o Chefe de Gabinete, marcaram uma nova reunião para a próxima semana e informar o real encaminhamento. Toni retoma a fala e diz que apesar de não ter tido deliberação sobre o assunto da Aldeia Maracanã, o tema é complexo e que desde 2006 com a ocupação inicial dos grupos indígenas que fez parte o Carlos Tukano, Marize Guarani sendo testemunhas e atores desde a origem e, que muita coisa se passou até a desintrusão e que hoje tendo vários conselheiros que tomaram conhecimento do assunto Aldeia Maracanã. Informa a todos que compareceu no prédio da Central do Brasil o Prof. Michael Baré, denunciando que tinha sido agredido no dia da segunda dose da vacinação no antigo prédio do Museu do Índio, e veio junto à família Xavante que também fez denúncias de ameaças, agressões a falta de acessibilidade a água potável e que a denúncia está documentada por um advogado da Secretaria de Direitos Humanos, não tendo conhecimento que o encaminhamento formal tenha sido enviado ao CEDIND e que precisa ser deliberado se isso é um assunto para ser encaminhado ao Ministério Público DPU, DPE, pois saiu da esfera institucional, dos direitos humanos sendo uma esfera crucial. Pede o pronunciamento da Deusimar (SEDSODH) sobre o fato. A Carmelita questiona a SEDSODH onde os índios poderiam ser alocados, já que existem muitos programas e projetos de vulnerabilidade social do Estado. Deusimar (SEDSODH) informa que foram encaminhados para a Defensoria Pública do Estado e a mesma ficou de dar um posicionamento para após passar para a Defensoria da União. Em resposta a Carmelita tem o programa PPDH que faz todo o apanhado e dá um direcionamento as famílias em risco. Informa que fez uma campanha de valorização do povo Indígena o Rio mais indígena e que estará colocando para conhecimento de todos. Comprometeu-se de falar com o advogado da denúncia passando um relatório no grupo. Carmelita (MRP) Questiona qual a dificuldade que a secretaria tem encontrado para ser criado um Email institucional do CEDIND. Matilde (CEDIND) esclarece que o e-mail institucional é apenas fazer uma solicitação e em relação as gravações das reuniões já estão sendo disponibilizados aos setores uma sala Zoom para as reuniões virtuais ficarem gravadas. Toni faz a leitura da pauta, devido o Presidente Tukano estar com problemas de visão. Foi tratado o item 1 relação a situação do prédio do antigo museu e das agressões, o plano de ação que era o item 2 na realidade foi disponibilizado e esse plano de ação foi validado na reunião de dezembro 2020 e parece que agora os coordenadores de comissão atualizem, façam a releitura do documento com novos projetos que estão em andamento como a vacinação dos indígenas que foi feita pela comissão de saúde e não estão contemplados e na próxima reunião as comissões apresentem seus planejamentos para o exercício de 2021 e possivelmente a coordenação de conselhos vinculados possa providenciar a republicação do documento já atualizado tendo em vista o que realmente será feito 2021. A Cristina Pena (SEDSODH) esclarece que com a pandemia vivida a maioria dos conselhos baseados nos decretos do Governador do Estado fizeram prorrogação de mandato dos conselhos, alguns prorrogaram também a mesa diretora. No caso do CEDIND cumpriu se o mandato e foi feito foi uma recondução baseado no decreto de pandemia que diz sobre a recondução dos conselheiros e do presidente. Precisamos fazer as substituições, a resolução que está no gabinete do secretário se refere as substituições de conselheiros e que, teríamos ou não que republicar essa recondução.

Como existem conselheiros que não fazem mais parte não cabe publicar os nomes de todos, se publicar a recondução, tem que destacar na resolução somente os conselheiros reconduzidos. Solicita que se faça os resgates de todas as publicações para estar constando em ata as deliberações que foram feitas. Toni continua com a pauta sobre o plano de ação e a atualização foi postada a versão que está em vigor. Os integrantes do CEDIND que queiram compor alguma comissão que esteja na relação da terceira página, podem estar se colocando à disposição dos coordenadores do próprio grupo CEDIND. E a sugestão é que cada coordenador convoque a sua comissão para discutir o plano de ação que será executado neste ano de 2021 e que na próxima reunião ordinária possa estar recebendo o plano de cada comissão. Uma primeira missão da secretaria executiva será atualizar a questão dos e-mails. Outro informe é sobre a questão da vacinação indígena que foi uma iniciativa bem sucedida da comissão de saúde. A Marize (Aldeia Jacutinga) informa que a vacinação do povo indígena não é uma questão geográfica e sim herança genética. E devido a essa informação só pertencer ao conselho, esta informação vazou e foi parar nas redes sociais com caravanas vindo do estado de Minas Gerais para se vacinar. Baseado nestes fatos a vacinação foi suspensa por conta dos problemas que poderiam ser gerados, inclusive no grupo da Aldeia Maracanã. E que alguns indígenas foram contra a vacina. No primeiro dia apenas uma pessoa faltou e que foi vacinada no segundo dia. No segundo dia teve falta de uma pessoa e que não entrou mais em contato para a vacinação. No terceiro dia todos se vacinaram, chegando a 80 indígenas vacinados. Onde foram dias gratificantes. Toni (AIAM) esclarece o ponto sobre o vazamento da listagem da vacinação e da caravana de Minas Gerais, em nenhum momento a comissão de saúde na sua interface com a Secretaria Municipal de Saúde solicitou interrupção para a vacinação. O que se pediu foi que a vacinação que estava sendo articulada pelo CEDIND começasse no outro dia e em outro local. E a Secretaria Municipal pleiteou que fosse a vacinação em três dias para que houvesse uma diminuição de presença indígena e acabou disponibilizando um local ideal que foi a Clínica Ricardo Lucarelli ao lado da Aldeia Vertical na Frei Caneca. Hoje às 15h têm uma reunião da comissão de saúde do CEDIND que já está confirmada e será provavelmente será discutido a continuidade do processo dos 7.500 indígenas urbanos no município do Rio de Janeiro ainda existem outros 30 mil espalhados pelo Estado e acredito que a Dra. Graciela irá colocar esse tema em pauta para o desenvolvimento das ações do CEDIND já que é um organismo estadual. Dra. Graciela (SES) toma a palavra que a questão da COVID e da vacinação trouxe à tona uma questão dos indígenas em contexto urbano e que não é só no estado do Rio de Janeiro, mais no Brasil inteiro, onde houve uma pressão, documentos do STF recomendando a vacinação dos indígenas no contexto urbano em alguns estados que não tem aldeias como o Piauí, foi aberto à vacinação para todas as pessoas auto declaradas indígenas. Outro ponto importante é que o Alberto da SESAI coordenador da área de saneamento (representante da SESAI em Curitiba) confirmou presença na reunião de hoje onde continuamos a conversar sobre a água e o saneamento que é a prioridade da comissão. Toni (AIAM) informa que no processo de vacinação todos foram identificados com seus celulares e whatsapp e que houve dois ou três Puri que foram indicados pela GRUMIM da Eliane Potiguara e que não há nenhum problema e que as organizações representativas do CEDIND indicam indígenas de quaisquer etnias. O último item da pauta foi a nota técnica elaborada pelo grupo de trabalho de antropólogos e da advogada Virginia Totti do CEDIND, o grupo foi constituído e coordenado pela Mariana Paladino, integrado pelo Nicolas Alexandria do Museu Nacional, André Videira pela Isabel Missagia que representam a Rural no CEDIND, fizeram um trabalho de muita consistência e pede ao Nicolas um informe com relação ao documento que foi postado no grupo do CEDIND e não foi contestado, podendo ser encaminhado a Casa Civil e a outras instituições como documento oficial do CEDIND. O Presidente Tukano encerra a reunião após toda a pauta ter sido contemplada, informando que o calendário das reuniões seguirá o regimento Interno e que está para ser publicado em Diário Oficial. ORDEM DO DIA: 1 - Ofício foi dirigido ao INEPAC; 2 -Ofício para o prefeito do município solicitando ajuda cesta e motorista; 3 - Darci Tupã seja colocado no grupo do CEDIND; 4 – Posição sobre as denúncias da Aldeia Maracanã; 5 – Resgate de toda a publicação do DO; 6 – Comissão Temática para discutir o Plano de Ação 2021 7 – Atualização dos e-mails

8 – Nota Técnica enviar a SECC. 25 REUNIÃO 25/06/2021 – CEDIND - IV- REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL

PAUTA: Situação do prédio do antigo Museu do Índio após o laudo da Defesa Civil da prefeitura do Rio determinando a interdição do imóvel por risco a integridade física dos ocupantes. (Informe pela SECEC e AIAM) 2. Novos atritos e conflitos do grupo “Aldeia Resiste” com os indígenas Xavantes que estão morando na área ao lado do prédio do antigo Museu do Índio. (Informe pela SEDSODH) 3. Demandas prioritárias feitas pela Aldeia Itaxim a prefeitura de Paraty: (Informe pelas lideranças da aldeia) 3.1 Melhoria do sistema de captação da água para a comunidade de Itaxim 3.2 Melhoria e nivelamento do piso de acesso a aldeia em frente à escola 3.3 Reforma e ampliação da lojinha de artesanato da aldeia 3.4 Reforma e equipamentos da cozinha comunitária da aldeia 3.5 Construção de um Centro Cultural Guarani na aldeia 3.6 Melhorias para aldeia de Arandu Mirim: novo barco e motor e energia elétrica 4. Demandas prioritárias da Aldeia Pataxó do Iriri: (Informe pelas lideranças da aldeia) 4.1 Instalação de rede elétrica para atender a comunidade da aldeia 4.2 Assessoria do IPERJ para implantação da criação de peixes nos 2 tanques da aldeia 4.3 Regularização fundiária do território com apoio do ITERJ 5. Informes Gerais: 5.1 Situação Aldeia Rio Pequeno: conflito com moradores e demarcação da área da aldeia. (Informe pela FUNAI e DPU); 5.2 Ida de comitiva de lideranças das aldeias indígenas do Rio de Janeiro e do CEDIND para apoiar e participar do movimento indígena em Brasília contra o PL 490 e o Marco Temporal. (Informe pelo presidente Nino e cacique Pedro) 5.3 Revisão e atualização do Plano de Ação das Comissões Temáticas do CEDIND. (Informe aos coordenadores das comissões temáticas); 5.4 Ação de análise de potabilidade das águas das aldeias de Paraty, Angra e Maricá. (Informe pela comissão de Saúde e Saneamento do CEDIND) 5.5 Educação indígena com SEEDUC: chegada de internet satélite em Araponga e Paraty Mirim e retomada do GT SEEDUC e CEDIND e indicação conselheiro titular (Informe pela SEEDUC) 5.6 Agendamento de reunião de Segurança Alimentar nas aldeias com participação das prefeituras, Secretaria de Agricultura, FIPERJ, CEDIND e outras instituições afins.

O presidente Tukano e o presidente Nino agradecem a presença de todos e a reunião é iniciada com o presidente Nino dando o informe que estará presente em Brasília no dia 30/06 para o encontro dos Direitos Indígenas. Informou também que foi instalada a internet satélite na Aldeia Araponga e que haverá a Cerimônia do Milho de 23 a 27 de julho. Sérgio Ricardo (GRUMIN) sugere que o CEDIND aprove uma nota técnica para ser encaminhada ao Congresso e ao Supremo em relação à aprovação ao PL 490. Marize (Jacutinga) apoia a sugestão do Sérgio Ricardo. Toni Lotar (AIAM) informa a mudança de Secretário da Pasta da SEDSODH e apresenta a Subsecretaria Luciana a todos informando do ocorrido da Aldeia Maracanã nos dias 26 e 27 de junho, onde a mesma conseguiu uma viatura para a segurança e no dia seguinte esteve presente na área do conflito e obteve um encaminhamento da família Xavante que estava sofrendo agressões físicas do grupo Aldeia Resiste que ocupa atualmente o prédio do antigo Museu do Índio transferindo esta família indígena para um abrigo seguro da prefeitura em Jacarepaguá. A Dra. Luciana (Subsecretaria SEDSODH) agradece a todos, relata todo o ocorrido e se dispõe a ajudar no que for preciso. O Leon (SECEC) contribui informando que foi feita uma terceira reunião com os representantes do grupo Aldeia Resiste, foi iniciada a vistoria técnica do imóvel, com data de término para o dia 02/07. Na oportunidade, conversaram inclusive com duas arquitetas que estavam presentes no dia 11/06, foram sanadas todas as dúvidas. Existe um projeto apresentado pelo CEDIND na pasta da INEPAC que está sendo apresentado para atender a população indígena em toda a sua plenitude. Marize (Jacutinga) complementa agradecendo a Subsecretaria Luciana da pasta, ao Toni Lotar (AIAM), Cristina Penna (SEDSODH), Karol (chefe de gabinete da SEDSODH) que se disponibilizou em ajudar na noite do dia 26/06, quando a família Xavante estava sendo ameaçada e foi solicitada a presença de uma patrulha da polícia militar, porém quando a patrulha saiu os indígenas foram atacados verbalmente e no domingo de manhã atacados a pauladas não tendo ocorrido uma tragédia maior pela presença da subsecretaria Luciana que entrevistou e conseguiu evitar um mal maior, embora também tenha sido também agredida fisicamente por integrantes do grupo Aldeia Resiste. Agradece também a todas as instituições indígenas que apoiaram e assinaram a elaboração do documento. Toni (AIAM) contribui a informação a todos que quando o CEDIND foi criado em 2018, foi aberta a inscrição para que organizações indígenas em

²⁵ Carlos Tukano (Presidente do CEDIND), Nino (Presidente do CEDIND), Tony Lotar (AIAM), Regina Guerra (SEAPA), Graciela Pagliaro (SES), Sérgio Ricardo (GRUMIN), Matilde Dias (SEDSODH), Marize Vieira (ISPOAJ), Maria Tânia (Pataxó do Iriri), Leon Araujo (SECEC), Daua Puri (MRP), Carla Albuquerque (Uni Rio), Aldo Fernandes (SAPUKAI), Reinaldo Cunha (AULA), Cristina Penna SUPAM (SEDSODH), Mariana Paladino (ABA), Isis da Costa NUCORA (DGGE), Izabel Missagia (UFRRJ), Deusimar Correa (SEDSODH), Ulisses Damasceno e o subsecretario Leo (Prefeitura de Paraty), Paula Moura (Jacutinga), Nicolas Alexandria (UFRJ), Luciana (Subsecretaria SEDSODH)

contexto urbano se habilitassem a ter uma cadeira no Conselho. O grupo aldeia Resiste não teve interesse em participar do Conselho e ainda menosprezou sua importância. O presidente Tukano contribuiu contando a luta e inúmeras reuniões que tiveram para a coletividade, defesa dos direitos indígenas e da aldeia Maracanã. Sérgio Ricardo (GRUMIN) fala sobre a omissão do poder público em relação ao imóvel da aldeia Maracanã, onde virou um território de violência psicológica e física. Não é um imóvel privado, existem legislações definindo responsabilidades e devido às trocas frequentes de secretariado nada é feito. O CEDIND tem debatido o assunto insistentemente, existe a necessidade de providências antes que aconteça uma tragédia, inclusive a morte ou ferimento grave de algum frequentador já que existe um laudo da Defesa Civil do município do Rio de Janeiro alertando para o risco iminente de desabamento parcial do prédio e recomendando sua interdição imediata. E isto está sendo avisado desde a fundação do Conselho. Só este ano tem quatro ou cinco Boletins de Ocorrências de agressões feitas a vários indígenas na área do entorno do prédio do antigo museu e o poder público não faz nada. Sugere a todos a criação de um grupo de trabalho governamental coordenado pela SEDSODH, onde é fundamental a Defensoria Pública do Estado e da DPU e, se possível, do Ministério Público Federal. Toni (AIAM) informa que já tem o laudo técnico da Defesa Civil do município decretando a interdição do prédio por falta de segurança aos ocupantes. Informa que teve uma reunião com o secretário da pasta para promover uma reunião com o secretário de cultura, porém o secretário foi exonerado antes, mas em contrapartida a conversa que teve com a Subsecretaria Luciana que se propôs em agendar uma reunião com SEDSODH, Secretária de Cultura e Economia Criativa, PGE representada pela Dr^a Isis, um representante da Casa Civil e pede aprovação de todos para que esta reunião ocorra. Dauá (MRP) apoia a fala do Sérgio Ricardo. Isabel Missaglia (UFRRJ) faz uma indicação para participação do grupo de trabalho. Sérgio Ricardo (GRUMIN) complementa com uma sugestão de um convite também para a intermediação do Grupo de trabalho o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, MP Federal e o IRPH. Toni (AIAM) coloca em votação a primeira reunião com o IRPH, a NUCORA, SEDSODH, Secretaria de Cultura, DPU e um dos antropólogos do CEDIND que foi aprovada por todos. E nesta reunião se definirá a criação de um grupo eclético que possa realmente encaminhar uma solução definitiva para o assunto. Toni (AIAM) também informou sobre os itens prioritários da aldeia de Itaxim discutidos numa reunião que acontece todas as sextas feiras e que ele participou junto com o cacique Pedro que é um dos filhos do falecido cacique Miguel, onde foram colocadas algumas questões de interesse da comunidade e foram eleitos como temas prioritários a serem resolvidos a melhoria de captação de água da aldeia, onde tem 180 indígenas (segunda maior aldeia do Estado) os outros itens se refere a melhoria do acesso de chegada na aldeia, a lojinha de artesanato seja reformada, melhoria dos equipamentos da cozinha comunitária e a construção de um centro de cultura que possa receber e realizar atividades culturais, encontros e eventos. E também foi colocada a necessidade de melhorar a via de acesso a aldeia de Aradum Mirim e um barco com motor de popa de 50HP para possibilitar o acesso marítimo ao Saco de Mamanguá onde fica a aldeia de Arandu Mirim. O Subsecretário de Comunidades Tradicionais de Paraty se comprometeu a encaminhar a melhoria da captação de água, a melhoria do nivelamento do piso de acesso a reforma da loja de artesanato, a reforma e a melhoria dos equipamentos da cozinha comunitária e encaminhar um projeto de construção do centro de cultura. Para que essas intervenções sejam possíveis será necessário que o IBAMA se manifeste e também haja uma autorização da FUNAI. Em nome do cacique Pedro e da comunidade, Toni (AIAM) propõe que o CEDIND faça um ofício de apoio a essas medidas que estão sendo solicitadas pela comunidade de Paraty Mirim e que seja apoiada a disposição política da Secretaria de Comunidades Tradicionais da Prefeitura de Paraty a encaminhar soluções com prazo definido de estar resolvido e pronto até o mês de novembro do ano corrente quando começará a temporada de turismo em Paraty a fim de que a aldeia já tenha condições de estar recebendo de uma maneira mais adequada os turistas e com isso melhorar a condição de renda da comunidade, já que o deslocamento dos indígenas está comprometido devido ao distanciamento social decorrente do COVID-19. Foi aprovado por todos o ofício. Próximo item da pauta foi apresentada por Toni (AIAM) que esteve visitando a aldeia e reuniu com a comunidade são as demandas da aldeia Iriri sobre a instalação da rede elétrica que passa na beira da estrada, mas não entra na aldeia. A questão de um assessoramento do FIPERJ (Fundação e Instituto de Pesca do RJ) devido a uma iniciativa própria a aldeia que já cavou dois tanques para a criação de peixes, sendo que os tanques estão prontos e com água e agora precisa de uma assessoria técnica para que a aldeia possa fazer então a criação de peixes. O outro item que Toni reportou foi sobre o ITERJ (Instituto de Terras) que já tem comparecido à aldeia e a necessidade de evoluir o processo de regularização fundiária da aldeia Iriri. Maria Tânia Conselheira da aldeia Iriri, reforçou e explicou a todos as demandas citadas. Toni (AIAM) sugere que como o ofício irá passar por articulações de várias instituições que a Comissão Temática de Território do CEDIND se habilite a coordenar as implementações proposta que foi aprovada por todos. Informes gerais onde o primeiro informe item é a situação de Rio Pequeno onde estão em área de conflito entre moradores e indígenas. Tinha sido solicitado que houvesse um informe oficial pela FUNAI e pela DPU, porém ambos não estão presentes na plenária. O presidente Tukano pede a fala e informa da

importância da FUNAI sobre as questões indígenas e de sua presença nas reuniões do CEDIND, ou até mesmo indicar outras pessoas de órgãos afins a questão indígena para compor o Conselho, visto que já foi enviado ofício e até agora não obtivemos resposta. Fica aprovado por unanimidade o envio de um ofício para a FUNAI e DPU para esclarecimentos da situação da aldeia de Rio Pequeno. Sobre a ida da comitiva de lideranças para Brasília no dia 30/06 o presidente Nino fala sobre a representação das aldeias do Rio de Janeiro. Sobre a revisão e atualização do plano de ação das Comissões Temáticas a orientação é que os coordenadores das comissões revisem o planejamento para que na próxima plenária possa ser aprovada. Em relação à potabilidade das águas das aldeias de Paraty, Angra e Maricá, Graciela Pagliaro (SES) informa que a comissão de saúde do CEDIND vem trabalhando com o tema de saneamento desde que foi constituída entendendo que a questão é importante e prioritária e que com o início da pandemia (COVID) foi percebida uma necessidade maior em trabalhar as questões. Nos últimos meses a comissão de saúde e saneamento pode contar com a presença em algumas reuniões do representante da SESAI de Curitiba para viabilizar a questão da água e foi confirmada a reunião, porém no dia o representante da SESAI não compareceu e até hoje não entrou em contato. Sobre a educação Indígena foi feito um GT de trabalho CEDIND com a SEEDUC e o secretário Comte Bittencourt fez uma visita nas quatro aldeias da Costa Verde e a partir delas empreendeu uma série de encaminhamentos, inclusive a instalação da internet nas aldeias. Hoje a aldeia Araponga e a escola da aldeia de Paraty Mirim estão com internet, à aldeia de Sapukaí o equipamento já foi comprado, mas não se tem notícias de Rio Pequeno e Pataxó Iriri. Marize propõem uma reunião com o tema educação indígena junto com os representantes das secretarias municipais, os representantes das aldeias para discutir a questão do FUNDEB e dos projetos que precisam ser implementados. Paula Moura (Jacutinga) contribui sobre a questão do mapeamento. Cristina Penna (SEDSODH) sugere uma deliberação para a publicação em DO de todas as comissões temáticas do conselho, fala sobre a criação do fundo. Foi aprovado por todas a publicação em DO das atas dos meses de 04/2021 e 05/2021. Sérgio Ricardo (GRUMIM) fala sobre a segurança alimentar das aldeias. O presidente Tukano encerra a reunião agradecendo a todos a presença.

ATA – 26 REUNIÃO 30/07/2021 – CEDIND - V- REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL

PAUTA: 1. Convite a participação como membro convidado do CEDIND a Dra. Laura Carneiro, representando a SMAS Secretaria Municipal de Ação Social do Rio de Janeiro. 2. Reporte da reunião entre Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa por Washington (SECEC) e Leon (INEPAC) sobre os encaminhamentos da situação do prédio do antigo museu do índio. 3. Aprovação da ata da IV- Reunião Plenária do CEDIND/RJ do dia 25/06/2021 4. Atualização do Plano de Ação CEDIND 2021 pelos coordenadores das comissões temáticas. 5. Encaminhamentos para a CASAI da Ilha do Governador pela Dra. Graciela (SES). 6. Situação do abastecimento de água das aldeias de Maricá, pela Maria Oliveira representante da prefeitura no CEDIND. 7. Reporte sobre comitivas indígenas para o “agosto Indígena” em Brasília por Marize Guarani. 8. Questão sobre a discriminação dos indígenas (na política de ações afirmativas que vem acontecendo na UERJ). Informes Gerais:

O presidente Tukano inicia a reunião, dando boas-vindas a todos. Marize Vieira (ISPOAJ) solicita a retirada do oitavo ponto de pauta devido a uma reunião que irá ocorrer e o Sergio Ricardo (GRUMIM) inclui na pauta o tema sobre segurança alimentar. Marize Oliveira (ISPOAJ) contribui com a questão do barco (saco de Mamanguá) da aldeia de Arandu Mirim que está com problemas no motor e informa que anteriormente já havia se falado da necessidade de se ter um barco maior com motor mais potente e cobra da Comissão de Território uma posição. Sergio Ricardo (GRUMIM) cobra as demandas sobre a segurança alimentar. Graciela solicitou um ponto de pauta sobre a CASAI e informa que pode ser deixado para a próxima reunião devido à extensa pauta que foi apresentada. Sobre a situação do antigo museu do índio (segundo ponto de pauta) o presidente Tukano solicita informações sobre o tema. Toni Lotar (AIAM) contribui que houve uma reunião da SEDSOSH representada pela de Chefe de Gabinete, a Subsecretaria de Direitos Humanos Sra. Luciana, a equipe da SECEC, os conselheiros Washington e Leon do CEDIND, juntamente com um arquiteto, onde a situação foi colocada com todos os depoimentos da equipe do INEPAC que fez a vistoria no prédio do antigo museu juntamente com uma tentativa de contato e diálogo com o pessoal da aldeia resiste. Foi enriquecida com o depoimento da subsecretária Luciana que presenciou no domingo a situação que ocorreu com a família Xavantes presenciando a agressão que foram

²⁶ Carlos Tukano (Presidente do CEDIND), Toni Lotar (AIAM), Graciela Pagliaro (SES), Sérgio Ricardo (GRUMIM), Matilde Dias (SEDSODH), Marize Vieira (ISPOAJ), Daua Puri (MRP), Carla Albuquerque (Uni Rio), Cristina Penna SUPAM (SEDSODH), Izabel Missagia (UFRRJ), Deusimar Correa (SEDSODH), Ulisses Damasceno (Prefeitura de Paraty), Nicolas Alexandria (UFRJ), Luis Henrique Pellon (UNIRIO) André Bernardes (DPE), Carmelita Lopes (MRP), Rosangela Nunes (FUNAI), Amarildo (Aldeia Mata Verde Bonita), Roseday Santos (SEEDUC), José Alberto (SESAI). Justificaram Ausências: Reinaldo Cunha (AULA), Ana Lucia Pontes (FIOCRUZ, Dilmar (AULA)

vítimas a família Xavante que foi expulsa pelos integrantes da aldeia resiste. Toni informou ainda que, como o prédio foi dado no laudo da defesa civil da prefeitura como em risco iminente de desabamento parcial, precisa ser vedado, ter um acordo com a prefeitura que já foi negociado para a revitalização do entorno, refazer o calçadão que está destruído, e que ser construída uma oca virtual que já está planejada. Em relação aos indígenas que estão morando lá, no ato da desocupação o Estado precisa prover local seguro, pois não podem ser colocados para fora na rua. Os indígenas foram atraídos pelo grupo aldeia resiste com falsas narrativas, pois a maioria ou quase a totalidade do grupo aldeia resiste não mora e nem nunca morou no antigo prédio. A Subsecretaria Luciana (SEDSODH) que presenciou a saída da família Xavante relatou que ao tentar apaziguar o conflito acabou sendo agredida pelo grupo aldeia resiste e viu a retirada dos adereços do pajé ao final do dia e retorno para a sua casa. No ato da desocupação o governo do Estado tem que reafirmar os compromissos assumidos no encontro de dezembro de 2013 com 50 lideranças indígenas representativas dos povos do Brasil inteiro no sentido de confirmar seu apoio ao restauro do prédio e sua destinação por decreto do governador a um Centro de Referência da Cultura Viva dos Povos Indígenas. A equipe da SECEC solicitou 15 dias para dar um posicionamento. A SECEC não compareceu na presente data a esta assembleia para esclarecimentos quanto a este ponto. André Bernardes (DPE) se compromete que, se houver interesse do CEDIND e omissão do Estado, ele pode fazer os encaminhamentos para a Defensoria Pública internamente para se adotar uma medida, implementando o que poderia ser feito caso haja uma omissão do Estado. Sérgio Ricardo (GRUMIM) solicita que se relembrem as demandas das atas anteriormente faladas como a questão da aldeia Maracanã e sua complexidade. Que é contra o CEDIND endossar essa ação da Casa Civil e sim aprovar o que foi falado na reunião do mês de junho sobre abrir uma mesa de diálogo com a Defensoria Pública do Estado, com a DPU, podendo o MPF estar presente juntamente com a Casa Civil. Marize Vieira (ISPOAJ) dá sua contribuição sobre a situação do prédio do antigo museu do índio. Sérgio Ricardo (GRUMIN) solicita a proposta de votação sobre a criação da mesa de diálogo (Defensoria do Estado, DPU, MPF, ABA aldeia resiste, IRPH). Após a aprovação de todos fica criada a Mesa de diálogo. Toni Lotar (AIAM) sugere que André Bernardes pela DPE fique como coordenador da mesa de diálogo e que se faça um trabalho paralelo junto com as secretarias do estado, trazendo mais atores para a sua composição fazendo um elo com a DPE. Cristina Penna (SUPAM-SEDSODH) informa que a criação deverá ser uma deliberação, no corpo da deliberação e os artigos onde irá se criar uma comissão para um determinado fim, no artigo que poderá ser no ultimo, entrará quais os órgãos que farão parte - onde o Conselho encaminhe um ofício aos órgãos solicitando o nome da pessoa que irá participar e no último artigo pode se colocar o artigo que irá abrir para que outras instituições possam fazer parte dessa comissão, juntamente com um artigo para convidados. Nicolas Alexandria (UFRJ) sugere que se caso haja suplente na criação da mesa ele fique como suplente da Mariana Paladino (ABA). Toni Lotar (AIAM) pede aos membros da ABA que formalizem a indicação sobre a representação no CEDIND. A pauta sobre as Comissões Temáticas do CEDIND, Carmelita Lopes (MRP) informa que se dispõe a participar de duas comissões e que seu nome não estava constando em ata nas comissões de planejamento, monitoramento e avaliação e da comissão economia solidaria, trabalho e renda. Toni Lotar (AIAM) informa que a partir do momento que um dos membros se voluntaria a participar de uma comissão a adesão é automática. Solicita que os coordenadores das Comissões olhem o documento que foi validado em plenário do conselho em dezembro para ver se os projetos foram previstos e se ainda estão validos, se existe a necessidade de inclusão de algum outro documento, ou se algum membro de alguma comissão possa ser incluído para que na próxima reunião do CEDIND em agosto possam ser repassados e confirmados os projetos e ações para 2022. Encaminhamentos para a CASAI da Ilha do Governador: Graciela (SES) informa que recebeu um ofício MPF sobre informações a respeito do cuidado dos indígenas que estão na CASAI, em função disso foi feito um resgate de um relatório que a SES fez em 2009 a partir de 3 visitas consecutivas em que já se concluía que a CASAI não possui as características de uma casa de saúde indígena e sim características de uma casa de abrigo de indígenas e que não está apoiada pelas leis de abrigo de assistência social. Em 2019, com a existência do CEDIND, foi recebido uma solicitação do MPF para uma visita, na qual vários membros do conselho estiveram presentes e foram feitos alguns encaminhamentos e o pedido é que esses encaminhamentos sejam revistos. Toni Lotar (AIAM) sugere que todos os coordenadores de comissões criem um grupo no whatsapp para uma integração maior entre os membros das comissões. Amarildo (Aldeia Mata Verde Bonita) agradece ao CEDIND e contribui informando que a prefeitura terminou o contrato da empresa que fazia o abastecimento de água, conseqüentemente estão com falta de água na aldeia onde tem 150 pessoas no total. Não possui saneamento básico. Solicita que seja feita um documento para ser encaminhado para a SESAI/MPF. André Bernardes (DPE) passou um link da Defensoria Pública https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm informando que possuem um núcleo de tutela coletiva regional onde o 6º núcleo que atende a demanda da região da Mata Verde Bonita. Toni Lotar (AIAM) informa que tem a entrega de um carro pipa fornecido pela prefeitura de Itaipuaçu uma vez por semana, pois estão com problemas de vazamento na caixa de água e por isso a situação do

abastecimento desta outra aldeia de Maricá também fica precária. É preciso que a prefeitura de Maricá ou a SESAI forneçam uma caixa com 5.000 litros para poder suprir a necessidade da aldeia. Na situação de Mata Verde Bonita, o abastecimento era feito pela Secretaria de Educação em um contrato geral que atende a todas as escolas que precisam de carro pipa e o contrato venceu e a Secretaria de Educação esqueceu de notificar a Secretaria de Ação Social (onde trabalha a Maria de Oliveira) sendo cortado o fornecimento do abastecimento de água. Informada posteriormente do ocorrido, Maria de Oliveira se comprometeu a quando acabar esse fornecimento de pipa conseguido com o recurso da comunidade com apoio da Comissão Guarani Yvyrupa, que a prefeitura irá retornar a municar o carro pipa através da Secretaria de Ação Social. Toni informa que está agendando uma visita a Maricá, nas aldeias de Itaipuaçu e Imbassai juntamente com o Sr. José Alberto e um técnico da SESAI que ficará encarregado a atuar nas aldeias do RJ. Com problemas de conexão o Alberto (SESAI) saiu e não conseguiu retornar. Sérgio Ricardo (GRUMIN) contribui que na Aldeia de Araponga foram tiradas fotos para mostrar a precariedade na qualidade de água e que existem ações de baixo custo que podem resolver a situação como conseguir duas tampas para a caixa de água por exemplo. Sugere a produção de um relatório e enviar a DPU, MPF, PGE juntamente com a prefeitura na ausência de ações da SESAI. E informa que gostaria de estar atuando nas visitas técnicas. Carla Albuquerque (UNIRIO) solicita a possibilidade dos indígenas aldeados a participarem dos encontros da Comissão de Saúde. Marize Oliveira (ISPOAJ) informa sobre a organização das comitivas para ida a Brasília e solicita ajuda das comissões que compõe o conselho para despesas relacionadas ao aluguel de dois ônibus para o Acampamento Terra Livre e dois ônibus para a Marcha das Mulheres Indígenas que são eventos distintos. Toni Lotar (AIAM) informa que através da AIAM Associação Indígena Aldeia Maracanã e um grupo chamado Guardiões Huni Kuin fizeram uma campanha de arrecadação e já possui um determinado valor que garante a alimentação na estrada. André Bernardes (DPE) informa que participou de uma reunião com o MPF sobre a questão da segurança alimentar nas escolas onde o link da lei já foi postado acima e que gostaria de saber dos conselheiros o interesse sobre o projeto. Sérgio Ricardo (GRUMIN) mostra a sua opinião em relação ao assunto. Daua Puri (MRP) fala sobre a saúde indígena. Marize Oliveira (ISPOAJ) dá a sua contribuição sobre a segurança alimentar. André Bernardes (DPE) fala sobre o projeto que está sendo desenvolvido na comunidade de Angra dos Reis e que será estendido a todo Rio de Janeiro sobre a segurança alimentar nas escolas e faz uma solicitação para que as comunidades indígenas que tenham interesse se manifestem fornecendo informações referentes a escolas, que recebem alimentação escolar e se nessas aldeias quais já existem plantações com agricultura familiar. A ideia do projeto e beneficiar com capacidade técnica e aumentar a produção. Ulisses Damasceno (prefeitura de Paraty) contribui e apoia à questão de segurança alimentar. Toni Lotar (AIAM) apoia à criação de uma Comissão de Segurança Alimentar onde se candidata a fazer parte do grupo, sugere que o Sérgio Ricardo seja o coordenador e que as instituições a seguir façam parte (Secretaria Estadual de Agricultura, FIPERJ, ITERJ, DPU). E que, na próxima semana, já seja agendada a primeira reunião. Marize Oliveira (ISPOAJ) também se candidata para a Comissão de Segurança Alimentar. Após os agradecimentos o presidente Tukano encerra a reunião. **ORDEM DO DIA:** 1 – Barco (Saco de Mamanguá) da aldeia de Arandu Mirim, cobra posição da Comissão de território Marize (ISPOAJ). 2 – Demandas e criação sobre Segurança Alimentar (Sérgio Ricardo). 3 – Graciela, Carla e Nicolas enviados e corrigidos e-mails – ok (Matilde). 4 – 1,3, 4 e 5 pontos desta pauta será incluído na próxima assembleia no mês 8. (já colocado na próxima) ok 5 – Respostas da SECEC/INEPAC sobre o antigo prédio do museu do índio. 6 – Repassado aos conselheiros os documentos sobre a CASAI (está na caixa de e-mail do CEDIND). (enviado 31/07) 7 – Deliberação sobre a criação de uma mesa de diálogo com a Defensoria Pública do Estado/NUCORA, com a DPU, podendo o MPF, Casa Civil, aldeia resiste, IRPH – Sérgio Ricardo (GRUMIN). 8 – Matilde enviar para o Dr. André Bernardes todos os documentos necessários para a criação da mesa de diálogo. 9 – Encaminhamentos de 2019 sobre a CASAI – Graciela (SES) ok 30/07 10 – Criação de grupos de whatsapp dos grupos de comissões. Toni Lotar (AIAM). 11 – Documento sobre o abastecimento de água na aldeia de Maricá para a SESAI/MPF Amarildo (Aldeia Mata Verde Bonita). 12 – Criação da Comissão de Segurança Alimentar tendo como Sérgio (GRUMIN) o coordenador.

ATA – 27REUNIÃO 01/10/2021 – CEDIND VI- REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL

²⁷ Carlos Tukano (Presidente do CEDIND), Toni Lotar (AIAM), Sérgio Ricardo (GRUMIN), Matilde Dias (SEDSODH), Daua Puri (MRP), Carla Albuquerque (Uni Rio), Izabel Missagia (UFRRJ), Ulisses Damasceno (Prefeitura de Paraty), Nicolas Alexandria (UFRJ), Luis Henrique Pellon (UNIRIO), André Bernardes (DPE), Carmelita Lopes (MRP), José Alberto (SESAI), Celso Vergne (SES), Ana Lúcia Pontes (FIOCRUZ), Regina Guerra (SEAPA), Washington Santos (SECEC), Virgínia Guimarães (PUC-RIO), Daniele Magalhães (DPGE), Nino Benite (Presidente CEDIND), Jurema (Aldeia Mata Verde Bonita), Adacto Otoni (UERJ), Reinaldo Jesus (AULA), Marize (Aldeia Jacutinga), Paula Moura (Aldeia Jacutinga), Coordenador de Saneamento Prefeitura de Paraty-DAE), Leonardo (Secretario de Paraty), Mariana Paladino (ABA), Mariana Pauzeiro (defensora da tutela coletiva de Niterói e adjacências), Milene Ataíde (estudante de medicina e bolsista do projeto educação popular e saúde indígena). Justificaram: Graciela Pagliaro (SES), Deusimar Correa (SEDSODH), Amarildo (Aldeia Mata Verde Bonita), Vanderlei (Aldeia Ara Hovy), Rosangela Nunes (FUNAI).

PAUTA: 1. Aprovação do convite a participação como membro convidado do CEDIND a Dra. Laura Carneiro, representando a SMAS Secretaria Municipal de Ação Social do Rio de Janeiro. 2. Aprovação da ata da IV e V- Reunião Plenária do CEDIND/RJ do dia 25/06/2021 e 30/07/2021. 3. Atualização do Plano de Ação CEDIND 2021 pelos coordenadores das comissões temáticas. 4. Encaminhamentos para a CASAI da Ilha do Governador pela Dra. Graciela da SES (a pedido da Dra. Graciela foi adiada para próxima assembleia) 5. Reporte pelas lideranças das aldeias de Araponga, Itaxim, Rio Pequeno, Iriri, Sapukaí, Ara Hovy e Mata Verde Bonita das necessidades prioritárias das comunidades indígenas do Estado do Rio. 6. Teste de potabilidade das águas das aldeias de Paraty, Angra e Maricá e avaliação do saneamento básico. 7. Encaminhamentos dados à questão da Segurança Alimentar nas aldeias que foi objeto de deliberações específicas nas últimas reuniões do CEDIND, onde inclusive foi aprovado a criação de um Grupo de Trabalho para dar andamento às demandas existentes em todas as 8 aldeias do estado. 8. Informe da Defensoria Pública/RJ sobre a questão atinente à SEGURANÇA ALIMENTAR ESCOLAR NAS ALDEIAS INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (com a obrigatoriedade de o ESTADO adquirir pelo menos 30% (TRINTA POR CENTO) da PRODUÇÃO DA ALDEIA para consumo nas escolas indígenas existentes na comunidade, conforme tratado na última reunião do CEDIND. 9. Proposta de deliberação sobre aprovação de carta de apoio do CEDIND aos projetos a serem apresentados pelas aldeias Araponga (Paraty) e Mata verde Bonita (Maricá) através do Edital Fundo Brasil de direitos humanos que visa apoiar a implementação de projetos na área de Segurança Alimentar para atender a demanda de aldeias indígenas como estratégia de enfrentamento dos impactos da pandemia Corona vírus. O prazo final para apresentação das propostas é dia 7 de outubro. Segue o link do edital: <https://www.fundobrasil.org.br/noticia/fundo-brasil-lanca-edital-em-defesa-dos-povos-indigenas-veja-criterios-e-prazos/> 10. Solicitação de inclusão como Suplente da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e/ou como Convidado permanente do CEDIND-RJ de um representante da Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), órgão técnico que dispõe de equipe de excelência e que na atual gestão de seu presidente Engenheiro Ambiental Ricardo Ganem tem demonstrado empenho no planejamento participativo e nas políticas públicas voltadas aos direitos das comunidades tradicionais, com destaque à segurança alimentar e nutricional. 11. Situação da aldeia de Arandu Mirim no saco de Mamanguá: barco e motor para acesso, placas solares e outras benfeitorias. 12. Votação de novo vice-presidente CEDIND em substituição a Luana (adiada por falta de quórum). Informes Gerais: - Questão sobre a discriminação dos indígenas na política de ações afirmativas que vem acontecendo na UERJ.

O presidente Nino inicia a reunião se apresentando e dando boas-vindas a todos. Informa sobre o mandato que irá vencer, sobre as dificuldades que os indígenas passam, sobre a pandemia vivida por todos e reforça todos os pedidos feitos nas reuniões passadas. Ressalta a importância da instalação de sistema de placas solares e a internet dentro da escola da Aldeia Araponga e solicita também ajuda para a construção do açude para criação de peixes dentro da aldeia. Nino reclama também da falta de diálogo a apoio da prefeitura com as lideranças das aldeias de Paraty. O Presidente Tukano, participou da reunião, porém com problemas relacionados à internet apenas ouvia a reunião. Toni (AIAM) apresenta O Sr. Leonardo Secretário Adjunto de Comunidades Tradicionais e Povos da Prefeitura de Paraty e o Sr. Luis Paulo do Departamento de Águas e Saneamento e informa sobre os encaminhamentos que tem sido feito. Dentro do que demandou o presidente Nino sugere a construção de um plano de ação, e de apoio junto à prefeitura de Paraty juntamente com as quatro (4) aldeias do município, visando formalizar uma proposta estruturada para a criação de um grupo com a participação da liderança das outras aldeias de Paraty. O Sr. Leonardo (Secretário municipal de Paraty) comunica sobre as conversas já ocorridas com as comunidades e sobre a dificuldade enfrentada neste ano de pandemia, porém alguns planejamentos já estão sendo feitos para as aldeias e, dentro das necessidades do que já foi externando pelo presidente Nino e as dificuldades que os órgãos públicos têm em termos de resolução para questões aparentemente simples, acabam dificultando todo o planejamento. E que uma das necessidades a ser instituída e se ter uma estrutura ou um grupo que tenha esse diálogo permanente com o município. Informa sobre o auxílio que a prefeitura fornece que é chamado de benefício eventual, onde tem um cartão alimentação, mas ele não se constitui de forma permanente e tem um limite muito estreito. Quando se fala do desenvolvimento dos territórios indígenas e em grande parte sobre a capacidade de geração de renda para as comunidades. A proposta é para que se formasse uma comissão permanente com representantes de todas as aldeias com convite ao Fórum para se fazer uma reunião preparatória e após solicitar uma reunião com o Vidal (prefeito). Sr. Paulo (Coord. Técnico do Departamento de Água e Esgoto de Paraty) se apresenta e verbaliza que existe desde 2020 um comprometimento e devido à pandemia e um decreto junto a FUNAI proibindo as pessoas não indígenas a permanecerem nas aldeias o que limitou as ações locais da

prefeitura. Porém, foi dado um suporte emergencial em Paraty Mirim na Aldeia Itaxim em momentos cruciais na falta de abastecimento de água como o fornecimento de caminhão pipa, uma intervenção rápida de um reservatório com um sistema de bomba, mediante a autorização direta da FUNAI com limites de técnicos que participaram do processo. Repassa a todos as demandas/ações que foram feitas ao departamento como: melhoria do sistema da aldeia de Paraty Mirim (um projeto de recuperação já aprovado com licença e autorização ambiental para execução e com autorização também da própria FUNAI). Terão outras oficinas por recorte de distrito onde provavelmente terá a convocação das aldeias. Informou também sobre o grupo onde faz parte o Ministério Público Federal em relação às condicionantes da Eletronuclear que o processo avançou bastante, teve uma reunião no dia 28/09/2021 com a Promotora Ana, onde a mesma cobrou as ações e foi acordado algumas a médio e longo prazo que irão ajudar os aldeados de Angra e Paraty. E foi acordado: criação de seis módulos sanitários para as cinco aldeias de Paraty inclusive a de Mamangá e Bracuí em Angra dos Reis e a ampliação de mais duas salas para Paraty Mirim e para Bracuí. Construção de um plano de saneamento envolvendo os 4 eixos (drenagem, resíduos sólidos, água e esgoto) para as aldeias. Deixa um encaminhamento de um GT que possa compor esse grupo que terá participantes da empresa Eletronuclear, prefeituras, órgãos ambientais e do MP, onde irá propor um plano de saneamento indígena. Luiz Pellon (UNIRIO) abre para questionamento com o Sr. Luis Paulo e junto com Adacto Ottoni (UERJ) falam sobre a prioridade absoluta para as aldeias indígenas que é o abastecimento de água potável, onde precisa ter seis parâmetros medidos na água que vai para torneira da população. Se candidata a participar do GT abordado pelo Sr. Luiz Paulo. Solicita a prefeitura de Paraty a medição da água nas aldeias. Sergio Ricardo (GRUMIM) lembra a todos que a pauta sobre as medidas compensatórias, condicionantes da Eletronuclear o Conselho vem discutindo desde o início de 2018. É fundamental ter o objetivo estratégico de cobrar as medidas condicionantes que a Eletronuclear deve há 20 anos, mas existem questões como tampa de caixa de água onde a prefeitura poderia viabilizar, fechar as 4 caixas de água que existem em Araponga. Luis Paulo (Coordenador de Saneamento Prefeitura de Paraty) esclarece ao Prof. Adacto (UERJ) e ao Sergio Ricardo (GRUMIM) em relação à qualidade da água das aldeias, água bruta que é distribuída não é considerada própria para consumo humano. A água precisa ser tratada para chegar com qualidade na torneira da população. Existem alguns casos que o departamento está tentando resolver, porém existem problemas estruturais e com pouco recurso. A prefeitura de Paraty tem responsabilidade, mas, a responsabilidade de gestão, de acompanhamento, de controle fica a cargo as SESAI que possui representantes técnicos para elaborar, executar e manter os sistemas de saneamento das aldeias. Foram feitos alguns contatos com representantes da SESAI, e além da dificuldade em Paraty Mirim haveria necessidade de uma estrutura que não é barata, pois teria que ter elevatória, estação de tratamento para poder atender os parâmetros de qualidade. Existem estruturas que foram criadas pela FUNASA em 2007/2008 e, que com a saída da FUNASA em 2009 ficou totalmente abandonado e as duas captações principais da aldeia possuem rachaduras com perda de água e dificuldade para abastecimento, a rede de adução é com mangueiras pretas totalmente fora dos padrões e estão quebradas e rachadas, os reservatórios estão rachados e com perda de água. A ideia em Paraty Mirim é a reforma das captações, a construção de um pré-filtro e a reforma dos reservatórios para garantir quantidade e qualidade. Em relação à indicação de cento e oitenta módulos chegaram para o MPF que foi um estudo feito peça própria Eletronuclear com acompanhamento da FUNAI regional. E essa proposta de esgotamento sanitário foi feita pela própria promotora e a Eletronuclear respondeu que precisava fazer os módulos sanitários para as aldeias. A demanda da falta de abastecimento de quantidade e qualidade da água não foi apresentada naquele momento e por isso surgiu a oportunidade de se criar um plano de saneamento para as aldeias. Leonardo (secretario de Paraty) complementa a importância do questionamento do Prof. Adacto (UERJ) e da explicação do Luis Paulo (Coordenador de Saneamento Prefeitura de Paraty) e acrescenta sobre o problema da distribuição e saneamento das aldeias. Solicita a criação de projetos plenos da comunidade como captação e abastecimento de água, saneamento, geração de renda. Toni (AIAM) apoia a criação de uma comissão com a presença do presidente Nino indicando um representante de cada uma das cinco aldeias da Costa Verde (Araponga, Itaxim, Rio Pequeno, Iriri e Pataxó, Sapukaí), o CEDIND pode aportar com os técnicos presentes no Conselho na área de saúde e saneamento. A questão da Eletronuclear que apontou sobre uma demanda para esgotamento sanitário em detrimento da captação de uma boa água pode ser direcionada porque aparentemente o recurso existe. Baseado nisso pode se conversar com a Eletronuclear que uma parte desse recurso seja priorizado para captação da água, não tendo sentido tratar a saída do esgoto e deixar pendente a qualidade da água que as aldeias consomem. Presidente Nino fala sobre os feitos da SESAI e discorda de alguns pontos da fala do Luis Paulo (Coordenador de Saneamento Prefeitura de Paraty) e fala também sobre a deficiência de atendimento do município. Washington (SECEC) aborda a questão do antigo prédio do museu do índio que a tutela do prédio deverá ficar a cargo da SECEC e que foi aberto um processo no SEI juntamente com as demais secretarias de estado e órgãos como Saúde, Habitação, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Casa Civil para buscar a solução e desocupar a área dando um destino voltado a cultura e a

preservação da memória das tradições indígenas. Com datas já definidas com alguns secretários para ter uma formalização pública e concreta sobre o assunto do antigo prédio do museu do índio. Informa ainda que até o dia 15/10/2021 será lançado pela secretaria (SECEC) um edital específico para povos tradicionais e originários. E será lançado também em outubro um edital de retomada cultural com execução para janeiro de 2022. Fala um pouco do CPF (Conselho Plano de Fundo da Cultura) que foi feito nos municípios do RJ, que é uma ferramenta importante na questão de se criar um fundo onde possa amparar as políticas públicas para os povos originários e indígenas e um Fórum. André Bernardes (DPE) solicita o número do processo citado pelo Washington (SECEC) para que a Daniele (titular da NUCORA) também possa acompanhar. Sérgio Ricardo (GRUMIM) apoia a fala do Washington (SECEC) e solicita o apoio e participação da DPE, DPU e MPF no processo do antigo prédio do museu do índio. Solicita que a decisão da Secretaria de Cultura e do poder executivo seja enviado para o CEDIND e para os órgãos envolvidos. Solicita também que se houver algum documento formal que seja anexado nos autos para o GT executivo. Toni (AIAM) informa sobre os ofícios enviados do CEDIND para SECEC e Defesa Civil com cópia para o INEPAC (responsável pelo tombamento do prédio) onde gerou o laudo de interdição do prédio pela secretaria de Defesa Civil do município. Com base nisso foi feita uma reunião com a Secretaria de Estado de Cultura junto com a Secretaria de Direitos Humanos onde Washington (SECEC) foi designado para ser o articulador do encaminhamento da solução e o que está sendo proposto é a formalização do processo diante do Estado para definição da solução a ser dada a situação que se arrasta desde 2013. André Bernardes (DPE) informa que a defensoria vai emitir uma carta de apoio para as aldeias de Paraty e Marica e os convite para os conselheiros e lideranças indígenas de um grupo de trabalho no whatsapp para implementação da segurança alimentar nas escolas. Toni (AIAM) aborda a positividade das manifestações em Brasília em junho do ano corrente, com participação protagonista da comitiva das aldeias do Rio de Janeiro. Paula Moura e Marize (Aldeia Jacutinga) contribuem sobre o assunto do antigo prédio do museu do índio. Solicita que o item 11 da pauta seja feito na reunião de comissão de território. Levanta a falsa acusação feita a Matheus Nhambiquara (Indígena em contexto urbano) pela UERJ de fraudar cotas dos negros quando seu ingresso na faculdade foi pela cota indígena; informa que houve uma reunião com a Professora Kelly Russo e solicita que o CEDIND faça uma carta cobrando tanto a reitoria quanto a comissão que possa ter vista do processo pois o aluno por causa desta falsa denúncia ainda não pode tirar seu certificado de conclusão de curso. Foi validado por todos os itens oito da pauta. Toni (AIAM) releu toda a pauta e encerra a reunião. ORDEM DO DIA: 1 – Grupo de trabalho com diálogo permanente com o município de Paraty representado pelo secretário Leonardo Alvarenga e pelo coordenador do departamento de águas e saneamento, Luís Paulo, composto pelo presidente Nino e uma liderança de cada uma das cinco aldeias da Costa Verde, os membros técnicos do CEDIND, Sergio Ricardo, Adacto Ottoni, Toni Lotar e representante da SESAI a ser indicado; 2 – Solicitar ao Washington (SECEC) o número do processo para constar em ata e ser enviado ao DPE, ao Dr. André Bernardes e Dra. Danielle; aguardando. 3 – Carta cobrando a reitoria UERJ que possa ter vista do processo (Matheus) - Marize. 4 – Carta de apoio SEGURANÇA ALIMENTAR ESCOLAR NAS ALDEIAS INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO da DPE. 5 – Formalizar o convite a Secretaria Laura Carneiro; 6 – Aprovação das atas por e-mail; 7 – Sugestão das reuniões serem as quartas feiras com começo às 9h para validação no grupo Zap CEDIND;

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS DO RIO DE JANEIRO EXTRATO DA ATA - DA VII REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27 DE OUTUBRO DE 2021 DO CEDIND/RJ.

No dia vinte e sete do mês de outubro de 2021, com início às 9h, foi realizada a VII Assembleia Ordinária do CEDIND/RJ em caráter online (com base no Art. 3º, §3º do Decreto Estadual nº 47006 de 27/03/20), em caráter excepcional, em razão da pandemia global de Covid -19, novo Corona vírus. Essa Plenária foi transmitida, via videoconferência, através do Aplicativo Zoom Meeting o link da reunião: videochamada:(<https://us02web.zoom.us/j/81376567036?pwd=dm0wdWZtTHhYM0FCNGwzZXltRnZVQT09>), instalado no celular ou no computador que permite a conversa entre os participantes através de vídeos e áudios, da qual em resumo registra-se o seguinte: CONSELHEIROS TITULARES, SUPLENTE E CONVIDADOS PRESENTES: Carlos Tukano (Presidente do CEDIND), Toni Lotar (AIAM), Nino (presidente CEDIND), Sérgio Ricardo (GRUMIM), Matilde Dias (SEDSODH) Carla Albuquerque (Uni Rio), Nicolas Alexandria (UFRJ), André Bernardes (DPE), Ana Lúcia Pontes (FIOCRUZ), Regina Guerra (SEAPA), André Bernardes (DPGE), Reinaldo Jesus (AULA), Marize (Aldeia Jacutinga), , Roseday Nascimento (SEEDUC), Adilson (aldeia parati Mirim), Kelly Russo (UERJ), Johnny Alvarez (UFF), Graciela Pagliaro (SES), Mariana Paladino (ABA), Deusimar (SEDSODH), Regina Guerra (SEAPA). JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Daniele Magalhães (DPGE), Virginia Totti (PUC RIO), Luis Henrique Pellon (UNIRIO). O presidente Tukano e o presidente Nino

inicia a reunião dando boas-vindas a todos. Graciela (SES) dá informes sobre CASAI, da precariedade e dos doentes crônicos que lá permanecem. Relaciona para todos os cinco encaminhamentos que foram feitos na CASAI em setembro/19. Dr. André Bernardes (DPE) solicita que o CEDIND oficialize um documento ao MPF para providências cabíveis em relação a CASAI. A Dra. Graciela informa a todos que foi respondido um SEI e enviado ao MPF um relatório com documentos informando a situação da mesma sem nenhuma proposta de encaminhamento. Solicita uma proposta de reunião entre CEDIND, SESAI, a Secretaria de Saúde do município e outras instituições envolvidas. Sérgio Ricardo (GRUMIM) contribui sobre o tema. Carlos Tukano (Presidente do CEDIND) narra para todos a história ocorrida com a CASAI. Dr. André Bernardes (DPE) sugere uma visita juntamente com um encaminhamento ao MPF. Toni (AIAM) informa que por deficiência de conhecimento técnico deve ser marcada uma reunião com a pessoa responsável pela CASAI para tentar encaminhar uma solução de consenso e colocar em pauta quem ficará responsável pela mesma. A Dra. Graciela informa que irá programar uma visita técnica para avaliação da situação atual e o Cacique Tukano (presidente do CEDIND) informa que a CASAI é uma casa de acolhimento. O Cacique Nino (Presidente do CEDIND) informa que a professora já foi contratada e está chegando merenda na escola da aldeia Araponga. E que o assessor da SESAI foi indicado é o Apohinã da Aldeia Pataxó do Iriri. Vai abrir um caminho que leva para a aldeia Araponga e precisa do apoio do CEDIND, pois a aldeia é muito distante da estrada. Fala da importância de criar uma comissão entre Paraty e Angra dos Reis para realizar as demandas necessárias. Sobre o Conselho de Educação não funciona na prática, solicita um ofício do CEDIND para a Regional e Secretaria de Educação para uma reunião urgente com os caciques para nova eleição. Informa sobre os projetos que o ICMBIO tem nas comunidades tradicionais de Paraty. Aborda o tema de moradia, pois a aldeia está com 15 famílias indígenas. Toni (AIAM) relembra ao presidente Nino sobre o encaminhamento da criação do grupo de liderança da Costa Verde e avançar a reunião com o prefeito Vidal juntamente com os caciques das aldeias envolvidas. Roseday Nascimento (SEEDUC) contribui que foi feita uma reunião antes do movimento de Brasília e alguns conselheiros do CEDIND estavam presentes e ficou decidido que o João da aldeia Rio Pequeno ficou responsável por marcar uma reunião interna para alinhar quem iria assumir a presidência, a partir disso iriam marcar outra reunião para o começo de tudo. Em vista da ida para Brasília e da contaminação do COVID dentro das aldeias essa reunião não aconteceu, porém foi feito o andamento com a SEEDUC a respeito dos contratos dos professores (todas as Aldeias de Angra e Paraty estão com professores), as aulas já retornaram presencialmente e estão verificando a disponibilidade de salas de aulas para começar o ano de 2022 com mais salas para que se possa implementar o ensino médio regular como foi a solicitação das aldeias de Sapukaí e Paraty Mirim, a princípio. E diante do exposto precisa ter uma autorização da FUNAI porque prevalece a portaria 419 que ainda está vigente. Em relação ao Conselho de Educação Escolar Indígena no momento que ficar decidido quem irá assumir a presidência ou o nome dos futuros candidatos será agendada uma nova eleição. Como tudo isso foi feito antes do movimento de Brasília, fica a sugestão de marcar uma nova reunião específica para o tema uma nova eleição já com os nomes dos candidatos e pode entrar em contato com a Rosana (responde pela secretaria do conselho). Lembrando que a presidência do conselho está híbrida entre Juruá e indígena. Toni Lotar (AIAM) solicita que o grupo CEDIND/SEEDUC seja retomado para atuar nas demandas e sobre a questão da criação do cargo de professor indígena e seus derivados como auxiliar de ensino para que entre no plano de cargos e salários do estado e com isso possa haver concurso público e a carreira de professor indígena se estabeleça como qualquer outro professor da rede pública estadual. Roseday Nascimento (SEEDUC) abre um parêntese e colabora informando que em relação ao cargo de professor indígena o processo já estava em andamento e hoje não avançou devido à questão da recuperação fiscal e como não pode gerar ônus o processo ficou parado e que vale a pena retomar a conversa. Marize (Aldeia Jacutinga) concorda com todo o tema abordado anteriormente e solicita que a reunião interna seja feita primeiro e após levar as propostas para o outro grupo. Pensando nas questões das aldeias como também sobre a lei nº 11.645 de 2008 que aborda a obrigatoriedade do currículo dentro e fora das aldeias. Adilson (aldeia Itaxim de Paratimirim) solicita a Roseday Nascimento (SEEDUC) uma parceria juntamente com o município para uma educação diferenciada como está sendo feita em outros estados. Roseday Nascimento (SEEDUC) informa que esta proposta de municipalização em relação a educação escolar indígena em Paraty pode ser levada internamente para a SEEDUC onde existe um setor de municipalização e necessita do aval de todos os envolvidos, sugere uma reunião para abordar o tema no GT de Educação do conselho e após levar para o setor responsável para dar andamento. Aborda sobre a nota que o Conselho Estadual de Educação

liberou uma nota sobre o contrato estar liberado durante 3 anos seguidos, existe uma interrupção (férias) de 30 dias devido a legislação e automaticamente é renovado após esse período. Toni Lotar (AIAM) oficializa que Apohinã Pataxó serão o representante da SESAI no CEDIND em substituição ao representante anterior da SESAI. O Cacique Tukano (presidente CEDIND) deixa a sugestão de criar um GT para tratar do assunto da CASAI. A situação da aldeia de Arandu Mirim no saco de Mamanguá foi exposta pela Marize Guarani (Aldeia Jacutinga) que relata toda a dificuldade relacionada à falta do barco, a falta de internet e de energia elétrica nesta aldeia. Necessita da aprovação do Conselho para o apoio no saco de Mamanguá. Toni lotar (AIAM) sugere incluir essa pauta no GT de lideranças indígenas da Costa Verde que irá reunir com o secretário de comunidades tradicionais e o prefeito de Paraty. Quanto a votação de novo vice-presidente CEDIND em substituição a Luana, a conselheira Deusimar (SEDSODH) informa que a Subsecretaria Luciana já está ciente do assunto e irá providenciar a indicação na próxima reunião do CEDIND. Toni Lotar informa que quanto ao projeto de “Piscicultura em Aldeias Indígenas” inscreveu um projeto no Edital beneficiando as aldeias Mata Verde Bonita, Sapukaí, Pataxó do Iriri e Araponga com o assessoramento dos técnicos da Fundação Estadual de Pesca do Rio de Janeiro (FIPERJ) cujo resultado deve ser divulgado a partir de 1612/21 e no item sexto da pauta relatou alguns informes sobre o apoio da criação de peixes em aldeias e sobre um projeto piloto de plantação (agricultura de subsistência) que está sendo articulado com a secretaria de agricultura de Maricá. Amarildo (aldeia Mata Verde Bonita) agradece a todos pelas parcerias e relata os feitos da aldeia e apoia as demandas feitas na reunião. Toni Lotar (AIAM) passa para o oitavo ponto da pauta: Reporte sobre a evolução do processo criado pela SECEC, no SEI sobre a desocupação do prédio do antigo Museu do Índio em função do laudo da Defesa Civil do município do Rio apontando o risco de desabamento parcial do imóvel e o como não houve o comparecimento dos representantes da SECEC na reunião o mesmo ficou para a próxima. Aprovado por todos a ata da VII reunião ordinária do CEDIND. Marize (Aldeia Jacutinga) reporta sobre a discriminação na UERJ onde um candidato passou por fraudador de cotas e essa informação foi colocada nas redes sociais. Após reunião com membros do Conselho Indígena e provas documentais ficou claro que a cota se referia aos indígenas e não a dos negros. Kelly Russo (UERJ) esclarece que existem cotas para negros e indígenas e a pessoa se auto declara e não existe nenhuma fiscalização. O que pode ter ocorrido são denúncias dos estudantes e até mesmo dos professores para a procuradoria da UERJ, a denúncia é aberta e encaminhada para ser investigada pela comissão interna da instituição. E quando o candidato não consegue provar sua origem ele é julgado. Nicolas Alexandria (UFRJ) contribui com o tema abordado sobre lei geral de produção de dados em relação ao CEDIND solicitando apoio jurídico. Johnny Alvarez (UFF) se apresenta. Regina Guerra (SEAPA) concorda com o tema abordado. Informa que conversou com o presidente da FIPERJ que está incentivando o pequeno produtor. Toni Lotar (AIAM) esclarece o tema sobre a FIPERJ. Toni Lotar (AIAM) lamenta a ausência da FUNAI nas últimas reuniões do CEDIND e reforça a importância da presença do órgão indigenista nas reuniões do Conselho. O presidente Tukano e o presidente Nino agradecem a todos e encerram a reunião. Processo nº SEI310003/004401/2021. CARLOS A. F. MACHADO TUKANO Presidente em Contexto Urbano CEDIND/RJ NINO WERÁ BENITE DA SILVA Presidente dos Indígenas Aldeados.

ATA – 28REUNIÃO 24/11/2021– CEDIND -VIII- REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL

PAUTA 1 - Votação de novo vice-presidente CEDIND em substituição a Luana (Deuzimar); 2 - Reporte sobre a evolução do processo criado no SEI para regularizar a situação do prédio do antigo museu do índio. (Washington da SECEC); 3 – Reporte sobre a visita técnica da Casa de Acolhimento do Índio na Ilha do Governador (Dra. Graciela); 4 – Situação atual e alternativas de regularização fundiária da aldeia Mata Verde Bonita (Cacica Jurema e Toni Lotar); 5 – Como o CEDIND pode institucionalizar a autodeclaração indígena; 6 – Questão da Década Internacional das línguas indígenas (Nicolas Alexandria). 7 – Aprovação da ata da VII – Reunião (27/10); 8 - Políticas públicas para a Segurança

²⁸ Toni Lotar (AIAM), Sérgio Ricardo (GRUMIM), Matilde Dias (SEDSODH), Carla Albuquerque (Uni Rio), Izabel Missagia (UFRRJ), Ulisses Damasceno (Prefeitura de Paraty), Luis Henrique Pellon (UNIRIO), Nino Benite (Presidente CEDIND), Jurema (Aldeia Mata Verde Bonita), Reinaldo Jesus (AULA), Marize (Aldeia Jacutinga), Mariana Paladino (ABA), Graciela Pagliaro (SES), Deusimar Correa (SEDSODH), Kelly Russo (UERJ), Rosângela Nunes (FUNAI), Sérgio Ricardo (GRUMIN), Adilson (Aldeia Itaxim), Daniel Arruda (UFF). JUSTIFICARAM AUSENCIAS: Nicolas Alexandria (UFRJ), Daniele Magalhães (DPGE), Cristina Pena (SESDH), André Bernardes (DPE), Ana Lúcia Pontes (FIOCRUZ), Virgínia Guimarães (PUC-RIO), Roseday Santos (SEEDUC), Carlos Tukano (Presidente do CEDIND),

Alimentar e Nutricional nas aldeias indígenas do ERJ (Sérgio Ricardo); 9 - Inclusão da FIPERJ como membro do CEDIND Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do RJ (Sérgio Ricardo).

O presidente Nino agradece a todos a presença e faz um encaminhamento de um ofício ao município para abertura da estrada na Aldeia Araponga, comenta sobre a visita do ICMBIO acompanhado pela FUNAI. Toni Lotar (AIAM) complementa sobre a conversa com o ICMBIO que se mostrou favorável em relação à abertura da estrada na Aldeia, porém usando uma nomenclatura como trilha de acesso e não abertura de estrada. Sendo aprovado por votação o ofício solicitado pelo Presidente Nino. Rosangela Nunes (FUNAI) solicita que conste na ata as tratativas que estão sendo feitas junto ao ICMBIO e FUNAI. Em relação ao item um da pauta, Deusimar Correa (SEDSODH) informa que por motivos de agenda da Subsecretaria da pasta o ponto um da pauta fica para a próxima reunião. Toni Lotar (AIAM) aborda o tema sobre a situação atual e as alternativas de regularização fundiária da aldeia Mata Verde Bonita uma vez que foi notificada a liberação ambiental do empreendimento e houve até um grande lançamento formal na praia com a presença de várias autoridades como o governador do estado, prefeito de Paraty, presidente do INEA, presidente da ALERJ entre outras autoridades presentes. A situação fundiária da aldeia continua indefinida e precisa ser resolvida para que a comunidade possa ter segurança e a prefeitura possa fazer investimentos e políticas sociais em benefício da comunidade indígena. Recentemente, após o lançamento comercial do empreendimento, houve manifestação da direção do empreendimento propondo a aldeia uma alternativa de solução onde a aldeia teria a sua área regularizada com escritura e transformada pela prefeitura de Maricá em uma reserva indígena municipal. Para isso, foi apresentada às lideranças da comunidade da aldeia uma proposta de aquisição de uma área aprovada pela comunidade pelo empreendimento, fora da área do projeto, a ser doada à prefeitura de Maricá com o compromisso de a prefeitura transformar em uma reserva indígena municipal através de projeto de lei aprovado pela Câmara dos Vereadores. A cacica Jurema (Aldeia Mata Verde Bonita) contribuiu fornecendo informações sobre as decisões e reuniões que estão sendo feitas pela comunidade com relação a essa alternativa. Toni Lotar (AIAM) faz um breve relato da situação da aldeia de 2013 até os dias atuais. Mariana Paladino (ABA) dá a sua contribuição em relação às preocupações em relação à reserva ficar em um território municipal afastado dos direitos sobre as demarcações de terra que é um direito federal ficando à mercê do município e questiona sobre o nome do Resort (GUARANI) se foi pedido autorização. Rosangela Nunes (FUNAI) explica todas as dúvidas abordadas. Levanta a questão da conclusão do estudo e que ainda não foi definida a segurança jurídica da própria área, ou seja, a área sendo de interesse de preservação e não de interesse particular, sendo possível o governo municipal disponibilizar. A FUNAI não pode demarcar uma terra que é particular ou que a prefeitura disponibilizou para terceiros. Toni Lotar (AIAM) contribui com esclarecimentos em relação às preocupações da Mariana Paladino (ABA) sendo efetivada pela prefeitura de alguma forma por iniciativa da prefeitura não poderá ser apenas um ato executivo e sim um projeto de lei sendo aprovado na Câmara dos Vereadores virando Lei municipal. Sugere que seja criado um grupo multidisciplinar com os membros do conselho para estudar a forma mais segura e que possa subsidiar o processo com tema citado acima e que atenda as expectativas de médio, curto e longo prazo da comunidade reassentada. Izabel Missagia (UFRRJ) se pronuncia abordando a resistência e a força dos povos indígenas. Kelly Russo (UFRJ) concorda com a fala da Izabel e apoia a proposta do Toni Lotar (AIAM) sobre a criação do grupo. Marize (Aldeia Jacutinga) sugere que a contribuição seja feita também pelo que já se percebe ao longo das lutas dos povos indígenas, que precisa se ter um mecanismo para que quando a política mudar não sejam destruídas as possibilidades já abordadas. Toni Lotar (AIAM) explica ao Reinaldo Cunha (AULA) que só conseguiu entrar no meio da reunião um resumo de todo o contexto falado até aquele momento. Graciela Pagliaro (SES) e Carla Albuquerque (Uni Rio) fazem um recorte sobre a CASAI da Ilha do Governador onde estiveram no dia 18/11 e conversaram com a representante do local, a Sra. Eunice Cariri, e informa que será feito um relatório juntamente com a equipe do município, considerando os encaminhamentos que foram dados na penúltima visita estão sendo cumpridos. Carla Albuquerque (Uni Rio) contribui com a situação de vulnerabilidade dos idosos no local e sobre alguns pacientes que precisam de ajuda. Toni (AIAM) questiona sobre a possibilidade da Saúde do Estado ou do Município assumirem o local. Deusimar (SEDSODH) informa que o Ministério Público solicitou que a Secretaria de Direitos Humanos estivesse presente no local, e a visita foi agendada para o dia 15/12/2021, juntamente com um advogado e a superintendência de Idosos da SEDSODH. Toni Lotar (AIAM) sugere que seja feita uma reunião com o grupo da saúde do CEDIND e o grupo que fará a visita no dia 15/12 na CASAI da Ilha do Governador. O item nono da pauta sobre a Inclusão da FIPERJ como membro do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do RJ (CEDIND-RJ) fica aprovado por todos a participar das Assembleias Ordinárias como membro convidado. Fica aprovado por todos a ata da VII – Assembleia Ordinária do dia 27/10. Daniel Arruda (UFF) solicita que o nome do Johnny Menezes Alvarez suplente da UFF seja corrigido na ata passada. Mariana Paladino (ABA) sugere que o número cinco da pauta sobre a autodeclaração indígena seja discutido na próxima reunião. Toni Lotar (AIAM) repassa para o Sérgio Ricardo (GRUMIM) que por motivo de conexão entrou mais tarde na reunião o que foi discutido até o

momento. Sérgio Ricardo (GRUMIM) informa que a primeira reunião feita no Conselho foi na Aldeia Mata Verde bonita e o conflito fundiário surgiu fortemente, se mostra contra sobre a negociação junto com os espanhóis, pois na verdade eles são grileiros de uma grande extensão de terra dentro da APA de Guapimirim e essa discussão está há mais de 10 anos no Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro já tomou uma decisão que agora foi corroborada pelo Supremo Tribunal de Justiça, portanto o mega empreendimento está com o licenciamento embargado o que pode ser definitivo. E é esse empreendimento que pressiona duas comunidades tradicionais, a Comunidade Pesqueira de Zacarias que está ali há cerca de 300 anos, onde existem diversos trabalhos acadêmicos, a principal referência é o Prof. Melo da UFRJ, e muito trabalho da UFF, e o segundo conflito fundiário onde o projeto previa a remoção a expulsão dos pescadores e apresentaram medidas compensatórias (sobre criação de um empreendimento para os pescadores). A segunda comunidade ameaçada pelo empreendimento mobiliário é a Aldeia de Mata Verde Bonita onde a área possui cerca de 90 hectares. A questão, segundo Sergio, é que no município de Maricá não tem outra área de floresta, beira de lagoa com o tamanho informado. Estamos falando de uma floresta que possui determinadas características, grande parte de Maricá até mesmo pelo aumento populacional e expansão imobiliária existem outras áreas de conservação não com as mesmas características. O diálogo que precisa ser feito é com o poder público e a prefeitura de Maricá. Lembrou que o que a comunidade quer é a regularização da demarcação da terra e isso é com o poder público e a prefeitura. Aborda outros temas também relacionados a outros governos. Toni Lotar (AIAM) esclarece e se posiciona em relação ao que foi definido sobre a questão, e que o assunto será profundamente avaliado e analisada todas as implicações que levem em conta os interesses e a segurança da comunidade. O que a Cacica Jurema informou é que a comunidade está avaliando a proposta sobre a possibilidade de resolver o problema fundiário através da alternativa que foi dada, mas que ainda não há definição pois aguardam uma reunião das lideranças da comunidade com a direção do empreendimento. E o CEDIND irá cumprir seu papel de aconselhar a comunidade. Sérgio Ricardo (GRUMIN) sugere que no GT criado seja incluído algum membro da prefeitura. Reinaldo de Jesus (AULA) apoia o encaminhamento da criação do GT e expõe opinião sobre o assunto. Toni Lotar (AIAM) contribui que o GT foi criado, sendo um grupo aberto a todos que queiram dar consistência as atividades e informa que por deliberação na reunião passada as reuniões passaram a ser sempre na última quarta feira de cada mês das 9 às 11h. Izabel Missagia (UFRRJ) sugere que a Sandra Guarani seja convidada para participar do GT. Toni Lotar (AIAM) encerra a reunião. ORDEM DO DIA: 1 - Votação de novo vice-presidente CEDIND em substituição a Luana (Deusimar); 2 - Reporte sobre a evolução do processo criado no SEI para regularizar a situação do prédio do antigo museu do índio. (Washington da SECEC); 3 - Inclusão da FIPERJ como membro do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do RJ (Sérgio Ricardo); 4 - Como o CEDIND pode institucionalizar a coleta e auto declaração; 5 – Criação do Grupo – ok

ATA – 29 REUNIÃO 29/12/2021 – CEDIND IX- REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL

PAUTA 1 - Votação de novo vice-presidente CEDIND em substituição a Luana (Deusimar); 2 - Reporte sobre a evolução do processo criado no SEI para regularizar a situação do prédio do antigo museu do índio. (Washington da SECEC); 3 - Inclusão da FIPERJ como membro do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do RJ (CEDIND-RJ) – Sérgio Ricardo; 4 - Como o CEDIND pode institucionalizar a coleta e auto declaração; 5 - Questão da Década Internacional das línguas indígenas (Nicolas Alexandria); 6 - Aprovação da ata da VIII – Reunião (24/11/10); 7 – Reporte das Aldeias de Maricá; 8 – Relatos da CASAI por Graciela Pagliaro.

O presidente Tukano agradece a todos a presença, informa sobre o recebimento do prêmio da ALERJ no dia 21/11, faz um breve relato desde a criação do CEDIND até os dias atuais e a falta da participação do governo do Estado nas questões abordadas pelo CEDIND incluindo outros assuntos do antigo prédio do museu do índio. Toni Lotar (AIAM) faz um resumo da pauta para todos e complementa com uma observação sobre a ausência em várias Assembleias do CEDIND da Secretaria de Cultura e Economia Criativa – SECEC. Lucineia (FIPERJ) se apresenta e agradece a todos. Daua Puri (MRP) complementa que os encaminhamentos da SECEC podem ser apresentados antes mesmo da própria reunião. Matilde Dias (SEDSODH) informa a todos que o conselheiro Washington Santos (SECEC) ficou por várias vezes de enviar o número do processo para que constasse em ata conforme pedido do Dr. André (PGE) e que a última reunião onde o mesmo participou foi em 01/10/2021. Toni Lotar (AIAM) informa sobre a ausência dos aldeados e solicita que a secretaria executiva do CEDIND, duas semanas antes das Assembleias entre em contato direto com os mesmos para colher a pauta. Graciela Pagliaro (SES) contribui e apoia a

²⁹ Toni Lotar (AIAM), Matilde Dias (SEDSODH), Izabel Missagia (UFRRJ), Nino Benite (Presidente CEDIND), Reinaldo Jesus (AULA), Graciela Pagliaro (SES), Lucineia (FIPERJ), Daua Puri (MRP), Daniel Nascimento (UFF), Maria Tania (Aldeia Pataxó do Iriri), Tukano (Presidente CEDIND). JUSTIFICARAM AUSENCIAS: Deusimar Correa (SEDSODH), Mariana Paladino (ABA), Nicolas Alexandria (UFRJ), Rosângela Nunes (FUNAI), Kelly Russo (UERJ), Danielle Magalhães (PGE), André Bernardes (PGE).

sugestão do Toni Lotar (AIAM) em relação aos conselheiros aldeados. O presidente Tukano aborda as necessidades das aldeias como as demarcações das mesmas. Daua Puri (MRP) pontua sobre a estrutura física e funcionários do CEDIND, lê um texto que foi publicado de sua própria autoria. Daniel Nascimento (UFF) se coloca à disposição a respeito da criação da universidade Guarani (universidade indígena) abordado pelo presidente Tukano. Relata um pouco sobre a UNILAB que reúne povos falantes da língua portuguesa, mas a intenção da universidade é ser uma universidade internacional que reúna povos africanos que falam a língua portuguesa (Moçambique, Angola, Guiné Bissau) com 50% de professores e 50% de estudantes. Dra. Graciela Pagliaro (SES) continua a abordagem sobre a CASAI, e em uma das reuniões ocorridas foi informado que a FUNAI durante um período tentou transformar a Casa do Índio em uma CASAI porém as tentativas foram frustradas pela interferência da Sra. Eunice Kariri, e mesmo assim a FUNAI continua indicando indígenas com má formação, problemas mentais e neurológicos e que não são aceitos nas aldeias. A Sra. Kariri continua aceitando e acolhendo essas pessoas. Eram 14 pessoas (2017) e agora são 12 (período atual). Informa que o relatório completo está sendo feito e será entregue ao CEDIND e sugere encaminhamentos a partir do relatório. Aborda alguns tópicos feitos na visita em 2019. Toni Lotar (AIAM) sugere fazer um direcionamento a SESAI para transformar a CESAI em Casa do Índio como é feito em vários estados do Brasil. Toni Lotar (AIAM) expõe os assuntos relacionados ao edital e os projetos de piscicultura das aldeias. Lucineia (FIPERJ) faz apontamentos relacionados à legalização das aldeias que já possuem os tanques para subsidiar a forma de alimentação. Solicita que seja formalizada uma parceria um termo de cooperação técnica (TCT) entre a FIPERJ e o CEDIND. Toni Lotar (AIAM) informa que preparou as inscrições das sete aldeias juntamente com a aldeia vertical no banco de alimentos do CEASA, e na semana passada foi confirmada que as aldeias foram aceitas nesse edital mencionado, porém não tem ainda a data de fornecimento. Comenta sobre o assentamento das duas aldeias de Maricá e Mata Verde. O presidente Tukano fala sobre a necessidade da internet nas aldeias e faz os apontamentos finais. Daua Puri (MRP) fala das conquistas do CEDIND no de 2021. Reinaldo Cunha (AULA) fala sobre a aprovação dos projetos das aldeias. O presidente Tukano encerra a reunião.

ORDEM DO DIA: 1 – Encaminhar um Ofício a SECEC convocando os conselheiros e a Secretaria para que na próxima reunião eles compareçam para reportar os encaminhamentos solicitados. – Ok 2 – Entrar em contato 2 semanas antes das Assembleias para colher a pauta dos aldeados; 3 – Demandas sobre a CASAI que será discutida no GT saúde CEDIND; 4 – Encaminhar FIPERJ termo de parceria – OK.



Sergio Potiguara, Pedro Itaxi Mirim e Reinaldo Potiguara – Protocolo de Consulta Previa.



Aldeia Pataxo Iri – Sergio Ricardo Potiguara e Reinaldo Potiguara

A quinta Sessão Temática 6 – Retomada Cunhambebe no Território de Mangaratiba – Parque Estadual Cunhambebe.



Reunião do Cedind- Ocupação Cunhambebe em 2022 – Parque Estadual Cunhambebe

Retomada Cunhambebe no Território de Mangaratiba – Parque Estadual 12 de Maio 22



Na última quinta-feira (12), um grupo de cerca de 400 indígenas montou acampamento numa área vizinha à sede do Parque Estadual Cunhambebe, no estado do Rio de Janeiro, para reivindicar a posse do território da unidade de conservação. Desde então, o grupo tem se reunido com entidades das três esferas de governo para articular suas demandas. Segundo o que noticiou o Jornal ECO – [Reunião Conciliação](#) –1 [reunião cedind](#) – 2- [reunião](#)

[...] “O movimento é liderado pela União Nacional Indígena (UNI). De acordo com a organização, há 32 etnias envolvidas na Retomada, de vários estados do Brasil. O parque é um dos maiores do estado e ocupa uma área de cerca de 38 mil hectares de Mata Atlântica entre os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Rio Claro e Itaguaí, no litoral sul fluminense, região conhecida como Costa Verde. A sede do parque, vizinha ao acampamento indígena, está localizada em Mangaratiba e, apesar de ser limítrofe à área protegida, não está propriamente

inserida dentro dos limites do parque. [...] “O mesmo território foi retomado pelos Pataxó, Aimoré, Kadiweu, Kaiapo, Baré, Baniwa, Kariri, Kariri Sapuya, Krenak, Kuikuro, Xavante, Kamakã Mongoio, Kambiwá, Bocum, Bainã, Tupinambá, Munduruku, Arapiuns, Yanomamy, Xukuru, Maytapu, Tupiniquim, Tapuia e outras nações dos povos originários. Os líderes destas etnias já negociam com órgãos públicos, como o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), o processo de demarcação e futura gestão do Território Cunhambebe Pindomara.



[...] “De acordo com a liderança indígena da UNI, Júnior Xucuru, entretanto, os indígenas já estariam dentro do parque. “A gente não quer ser ouvido, a gente chegou para ficar. A gente vem falando há muito tempo e nunca ninguém ouviu, agora chegamos para ficar”, afirma a liderança em conversa com ((o)) eco. “A nossa presença ali é para mostrar que ali começa a retomada do Brasil. Queremos retomar tudo aquilo que já foi roubado de nós”, completa. Um segundo território, cuja localização ainda não divulgada pela por estratégia, já estaria na mira para uma próxima reivindicação de posse indígena.





indígenas durante mobilização Retomada Cunhambebe. Foto: Ciman Fredini/UNI/Reprodução

O Jornal Foco, assim descreveu o movimento reivindicativo - [Secom CONAFER](#)

[...] “Dois meses após 500 indígenas de 30 nações originárias retomarem o território ancestral de Cunhambebe Pindorama, em Mangaratiba, no Rio de Janeiro, um novo capítulo se escreve após a expulsão da comunidade de forma agressiva, contra determinação do Supremo Tribunal Federal, que proíbe reintegrações e despejos até 31 de outubro por conta da pandemia. Por isso, na última quinta-feira, 14 de julho, houve um encontro com representantes da administração do município com o objetivo de estabelecer um diálogo, melhorar as condições da comunidade indígena Cunhambebe Pindorama, temporariamente fora do território da retomada. Estavam presentes o secretário de Segurança Pública e Trânsito, Capitão Norberto, a Secretaria de Comunicação da prefeitura, a procuradoria do município e o secretário da Ordem Pública, Braz Marcos. Na mesa de negociação foram relatados os episódios do conflito, demonstrando a inabilidade e agressividade do oficial de justiça e funcionários públicos, comprovadas por farto material de áudio e vídeo. O momento é de preservar a saúde e as condições mínimas de infraestrutura da comunidade Cunhambebe Pindorama, evitando a continuidade da pressão psicológica vivida pelo nosso povo nas últimas semanas, principalmente, crianças, mulheres e anciãos:[...] “Depois das ações truculentas do prefeito e o órgão de segurança de Mangaratiba, lideranças indígenas de todo o país se solidarizaram e enviaram cartas ao STF oficializando pedidos de cumprimento do que havia sido determinado sobre estes casos. Caberá à ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, desautorizar a ação absurda do estado contra Cunhambebe Pindorama, permitindo a volta da comunidade ao território sagrado. A Retomada de Cunhambebe Pindorama luta por um território pertencente aos seus ancestrais, área atual do Parque Estadual Cunhambebe, em Mangaratiba, no Rio de Janeiro. Historicamente, na colonização brasileira, os portugueses enfrentaram no litoral sul fluminense o grande líder tupinambá, Cunhambebe, que junto com chefes de seis aldeias diferentes se juntaram para formar a Confederação dos Tamoios em defesa de seu território”.





[...] [“NOTA DE APOIO À RETOMADA DO TERRITÓRIO CUNHAMBEBE PINDORAMA”](#)

[“A CONAFER](#), Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil, manifesta integral apoio à Retomada do Território Cunhambebe Pindorama, em Mangaratiba, Rio de Janeiro, reconhecendo o direito de 30 nações indígenas reconquistarem os habitats naturais de seus ancestrais, retirados ao longo de 500 anos à custa de genocídios, invasão de suas terras e tentativa de anulação da cultura milenar dos povos originários. A CONAFER, entidade fundada em 2011, estrutura-se por meio de Secretarias Nacionais, Coordenações Regionais, Sindicatos e Federações, dando voz e atuando pela autonomia dos agricultores familiares brasileiros, responsáveis por 70% da produção de alimentos que o Brasil consome. Conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 2006, que transformou a agricultura familiar em segmento econômico e estabeleceu as categorias agro familiares, a Confederação promove o desenvolvimento socioeconômico e cultural de camponeses, extrativistas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos, assentados, acampados, pecuaristas, lavouristas, pescadores e indígenas, em todo o território brasileiro. Portanto, a CONAFER, como representante de milhares de agricultores familiares indígenas, e também por considerar justa esta causa histórica, afirma categoricamente que apoia a Retomada do Território Cunhambebe Pindorama, pois os seus objetivos contemplam o compromisso permanente com a preservação da sua fauna e flora, o respeito à biodiversidade da região, desenvolvimento econômico e proteção social das aldeias e comunidades indígenas presentes em Cunhambebe, exercendo uma governança indígena baseada na identidade cultural, práticas agroecológicas e gestão territorial sustentável”.



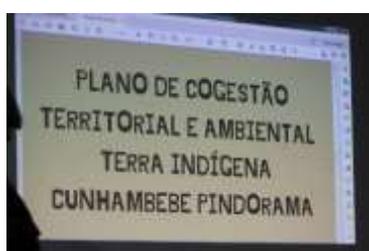
Homem foi imobilizado por agentes da PM e da prefeitura de Mangaratiba durante desocupação — Foto: Reprodução

As dezenas de indígenas que, há dois meses, passaram a ocupar um território do Parque Estadual Cunhambebe, no Vale do Sahy, em Mangaratiba, na Costa Verde do RJ, perderam, nesta segunda-feira (11), a queda de braço com a prefeitura pelo direito de continuar ocupando a área. Após decisão judicial que autorizou a reintegração de posse do local, agentes do município, com apoio de policiais militares,

foram até o parque e realizaram o despejo. Mais uma vez, os indígenas acusam agentes municipais e estaduais de truculência, afirmam que um aparelho celular de um homem foi quebrado por filmar a ação e questionam, também, o não-cumprimento por parte do judiciário, segundo eles, de uma [decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, que prorrogou até o fim de outubro o veto a despejos e desocupações](#), por conta da crise da Covid-19, em áreas onde não há risco de vida.

[Prefeito Chega agredir os indígenas acampado](#): vídeo.

[...] “O local é o mesmo onde, em meados do mês passado, o prefeito de Mangaratiba Alan Campos da Costa, o Alan Bombeiro, protagonizou uma discussão com os ocupantes da área, chamando-os de "enfeitados", o que causou revolta por parte dos indígenas, que retrucaram chamando-o de "ladrão". Na ocasião, ele foi ao local acompanhado de servidores, notificá-los de decisão da Justiça que ordenava a interrupção imediata das construções no parque, e afirmou que aquelas pessoas não eram indígenas – posição que é sustentada pela prefeitura e lembra a disputa envolvendo os ocupantes da Aldeia Maracanã, em 2013, na capital. Nesta segunda, ele esteve de novo no local, e disse que "as cerca de 20 pessoas" vão ali para passar o fim de semana e afirmou ainda que "índio é folclore”.



Imagens mostram confusão com agentes da PM e da prefeitura durante desocupação em Mangaratiba — Foto: Reprodução

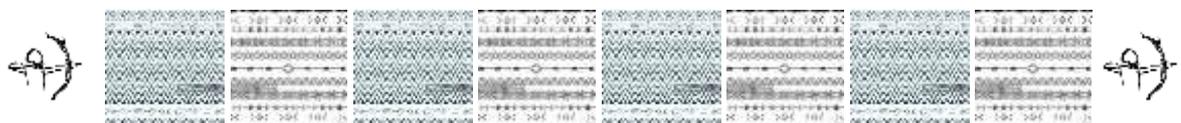
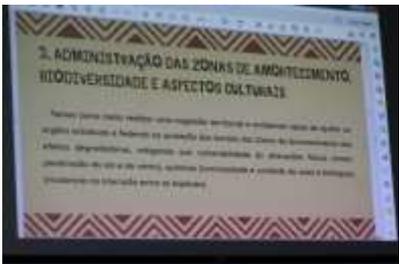


Reunião [Parque Cunhambebe](#) – Mangaratiba – Costa Verde 05/2022



Prefeitura diz que grupo, que há dois meses estava no parque, se faz passar por indígena — Foto: Divulgação

[RUNIÃO DO CEDIND-RJ \(01/06/2022\)](#) Ata de reunião da mesa de negociação e conciliação criada pelo CEDIND-RJ (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) realizada no dia 1 de junho de 2022 no auditório da sede do Parque Estadual Cunhambebe, em Mangaratiba, para tratar da “Retomada Cunhambebe Pindorama” formada por indígenas de 26 etnias que desde 12 de maio de 2022 encontram-se acampados em terreno ao lado da sede do Parque.





Às treze horas do dia primeiro de maio de ano de 2022, foi aberta a reunião da mesa de negociação e conciliação criada pelo CEDIND-RJ (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) realizada no dia 1 de junho de 2022 no auditório da sede do Parque Estadual Cunhambebe, em Mangaratiba, com a presença de algumas lideranças da UNI (União nacional Indígena), do Defensor Público do Estado, João Helvécio de Carvalho e dos conselheiros do CEDIND-RJ (Izabel Missaglia – UFRRJ, Luiz Pellon – UNIRIO, Sérgio Ricardo Potiguara – Rede GRUMIN, Toni Lotar – AIAM e Reinaldo Cunha – AULA) e representantes do Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente (BPFMA). Os órgãos convidados (FUNAI, DPU-RJ e INEA) justificaram a ausência. A Prefeitura de Mangaratiba que também foi convidada não justificou o motivo de sua ausência. Na abertura da reunião foi informado pelos membros do CEDIND-RJ que em Assembleia Ordinária na última quinta-feira, 26/05/2022, o CEDIND-RJ avaliou a situação atual do Parque Estadual Cunhambebe e por unanimidade de seus membros com direito a voto, “aprovou a iniciativa de mediar o conflito e convidar todas as partes acima descritas a participar de uma mesa de negociação e conciliação, com vistas a construção coletiva de um acordo que atenda a todos, inclusive aos indígenas, aos moradores do município e aos entes públicos municipais, estaduais e municipais afetos a questão.”





[...] “Após uma breve apresentação de todos/as os presentes, fez uso da palavra o Dr. João Helvécio de Carvalho da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ), que resumiu as atividades do órgão em defesa da população e de segmentos vulneráveis; em seguida fez a leitura de trechos da Ação de Reintegração de Posse ajuizada pela Prefeitura local junto à Vara Única da Comarca de Mangaratiba contra o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e dos “ocupantes indígenas de qualificação incerta” que em síntese requer a posse de uma área de 3.667,23 metros supostamente de propriedade do Município onde atualmente está situada a sede do PE Cunhambebe sobre o qual existiria um Termo de Cessão de Uso firmado com o INEA, sob a alegação de que “o Réu (INEA)” não estaria “zelando pela manutenção e a devida guarda do bem objeto do Termo de Uso...”. O texto da petição datada de 25/05/2022 cita ainda que: “as intenções do Município Autor em se reintegrar na posse imóvel objeto deste procedimento judicial, é para garantir seu direito, já que está patente o esbulho praticado pelos índios e ausência de manifestações ou ações para garantir a manutenção do imóvel.” Foi debatido pelos presentes que, em reunião anterior com participação de vários órgãos públicos e as lideranças da UNI (em 13/05/2022) foi informado que o local onde estão acampados os indígenas da Retomada Cunhambebe (Trilha Curumim), localizada ao lado do Parque (portanto, fora dos limites do Parque), seria de propriedade do município e/ou talvez de um grupo imobiliário. O Defensor Público relatou que o processo judicial proposto pelo Município ainda não tinha sido analisado pelo Juízo, mas que a DPE-RJ está acompanhando atentamente a situação e que seu papel era mitigar qualquer violação dos direitos humanos. 2 Logo em seguida, foi dada a palavra aos indígenas ocupantes, que reiteraram que a Constituição Federal do Brasil, lhes garante a permanência no território que é reconhecidamente um ancestral território indígena onde inclusive viveu o guerreiro Cunhambebe (Cunham bebé), principal líder da Confederação dos Tamoios (1554 - 1567) que é considerado o primeiro movimento social e político da História do Brasil. Os conselheiros do CEDIND-RJ manifestaram solidariedade à presença indígena no local e se manifestaram claramente contrários a qualquer ação de segurança pública no local que venha a violar os direitos humanos e provocar ações violentas no local em caso de uma decisão judicial. Em seguida foi dada a palavra a Franci Baniwa e a Turimatã (dirigente da UNI) para apresentar o “Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Terra Indígena Cunhambebe”, documento elaborado pela UNI que havia sido demandado em reuniões anteriores pelos representantes do INEA, FUNAI e da Prefeitura de Mangaratiba. Então foi informado que o trabalho apresentado é fruto de uma construção coletiva dos membros da Retomada que contou com a participação de diversas etnias, e que as propostas que constam do Plano partem da experiência já adotada em outras aldeias e territórios indígenas, e que estava aberto para sugestões e aprimoramento. Em síntese, o “Plano de Gestão Territorial e Ambiental” propõe a adoção de um processo de Cogestão deste território para enfrentar - por meio da cooperação dos indígenas com os órgãos públicos - os problemas e impactos ambientais que tem afetado o ecossistema local (poluição por esgotos, caça predatória, loteamentos irregulares etc.), que, de acordo com o Plano, serão mitigados com a participação colaborativa dos indígenas e do INEA, órgão gestor do parque. Segundo Franci: “Nossa ética indígena, consiste em manter o profundo equilíbrio entre necessidades humanas e respeito a natureza”. Após a apresentação do Plano, foi aberta a palavra para os esclarecimentos e contribuições. Como encaminhamentos da reunião, foram aprovadas as seguintes ações que contaram com o de acordo das lideranças da UNI através da palavra do Cacique Burain, a saber: 1- Acompanhamento do processo judicial por parte da DPE-RJ; 2- Realização, nos próximos dias (em data a ser marcada após a Semana Mundial do Meio Ambiente) de um encontro para Apresentação do Plano de Cogestão Territorial e Ambiental por parte das lideranças da União Nacional Indígena (UNI) aos órgãos públicos (INEA, FUNAI, Prefeitura, BPFMA); 3- Realização de um encontro com as universidades públicas federais e estaduais e Fiocruz para troca de experiências e apoio ao desenvolvimento deste Plano que propõe vários sub programas voltados a soluções sustentáveis na área da Agroecologia, segurança alimentar, saúde indígena, educação e cultura (criação de Escola Indígena), entre outras ações, programas e projetos específicos. Todos os presentes avaliaram que é fundamental buscar ampliar a rede de solidariedade à Retomada Cunhambebe Pindorama, num reconhecimento da sua legitimidade e da viabilidade de se encontrar uma solução pacífica, amigável, conciliatória e pactuada entre as partes para que o município de Mangaratiba possa abrigar a Terra Indígena em seu território, por ex. numa área adequada na Zona de Amortecimento de Unidades de

Conservação da Natureza da região; além da necessidade de se promover articulações junto à sociedade como uma medida de enfrentamento do racismo e para promoção de um maior diálogo dos indígenas com a comunidade local. 3 Não havendo mais quem quisesse fazer o uso da palavra, a reunião foi encerrada as 17:00h, sendo reiterado o compromisso de todas as partes presentes em continuar buscando uma solução pactuada e pacífica através do diálogo e da escuta mútua. Ata revisada pelos conselheiros do CEDIND-RJ: Reinaldo Cunha; Toni Lotar; Sérgio Ricardo Potiguara. Mangaratiba, 1 de junho de 2022”.



Ofício nº 089/2022 ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA

Gabinete do Prefeito Ao Ilmo. Senhor ALEXANDRE CHIEPPE Secretário Estadual de Saúde Assunto: Ocupação indígena Parque Cunhambebe Senhor Presidente, Mangaratiba, 20 de maio de 2022. Considerando o disposto no artigo 231 da Constituição Federal, segundo o qual “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”; CONSIDERANDO que, no caso da demarcação, a atuação estatal tem por objetivo garantir a segurança jurídica em favor da convivência entre "propriedades", o que não significa a constituição daquele território a partir do ato demarcatório; CONSIDERANDO que foi conferida à União a titularidade das terras indígenas, o que deve ser entendido como uma dupla proteção, decorrente da caracterização como uma "propriedade" vinculada 3, destinada a conferir a esses povos bem-estar e condições necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições; CONSIDERANDO que a dupla proteção consiste em: i) viabilizar plenamente os direitos territoriais, no âmbito formal; e, por essa razão, II) não agir em contrariedade aos usos para os quais o território foi destinado, já que o art. 20, XI, da Constituição não confere tais prerrogativas ao ente federativo e pressupõe o exercício autônomo do direito pelos indígenas; CONSIDERANDO que o papel da União e da Funai consubstancia-se, neste caso, à luz dos dispositivos constitucionais acima, em defender a territorialidade indígena, em favor dos anseios dos povos indígenas e contra terceiros, inclusive antes da demarcação. No caso da autarquia, trata-se de seu papel institucional, à luz da leitura constitucional do art. 1º, I, b, da Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967; CONSIDERANDO que a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporada na ordem jurídica interna brasileira a partir do Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004, determinou, em seu artigo 14, item 2, que o Estado signatário deve adotar todas as medidas necessárias para identificar as terras que os povos indígenas ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse; Cumprimentando-o, cordialmente, reporto-me a V.sa, para solicitar informações acerca das providências que estão sendo implementadas em razão da ocupação de indígenas de várias etnias provenientes de diversos estado da Federação na área de Proteção Ambiental, Parque Estadual do Cunhambebe neste Município que protestam o direito à terra, à moradia e a cultura. Pela ocupação que seu na data de 13 de maio do corrente, até a presente data este Município não obteve informações sobre as medidas que estão sendo tomadas pelas entidades de proteção e quais foram as medidas efetivamente adotadas em razão das reivindicações pela população indígena. Entre as várias questões, manifestamos nossa preocupação pela informação inicial de que temos nações de várias regiões do Brasil. Logo, se observa o aumento de risco de surgimento de emergências de saúde, já que existe doenças endêmicas em regiões do Brasil que temos baixo risco em nossa cidade, porém, com estes grupos indígenas vindos de vários estados, sobe a exposição a estas doenças, como por exemplo: Dengue, Malária, Febre Amarela, acidentes com animais peçonhentos, etc. Cabe ressaltar o risco eminente dos imigrantes com a exposição a um espaço ecológico e acidentes com animais e doenças oriundas destes locais com fontes com a possibilidade de exposição de água imprópria para consumo. Nos casos de urgência e emergência serão referenciados ao Hospital Municipal de Mangaratiba. Solicitamos a criação de apoio e parceria

imediate da FUNASA, as áreas técnicas estaduais com ênfase em saúde indígena, inclusive a atuação da NDVS - Núcleo Descentralizado de Vigilância em Saúde com cooperação dos municípios da região que já atuam com este tipo de população com objetivo de dar suporte ao planejamento e tomada de decisão diante deste atual cenário. A Atenção Primária após definição do problema e as parcerias que podem vir acontecer, pretende-se promover o acesso a população indígena, no que se refere ao atendimento em saúde pública com perfil da Atenção Primária. Consiste em oferecer atendimento nos vários setores da saúde, principalmente referentes ao essencial para todos, com médicos de família e comunidade, enfermeiros, técnicos de enfermagem e laboratório, dentistas e demais profissionais da atenção básica à saúde. Diante dos fatos é patente a necessidade de conhecimento quanto ao procedimento administrativo, ou decisão adotada, para conhecimento da real extensão do impacto que se dará e as medidas que deverão ser colimadas para a garantia da segurança jurídica. Assim, pedimos que seja informado, se for da competência deste órgão: I - Se há conhecimento da área formalmente reivindicada por grupos indígenas em Mangaratiba. II - Se há conhecimento de terras ocupadas ou não por grupos indígenas, com procedimentos administrativos iniciados e/ou concluídos em conformidade com o disposto no Decreto nº 1.775/MJ/ 1996 e na Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio) em Mangaratiba: II.1 - Área em estudo de identificação e delimitação; II.2 - Terra indígena delimitada (com os limites aprovados pela FUNAI); II.3 - Terra indígena declarada (com os limites estabelecidos pela portaria declaratória do Ministro da Justiça); II.4 - Terra indígena homologada (com os limites da demarcação homologadas por decreto da Presidência da República); II.5 - Terra indígena reservada; II.6 - Terra de domínio indígena; II.7 - Terra indígena com portaria de restrição de uso; III - Se há conhecimento da Terra da União cedida para usufruto indígena em Mangaratiba; Neste desiderato este município na defesa dos seus direitos e de seus administrados, requer que seja dado ciência do teor do procedimento administrativo estabelecendo, o prazo não superior a 10 dias, após o recebimento deste. Atenciosamente, ALAN CAMPOS DA COSTA, Prefeito.



SENTENÇA PROFERIDA EM FAVOR DA PREFEITURA DE MANGARATIBA

Processo: 0800544-88.2022.8.19.0030 – Reintegração de Posse - Autor: Município de Mangaratiba – Réu - Instituto Estadual do Ambiente e “ocupante indígenas de qualificação incerta”.

[...] “Apelação. Ação de reintegração de posse. Invasão de área. Confissão. Fato constitutivo. Posse anterior. Comprovação. Liminar. Concessão em sede recursal. Pressupostos. Procedência do pedido.

Revelia. Preliminares. Rejeição. Legitimidade ad causam. Área pública. União. Chamamento. Limites. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Decisão surpresa. Ausência. Recurso interposto pela parte ré contra a sentença (fls. 408/409) proferida nos autos da ação de reintegração, com pedido de liminar, que lhe move o autor, seu atual proprietário, objetivando sua reintegração na posse do imóvel consistente de duas ilhas situadas no leito do Rio Paraíba do Sul, cuja cadeia de domínio privado iniciou-se com a aquisição, por compra e venda, feita pelo Comendador Claudio do Couto e Sousa ao Governo do Império, no ano de 1866, na forma da Lei nº 601 de 1850, que regia a espécie, tendo-as adquirido no ano de 1964 por intermédio de escritura de compra e venda celebrada com os herdeiros do referido Comendador, conforme a certidão atualizada do Cartório do 2º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Campos dos Goytacazes, aduzindo a prática de esbulho possessório, com desmatamento de grande parte da mata nativa, inclusive com a plantação de milho e preparo do terreno para plantação de cana de açúcar. A sentença foi no sentido de julgar procedente o pedido, com resolução do mérito, na forma do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, confirmando a liminar de reintegração concedida em sede recursal (fls. 182/191) e consolidando a posse em mãos do autor, também condenando a parte ré no pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, estes que fixou em 10% sobre o valor atribuído à causa. Apelo. Pedido de provimento do recurso a fim de que seja declarada a nulidade da sentença prolatada, determinando-se à juíza que outra seja prolatada no sentido de deferir os requerimentos de fls. 268/269. Questões complexas que atraíram uma série de decisões na fase instrutória, aí destacando-se também as decisões proferidas por este Tribunal de Justiça nos agravos de instrumentos (AI 0016513-48.8.19.0000 e AI 0068056- 90.2017.8.19.0000). As matérias preliminares arguidas estão bastante encadeadas com as questões de mérito. A ação possessória foi interposta em face do dirigente da associação invasora. Revelia do referido dirigente. Contestação ofertada apenas pela associação. O então dirigente da ré ora interfere no feito em nome próprio, ora o faz a própria associação deduzindo, porém, as mesmas razões. Tanto assim que, instada a definir a questão, a associação sobre ser a parte com legitimidade passiva ad causam, ressaltou que Valdemir Alves era apenas seu representante legal e os atos que praticou foram no nome da associação representada (fl. 177).



Não há dúvida quanto à legitimidade ativa nos presentes autos. Não incidiu o autor em erro ao apontar aquele que se afigurava como sendo o líder dos invasores, porque, não bastasse, o réu originário afirmou que agira em nome da associação, e esta, por seu turno, esclareceu expressamente deter a legitimidade passiva. A legitimidade ad causam é uma condição da ação em que o indivíduo exerce o direito subjetivo material como o titular da ação, cuja demanda será contra o titular da obrigação correspondente. E, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, nos termos da teoria da asserção, o momento de verificação das condições da ação se dá no primeiro contato que o julgador tem com a petição inicial, ou seja, no instante da prolação do juízo de admissibilidade inicial do procedimento (REsp nº 879.188/RS, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, j. 21/05/09). Ou seja: à luz das afirmações deduzidas na

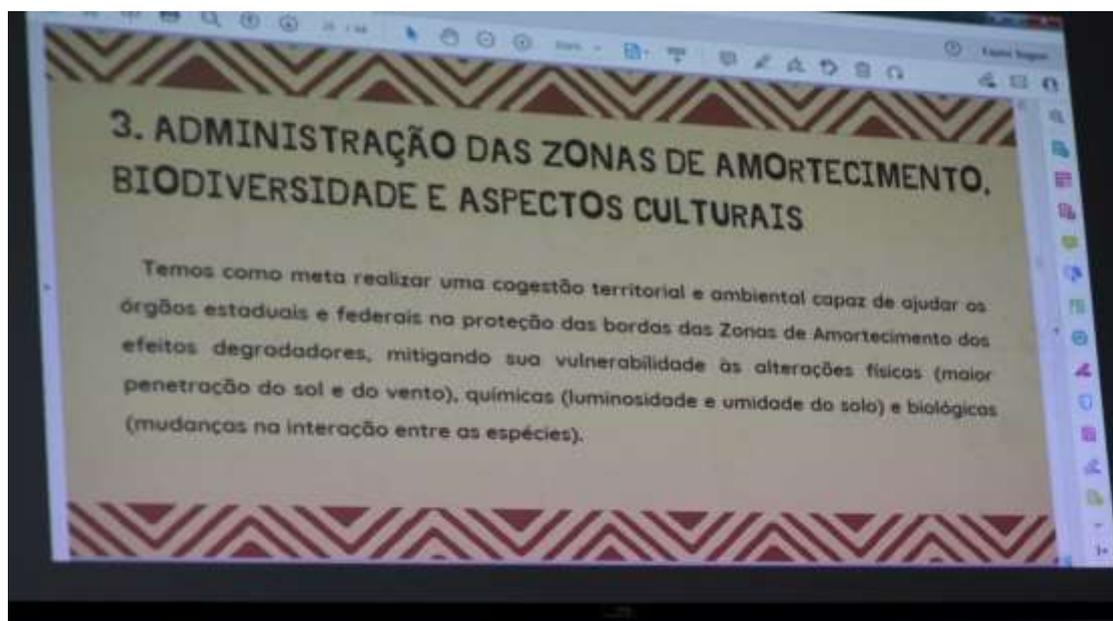
petição inicial, dispensa-se qualquer atividade instrutória. Quanto à questão da natureza pública da área objeto da ação de reintegração de posse, tem-se que a ocupação de área pública, quando irregular, de fato não pode ser reconhecida como posse, mas como mera detenção. Inteligência do artigo 1.208 do Código Civil. Sabendo-se que a ocupação de bem imóvel, localizado em área de domínio público, caracteriza mera detenção, de caráter precário, não podendo gerar efeitos possessórios, de nada valerá à ré tentar tisanar a posse do autor, porque isso invalidará ainda mais a própria posse alegada. Para a procedência da ação de reintegração de posse, a parte autora deverá comprovar sua posse anterior, a existência de esbulho, sua data e a perda da posse, pelo que a ação em exame constitui interdito passível de ser ajuizado por todo aquele que for desapossado da coisa, de forma injusta, com o fim de reavê-la. Desse modo, a prova da função social da propriedade não é requisito essencial ao deferimento das tutelas possessórias, a teor do disposto no vigente Código de Processo Civil. De fato, por não estar inserido no rol dos requisitos exigidos pelo art. 561 do Código de Processo Civil, o cumprimento da função social não é passível de aferição, sendo certo que eventual discussão acerca desse ponto, a saber, a função social da propriedade, ultrapassa os limites da ação possessória. Aliás, destaco que, embora seja inegável a importância da função social da propriedade na ordem jurídica vigente, contando inclusive com proteção constitucional a relativizar o direito de propriedade, a lei jamais exigiu a comprovação de seu cumprimento para fins de proteção possessória. No tocante à preliminar de cerceamento de defesa, melhor sorte não socorre a apelante. Afinal, depois da pormenorizada análise da prova documental, a juíza houve por bem confirmar a liminar, embora em sede recursal, ao entendimento de restarem suficientemente demonstrados os requisitos constantes do referido artigo 561 do Código de Processo Civil. A toda evidência, não está a juíza obrigada à realização de provas inúteis e desnecessárias, quando já esteja devidamente convencida. Seria o caso se do conjunto probatório existente a juíza não estivesse suficientemente convencida dos requisitos necessários. Também alegou a ré que teria sido surpreendida com a prolação da sentença, fazendo referência implícita ao artigo 10 do Código de Processo Civil, segundo o qual o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício. De fato, o dispositivo apontado proíbe a chamada decisão surpresa, quando o juízo traz questão não discutida nem pelo autor, nem pelo réu. Vê-se, entretanto, que a fundamentação adotada na sentença foi suficiente para respaldar a decisão tomada pelo juiz, observando-se que as questões inerentes ao processo possessório estavam nos autos e foram debatidas pelas partes, pelo que ausente o pressuposto a ensejar a pretensão da apelante, eis que não se violou o disposto nos artigos 9º e 10º do Código de Processo Civil, que consagram o princípio do contraditório em sua dimensão efetiva, destacando o segundo o princípio da não surpresa. No mérito, o autor trouxe aos autos a certidão do Registro Geral de Imóveis, provando a propriedade, do Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária - INCRA, provando a regularidade fundiária, bem como comprovantes de regularidade fiscal, ITR e CND, assim como que houve posse anterior e prova do esbulho realizado pela ré, em período menor que 01 (um) ano e dia, não haveria caminho outro que não a concessão da antecipação da tutela e a sua confirmação na sentença hostilizada. E, a toda evidência o esbulho pode ser entendido como o ato pelo qual o possuidor se vê privado da posse, violenta ou clandestinamente, como também por abuso de confiança. De fato, na observância da legislação mencionada, o autor instruiu a inicial com todos aqueles documentos que comprovam de forma contundente os requisitos exigidos nos termos do art. 561 do Código de Processo Civil, ou seja, a prova da posse (fls. 15/33, 53/54 e 56), prova do esbulho (fls. 34/51 e 52) e data do esbulho (fls. 06), ainda definindo que os documentos de fls. 34/51, 52 comprovavam que o réu estava privando o autor da posse sobre o bem objeto do litígio, bem como que, da documentação acostada, em especial a de fls. 15/33, 53/54 e 56, a parte autora tinha, até então, a posse da referida área. Observância do disposto no art. 373 do Código de Processo Civil. Sentença mantida. Recurso a que se nega provimento. “



MOVIMENTO INDIGENA DE OCUPAÇÃO, LANÇOU NOTA SOBRE A SENTENÇA

Representados pela União Nacional Indígena (UNI) “disseram que foram surpreendidos negativamente” com a “decisão arbitrária” de reintegração de posse:

"A UNI e os povos indígenas presentes no local, foram surpreendidos negativamente, na manhã deste dia 11/07/2022, com uma decisão arbitrária de reintegração de posse da sede do imóvel do INEA, uma área estimada em 3.667,21m², conforme descrito na petição inicial. Ocorre que, o Inea, parte ré do processo, quedou-se inerte todo esse tempo, e com isso o Juízo de Direito da Comarca de Mangaratiba/RJ, julgou o processo à revelia, considerando que os fatos narrados na inicial são verdadeiros. A UNI, por sua vez, se manifestou tempestivamente nos autos, onde foram juntados: procuração e embargos. Tais petições foram ignoradas pelo Magistrado antes da tomada decisória, o que entendemos ser cerceamento de defesa, descumprimento de preceito basilar de nossa Constituição Federal, principalmente no que diz respeito aos povos indígenas. Na sentença, o Juiz determina a reintegração da área disposta no texto da petição inicial, todavia ressaltamos que o imóvel do INEA não estava ocupado, e que o oficial de justiça e os policiais que estão no local questionam a metragem alegada pelos indígenas, porém sem apresentar laudo técnico ou um profissional capacitado para isso. Houve ainda uma visita do oficial de justiça ao local, onde se atestou a não existência de danos ambientais, bem como fora registrada a localização onde estava sendo feita a ocupação, restando evidente as alegações feitas na exordial. Ademais, no cumprimento da referida decisão judicial, não há a presença de um topógrafo, profissional indicado para fazer a medição territorial correta e exata, impossibilitando o mapeamento correto para a demarcação. Desta forma, não se pode comprovar sequer que a ocupação está ocorrendo num local impróprio. Por conseguinte, é nítida a má fé em exigir a retirada dos povos indígenas do local sem provas periciais no que cerne ao mapeamento do território e sem nenhum aparo a estes ou uma opção temporária de realocação como forma de resolução pacífica e temporária do litígio. Para nós, é também incompreensível o "jogo de empurra" por parte do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual. O primeiro, em 24/05/2022, declinou competência para o segundo. Porém, na última sexta-feira, o Ministério Público Estadual juntou parecer nos autos do processo de reintegração alegando o seguinte: "este membro do Ministério Público declara, no exercício da sua independência funcional, não haver interesse público que justifique a sua intervenção no processo em epígrafe". Além destes, Polícia Federal foi devidamente acionada pelas lideranças indígenas e pelo corpo jurídico, porém sem sucesso. Ao ser contatada, a PF informou que o MPF declinou competência em 24/05/2022, e com isso a sua atribuição se esgotou. Tais delegações desnecessárias são provas suficientes do descaso para com a causa indígena, além de demonstrar interesse protelatório para que não houvesse resolução favorável aos povos originários, que desde o início da retomada vem sofrendo ameaças, agressões verbais e preconceito tanto por parte dos governantes quanto por parte da população. Vale ressaltar que não foi determinado pelo juiz a presença de um profissional que pudesse fazer a metragem da área reivindicada, para o cumprimento integral da decisão judicial, restando comprovada a demarcação apenas pelos documentos protocolados junto a inicial nos autos processuais. Sem tais ônus periciais que reafirmem o não pertencimento do território à Mangaratiba juntamente a falta de análise judicial aos embargos declaratórios, procuração e notas de apoio emitidas, é cristalino para nós a arbitrariedade conjunta dos órgãos nessa decisão desfavorável e inescrupulosa, onde a parte hipossuficiente neste caso, obtém constantemente seus direitos violados e sendo agredidos verbal e fisicamente por lutarem pé".



Prefeito teve cargo cassado no início do ano – [O GLOBO](#) Nota - divulgação

No início do ano, Alan Bombeiro e o vice-prefeito Alcimar Moreira Carvalho (Patriota) tiveram os mandatos cassados pela Justiça Eleitoral por abuso de poder político-econômico, por conta da contratação de mais de mil cargos comissionados temporários no período eleitoral de 2020, segundo a acusação, para angariar votos, mas a pena foi substituída pelo pagamento de multa e os cargos foram recuperados.

Projeto de Ocupação – [Cunhambebe](#) – sobre a [história da Confederação dos Tamoios 1554 a 1567](#) . [Plano de Cogestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Cunhambebe Pindorama](#): “É resultado de um processo de construção coletiva das nações originárias, unidas e autodeterminadas em promover o resgate do território sagrado para o povo indígena e suas futuras gerações”.

[O jornal FOCO](#): O plano de cogestão entre as nações indígenas presentes em Cunhambebe Pindorama, é uma proposta de governança baseada no desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades de agricultores familiares e aldeias indígenas presentes na terra indígena. Foi no litoral sul fluminense que o grande líder tupinambá, Cunhambebe, junto com chefes de seis aldeias diferentes, uniram-se para formar a Confederação dos Tamoios em defesa de seu território. O mesmo território hoje retomado pelos Pataxó, Aimoré, Kadiweu, Kaiapo, Baré, Baniwa, Kariri, Kariri Sapuya, Krenak, Kuikuro, Xavante, Kamakã Mongoio, Kambiwá, Bocum, Bainã, Tupinambá, Munduruku, Arapiuns, Yanomamy, Xukuru, Maytapu, Tupiniquim, Tapuia e outras nações dos povos originários.



Fotos de Reinaldo Potiguara- Coordenador de Comunicação do Cedind-

Nota do Parque Cunhambebe – [Nota esclarecimento](#):

A Fundação Nacional do Índio (Funai) vem a público esclarecer que acompanha juntamente com os órgãos de segurança pública e ambiental os fatos ocorridos no Parque Estadual Cunhambebe, no Rio de Janeiro, bem como seus desdobramentos, decorrentes de invasão da unidade de conservação ambiental por um grupo de indígenas da Bahia. Cumpre ressaltar que a Funai reconhece a organização social, os usos, costumes e tradições, bem como a pluralidade étnica-cultural das diversas comunidades indígenas, entretanto, não exerce tutela orfanológica de indígenas que se encontram em pleno gozo de seus direitos civis, possuam grau de discernimento e estágio adequado de compreensão dos hábitos da sociedade nacional, com ela interagindo de forma perene e continuada, os quais são perfeitamente responsáveis por

suas ações. Uma vez reconhecida a plena capacidade de tais indígenas e a não recepção do instituto da tutela orfanológica prevista no Estatuto do Índio, por via de consequência, deve ser admitida a legitimidade passiva para responderem pelos atos que praticam, já que enquanto legitimados passivos também exercem a defesa de seus direitos. Cabe destacar, ainda, que eventuais questões envolvendo a vulnerabilidade social também não excluem a potencial responsabilização por ilícitos cometidos. Nesse sentido, é o entendimento já consolidado pela Jurisprudência, inclusive do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “Os indígenas integrados à sociedade, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.001/73, não se sujeitam ao regime tutelar especial estabelecido pelo Estatuto do Índio” (REsp 737285/PB – STJ – Relatora Ministra Laurita Vaz – DJ 08/11/2005); “O Estatuto do Índio só é aplicável ao indígena que ainda não se encontra integrado à comunhão e cultura nacional. O indígena que está em pleno gozo de seus direitos civis, inclusive possuindo título de eleitor, está devidamente integrado à sociedade brasileira, logo, está sujeito às mesmas leis que são impostas aos demais cidadãos nascidos no Brasil” (HC 88853/MS – STJ – Relatora Ministra Jane Silva – DJ 11/02/2008); “Uma vez integrado à comunhão nacional, encontra-se o índio no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, cessando a tutela exercida pela FUNAI/União” (AC 2003.71.04.005390-2/RS – TRF da 4ª Região – relatora Desembargadora Federal Maria Lúcia Luz Leiria – DJ 11/02/2009); “Descabe falar na incidência do Estatuto do Índio quando o índio está integrado à vida urbana e à sociedade, não necessitando, pois, de tratamento diferenciado” (HC 0003971-78.2014.827.0000 – TJTO – Relator Desembargador Eurípedes Lamounier – DJ 19/08/2014); “O indígena que está em pleno gozo de seus direitos civis está devidamente integrado à sociedade brasileira, logo, está sujeito às mesmas leis que são impostas aos demais cidadãos brasileiros” (AC 0090.10.000428-3 – TJRR – Relatora Desembargadora Tânia Vasconcelos Dias – DJ 04/02/2014. No mesmo sentido, reafirmando o entendimento, cite-se o Recurso Especial nº 1.650.730/MS – Superior Tribunal de Justiça – Relator Ministro Mauro Campbell Marques – DJ 20/08/2019. Lado outro, enquanto instituição pública, calcada na supremacia do interesse público, a Funai não coaduna com nenhum tipo de conduta ilícita, cabendo destacar o empenho e a promoção de ações para conscientização junto às comunidades indígenas acerca da inviabilidade da prática de atos ilícitos. No caso, o trabalho é realizado pela unidade descentralizada da fundação localizada em Itanhaém (SP), a qual acompanha o caso. **Assessoria de Comunicação / Funai**” – Comunicações e Transparência Pública.



Resumo da História Econômica e Social de Mangaratiba - [Por Mirian Bondim](#) - 2015

[...] “Produzir um livro de História é como montar um grande quebra cabeça onde as peças precisam ser muito bem analisadas para serem encaixadas no lugar certo. No momento em que vão se encaixando, o quadro vai se revelando. Muitas informações soltas circulam, por meios de comunicação, sem serem processadas, nem tão pouco analisadas. O trabalho do historiador não é o de somente divulgar informações soltas sobre fatos históricos, (isso, os veículos de comunicação já fazem muito bem), nem de impor suas conclusões ao leitor. Mas sim, o de contribuir com a leitura da realidade, pesquisando bem o assunto, analisando sua importância e dispondo as informações de forma bem organizada, para que o sujeito possa não somente entendê-la, como também, compreender a montagem, desmontagem da mesma para transformar-se em um agente na construção de um mundo mais justo”.

BRACUÍ - ALDEIA SAPUCAÍ – REUNIÃO DO CEDIND - Realizada em 11/03/2023,

[Reunião Ordinária do Cedind – Aldeia Sapucaí](#), em Bracuí, Angra dos Reis, realizada na Opy – Casa de Reza.



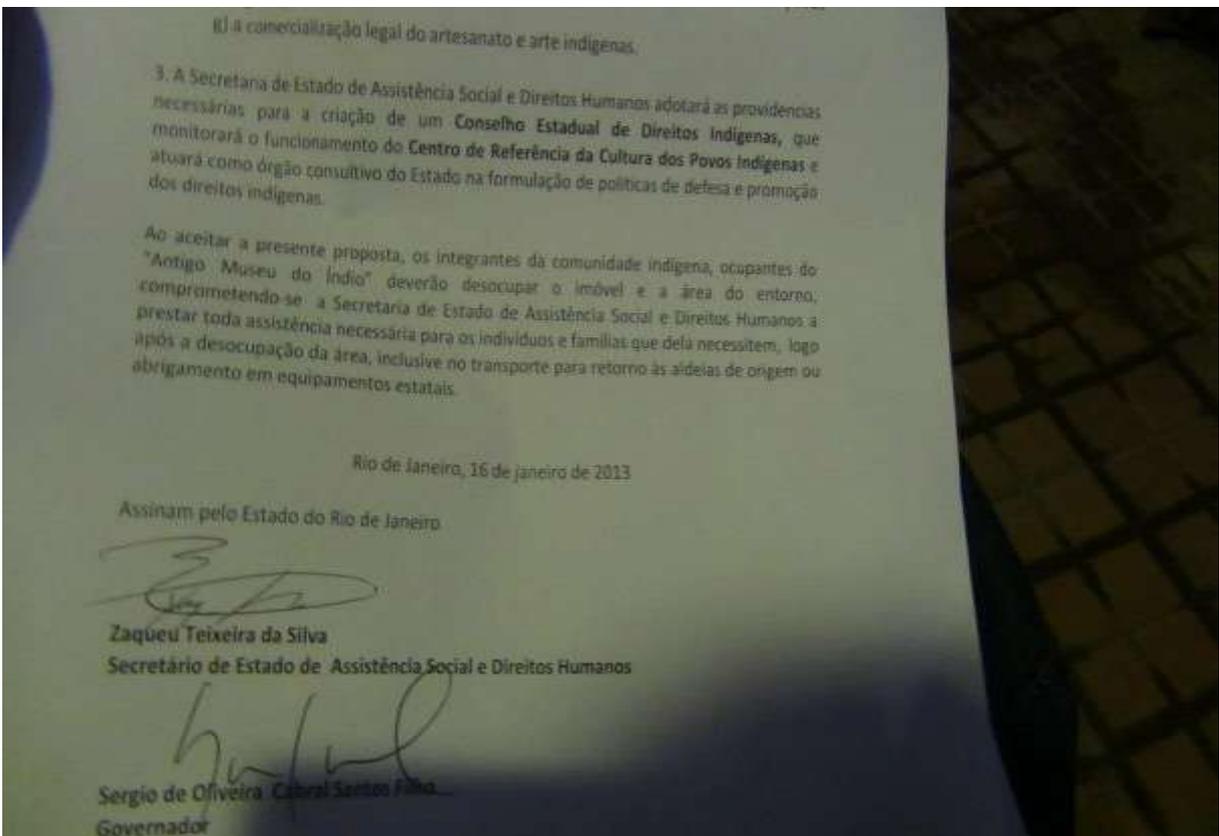
PARTICIPANTES INDÍGENAS QUE FALARAM EM NOME DE SUAS COMUNIDADES: residente aldeado do CEDIND: Nino Benite da Aldeia Araponga, Paraty Cacique Augustinho da Silva da Aldeia Araponga, Paraty Cacique Argemiro da Silva da Aldeia Sapucaí, Angra dos Reis Cacique Pedro Mirim da Aldeia Itaxim, Paraty Vice Cacica Neusa da Aldeia Rio Pequeno, Paraty Vice Cacica Marta da Aldeia Araponga Liderança Amarildo Nunes da Aldeia Mata Verde Bonita, Maricá Liderança Edy da Silva da Aldeia Ara Hovy de Itaipuaçu Liderança Júlio Garcia da Aldeia Sapucaí Liderança Lucas da Aldeia Sapucaí. Representantes Contexto Urbano: AULA/Reinaldo Potiguara/ Rede Grumim/Sergio Ricardo/Verde; Marize Viera/Jacutinga; Zelia/Ressurgência Puri



PRINCIPAIS PRIORIDADES EXPOSTAS PELOS CACIQUES E LIDERANÇAS: Prioridades específicas de cada aldeia Guarani do Rio de Janeiro: • Aldeia Araponga de Paraty: o Via de acesso a aldeia para chegada de ambulâncias e carros em caso de emergência • Aldeia Itaxim de Paraty Mirim: o Melhoria do abastecimento de água e do saneamento básico da aldeia o Construção de um Centro Cultural na aldeia o Melhoria da loja de artesanato da aldeia • Aldeia Arandu Mirim do Saco de Mamanguá em Paraty: o Barco para 7 pessoas e motor de 50hp para garantir o acesso a aldeia em dias de mar agitado e maré forte o Instalação de sistema fotovoltaico (placas solares) para prover a comunidade de Arandu de energia elétrica e internet • Aldeia Rio Pequeno de Paraty: o Conclusão do processo demarcatório do território da aldeia • Aldeia de Sapukaí de Bracuí, Angra dos Reis: o Conclusão da implantação do tanque de piscicultura na aldeia e apoio na compra de ração e alimentação verde dos peixes com lentilha d'água o Melhorias na estrada de acesso a aldeia o Melhorias e ampliação das salas de aula da escola da aldeia • Aldeia Iriri de São Gonçalinho em Paraty: o Regularização fundiária do território da aldeia Pataxó do Iriri • Aldeia Ara Hovy de Itaipuaçu: o Regularização fundiária da área prometida pela prefeitura para reassentar a comunidade da aldeia o Construção da nova aldeia pela prefeitura de Maricá, Codemar e Somar • Aldeia Mata Verde Bonita de São José de Imbassai em Maricá: o Regularização fundiária do território da aldeia.



Prioridades gerais de todas as aldeias indígenas do Rio de Janeiro: • Melhorias da educação escolar indígena em todas as aldeias o Criação no plano de cargos e salários da SEEDUC do cargo de professor indígena e demais cargos (auxiliar de ensino, merendeiras, professor da língua e cultura Guarani etc.) afins às escolas das aldeias para realização de concursos públicos para preenchimento dessas vagas o Correção imediata pela SEEDUC do salário dos “professores indígenas” que hoje em dia estão recebendo apenas uma remuneração de 800,00 a 900,00 mensais em forma de contratos temporários sem benefícios trabalhistas nem progressão de carreira o Idem para a prefeitura de Maricá que é responsável pela gestão das aldeias Mata Verde Bonita e Ara Hovy o Criação pela SEEDUC de diretorias de educação escolar indígena separadas para as aldeias de Angra e Paraty, ao invés de uma única diretoria como é hoje o Transformação pela SEEDUC das salas de extensão das aldeias de Paraty (Araponga, Itaxim e Rio Pequeno) em escolas estaduais o Implantação de materiais didáticos (livros, cartilhas, apostilas, vídeos) na língua nativa Guarani para as escolas das aldeias do Rio de Janeiro • Implantação de políticas públicas de segurança alimentar nas aldeias o Implantação do projeto já elaborado pela FIPERJ para introdução da piscicultura em todas as aldeias do Rio o Elaboração do projeto de extensão rural pelo EMATER para plantio de mudas de árvores frutíferas, mandioca, milho, hortas orgânica e medicinal e outros para alimentação dos indígenas • Criação de loja de artesanato indígena no centro histórico de Paraty para que as aldeias da Costa Verde, Paraty e Angra, possam vender seus artesanatos de forma estruturada ao invés de expor seus produtos no chão das ruas da cidade • Inclusão digital de todas as aldeias do estado do Rio com a implantação de Telecentros Comunitários em todas as aldeias conectados à internet • Dotação orçamentária da SEDSODH – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos para custear as reuniões do CEDIND/RJ – Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro a serem realizadas ao menos duas vezes por ano em cada aldeia de Paraty, Angra dos Reis e Maricá • Acompanhamento e execução das ações judiciais já transitadas em julgado contra a SESAI e Eletronuclear para efeito de implantação a curto e médio de saneamento básico e outras necessidades fundamentais das aldeias do Rio de Janeiro • Revisão do Projeto Tekohá feito há anos atrás pelas lideranças das aldeias de Angra e Paraty a fim de atualizar as prioridades dessas comunidades indígenas nos dias de hoje.



Sexta Sessão Temática – 6

EXTRATO DA ATA DA I REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE MAIO DE 2025 DO CONSELHO DE DIREITOS INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CEDIND/RJ DO ANO DE 2025.

Ao vigésimo segundo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às 15:13min, foi iniciada Reunião Plenária Extraordinária em formato Híbrido (Presencial e virtual), com pauta única sobre a recomposição do CEDIND/RJ e a eleição das instituições não governamentais, cujos mandatos encontram-se expirados. Estiveram presentes os (as) seguintes conselheiros (as) representando os Indígenas Aldeados: 01- Vanderlei da Silva (Cacique Weraxunu Vanderlei - Aldeia Céu Azul). Poder Público: 01- Glauce dos Reis Pinto (SESDH/RJ) 02-Sra. Iana Moreira (SESDH/RJ); 03- Joana Tânia Pereira dos Anjos Raphael (SEEDUC/RJ); 04- Marcelo Luciano Vieira (SEDEC/RJ); 05- Ana Cláudia Lago Marinez Germard (SEDEC/RJ); 06- Glauce Mendes Franco (DPGE/RJ); 07- Izabel Missagia de

Mattos (UFRRJ). Representando os Indígenas em Contexto Urbano: 01- Carlos Antônio F. Machado Cacique Carlos Tukano (Associação Aldeia Maracanã); 02- Toni Lotar (Associação Aldeia Maracanã); 03- Dauá José da Silva (MRP); 04- Sérgio Ricardo Potiguara (GRUMIN); 05- Reinaldo de Jesus Cunha (AULA) e 06- Marize Vieira de Oliveira (Aldeia Jacutinga). Das Instituições Membros convidadas: 01- Carla Pontes de Albuquerque (UNIRIO); 02- Mariana Paladino (ABA). Justificaram: 1- Tania Amorim de Barros (SECEC/RJ); 02- Graciela Pagliaro (SES/RJ); 03- Kelly Cristina Russo de Souza (UERJ), e 04- Neusa Martins (Aldeia Rio Pequeno). Convidados: 01- Cristiane Lopes (SEDEC/RJ); 02- Ludinei B. Gimenes (Aldeia Céu Azul); 03- Rejane Francisco da Silva Nogueira (CONSEA/RJ); 04- Gracielle Justino (SEDEC/RJ); e Tania Mara dos Santos Ramos da Secretaria Executiva do CEDIND/RJ. Antes do início, o Sr. Dauá Puri pediu para fazer um cântico de abertura, para que a reunião transcorresse em paz. Iniciada a plenária às 15:13, a Conselheira representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Glauce Pinto, agradecendo a todos (as) presentes, por terem atendido a convocação extraordinária. Diante da presença de novos (as) representantes do poder público, os (as) presentes consignaram que os participantes deveriam se apresentar, o que foi feito. Em seguida, diante do fato do mandato dos Representantes Indígenas em contexto Urbano estarem expirados, verificou-se que a reunião seria realizada sem quórum qualificado, conforme informação constante no art. 13, §2º, da Seção I, da Resolução SEDHMI nº. 20, de 19 de dezembro de 2018 (Publicado em D.O 31/12/2018). Mediante a presença de 06 (seis) representações de cadeiras fixas, dentre as quais, um representante dos indígenas aldeados (Cacique Weraxunu Vanderlei - Aldeia Céu Azul). Depois foi feita uma contextualização da situação do CEDIND/RJ, apresentando os argumentos fáticos e de direito que ensejaram a necessidade de tal reunião e da pauta, eis que as atividades encontravam-se paralisadas por meses em razão da inércia do corpo de conselheiros (as) e que, com o decurso do tempo, sem a convocação de eleições, aqueles cujos assentos são elegíveis, encontram-se com os mandatos expirados, sendo certo que o Conselho não tem poder deliberativo, jamais poderia editar Deliberação prorrogando seus respectivos mandatos, o que incluía o Presidente do Conselho, o Cacique Carlos Tukano, eis que é representante do seguimento indígena em contexto urbano. Ainda, que o Presidente representante dos aldeados, não mais participava das atividades, não havendo de se falar em Mesa Diretora. Foi informado que, diante da necessidade de recompor o Conselho, para que retomasse as atividades, ofícios foram enviados para todas as instituições com cadeira fixa, solicitando a indicação de seus respectivos representantes. Houve extenso debate sobre a legitimidade dos representantes indígenas em contexto urbano no conselho, diante do fato de que seus mandatos teriam expirado. O pleno votou e aprovou por unanimidade, com ressalvas, a realização de processo eleitoral para a recomposição do CEDIND/RJ, havendo a necessidade de instituir uma comissão eleitoral para a escolha dos representantes indígenas em contexto urbano, sendo tais assentos não fixos, para a gestão do biênio 2025/2027. Os (As) conselheiros (as) apresentaram sugestões para a composição da comissão. Diante da ausência de outras representações de Indígenas Aldeados, a fim de cumprir o disposto no art. 33 da Resolução SEDHMI nº. 20/2018, foi posta em votação a proposta de composição da comissão que contemplaria 05 (cinco) seguimentos diferentes que se faziam presentes, sendo: Poder Público Governamental, Poder Público Judiciário, Acadêmicos, Indígenas Aldeados e Indígenas de contexto urbano, através dos nomes: 01- Vanderlei da Silva (Cacique Weraxunu Vanderlei - Aldeia Céu Azul, 02- Marcelo Luciano Vieira (Secretaria de Estado de Defesa Civil - SEDEC/RJ), 03- Glauce Mendes Franco (Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro - DPGE/RJ), 04- Izabel Missagia de Mattos (Universidade Federal Rural do estado do Rio de Janeiro - UFRRJ) e 05- Reinaldo de Jesus Cunha (Associação universitária Latino-americana - AULA). Na sequência, o conselheiro Sérgio perguntou a secretária executiva do CEDIND/RJ, sobre o grupo de WhatsApp (CEDIND/RJ Conselheiros), pois haviam participantes que não são mais conselheiros (as) integrando o referido grupo, que rotineiramente, compartilhava dados sensíveis, o que lhe causava preocupação. A Secretária Executiva informou ao Sr. Sérgio e ao pleno que, desde que chegou para integrar a equipe deste Conselho, em abril de 2024, não obteve dos administradores do grupo informações das representações que de fato faziam parte da gestão, bem como, não foi colocada como administradora no grupo do aplicativo de mensagens. Que dependia dos administradores (Toni Lotar e Cacique Carlos Tukano) para a realização de tal solicitação. Desta feita, Sr. Sérgio sugeriu ao o pleno a criação de um novo grupo, que foi aprovado pelo pleno. E foi criado naquele mesmo momento. Não havendo mais nada a tratar, os representantes indígenas entoaram cânticos de celebração e agradecimento. Dando por encerrada a Reunião Extraordinária às 17:24min. Eu, Tania Mara dos Santos Ramos lavrei e redigir a presente ATA

que vai assinada pela Sra. Glauce dos Reis Pinto, Superintendente da Assessoria Especial de Acompanhamento dos Conselhos do Estado do Rio de Janeiro - ASSCON/RJ, e conselheira Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e direitos Humanos do Rio de Janeiro - SEDSDH/RJ. Processo SEI310001/003238/2025. Rio de Janeiro, 22 de maio de 2025 GLAUCE PINTO Superintendente ASSCON.



Ritual de Noivado [Kalapalo](#) na aldeia maracanã em 2013







Reunião [Aldeia Maracanã](#), sobre articulação com o governo, com Carlos Tukano e Marize 2013/Foto: Reinaldo Vídeos: link: asfunrioaula: https://www.youtube.com/watch?v=HVjIb2MC_jQ



Reunião do Cedind – Aprovação do Calendário de Eleição 2026 a 2028



Foto de Reinaldo Potiguata da Reunião Cedind – 2019 na Biblioteca Parque

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS INDÍGENAS DO RIO DE JANEIRO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA O BIÊNIO 2026/2028. O CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS INDÍGENAS torna público que, em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro – CEDIND/RJ, fica convocada a Assembleia para a eleição de 6 (seis) Conselheiros Titulares, e seus respectivos Suplentes, de Representantes de organizações indígenas diversas da sociedade civil organizada, de direito privado, sem fins lucrativos, não importando sua denominação ou especificidade de estruturação (Associação, Oscip, Coletivo, Movimento, Centro Cultural, Instituto, Cooperativa etc.) que tenham como finalidade precípua a promoção e defesa dos direitos indígenas, com respaldo das suas respectivas comunidades indígenas, que sejam representativas dos indígenas em contexto urbano e com trabalhos reconhecidos na questão indígena no Estado do Rio

de Janeiro para, nos termos e limites do presente Edital, compor o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas no Estado do Rio de Janeiro – CEDIND/RJ para o biênio 2026/2028, em conformidade com o artigo 4º, inciso I, alínea b, do referido Decreto nº 46.218 de 11 de janeiro de 2018 e artigo 4º, inciso I, alínea b, do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro.

1. DOS OBJETIVOS

1.1 – Este Edital tem por objetivo normatizar os procedimentos relativos ao preenchimento das vagas abertas no Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro - CEDIND/RJ para Representantes de organizações indígenas diversas da sociedade civil organizada, de direito privado, sem fins lucrativos, com respaldo das suas respectivas comunidades indígenas, não importando sua denominação ou especificidade de estruturação (Associação, Oscip, Coletivo, Movimento, Centro Cultural, Instituto, Cooperativa etc.), que tenham como finalidade precípua a promoção e defesa dos direitos indígenas e que sejam representativas dos indígenas em contexto urbano, bem como possuam trabalhos reconhecidos na questão indígena no Estado do Rio de Janeiro, nos termos deste Edital, para o biênio 2026/2028, em atendimento artigo 4º, inciso I, alínea b, do referido Decreto nº 46.218 de 11 de janeiro de 2018 e artigo 4º, inciso I, alínea b, do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro.

1.2 – Serão, ao todo, 06 (seis) vagas para organizações/associações indígenas da sociedade civil organizada, não importando sua denominação ou especificidade de estruturação (Associação, Oscip, Coletivo, Movimento, Centro Cultural, Instituto, Cooperativa etc.), com respaldo das suas respectivas comunidades indígenas e que sejam representativas dos indígenas em contexto urbano no Estado do Rio de Janeiro, devendo cada uma das Entidades participantes do processo eleitoral indicar um(a) Conselheiro(a) Titular e um (a) Suplente.

1.3 – O calendário eleitoral será estabelecido no Anexo I deste Edital, o qual, com seus anexos, será devidamente publicado no Diário Oficial.

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar do presente processo eleitoral e pleitear a inscrição visando compor a Gestão 2026/2028 do CEDIND/RJ, Organizações/Associações indígenas diversas da sociedade civil organizada, de direito privado, sem fins lucrativos, não importando sua denominação ou especificidade de estruturação (Associação, Oscip, Coletivo, Movimento, Centro Cultural, Instituto, Cooperativa etc.), de promoção e defesa dos direitos indígenas, com respaldo das suas respectivas comunidades indígenas e que sejam representativas dos indígenas em contexto urbano, devendo cada uma das Entidades eleitas indicar um(a) Conselheiro(a) Titular e um (a) Suplente.

Parágrafo único – Será assegurada ampla e representativa participação às Entidades indígenas que atuam por intermédio de Organizações/Associações indígenas, não importando sua denominação ou especificidade de estruturação, interessadas e historicamente comprometidas com a causa dos direitos indígenas, desde que haja comprovação documental da sua constituição, da sua composição e das suas atividades, independentemente de inscrição no CNPJ, bem como possuam trabalhos reconhecidos na questão indígena no Estado do Rio de Janeiro, há, no mínimo, dois anos, contados retroativamente da data da publicação deste Edital, e que se façam representar por indígenas e/ou membros não indígenas formalmente integrantes da Organização/Associação e também notoriamente comprometidos com a causa indígena, os quais possuam e demonstrem o respaldo inequívoco da respectiva comunidade indígena em contexto urbano no Estado do Rio de Janeiro que representam.

3- DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL

3.1 – O pedido de inscrição e entrega dos documentos para participação no processo eleitoral deverão ser entregues, presencialmente, no período de dez dias úteis, conforme o calendário constante no Anexo I deste Edital, no Edifício Pedro II, situado na Praça Cristiano Ottoni s/nº, sala 752-b, das 10:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00, ou, ainda, na hipótese específica do artigo 3.1.1. deste Edital, por via eletrônica através do e-mail cedindrj@sedsdh.rj.gov.br, até às 15h59min do dia do encerramento das inscrições, previsto no calendário constante no Anexo I deste Edital.

3.1.1 – Caso a sede da Organização/Associação indígena esteja localizada em Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, ou seja, fora da capital e dos demais municípios da região Metropolitana (Grande Rio – Lei Complementar nº 184 de 27 de dezembro de 2018), será facultada a inscrição, por via eletrônica, devendo toda a documentação, a qual, será, preferencialmente, digitalmente certificada, ser enviada para o endereço eletrônico cedindrj@sedsdh.rj.gov.br, até as 15:59 do prazo limite das inscrições, previsto no calendário constante no ANEXO I deste Edital, estando, condicionalmente, também necessariamente sujeita à conferência da documentação original, ou autenticada, no dia da Assembleia de eleição, a ser, nesta data, presencialmente apresentada pelo Representante legal da Entidade, nos termos previstos neste Edital no artigo 7.1.1

3.2 – A inscrição poderá ser efetivada por qualquer das seguintes pessoas: I – pelo(a) Dirigente/Representante legal da Organização/Associação indicado(a) na Ata de Eleição

(artigo 3.3. inciso IV); II – por aquele(a) que o(a) Dirigente/Representante legal indicar como Conselheiro(a) Titular; III - por aquele(a) que o(a) Dirigente/Representante legal indicar como Conselheiro(a) Suplente; IV – por qualquer pessoa munida de procuração pública ou particular com firma reconhecida, outorgada pelo(a) Dirigente/Representante legal, com poderes especiais para realizar a inscrição. 3.2.1 – No momento da inscrição também deverá ser fornecido número de telefone e endereço eletrônico (e-mail) da Entidade indígena, se houver, e/ou de uma das pessoas indicadas no artigo 3.2, para a finalidade de recebimento de comunicações por parte da Secretaria Executiva do CEDIND, em regra, ou, excepcionalmente, da Comissão Eleitoral, sem prejuízo das informações e comunicações que serão necessariamente divulgadas, pela secretaria executiva, no Diário Oficial e no site oficial da SEDSDH. 3.3 – O pedido de inscrição no processo eleitoral deve ser acompanhado de todos os seguintes documentos: I - original do formulário padrão de inscrição, constante no Anexo II a este Edital, devidamente preenchido, sem rasuras nem ressalvas e assinado por uma das pessoas listadas no item 3.2.; II – cópia autenticada do Estatuto Social da Organização/Associação Indígena ou documento assemelhado, preferencialmente registrado em cartório, (ou cópia simples do Estatuto Social da Organização/Associação Indígena ou documento assemelhado, preferencialmente registrado em cartório, acompanhada do documento original para autenticação, pela secretaria executiva, no momento da inscrição) bem como número de CNPJ, se houver; III – cópia autenticada em cartório ou cópia simples, acompanhada do(s) documento(s) originais, para autenticação pela secretaria executiva, da(s) ata(s) original(ais) da Assembleia de fundação da Organização/Associação Indígena ou documento constitutivo assemelhado, admitindo-se, excepcionalmente, que o mesmo documento reúna tanto o equivalente ao Estatuto Social quanto o equivalente à(s) ata(s) de fundação da Organização/Associação desde que ambas as finalidades possam ser devidamente identificadas; IV – cópia autenticada em cartório ou cópia simples, para autenticação pela secretaria executiva, acompanhada da ata original, ou documento assemelhado, da Assembleia/Reunião de eleição da atual diretoria, com a indicação expressa e nominal de seu/sua Dirigente/Representante legal eleito(a) e no exercício pleno do mandato, nos termos do Estatuto Social (ou documento assemelhado), e ainda, preferencialmente, com a designação dos(as) demais componentes eleitos(as) do corpo social, especialmente, se for o caso, entre estes, a designação dos possíveis membros não indígenas que atendam às exigências dos parágrafos únicos dos artigos 2.1 e 4.1. deste Edital; V – relatório de atividades dos anos de 2023/2024/2025, relativas, no mínimo, aos 02 (dois) anos anteriores à publicação deste Edital, que comprove a efetiva, contínua e consistente atuação na defesa, garantia ou promoção dos direitos indígenas, atendido ao disposto no artigo 3.3.1; VI - declaração, sob as penas da Lei, do Dirigente/Responsável Legal de que a Organização/Associação Indígena cumpre os requisitos deste Edital e não está enquadrada nas seguintes vedações: a) integre, participe ou seja membro de Entidade já inscrita no processo eleitoral, salvo se tal participação ocorrer em fóruns, redes, comissões, grupos de trabalho, conselhos ou atividades assemelhadas; b) tenha sede fora do Estado do Rio de Janeiro; c) seja estatal ou esteja submetida a regime de direito público; d) tenha finalidade lucrativa. VII – Indicação formal, citando nome completo e qualificação, firmada pelo(a) Dirigente/Representante legal eleito(a) da Organização/Associação Indígena, na forma do seu Estatuto ou documento correlato, dos(as) candidatos(as) a Conselheiros(as), tanto o(a) candidato(a) a Representante Titular quanto o(a) candidato(a) a Suplente, os quais, deverão integrar oficialmente o corpo social da referida Entidade, sejam indígenas ou não indígenas, desde que, nessa segunda hipótese, atendido o disposto nos parágrafos únicos dos artigos 2.1 e 4.1. deste Edital. VIII – Os(as) candidatos(as) a Conselheiros(as), tanto o(a) candidato(a) a Representante Titular quanto o(a) candidato(a) a Suplente, indicados pelo Representante Legal da Organização/Associação Indígena, mesmo na hipótese do artigo 3.1.1., necessariamente participarão, presencialmente, da Assembleia de Eleição, ressalvada a hipótese, devidamente justificada, de motivo inesperado e imprevisível de caso fortuito ou força maior, como, por exemplo, tragédia climática, acidente ou doença muito grave que impossibilite a locomoção. IX – O(a) próprio(a) Representante legal eleito(a) da Organização/Associação Indígena, poderá se candidatar tanto para a função de Conselheiro Representante Titular da Entidade junto ao CEDIND/RJ, quanto para a de Suplente. 3.3.1 – O relatório de atividades de que trata o inciso V do item 3.3 não poderá ser genérico, devendo efetivamente comprovar, minuciosamente, inclusive na forma documental, a atuação contínua e consistente na área da defesa e promoção dos direitos indígenas mediante a especificação detalhada das atividades, bem como dos resultados obtidos. 3.3.2 – Não serão aceitos pedidos de inscrição apresentados com documentação incompleta, com rasuras ou ressalvas, mesmo na hipótese do artigo 3.1.1, ou, ainda, fora

do prazo ou do horário estabelecido para o recebimento das inscrições. 3.3.3 – Caberá à secretaria executiva do CEDIND receber o pedido de inscrição e a documentação exigida, conforme artigos 3.1, 3.1.1., 3.2 e 3.3 incisos I a IX, sendo responsável pela triagem preliminar do cumprimento dessas exigências, cabendo-lhe ainda, se couber, a autenticação de cópias de documentos após a sua conferência com os originais. 3.3.4 – O pedido de inscrição, caso a documentação esteja completa, cumpridos todos os requisitos dos artigos 3.2 e 3.3, mesmo na hipótese do artigo 3.1.1, receberá, da secretaria executiva, após a triagem preliminar a que se refere o artigo 3.3.3., um número de protocolo. 3.3.5 – A Comissão Eleitoral apreciará os pedidos de inscrição no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme calendário eleitoral previsto no ANEXO I deste Edital. 3.3.6 – A Comissão Eleitoral verificará, a qualquer tempo, a autenticidade e a veracidade de quaisquer declarações prestadas ou documentos apresentados. 4 – DAS VAGAS 4.1 – Serão, ao todo, 06 (seis) vagas para Entidades indígenas da sociedade civil organizada, de direito privado, sem fins lucrativos, de promoção e defesa dos direitos indígenas, não importando sua denominação ou especificidade de estruturação (Associação, Oscip, Coletivo, Movimento, Centro Cultural, Instituto, Cooperativa etc.) com respaldo das suas respectivas comunidades indígenas e que sejam representativas dos indígenas em contexto urbano, devendo cada uma das Entidades eleitas indicar um(a) Conselheiro(a) Titular e um (a) Suplente. Parágrafo único – Será assegurada ampla e representativa participação às Entidades indígenas que atuam por intermédio de organizações/associações, não importando sua denominação ou especificidade de estruturação, interessadas e historicamente comprometidas com a causa dos direitos indígenas, desde que haja comprovação documental da sua constituição e das suas atividades, independentemente de inscrição no CNPJ, bem como possuam trabalhos reconhecidos na questão indígena no Estado do Rio de Janeiro, há, no mínimo, dois anos, contados retroativamente da data da publicação deste Edital, e que se façam representar por indígenas e/ou membros não indígenas formalmente integrantes da Organização/Associação e também notoriamente comprometidos com a causa indígena, os quais possuam e demonstrem o respaldo inequívoco da respectiva comunidade indígena em contexto urbano no Estado do Rio de Janeiro que representam. 4.2 – Caso uma ou mais vagas previstas no item 4.1 deste Edital não seja preenchida, será feito um novo chamamento público para preenchimento das vagas ociosas. 5 – DA COMISSÃO ELEITORAL 5.1 – A Comissão Eleitoral do CEDIND-RJ, nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, será composta por: I – 03 (três) Representantes Indígenas; II – 02 (dois) Representantes do poder público. 5.2 – Compete à Comissão Eleitoral: I – coordenar todas as atividades relativas ao processo eleitoral do CEDIND-RJ; II – elaborar o Edital de eleição do CEDIND-RJ, o qual será formalmente ratificado pela Assembleia, por maioria simples, sem exigência de número mínimo de presentes; III – analisar, estabelecer exigências e decidir sobre o deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição no processo eleitoral; IV – decidir os recursos e impugnações do processo eleitoral; V – enviar o resultado da eleição para homologação; VI – coordenar a Assembleia de Eleição do CEDIND-RJ, na forma deste Edital. Parágrafo único: Em conformidade com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, após a apresentação e aprovação em Assembleia do trabalho preparatório da Comissão Eleitoral, o CEDIND/RJ publicará o Edital aprovado em Assembleia, contendo as regras e procedimentos relativos ao preenchimento das vagas abertas para as Entidades representativas dos Representantes indígenas em contexto urbano do Conselho, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias. 6 – DA ANÁLISE E DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES 6.1 – A Comissão Eleitoral, após a apreciação das propostas de inscrição conforme o artigo 3.3.5, por intermédio da secretaria executiva do CEDIND, deverá divulgar a lista preliminar, ainda não definitiva, tendo em vista a possibilidade de recursos e impugnações, de pedidos de inscrição deferidos e/ou indeferidos, bem como dos pedidos de inscrição ainda sob a condição de cumprimento de exigências, nos termos do artigo 6.1.1 alínea “b”, nas datas estabelecidas no calendário constante no Anexo I deste Edital, mediante comunicação aos endereços eletrônicos fornecidos pelas Entidades indígenas, segundo o disposto no artigo 3.2.1. deste Edital, bem como no Website oficial da SEDSDH, podendo também fornecê-las diretamente aos interessados que comparecerem pessoalmente no endereço constante do artigo 3.1. deste Edital. 6.1.1 – Poderá a Comissão Eleitoral, embora sempre considerando o disposto nos artigos 3.3.6. e 6.3 deste Edital, tomar três tipos de decisões: a) deferir o pedido de inscrição, observada, porém, no caso do artigo 3.1.1, a condicionante prevista no artigo 7.1.1; b) estabelecer exigências, inclusive no caso do artigo 3.1.1, para um possível deferimento ou indeferimento posterior da inscrição diante da hipótese da documentação se demonstrar insatisfatória ou inconsistente relativamente às exigências

constantes do artigo 3º deste Edital; c) indeferir o pedido de inscrição; 6.1.2 – Na hipótese de decisão proferida com base no artigo 6.1.1, alínea b, caberá à Entidade indígena cumprir as condições exigidas no prazo de cinco dias úteis, bem como caberá à Comissão Eleitoral deliberar sobre o cumprimento ou não dessas condicionantes também no prazo de cinco dias úteis, conforme datas estabelecidas no calendário eleitoral constante do Anexo I deste Edital, e, por intermédio da secretaria executiva do CEDIND, será divulgada essa deliberação mediante comunicação aos endereços eletrônicos fornecidos pelas Entidades indígenas, segundo o disposto no artigo 3.2.1. deste Edital, bem como no Website oficial da SEDSDH, podendo também ser fornecidas diretamente aos interessados que comparecerem pessoalmente no endereço constante do artigo 3.1. deste Edital. 6.2 – Da decisão de deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição, e consideradas as ressalvas do artigo 8.3 deste Edital, cabe impugnação ou recurso à Comissão Eleitoral, sempre fundamentadamente e na forma escrita, no prazo de cinco dias úteis, de acordo com o calendário eleitoral do ANEXO I do Edital, apresentado, pessoalmente, por uma das pessoas listadas no item 3.2 deste Edital, ressalvada a hipótese do artigo 3.1.1 em que o recurso também poderá ser interposto, por via eletrônica, por uma das pessoas listadas no artigo 3.2.. 6.2.1 – Somente após decorrido o prazo para cumprimento de condições, nos termos do artigo 6.1.1, alínea b e 6.1.2, se iniciará o prazo para interposição, por escrito e fundamentadamente, de recursos relativos ao indeferimento de inscrições, pelos interessados em ocupar as seis vagas oferecidas, sendo legitimados para esta interposição os mesmos que, nos termos do artigo 3.2, realizaram as inscrições, observado o calendário eleitoral constante do Anexo I deste Edital. 6.2.2 – Do mesmo modo, somente após decorrido o prazo para cumprimento de condições, nos termos do artigo 6.1.1, alínea b e 6.1.2, se iniciará o mesmo prazo para impugnações, por escrito e fundamentadamente, referentes ao deferimento das inscrições, caso em que a Impugnação só poderá ser efetuada pelos membros componentes do CEDIND, conforme artigo 4º, incisos I e II do Decreto nº 46.218 de 11 de janeiro de 2018, e artigo 4º, incisos I e II do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro, observado o calendário eleitoral constante do Anexo I deste Edital. 6.2.3 – O prazo para apreciação dos recursos e impugnações pela Comissão Eleitoral será de 05 (cinco) dias úteis, observado o artigo 8.3.1 deste Edital, e de acordo com o calendário eleitoral constante do ANEXO I deste Edital. 6.3 – A verificação de que Organização/Associação indígena prestou informação falsa ou não atendeu aos requisitos deste Edital acarreta a invalidação da sua inscrição em qualquer etapa do processo eleitoral. 6.4 – A listagem final das inscrições, com o deferimento ou indeferimento definitivo dos pedidos de inscrição pela Comissão Eleitoral, após a apreciação dos recursos ou pedidos de impugnação, será divulgado pela secretaria executiva do CEDIND mediante comunicação aos endereços eletrônicos fornecidos pela Entidade indígena, segundo o disposto no artigo 3.2.1. deste Edital, bem como, publicado em Diário Oficial na data prevista no calendário constante neste Edital, no Website oficial da SEDSDH, podendo, ainda, também ser fornecida diretamente aos interessados que comparecerem pessoalmente no endereço constante do artigo 3.1. deste Edital. 6.5 – A decisão da Comissão Eleitoral proferida em sede de recurso é definitiva e irrecorrível, sendo assegurado ao interessado o direito de informação acerca dos fundamentos para o indeferimento do pedido de inscrição, mediante requerimento escrito formulado à Comissão Eleitoral. 7 – DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO 7.1 – A Assembleia de Eleição para as 06 (seis) vagas abertas para o CEDIND-RJ, (Conselheiro(a)s Titulares e Suplentes), nos termos deste Edital, ocorrerá das 14:30 às 16:00, na data prevista no calendário eleitoral do Anexo I, no auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, localizada no Edifício Pedro II, Praça Cristiano Ottoni, s/º - 7º andar, Central do Brasil, Rio de Janeiro – RJ. 7.1.1 – Na hipótese do artigo 3.1.1, ou seja, na hipótese em que a sede da Organização/Associação indígena esteja localizada em Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido facultada, excepcionalmente a(o) inscrição/recurso, por via eletrônica, e tendo sido utilizada essa hipótese de inscrição/recurso, mesmo que tenha havido certificação digital de toda a documentação enviada, a secretaria executiva, primeiramente, e, na sequência, a Comissão Eleitoral, realizarão a conferência da documentação original, ou autenticada, a qual deverá ser apresentada (observadas, se for o caso, as ressalvas previstas no artigo 3.3. VIII, in fine), presencialmente, pelo(a) Representante legal da Entidade, independentemente da necessária presença dos(as) candidatos(as) a Representante Titular e Suplente, no dia da Assembleia, no período entre 10:30 e 11:30 da manhã, cabendo recurso, devidamente fundamentado, na forma escrita, até às 12:00, em caso de invalidação da inscrição, em conformidade com os artigos 3.3.2., 3.3.6, 6.3 e demais requisitos deste edital, o qual será devidamente analisado e decidido até às 12:30 do mesmo dia, observado o disposto nos artigos 7.7.1, se for o caso, e 8.3.3. 7.2 –

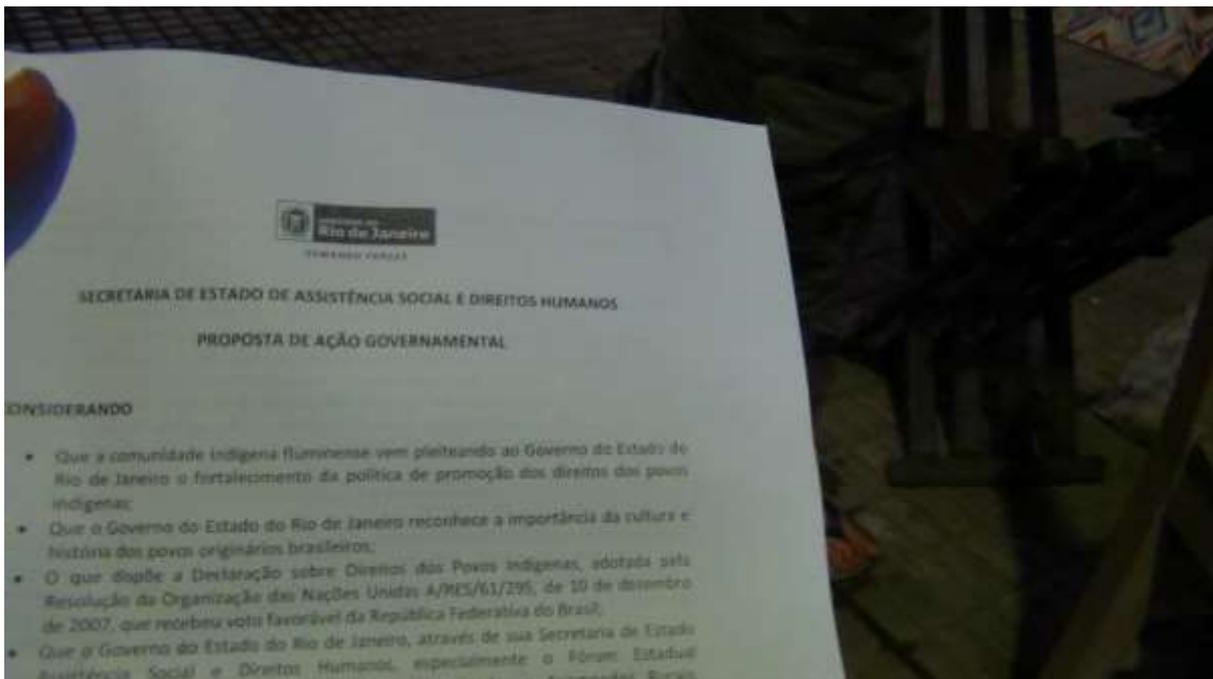
O CEDIND-RJ, não custeará nem reembolsará quaisquer despesas das Entidades participantes da Assembleia. 7.2.1 – Nos termos, porém, do artigo 37 do Regimento Interno do CEDIND/RJ, o qual estabelece que “compete à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos prover os recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao funcionamento do CEDIND/RJ, considerando o exposto no Decreto 46.218/2018, bem como o artigo 9º do referido Decreto, e visando a participação efetiva, na Assembleia de Eleição, dos Conselheiros Representantes dos indígenas aldeados, como eleitores, a SEDESDH necessariamente providenciará o transporte, ida e volta, dos citados Representantes, Titulares e/ou Suplentes, bem como pernoite em condições dignas e refeições (almoço e jantar no dia da eleição e café da manhã no dia seguinte, quando ocorrerá o retorno, respeitando as suas tradições alimentares), desde que feita a solicitação com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis. 7.2.2 – No caso dos Representantes de Organização/Associação indígena em contexto urbano que esteja localizada em Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, ou seja, fora da capital e dos demais municípios da região Metropolitana (Grande Rio – Lei Complementar 184/2018), poderá a SEDESDH avaliar também a possibilidade do fornecimento de transporte, ida e volta, dos citados inscritos, Titulares e Suplentes/Representante Legal, bem como pernoite em condições dignas e refeições (almoço, lanche e jantar no dia da eleição e café da manhã no dia seguinte, quando ocorrerá o retorno), desde que, também nesta hipótese, seja feita solicitação com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis. 7.3 – A Assembleia será coordenada e presidida pela Comissão Eleitoral de forma aberta, pública e transparente. 7.4 – Todos os participantes da Assembleia, apresentando documento oficial de identificação com foto, serão credenciados pela Secretaria Executiva, sob a supervisão da Comissão Eleitoral, no período compreendido entre 13:00 até 14:30, seja na qualidade de Conselheiros Eleitores, conforme artigo 4º, inciso I, alínea a (indígenas aldeados) e inciso II do Decreto nº 46.218 de 11 de janeiro de 2018 (Poder Público) e correspondente artigo 4º, inciso I, alínea a, e inciso II do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro, seja na condição de Representante legal da Entidade, na hipótese dos artigos 3.1.1 e 7.1.1., seja na condição de eleitores/candidatos a Representantes Titulares/Suplentes das Organizações/Associações indígenas devidamente inscritas para participar da eleição, para preenchimentos das 06 (seis) vagas destinadas a Representantes de indígenas em contexto urbano, nos termos deste Edital e em conformidade com o artigo 4º, inciso I, alínea b, do Decreto nº 46.218 de 11 de janeiro de 2018 e artigo 4º, inciso I, alínea b, do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro. 7.4.1 – Na hipótese das Organizações/Associações indígenas inscritas para participar da eleição para preenchimento das 06 (seis) vagas destinadas a Representantes de indígenas em contexto urbano, o direito de voto será exercido apenas pelo indicado como candidato a Representante Titular da Entidade, no momento da inscrição, de acordo com o artigo 3.3. incisos IV e VII e VIII, embora a necessária presença e credenciamento do candidato a Suplente, nos termos do artigo 3.3. incisos IV, VII e VIII deste Edital, bem como a presença do Representante Legal da Entidade Indígena na hipótese do artigo 3.1.1, ou seja, na hipótese em que a sede da Organização/Associação indígena esteja localizada em Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, e a(o) inscrição/recurso tenha sido realizada(o) por via eletrônica, mesmo que não seja candidato a Representante Titular ou Suplente, tendo em vista a exigência do artigo 7.1.1. 7.4.2 – Cada Conselheiro(a) eleitor(a) credenciado(a) ou Entidade Indígena credenciada entre aquelas cuja inscrição, no processo eleitoral, nos termos deste Edital, foi devidamente deferida, poderá votar em até 06 (seis) candidatos, incluindo, nesta última hipótese, a votação em si mesma. 7.4.3 – Nas hipóteses do artigo 4º, inciso I, alínea a (indígenas aldeados) e inciso II do Decreto nº 46.218 de 11 de janeiro de 2018 (Poder Público) e correspondente artigo 4º, inciso I, alínea a, e inciso II do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro, o Suplente só exercerá o direito a voto na ausência do Conselheiro Titular eleitor. 7.5 – A ausência ou atraso do Representante Titular ou do seu Suplente, no caso do Conselheiro eleitor nas hipóteses do artigo 4º, inciso I, alínea a (indígenas aldeados) e inciso II do Decreto nº 46.218 de 11 de janeiro de 2018 (Poder Público) e correspondente artigo 4º, inciso I, alínea a, e inciso II do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro, assim como a falta de documentação de identificação com foto resultará na impossibilidade de direito ao voto. 7.5.1 – A ausência ou atraso do candidato a Representante Titular e também do seu Suplente, na hipótese das Organizações/Associações indígenas inscritas para participar da eleição, tendo em vista a exigência de comparecimento de ambos, conforme o artigo 3.3.VIII, assim como a falta de documentação de identificação com foto resultará na impossibilidade de direito ao voto. 7.6 – Na Assembleia, desde que com razoabilidade, com vistas ao

cumprimento dos horários previstos no Edital, todos(as) têm direito a se manifestar, desde que devidamente inscritos para participar das eleições ou se identifiquem como um(a) Representante/Suplente, nos termos do inciso I, alínea a (indígenas aldeados), do inciso II e suas alíneas (Poder Público), bem como dos parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do Decreto Estadual 46.218/2018. 7.6.1 – Cabe à Comissão Eleitoral estabelecer, no transcurso da Assembleia de Eleição, inclusive definindo limitações de tempo, as regras sobre manifestações, respostas e representações, em quaisquer hipóteses, incluídos os casos de descumprimento deste Edital por qualquer dos participantes. 7.7 – A votação será exercida de forma secreta e direta pelos participantes, em cédula especial, que indique o nome de todas as Entidades indígenas devidamente inscritas no processo eleitoral, bem como dos seus respectivos candidatos a Representantes Titulares/Suplentes indicados, garantindo-se a preliminar leitura do conteúdo constante na referida célula especial, pela Comissão Eleitoral, para a devida compreensão oral daqueles que, porventura, não tenham pleno domínio do idioma português, e a apuração será aberta, no final da votação. 7.7.1 – Na hipótese do artigo 3.1.1., ou seja, Entidades indígenas localizadas em Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o artigo 7.1.1, se realizada a conferência, na data da Assembleia de eleição, pela Comissão Eleitoral, da documentação original com a documentação, certificada ou não, for invalidada a inscrição e indeferido qualquer recurso apresentado, seus nomes serão oficialmente excluídos da cédula eleitoral, por manifestação registrada em ata da Comissão Eleitoral, antes do início do horário previsto para o início da votação (14:30 – artigo 7.1), sendo que os seus respectivos candidatos a Representantes serão impedidos de participar, votar ou ser votados na Assembleia Eleitoral. 7.8 – Serão consideradas escolhidas, por votação, as Entidades Indígenas representativas dos indígenas em contexto urbano que obtiverem maioria simples dos votos, ordenados conforme os critérios de desempate previstos no item 9 deste Edital, até o limite de vagas, sem exigência de número mínimo de votos nem de número mínimo de presentes. 7.9 – O resultado provisório da eleição será tornado público pela Comissão Eleitoral na mesma Assembleia de Eleição, certificando-se do horário em que o mesmo foi proclamado para efeito de eventual recurso, nos termos do artigo 8.1. **DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES** 8.1 – Do resultado provisório da eleição proclamado na Assembleia, cabe recurso fundamentado à Comissão Eleitoral, no prazo de 01 (uma) hora após a divulgação, apresentado oralmente na própria Assembleia. 8.2 – Os recursos ao resultado provisório da eleição serão conhecidos, apreciados e decididos pela Comissão Eleitoral na própria Assembleia, também no prazo máximo de 01 (uma) hora. 8.3 – Ressalvadas a hipótese do artigo 7.1.1, e as hipóteses dos artigos 8.1 e 8.2 deste Edital, os demais recursos de quaisquer decisões tomadas no curso do processo eleitoral serão, com seus fundamentos, apresentados à Secretaria Executiva, formalmente endereçados à Comissão Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o calendário constante no Anexo I deste Edital e em conformidade com os artigos 3.2., 6.2, 6.2.1, 6.2.2 e 6.3 do Edital, sob pena de não conhecimento e indeferimento. 8.3.1 – O prazo para manifestação da Comissão Eleitoral a quaisquer recursos ou impugnações, devidamente fundamentadas e necessariamente recebidas por escrito, é de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o calendário constante no Anexo I deste Edital, ressalvada a hipótese do artigo 7.1.1 bem como as hipóteses de recursos interpostos oralmente, na Assembleia, referentes ao resultado provisório da eleição, em conformidade com os artigos 7.9, 8.1 e 8.2 deste Edital. 8.3.2 – A decisão da Comissão Eleitoral a quaisquer requerimentos, recursos ou impugnações, após transcorrido o prazo previsto no artigo 8.3.1, será divulgada pela secretaria executiva do CEDIND mediante comunicação aos endereços eletrônicos fornecidos pelas Entidade indígenas, segundo o disposto no artigo 3.2.1, deste Edital, bem como no Website oficial da SEDSDH, podendo, ainda, também ser fornecida diretamente aos interessados que comparecerem pessoalmente no endereço constante do artigo 3.1. deste Edital, ressaltando-se que a divulgação da listagem final das inscrições, com o deferimento ou indeferimento definitivo dos pedidos de inscrição pela Comissão Eleitoral, após a apreciação dos recursos ou pedidos de impugnação, conforme artigo 6.4. será também publicada no Diário Oficial na data prevista no calendário constante do ANEXO I deste Edital. 8.3.3 – A decisão da Comissão Eleitoral, considerados sempre os artigos 3.3.6 e 6.3, referente a quaisquer recursos entre os previstos neste Edital, será definitiva e irrecurável. **9 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE** 9.1 – Ocorrendo empate, o critério de desempate será a Entidade mais antiga de acordo com sua data de criação. **10 - DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO** 10.1 – A Comissão Eleitoral, por intermédio da secretaria executiva, tornará público o resultado definitivo da eleição na data prevista no calendário constante no Anexo I deste Edital, através da ata de eleição publicada em Diário Oficial. 10.2 – Da divulgação do resultado definitivo não cabe recurso ou

pedido de impugnação. 11 – DISPOSIÇÕES GERAIS 11.1 – Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral, com especial atenção para as hipóteses em que os indígenas participantes não possuam pleno domínio do idioma português ou apenas se comuniquem nas suas próprias línguas originais. 11.2 – Compete aos interessados o cumprimento das normas do Edital, o acompanhamento do calendário previsto no Anexo I do Edital e dos avisos e comunicações relacionados ao processo eleitoral do CEDIND-RJ, remetidos para os endereços eletrônicos indicados no artigo 3.2.1, publicados no website oficial da SEDSDH/RJ, bem como, nos casos indicados pelo Edital, as publicações realizadas em Diário Oficial. 11.3 - A posse dos novos membros do Conselho Estadual de Direitos Indígenas ocorrerá em Assembleia especialmente convocada após a designação em Diário Oficial, convocação esta que também poderá prever a eleição dos componentes da Mesa Diretora, nos termos dos artigos 5, 16 e respectivos parágrafos do Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro-CEDIND/RJ, bem como instituir ou confirmar cargo honorífico a ser atribuído, como benemérito, a Carlos Tukano, o primeiro Indígena em contexto urbano a presidir o CEDIND/RJ. 11.3.1 - Nos termos, porém, do artigo 37 do Regimento Interno do CEDIND/RJ, o qual estabelece que “compete à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos prover os recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao funcionamento do CEDIND/RJ, considerando o exposto no Decreto 46.218/2018, bem como o artigo 9º do referido Decreto, e visando a participação efetiva, na Assembleia de Posse, dos Conselheiros Representantes dos indígenas aldeados, a SEDESDH necessariamente providenciará o transporte, ida e volta, dos citados Representantes, bem como pernoite em condições dignas e refeições (almoço e jantar no dia da eleição e café da manhã no dia seguinte, quando ocorrerá o retorno, respeitando as suas tradições alimentares), desde que seja feita solicitação com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis. 11.3.2 – No caso dos Representantes de Organização/Associação indígena em contexto urbano que esteja localizada em Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, ou seja, fora da capital e dos demais municípios da região Metropolitana (Grande Rio - Lei Complementar 184/2018), poderá a SEDESDH avaliar também a possibilidade do fornecimento de transporte, ida e volta, dos Representantes das Entidades eleitas, para a cerimônia de posse, bem como pernoite em condições dignas e refeições (almoço, lanche e jantar no dia da eleição e café da manhã no dia seguinte, quando ocorrerá o retorno), desde que, nesta hipótese, seja feita solicitação com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis. 11.4 – A Comissão Eleitoral será automaticamente extinta com a posse dos novos (as) conselheiros (as) para o mandato 2026/2028. 11.5 – Durante todo o período de processo eleitoral, desde a Publicação do Edital até a posse dos membros eleitos, a secretaria administrativa estará, inclusive presencialmente, nos horários e local previstos no artigo 3.1 deste Edital, à disposição dos membros do CEDIND/RJ, da Comissão Eleitoral e das Entidades indígenas participantes do processo eleitoral, para, além das suas atribuições regulares junto ao CEDIND/RJ, prestarem informações, tomarem as providências que se tornem necessárias, inclusive as que venham a ser requeridas pelos integrantes do CEDIND e pela Comissão Eleitoral, devendo também cumprir todas as atividades, prazos e determinações previstas neste Edital. 11.6 – O presente Edital tem validade a contar da data da sua publicação.



Reuniao do Cedind e Consagração do Daua... com a presença de Toni Lotar e Dra. Glauce DPU



Reunião 2013 Aldeia Maracanã – Discussão sobre a proposta do Governo do Estado do RJ



 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ**

Processo Eleitoral do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas

Serão 06 vagas para organizações/associações indígenas da sociedade civil organizada, com respeito das suas respectivas comunidades indígenas em contexto urbano no Estado do Rio de Janeiro.

Local de inscrição
Edifício Pedro II, situado na Praça Cristiano Ottoni s/nº, sala 752-b, das 10:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00.

Período
Prazo de inscrição: 15/09/2025 a 26/09/2025.

Para mais informações entre em contato:
 cedindrj@sedsdh.rj.gov.br 





RESOLUÇÃO [SEDSODH Nº 972](#) DE 14 DE AGOSTO DE 2025

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS E DIGITAL DE [CONVOCAÇÃO](#) PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA [O BIÊNIO 2026/2028](#).



Foto Reinaldo Potiguara – Sede do Cedind – Edifício Central -2025



Reunião do Cedind – 2025

Análise Conclusivas

O presente trabalho em epígrafe, se deveu inicialmente, pelo convite da Dra. Izabel Missagia, uma das organizadoras do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS 2023). O evento que a ocasião, era aberto a pesquisadores, foi estendido aos Conselheiros do Cedind. Na ocasião a Dra. Izabel Missagia de Mattos, Conselheira do Cedind, que é professora da UFRRJ, fez parte da Coordenação do [Eixo 6 – Participação indígena em Gestões Sociais e Ambientais](#), que tiveram como participantes: Palestrante: Edson Kayapó (IFE Porto Seguro); Palestrante: Jerry Pataxó (SDH BA); Palestrante: Cleonice Pankararu (aldeia cinta vermelha/Jundiba); Palestrante: Reinaldo Potiguara (AULA/CEDIND); Mediadora: Izabel Missagia (UFRRJ); e Debatedor: Alexandre Gollo (UFRRJ). O evento foi realizado pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) em parceria com o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A Comissão Científica, foi composta por Alexandre Gollo (UFRRJ), Edmir Amanajás Celestino (UFRRJ), Eliane Maria Ribeiro da Silva (EMBRAPA), Izabel Missagia de Mattos (UFRRJ), Nelson Russo de Moraes (UNIFESP). Veja o [vídeo](#) do debate.



[...] “Este eixo temático objetivou reunir reflexões acerca dos diálogos existentes entre povos originários e comunidades tradicionais, dotadas de significativo patrimônio cultural (imaterial e/ou material) e os aparatos de gestão social (in)existentes nos territórios que ocupam. Procura-se assim, apresentar e discutir os processos, planejamento e gestão do desenvolvimento local e territorial, dentro das perspectivas da construção social, nos municípios, nas comunidades locais, nas unidades de conservação e reservas extrativistas, nos assentamentos rurais, nas terras indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais. O eixo contempla trabalhos que reflitam as relações estabelecidas entre povos originários e comunidades tradicionais e o contexto da gestão social, organização social, patrimônio cultural material e imaterial, território, democracia e responsabilidade social, que possam fornecer elementos para discutir políticas públicas transversais às demandas de comunidades tradicionais e povos originários, que promovam a manutenção de seus territórios, de sua territorialidade, da geração de renda e da sustentabilidade de grupos comunitários e/ou atores culturais de tradições locais. Tais trabalhos podem abordar estratégias para o fortalecimento de sentimentos de identidade e continuidade, de promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana, de disseminação e divulgação do significado simbólico do patrimônio cultural desses grupos e atores. Em adição, podem discutir experiências e mecanismos de inclusão social, de difusão do empreendedorismo social e do cooperativismo, de valorização das culturas locais e de fortalecimento da autoestima. Os temas prioritários são: Gestão social em territórios tradicionais e de povos originários; gestão do patrimônio cultural em comunidades tradicionais, de povos originários e de grupos culturais de tradições locais; participação de comunidades tradicionais e povos originários em entidades representativas, organizações sociais, conselhos locais e entidades colegiadas; organização e gestão social frente a conflitos socioambientais em comunidades tradicionais e de povos originários; desenvolvimento territorial em comunidades tradicionais e de povos originários; experiências de empreendedorismo social e/ou de cooperativismos em comunidades tradicionais, de povos originários e de grupos de culturais de tradições locais; estratégias de gestão e/ou de políticas públicas direcionadas à comunidades tradicionais, povos originários e grupos comunitários culturais de tradições locais”.



Na ocasião, os pesquisadores, ³⁰Reinado de Jesus Cunha, Luiz Pellon e Sergio Ricardo, apresentaram o trabalho: TEKOA KA' AGUY OVY PORÁ: ([TERRITÓRIO, ESPIRITUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE OS GUARANI MBYÁ DO MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ](#)), particularmente das comunidades guarani: Céu Azul e Mata Verde Bonita.

[...] “Na presente pesquisa etnográfica foram realizadas pelos coautores com distintas formações interdisciplinares e trajetórias profissionais e de militância política diversas, diretamente no território indígena (in loco), tendo adotado no processo de diálogo com as lideranças locais (Cacica, Pajé, agentes de saúde indígena) e a comunidade, utilizando-se de ferramentas e metodologias participativas e ativas, como a observação participante, assim como o convívio intercultural que tem se intensificado, ano a ano, em dias de sol e chuva, na condição de membros do Conselho Estadual de Direitos Indígenas (CEDIND-RJ); que tem atuação desde 2018 na tentativa de defesa e construção de políticas públicas que atendam as demandas e necessidades das oito (8) aldeias indígenas do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as etnias destacamos, as Guarani Mbyá (presentes em 6 aldeias), uma Guarani Nhandeva, falantes da língua Tupi-Guarani, e uma Pataxó localizadas nos municípios de Maricá (RMRJ) e da Costa Verde fluminense (Angra dos Reis e Paraty). De antemão, é preciso destacar a presença destas aldeias indígenas próximas a centros urbanos e instaladas em regiões litorâneas e costeiras onde o “preço da terra” é objeto de forte ganância por pressão do mercado imobiliário-financeiro. Ou seja, a crescente especulação imobiliária tem intensificado a supressão vegetal (desmatamento) das áreas remanescentes do Bioma Mata Atlântica existentes no entorno destas aldeias, o que é visto tanto pelas comunidades, quanto por conselheiros/as do CEDIND-RJ e por pesquisadores/as como um empecilho e fator decisivo para o bloqueio político (e obstrução legal ou jurídica) de processos administrativos ou legislativos que visam fazer avançar a desejada demarcação e regularização fundiária das Terras Indígenas (TIs) no território fluminense; onde em pleno século XXI das 8 aldeias existentes apenas 3 delas são legalmente demarcadas (Sapukaí no bairro do Bracuí, em Angra dos Reis; Araponga e Itaxi Mirim de Paraty), pelo poder público. Já as 5 outras aldeias do estado ainda hoje vivenciam uma verdadeira saga, ou diáspora indígena, através de uma antiga e permanente luta pelo reconhecimento e demarcação definitiva dos seus territórios como é o caso de: Mata Verde Bonita e Céu Azul em Maricá, assim como, Rio Pequeno, Iriri e Arandu Mirim estas localizadas em Paraty”.

Posteriormente, devido ao longo período de sete anos da atual gestão, que se encerra com novo Edital de Eleições prevista para esse ano de 25, com eficácia a partir de 26. Busquei garimpar as principais discussões do início da Criação do CEDIND, coletando e garimpando as Atas das Assembleias Ordinárias, Extraordinárias, de visitas in-loco, sobre a Participação Consultiva e o Controle Social. E a partir daí, avaliar os avanços, sonhos e as Contradições no longo percurso. Na última reunião que tivemos no Cedind, tivemos a presença do cacique José Urutau da Aldeia Resiste que faz Ocupação da Aldeia Maracanã, que questionou o caráter Consultivo do Cedind. Para ele, o Conselho tem que ser Deliberativo e não Consultivo. O que foi na ocasião aparteado por Dra. Glauce da DPU, dizendo que isso era o caminho natural do Cedind; e que devíamos lutar para conseguirmos que ele se transforme em um Conselho Deliberativo. Mas então a pergunta: De quem foi a iniciativa da criação do Cedind, e

³⁰ Mestrando em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional – reinaldopotiguara@gmail.com; Mestrando Programa de pós-graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Florestas, da Universidade Federal Rural do RJ (PPGDS/IF/UFRRJ) – sergiorcardocampanha@gmail.com 3. Doutor em Ciências. Professor Associado do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública/UNIRIO-luiz.pellon@unirio.br

qual a sua finalidade? O Cedind, foi criado por uma iniciativa do Ex. Secretário Estadual de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos, Átila Alexandre Nunes, que na ocasião foi titular da pasta de Direitos Humanos, que fez a ponte com o movimento indígena em contexto urbano, dando uma grande contribuição para sua consolidação. Até materializar-se, foram feitas diversas reuniões, seminários, encontros, protestos, abaixo assinados, até a publicação em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; por iniciativa do Ex. Governador do Estado Luiz Fernando de Souza, tendo em vista o que constou no Processo Administrativo n. E-31/001/105/2017, publicado por Decreto N. [46.218](#) de 11 de janeiro de 2018; quando menciona:

Art. 1º - Fica instituído, sem aumento de despesa, o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND), órgão colegiado permanente e de caráter consultivo no âmbito e sob a coordenação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI) e dá outras providências.

Na ocasião o jornal online: [agênciaBrasil](#), assim definiu as palavras do Secretário, publicado em 12/01/2018, por Alana Granda – Reporter da Agencia Brasil:

[...] “Foi publicada hoje (12) no Diário Oficial a criação do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (Cedind), que atende uma reivindicação antiga da população indígena fluminense. O secretário de estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos, Átila Alexandre Nunes, informou que o conselho foi instituído sem aumento de despesas. O objetivo é elaborar políticas públicas efetivas para a promoção dos direitos indígenas. O secretário afirmou à Agência Brasil que “dar voz às comunidades indígenas é de extrema importância para o exercício cívico dessas pessoas. É um grupo que é pouco representado politicamente e através desse conselho poderá ter uma voz mais ativa na elaboração de programas sociais, econômicos, culturais e educativos para essa população”. Nunes acredita que somente dessa forma será possível criar políticas públicas para o desenvolvimento das comunidades indígenas aldeadas e de contexto urbano. Acrescentou que, por meio do Cedind, as 12 comunidades indígenas do Rio poderão denunciar violações dos seus direitos e auxiliar nas campanhas de conscientização da população sobre a importância do respeito e da preservação de sua cultura, “que é parte da história do nosso estado e também do Brasil”. **Composição**-Seis comunidades indígenas localizadas em aldeias e na área urbana participaram do processo de construção do Cedind. O conselho será composto por sete representantes de órgãos do governo estadual, seis representantes indígenas aldeados, seis representantes indígenas de contexto urbano, quatro representantes de universidades e um da Defensoria Pública. Serão convidadas também oito instituições, com destaque para a Fundação Nacional do Índio (Funai) e para a Secretaria Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai), informou Átila Alexandre Nunes”.

Na ocasião, Rosângela Maria Nunes, representante da FUNAI e Conselheira do Cedind, assim definiu a luta em Contexto Urbano dos indígenas, JB, de 18/05/18, em matéria de [Celia Côrtes](#):

[...] “Para a bióloga Rosângela Maria Nunes, representante da Funai, a criação do conselho dará grande visibilidade à causa indígena, “sobretudo para os aldeados, que não recebem uma atenção direta”: Será uma contribuição para construir políticas públicas, voltadas às condições de moradia muito precárias e para a educação. Os vários componentes do Conselho vão abrir portas para alavancar as condições socioeconômicas dos indígenas em geral”.

No início, após a posse, nos debruçamos sobre como deveria funcionar o Cedind, o que levou uma série de reuniões para a criação do [RI](#) (Regimento Interno), que saiu publicado por Resolução SEDHMI N° 20 De 19 de 12/2018, cuja as atribuições:

“Art. 2º - Compete ao Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND: I - Contribuir na definição de políticas públicas e diretrizes no âmbito estadual destinada a promover direitos indígenas; II - Encaminhar denúncias de violações de direitos indígenas ocorridas no território do Estado do Rio de Janeiro; III - Receber, encaminhar e acompanhar petições, representações, denúncias ou queixas às autoridades competentes, de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos indígenas individuais e coletivos assegurados na legislação em vigor; IV - Fomentar o desenvolvimento de programas sociais, econômicos, educativos, culturais, esportivas e de sustentabilidade ambiental, visando à promoção e defesa dos direitos indígenas; V - Redigir e publicar trabalhos, emitir pareceres, promover seminários, estudos, pesquisas e campanhas informativas sobre os direitos indígenas, bem como os instrumentos legais para sua efetivação, criar um informativo indígena; VI - Promover intercâmbio e cooperação com entidades e órgãos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, de defesa dos direitos indígenas; VII - Instituir e manter um centro de documentação onde se possa arquivar e sistematizar dados e informações sobre denúncias recebidas, deliberações do CEDIND/RJ e demais materiais relacionados com a sua finalidade; VIII - Estimular a organização, nos municípios, de

mecanismos de proteção dos direitos indígenas; IX - Elaborar e aprovar seu regimento interno; e X - Exercer outras atribuições especificadas pelo Decreto Estadual nº 46.218; XI - Caberá ao CEDIND/RJ fomentar uma política de educação em direitos humanos com ênfase nas populações indígenas do Estado do Rio de Janeiro; Art. 3º - Para cumprir suas finalidades institucionais, o CEDIND/RJ após deliberação em plenária, no exercício das respectivas atribuições, poderá: I - Requisitar de órgãos públicos estaduais certidões, atestados, informações, cópias de documentos e de expedientes ou processos administrativos; II - Requisitar às autoridades de qualquer nível a instauração de sindicâncias, inquéritos e processos administrativos ou judiciais para apuração de responsabilidade pela violação dos direitos indígenas; III - Acionar o mecanismo estadual de combate à tortura, para resguardar os direitos indígenas levando em consideração suas especificidades nas dependências estaduais de unidades de detenção, aprisionamento, ou contenção, bem como estabelecimentos públicos ou privados de controle, vigilância, internação, abrigo ou tratamento de pessoas, para acompanhamento ou cumprimento de diligências, vistorias e inspeções; IV - Presenciar o cumprimento de mandado de manutenção e reintegração de posse, quando houver pluralidade de réus indígenas. **Parágrafo Único - Os pedidos de informações ou providências e as requisições do CEDIND/RJ ou de qualquer de seus membros deverão ser respondidos pelas autoridades estaduais no prazo máximo de 30 (trinta) dias, importando sua inobservância ato de improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992”.**



Um fato emblemático a ser lembrado, foi a reunião no ano de 2017, com a Secretária Adriana Rattes, quando a mesma exemplificou como seria o funcionamento do Antigo Museu do Índio:

[...] “Vamos aprovar a reforma e a reconstrução desse prédio desde de que ele tenha o protagonismo indígena, de suas lideranças. E através da formação da criação de um conselho, que se possa discutir os destinos do equipamento público. Mas a gestão, a responsabilidade vai ficar sobre o estado. Agora como vai ser atuação do estado, se vai ser através de OS, (organização social), uma instituição que seja voltada pra a causa indígena. Vai ter uma chamada pública e a gente vai chamar uma que tenha consenso com o grupo; depois o estado faz um contrato de gestão, com metas, objetivos, e cinco anos de gestão podendo ser renovado. Adriana Rattes 2017.

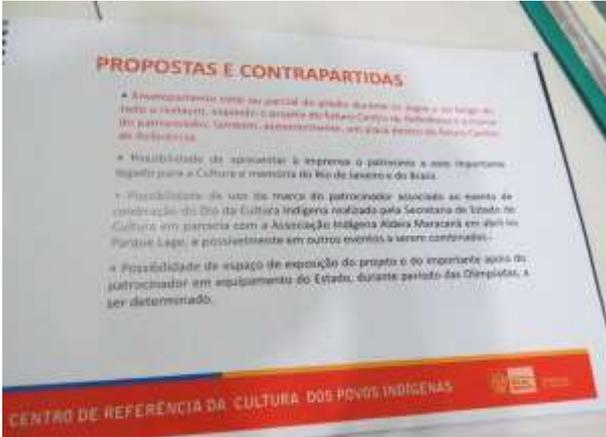
Passados vários anos, ainda não temos uma definição sobre o destino do prédio em Ocupação, uma vez que o governo do estado não tem projeto para o imóvel. Os Ocupantes da Aldeia Resiste, mobilizam-se para transformar o antigo prédio, em uma Universidade Indígena; e pleiteiam a permuta do Imóvel do Antigo Museu do Índio, por Doação, e/ou mesmo, a gestão administrativa do terreno. Em contraposição, a AIM (Associação Indígena Aldeia Maracanã) representada pelo Carlos Tucano e conselheiro do Cedind, tem um projeto já entregue ao governo para fazer no imóvel, Um “Centro de Referência” para as Comunidades indígenas, que dentre outras atividades, servira para o fomento de atividades culturais para os povos indígenas. Em palestra na (FEUDUC) em Duque de Caxias em 2016, ainda em articulação do Cedind, o atual presidente em Contexto Urbano, Carlos Tucano, apresentou a minuta do projeto aos estudantes de graduação, do projeto Básico de Arquitetura, que segundo Tucano, a reforma pelo estudo estimado, estava próximo a 5 milhões.



Cacique da Aldeia Maracanã, Carlos Tukano na Faculdade FEUDUC– 2016 – Duque de Caxias



Reunião na FEUDUC – Duque de Caxias em 2016 – Palestra de Carlos Tukano



IMPACTO

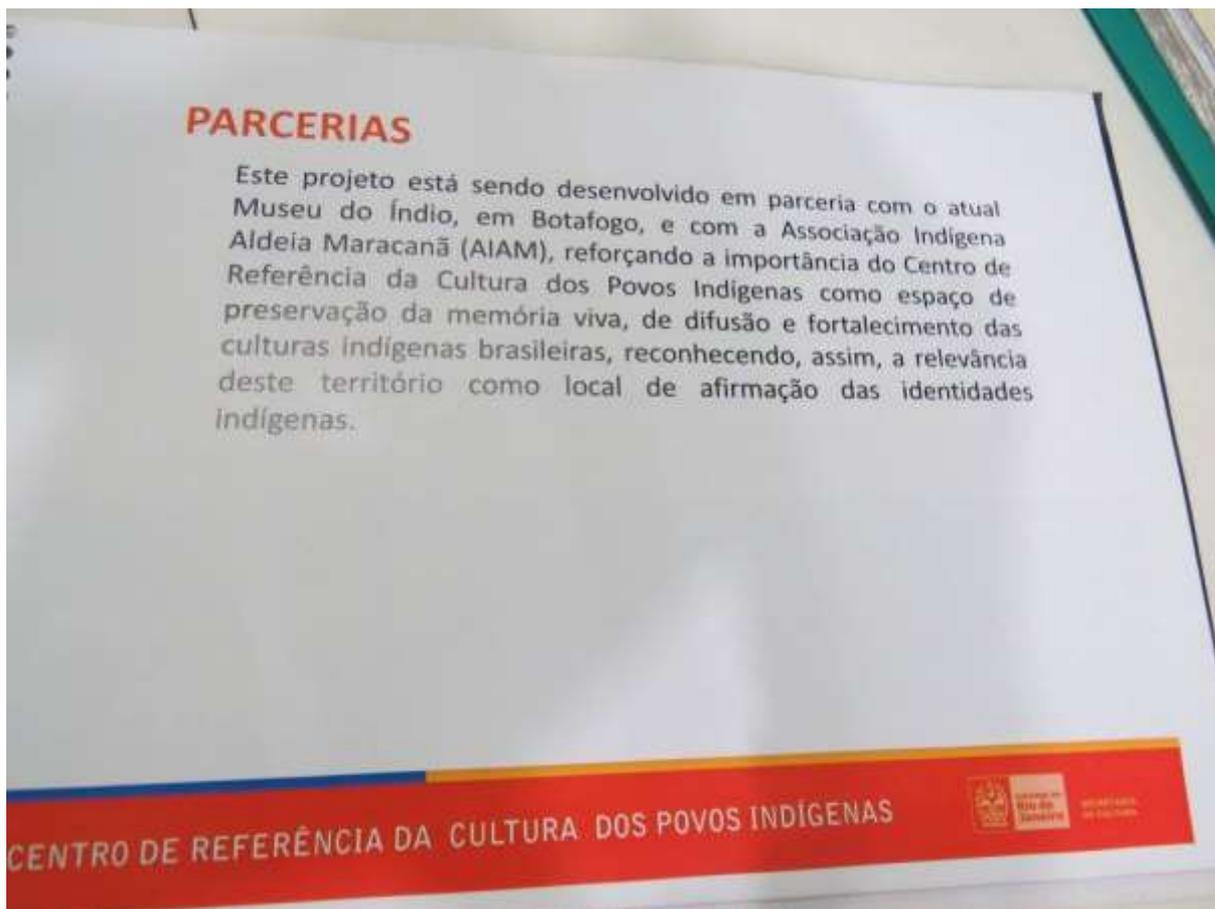
No entorno do casarão há trânsito constante de pessoas que se deslocam e acessam as dependências do estádio ou da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. O Maracanã já recebeu mais de **3,9 milhões de torcedores** desde sua reabertura em 2013. O estádio já é o **terceiro ponto turístico mais visitado da cidade**. E em dias nublados, é o segundo na preferência dos turistas. Já passaram pelo Tour, iniciado em outubro 2013, mais de **730 mil visitantes**.

Com a criação do Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas, os transeuntes, torcedores e visitantes da região ganharão com mais segurança e relevante oferta de atividades culturais.



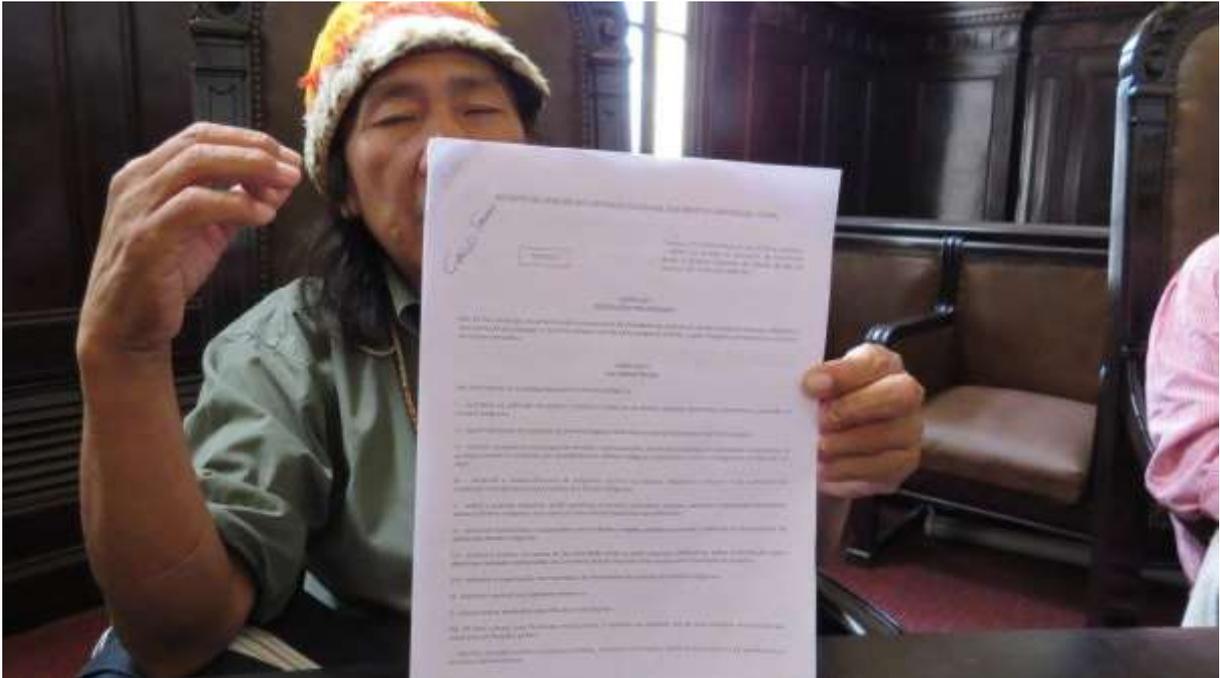
CENTRO DE REFERÊNCIA DA CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS





Fotos na Aldeia Maracanã em 2013 – Sergio e Marize intermedia articulação com Adriana Rattes. Palacio da Justiça 2016.





Carlos Tukano, Palacio da Justiça – 2016 apresentação da minuta do Cedind



Em, 2022, o Deputado Estadual Rodrigo Amorim, (PSL), afirmou à imprensa, que o antigo museu do índio: “que ocupa um terreno de 14,3 mil metros quadrados, é um “lixo urbano;” e que era necessário um “faxina” *pra tirar do local os indígenas ocupantes para restaurar a ordem urbana*. “O espaço poderia servir como estacionamento, shopping, área de lazer ou equipamento acessório do próprio estádio do Maracanã. Como carioca me causa indignação ver aquilo do jeito que está hoje”. E finaliza a reportagem dizendo: “Quem gosta de índio, que vá para a Bolívia, que, além de ser comunista, ainda é presidida por um índio. Tem muitos mendigos, cracudos, ali ninguém é índio”. A matéria dada ao Jornal o Globo, em 04/01/19: ‘Aldeia Maracanã é lixo urbano. Quem gosta de índio, vá para a Bolívia’ diz Rodrigo Amorim:

— Aquele lixo urbano chamado Aldeia Maracanã é um absurdo. E é logo em um dos trechos mais importantes sob o ponto de vista logístico, numa área que liga a Zona Norte à Zona Sul, bem do lado do Maracanã. O espaço poderia servir como estacionamento, shopping, área de lazer ou equipamento acessório do próprio estádio do Maracanã. Como carioca, me causa indignação ver aquilo do jeito que está hoje. Quem gosta de índio, que vá para a Bolívia, que, além de ser comunista, ainda é presidida por um índio. [...] “A Aldeia Maracanã é um terreno baldio, cheio de mato e lixo. Lugar de refúgio que tem imigrantes sem relação com índio algum. Há ali uma oca para travestir o lugar e fazer alguma ilação, mas a verdade é que virou uma Cracolândia, um ponto de consumo de drogas para delinquentes e marginais — sustentou Amorim. [...] “O deputado estadual Alexandre Knoploch, do mesmo PSL de Rodrigo Amorim, diz que levará a questão ao governador Wilson Witzel, já que o edifício pertence ao governo do estado. — Como está hoje, o espaço onde se localiza a Aldeia Maracanã está improdutivo para o estado. Há muitos imigrantes ali que sequer sabemos se estão regularizados no Brasil. [...] “Sem comentar as declarações de Rodrigo Amorim e Alexandre Knoploch, o líder indígena da Aldeia Maracanã, José Urutau Guajajara, afirmou que o terreno externo onde foi erguido o acampamento é federal. E que há um impasse na Justiça envolvendo a área. O caso chegou a

ser analisado por Witzel em 2013, quando o governador era juiz federal. A reportagem tentou, sem sucesso, contato com o advogado Arão Guajajara, que atua na Justiça defendendo os habitantes da Aldeia Maracanã. [...] “Procurado, o governador Wilson Witzel afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que “precisa analisar tudo, inclusive a questão jurídica, para poder tomar alguma decisão sobre o caso”.

Recente, tivemos a notícia no Jornal [“Tempo Real”](#), em 11/09/2025, que os deputados preparam emendas para vender imóveis do Antigo Museu do Índio, com vistas a arrecadar R\$ 1,5 bilhão, para os cofres do Estado, com o leilão.

[...] “A lista dos imóveis que vão entrar na emenda a ser apresentada pelo líder do governo foi preparada com base num levantamento da Secretaria estadual de Ciência e Tecnologia, comandada pelo deputado estadual licenciado Anderson Moraes (PL) — a quem a Uerj está subordinada. Mas, barulho mesmo o deputado vai conseguir com a inclusão do prédio da Aldeia Maracanã na lista dos que vão a leilão. O edifício histórico foi construído em 1826 e abrigou o antigo Museu do Índio e o Serviço de Proteção ao Índio. Em 2006, grupos de indígenas ocuparam o imóvel, que foi então batizado de Aldeia Maracanã. Em 2013, durante os preparativos para a Copa do Mundo, houve uma tentativa de desocupação e demolição do prédio, o que gerou protestos e mobilização. O governo estadual se comprometeu, com a assinatura de um protocolo em 2013, a restaurar o imóvel e criar um Centro de Referência da Cultura Viva dos Povos Indígenas, mas o projeto não foi concretizado. **Amorim vive às turras** com os indígenas da ocupação — e com os militantes de esquerda que os defendem. Já bateu boca em frente ao prédio, que fica ao lado do estádio Mário Filho. E ele não é o único. **tema**. “É um desperdício, são 14 mil metros quadrados no coração do Rio, hoje num ambiente favelizado, ocupado por meia dúzia de militantes. E ainda tem decisão judicial, já transitada em julgado, determinando a reintegração de posse ao governo do estado”, diz o deputado do União, antecipando seus argumentos”.



Paula Moura; Sergio Ricardo; Marize Guarani; Reinaldo Potiguara e Marcelo Sant'Ana Lemos.

MATA VERDE BONITA - Ka'Aguy Hovy Porã – Maricá

Passando para Maricá, onde atualmente o município possuem (2) duas aldeias guarani: Céu Azul e Mata Verde Bonita. Percebemos que Mbyá, possuem boas relações com a prefeitura, sejam na saúde e educação. A Ocupação em São José do Imbassaí, onde se localiza a Aldeia Mata Verde Bonita, está cada vez mais consolidada com relação a permanência no território. Passados os protestos e mobilização dos indígenas para poderem caminhar pelo território da restinga, que antes eram proibidos. Parece ter sido pacificado aparentemente, por estar sobre a análise do STJ.



Reinaldo Potiguara na Aldeia Mata Verde Bonita Maricá

Em, [A Ficção Maraey na Terra Sem Males](#) ³¹os autores, Reinaldo, Sergio, Pellon, Darci e Ana Beatriz, argumentam que o projeto do Resort Maraey, usa indevidamente o nome Maraey, e que os indígenas guarani de Mata Verde Bonita, fizeram um protesto no canteiro de obra do Resort, pois os seguranças estavam proibindo as mulheres da aldeia pegar as sementes sagradas, ou mesmo ir a lagoa dos coqueiros; diz Darcey: "Nós recolhemos nossas ervas medicinais e as sementes, nós colhemos para o artesanato".



³¹ Mestrando em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional – reinaldopotiguara@gmail.com; Mestrando Programa de pós-graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Florestas, da Universidade Federal Rural do RJ (PPGPDS/IF/UFRRJ) – sergiorcardocampanha@gmail.com; Doutor em Ciências, Professor Associado do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública/UNIRIO-luiz.pellon@unirio.br



Manifestação Gurani, no Canteiro de Obra do Resort Maraeý -





[O Jornal \(\(o\) eco](#), publicou extensa reportagem em 20 de abril de 23, com a seguinte manchete: Resort de grupo espanhol tem conflito acirrado na APA de Maricá. “Indígenas Guarani bloqueiam obras do Projeto Maraey, megaempreendimento com parceiros de peso como a rede internacional de hotéis Marriott e a marca de festivais Rock in Rio”. A manchete abre com a seguinte palavra de ordem: "Vou colocar oca lá", diz cacique sobre a obra de Resort em Maricá. Continua a matéria falando da resistência da sociedade civil e do movimento ambientalista contra o Resort Maraey.



[...] “Alvo de resistência do movimento ambientalista e de cientistas que atuam, há décadas, com estudos em várias áreas do conhecimento na [Área de Proteção Ambiental](#) (APA) de Maricá, o [Projeto Maraey](#) amanheceu nesta segunda-feira (17) com o canteiro de obras bloqueado por um grupo da comunidade Mata Verde Bonita, onde vivem indígenas Guarani. Com cartazes expressando a oposição ao megaempreendimento turístico-residencial nessa unidade de conservação estadual, eles garantem que vão continuar em mobilização para barrar a construção. Tanto que nesta terça-feira (18) fixaram um “embargo simbólico” na placa que anuncia o projeto, comunicando o ato de protesto até que haja uma manifestação do Ministério Público sobre o caso. O movimento é liderado pelo cacique Darci Tupã. Projetada para se instalar em uma região de natureza conservada e de reconhecida beleza cênica, onde se insere uma das mais importantes áreas de restinga do litoral brasileiro, além de estrategicamente localizada a apenas 45 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, essa iniciativa de capital espanhol está envolvida há mais de dez anos em uma disputa judicial que tem sido [acompanhada](#) pelo ((o)eco”.



Foto Divulgação: protestos de indígenas a obra do Empreendimento Resort Maraey 2023



Resta saber ainda, o imbróglio jurídico sobre o projeto do Resort, Maraey que corre contra o relógio, já que os espanhóis do IDB BRASIL, dizem que são donos da área de abrangência da aldeia e da comunidade de pescadores de Zacarias. Fato que é contestado pelo Ministério dos Povos Indígenas, que até já colocaram placa na entrada da aldeia, dizendo que o território é indígena. Além da Defensoria Pública da União, que tem acompanhado o caso. Na ocasião o grupo IDB BRASIL Respondeu ter cumprido todos os protocolos e autorizações dos órgãos competentes, e que iniciou as obras de infraestrutura do empreendimento em 03 de abril de 2023.

[...] "Esta fase inicial contempla a instalação de viveiro, além de resgate e manejo de flora e fauna, seguidos da demarcação e da limpeza do viário. Não há destruição da cobertura vegetal, nem impedimento de circulação de pessoas, exceto onde estão sendo desenvolvidos as atividades de interesse público. As vias principais serão doadas ao município e servirão como importante eixo entre Itaipuaçu, Centro de Maricá e Ponta Negra, reduzindo o impacto do trânsito na rodovia RJ106 e, também serão doadas às concessionárias dos serviços públicos as redes de infraestrutura executadas. A IDB Brasil reforça seu respeito integral à cultura ancestral da Aldeia [Tekoa Ka'aguy Hovy Porã](#) (Mata Verde Bonita), que se instalou temporariamente em área privada do empreendimento em 2013, durante o curso do licenciamento do projeto. A empresa trabalha ao lado das lideranças indígenas da Mata Verde Bonita e de representantes da Prefeitura de Maricá e da FUNAI na busca por uma área definitiva para o assentamento permanente da aldeia, mais adequada às necessidades do grupo, com solo fértil e acesso facilitado à água, como pleiteia a comissão de representantes dos indígenas."



Foto de Reinaldo Potiguara canteiro de obras do Resort Maraey



O sonho Maraey prevê extensa faixa costeira de aproximadamente 844 hectares, existente do município de Maricá. Devido a aproximação com o Rio de Janeiro, a "Cidade Maravilhosa": “você terá a oportunidade de desfrutar da cultura carioca, visitando monumentos famosos como o Cristo Redentor, no topo do Corcovado, o Pão de Açúcar, as praias de Ipanema e Copacabana, bairros boêmios como Santa Teresa e Lapa... te deixando cativado pelo ritmo do seu famoso samba e a natureza hospitaleira do seu povo”. Mas, não é o que acreditam os ambientalistas e os guaranis. Pois, todos sabem que uma vez destruída o bioma... jamais será como antes. Agora, em 2025, não obstante, na coluna do [Ancelmo Goes O Globo](#), que o empreendimento turístico conseguiu a vitória na justiça, e que terá investimento de R\$ 4 bilhões na primeira fase, que prevê três hotéis com a bandeira Marriott, além de uma escola de hotelaria.

[...] “É com satisfação que recebemos a decisão do STJ, que permite a retomada de Maraey, após um rigoroso processo de licenciamento de mais de 13 anos junto aos órgãos competentes. Acreditamos muito no potencial transformados do empreendimento para o desenvolvimento turístico, econômico sustentável de Maricá, do Estado do Rio e do Brasil. Agradecemos a todos que estão ao nosso lado desde o início do projeto”, afirmou Emilio Izquierdo, CEO de Maraey. O projeto, baseado em princípios prevê ainda a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e a entrega de títulos à comunidade de pescadores de Zacarias. Durante as obras, a expectativa é de geração de mais de 18 mil empregos, além da geração de mais de 18 mil empregos, além de 5 mil postos diretos na primeira etapa da operação”



O movimento Baia Viva, a respeito da decisão favorável ao Resort Maraey, descreve como lamentável a decisão: Nota Oficial do Movimento Baia Viva:

[...] “Lamentamos a decisão do STJ que por apenas 1 voto de diferença, na prática, liberou a destruição ambiental de 80% de extensão da biodiversa restinga da Área de Proteção Ambiental Estadual de Maricá cujas obras predatórias do resort de alto luxo de propriedade da empresa espanhola IDB BRASIL Ltda (grupo empresarial Cetya e Abracus) que estavam embargadas (paralisadas) desde maio de 2023 através de uma liminar do Ministro Herman Benjamin do STJ – Superior Tribunal de Justiça. A retomada da construção do resort ameaça a permanência nesta região do povoado pesqueiro de Zacarias, localizado às margens da Lagoa de Maricá há mais de 200 anos, e da Aldeia Guarani Mbyá de Mata Verde Bonita. O colonizador europeu com sua ganância ilimitada por lucros e acumulação de riquezas geradas pela destruição do patrimônio ambiental e o sacrifício dos modos de vida dos povos tradicionais, nunca foram embora do país! E seus crimes ambientais e contra o patrimônio histórico e cultural, infelizmente conta com a convivência do governo do estado e da prefeitura. Estamos diante de mais uma grave ameaça de violações de direitos dos povos tradicionais – pescadores artesanais e povos indígenas – e de ocorrer o maior Crime Ambiental dos últimos tempos no Estado do Rio de Janeiro”



Foto Reunião do Movimento Baia VIVA - 2025

Em matéria publicada no STJ- Notícias, em que comentam a decisão, assim se posicionam a Segunda Turma do Superior de Justiça ([STJ](#)), 27/08/25:

[...] “por maioria, liberou a retomada das obras do complexo turístico e residencial Maraey, localizado em Maricá (RJ). Atendendo ao pedido do município, o colegiado reformou a decisão monocrática que suspendeu licenças expedidas e paralisou a construção do empreendimento”.

Ou sejam: A matéria Fática ainda não foi analisada no mérito, que foi atribuído ao imbróglio apenas efeito suspensivo, que quer dizer: “É capacidade que alguns recursos tem de suspender os efeitos da decisão judicial que está sendo contestada, até o tribunal decidir sobre o caso”. E assim finaliza a matéria, argumentando que a discussão tomou um rumo em recurso especial, sem, contudo, ser analisado no mérito em contencioso em primeira instância, em atendimento ao princípio da jurisdição.

[...] “[Afranio Vilela](#) afirmou que em tese, seria possível o autor da ação pedir que seu trâmite fosse restabelecido nas instâncias ordinárias, ainda que de forma provisória, para serem apreciadas ali as medidas de urgência cabíveis – até porque os aspectos fáticos envolvidos na questão não foram analisados na origem. Por fim, o ministro listou similitudes e diferenças entre o caso em análise e outros processos julgados pelo STJ que envolviam o entorno da Área de Proteção Ambiental (APA) de Maricá. “Esse cenário revela a existência de ampla controvérsia fática sobre o tema, o que reforça a convicção de que a questão sobre a necessidade de paralisação ou não das obras do empreendimento deveria ser apreciada,

inicialmente, em primeira instancia, e não no bojo do agravo em recurso especial interposto pelos réus da ação, em reforma judicial a quem recorreu, o que não coaduna com o sentido da processualidade”.



A Dra. Glauce Glauce Mendes Franco (DPGE/RJ), que é representante do Cedind, (08/25) contudo: em consulta sobre o tema, afirmou que os efeitos da decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ainda tem muito caminho pra percorrer pelos autores e/ou réus, quando mencionou ao grupo do Cedind.

[...] “Essa notícia não corresponde à real situação jurídica. Porque caiu realmente a liminar (por motivos meramente formais) numa das ações, no âmbito do STJ, (TutProv 2021/0369257-5) mas subsiste a liminar na outra ACP. Ou seja, subsiste, porém, com plena vigência, uma outra decisão liminar que suspende as obras conforme o acórdão prolatado nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0028812-96.2013.8.19.0000, transitado em julgado no Agravo Interno na Suspensão de Liminar nº 2.528 - RJ (2019/0161955-6) em dezembro de 2021”.

Embora ainda não podemos visualizar o que de fato vai ocorrer a partir de agora, que foi dado o “salvo conduto” a IDB BRASIL. Ainda, não é possível ter a certeza do que vai acontecer no futuro. Pois a aldeia Mata Verde Bonita, segue forte no lugar, como uma rocha. Sabemos que o “paraíso na terra”, que apregoam os que advogam a favor de Maraey, não existe. Em consolidação de Maraey, se contrapondo ao IDB BRASIL, finaliza Darcy Tupã: “Os que defendem isso aí, não tem alma. Não ama a si mesmo, nem a natureza nem a família. São bando de gananciosos, que querem tudo agora, e a vida não é assim”, concluiu.





ALDEIA CÉU AZUL [AraHovy//Maricá](#)

Com relação a Aldeia Céu Azul, e refletindo sobre as palavras de Vanderlei em 2019, na reunião do Cedind, quando o mesmo fez menção a mudança para outro território:

[...] “Vanderlei da Silva, pede a fala e explica que a aldeia está com um plano de mudança e com a ajuda do Prefeito; pois já está tudo pronto só faltando algumas atualizações do procurador. Ele diz estar contente do que está para acontecer e que a aldeia está com muitas expectativas, diz que Cacique Felix gostou do terreno, pois lá tem um espaço maior, que dá para utilizar com o plantio, a criação de animais, entre outros projetos que foram pensados para o local. Maria Oliveira faz a apresentação da planta do local e explica todas as ideias e futuras ações que irão acontecer ali naquela terra. Ela diz que só está aguardando o procurador fazer a escritura com o termo de doação. Toni Lotar lembra que a FUNAI já esteve no local para verificar se a área é viável e também estão de acordo.



Foto de Reinaldo potiguara 2019 – Vanderlei Aldeia Céu Azul Maricá

[...] “A EMATER já esteve no local verificando possibilidades para criação de peixes e a ITERJ irá fornecer um topografo para contribuir junto à comunidade. Sérgio Ricardo sugere que seja feita uma manifestação através do CEDIND para formular um ofício para o prefeito, copiando o procurador, manifestando o apoio ao desejo da Aldeia Céu Azul de mudança. Maria Oliveira deixa claro que após a doação ser feita toda secretaria e parceria será muito bem vida. Luana Braz fala sobre Imbassai, diz que Cacique Jurema e sua aldeia decidiram ficar, e em contato com a Dr.ª Livia foi lembrado a respeito do levantamento que tanto ela quanto Dr. Thales ficaram de verificar a real propriedade daquelas Terras, então esse assunto foi novamente questionado. Toni Lutar faz a sugestão que a demanda para Imbassai seja focada na desapropriação ao Prefeito. Sergio toma a fala e diz que a preocupação é que em abril do próximo ano não poderá ser feito nada por conta da eleição, então é importante reiterar esse pedido. Reinaldo pede para dar seu último informe que no dia 22 de novembro o CEDIND mandou uma orientação à ouvidoria da Defensoria Pública do Estado onde ele se candidata a ser um ouvidor dentro da Defensoria e que isso fortalece muito a interlocução do conselho. Cacique Felix dá encerramento a reunião dizendo estar muito feliz com o encontro e que não esperava que fosse do jeito que foi, que graças a “Nnhanderú” veio um caminho certo, que todos das aldeias estão ansiosos para essa mudança e não veem a hora de estarem morando na nova aldeia. Após os informes e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra a reunião foi encerra, assinada por mim e outorgadas por todos”.





Reunião do Cedind – Aldeia Céu Azul.



Foto divulgação. Planta de estudo da implantação da nova aldeia no Espraiado Maricá

Pelo que vimos nas primeiras reuniões, até o presente, é possível perceber que a comuna Céu Azul (Tekoa Ara Hovy), se consolidou com novo território bairro do Espraiado, em Maricá. Segundo matéria nos Instagram. Os guaranis já lutam a cerca de 11 anos pela demarcação e reassentamento. A comunidade conquistou um espaço que simboliza a preservação de sua cultura e a continuidade de seus modos de vida ancestrais.



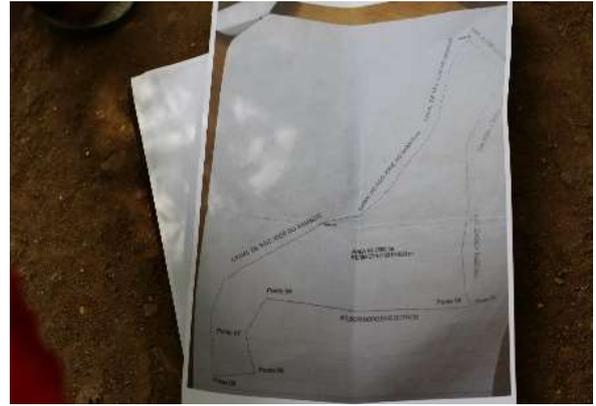
Novo Local: Aldeia Céu Azul no Espraiado 2025

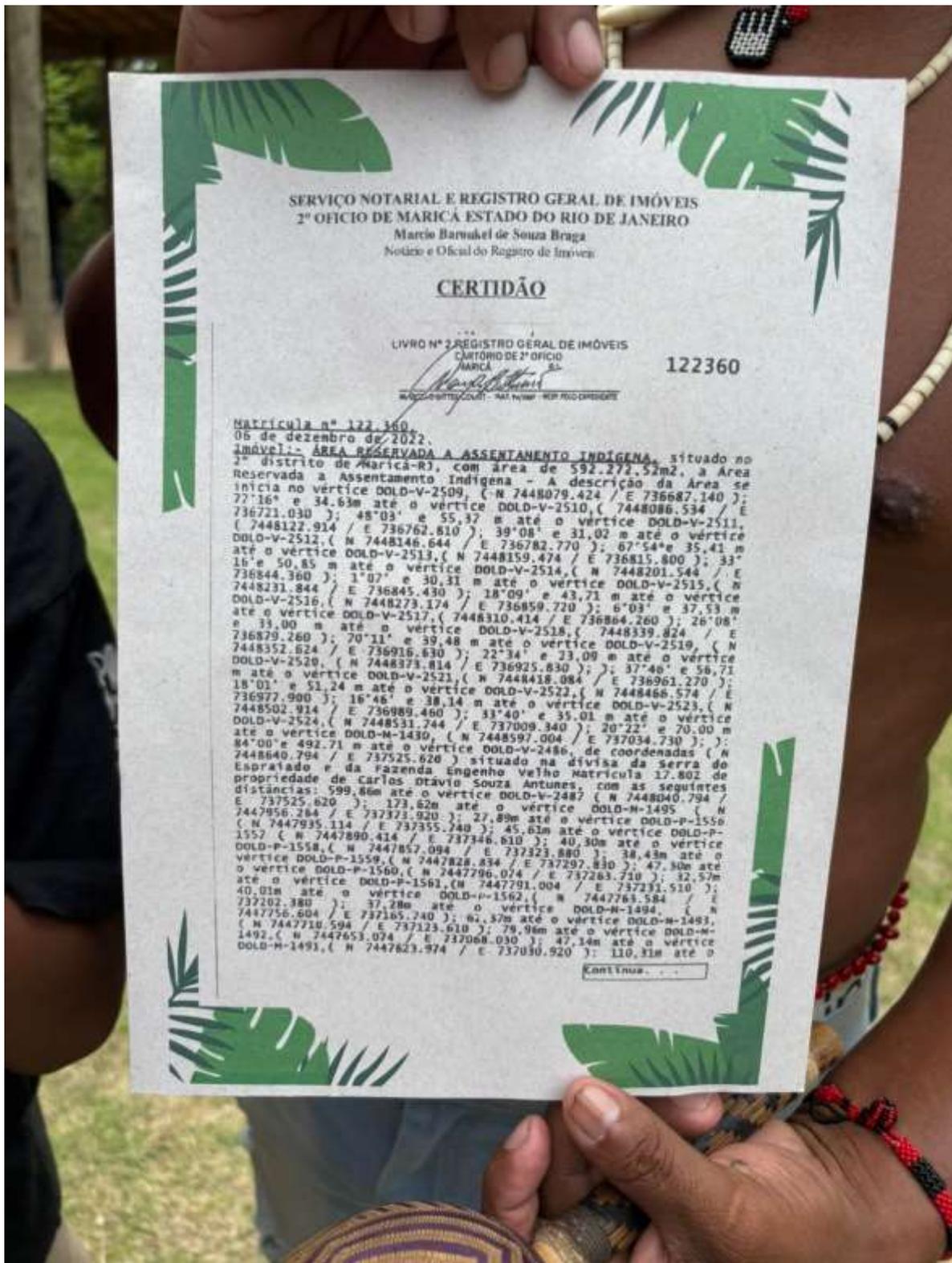
[...] “Construída com técnicas tradicionais Guarani, como o uso de pau a pique e telhados de sapê, a aldeia se destaca pela integração harmoniosa entre funcionalidade e espiritualidade. Composta por 13 ocas, além de uma infraestrutura que inclui cozinha comunitária, centro cultural, restaurante de comidas típicas, escola, posto de saúde e área esportiva, o espaço foi projetado para atender às necessidades da comunidade enquanto fortalece suas práticas culturais. A aldeia Céu Azul representa um território onde a cultura Guarani encontra solo fértil para se desenvolver e se perpetuar. As ocas, dispostas de forma a respeitar a organização comunitária tradicional, são mais do que simples moradias: são espaços de aprendizado, convivência e conexão espiritual. A cosmo percepção Guarani — que não separa terra, corpo e espírito — se expressa no modo como o território é vivido, ocupado e cuidado. O centro cultural e o restaurante típico reforçam o papel da aldeia como guardiã da identidade Guarani e como ponte para que a sociedade brasileira conheça e valorize suas tradições. A escola indígena cumpre papel essencial na transmissão da língua e dos saberes aos mais jovens, assegurando que a memória coletiva permaneça viva e em movimento. A aldeia Céu Azul é mais do que um espaço físico; ela representa a resistência de um povo que, há séculos, luta para proteger sua cultura, sua relação com a terra e sua visão de mundo. Esse reassentamento reafirma a importância dos territórios indígenas como espaços de autonomia, sustentabilidade e afirmação de corporalidades ancestrais. Como lembra Ailton Krenak, “nossos corpos também são territórios ameaçados”.

O novo espaço segundo o Cacique feliz foi uma grande conquista para a sua comunidade guarani. “Pois com o documento da posse do terreno, podemos nos organizar”, falou na inauguração.



Foto Divulgação de Inauguração da Aldeia Céu Azul no Espraiado/ Maricá RJ 2025





Certidão: Foto Divulgação

Nota do reassentamento sobre a Aldeia Céu Azul; [O movimento Baia Viva](#) resumiu:

[...] “O reassentamento da aldeia indígena Céu Azul (Tekoa Ara Hovy), da etnia Guarani, no bairro Espraiado, em Maricá, foi inaugurado nesta sexta, dia 20 de dezembro, uma data histórica. O local se tornou a primeira reserva indígena municipal do País. A aldeia tem 13 ocas e foi construída por funcionários da Somar em parceria com os indígenas, que aplicaram técnicas próprias e culturais. A nova aldeia contará ainda com cozinha comunitária, banheiros externos, centro cultural indígena, restaurante com comidas típicas, posto de saúde e escola, além de uma área destinada às atividades esportivas

indígenas. Toda a construção foi feita com madeira, telhado composto por telha e sapê, além de paredes de pau a pique”.

O posto de Saúde de Céu Azul. [A Prefeitura de Maricá](#), por meio das secretarias de Saúde e de Direitos Humanos, inaugurou no dia (26/05) a nova Unidade de Saúde Indígena Berta Ribeiro, localizada na Aldeia Céu Azul (Tekoa Ara Hovy), no bairro do Espreado. A entrega faz parte da programação do aniversário da cidade e contou com a presença de autoridades municipais, lideranças indígenas e moradores da comunidade, que celebraram a conquista como um marco para os direitos dos povos originários.



Foto Divulgação: Prefeitura da Maricá

CadUnico na Aldeia Céu Azul. A Aldeia Céu Azul no dia 09/set/25, recebeu visita da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, para atualizar cadastro único, com vistas a garantia de direitos. Segundo a Prefeitura de Maricá, o objetivo é para promover o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância e gestantes da etnia Guarani Mbyá. A pasta realiza visitas periódicas agendadas para garantir os direitos sociais dos povos originários.



Foto Divulgação: [Prefeitura de Maricá](#)

[...] “Nesses agendamentos, a secretaria atende às orientações do Sistema Único de Assistência Social por intermédio da Proteção Social Básica da secretaria, o Programa Criança Feliz, do Governo Federal, além do Programa de Atendimento Integral às Famílias (Paif), visando inscrever e atualizar o Cadastro Único da população. “São ações para garantir os direitos sociais desses povos e estreitar os vínculos deles tanto com a assistência do município quanto com os benefícios disponibilizados pelo Suas, incentivando assim sua autonomia e o fortalecimento de suas identidades culturais”, ressalta Gabriela Martins, coordenadora do Cras – Região Oceânica, responsável pelo território.

Retomada **Cunhambebe** no Território de Mangaratiba – Parque Estadual Cunhambebe

A retomada Cunhambebe, iniciou-se com mais de 400 indígenas ocupantes, porém, por falta de recursos para a manutenção no local, e oposição da prefeitura de Mangaratiba; infelizmente não conseguimos consolidar a cogestão como pretendido pelos ocupantes. Quem sabe no futuro próximo, possamos consolidar a parceria com a prefeitura de Mangaratiba, e os gestores do Parque Cunhambebe.



Ocupação Cunhambebe

RIO PEQUENO - Com relação a [Aldeia Rio Pequeno](#), acreditamos que a consolidação da demarcação do território, da Tekohá Djey, terra indígena guarani Nhandeva, localizada em Paraty, no estado do Rio de Janeiro, está próximo de um acordo judicial para consolidação. [Cronologia](#): Devida a perseguição dos poderosos empresários. Ainda não se concretizou a demanda justa da aldeia, devido a oposição de especuladores imobiliários e prefeitura de Paraty. No presente: A Comissão *Guarani Yvyrupa* (CGY) e a Funai, vem mantendo dialogo e estudos administrativos para a delimitação definitiva da TI [Tekoha Jevy](#), que esperamos que ainda no governo do presidente Lula, a FUNAI e o MPI, façam avançar um acordo satisfatório para as partes envolvidas. MPI- Rio Pequeno: vídeo [1](#) - [2](#) – [FUNAI](#) – [SAÚDE](#) - [3](#)

ELEIÇÃO DO CEDIND 2026 a 2028

No presente trabalho não esgotaremos sobre os problemas variados que vimos através de reuniões exaustivas nas Aldeias e Contexto Urbano. Pois, todo dia surge algo novo, novas demandas que vão da saúde, educação, esporte, planejamento familiar, tanto nas aldeias como em contexto urbano. O Novo Coletivo de Saúde em contexto urbano, organizou a primeira Conferência de Saúde, com enormes desafios pro futuro. Foi uma vitória ter se reunido com diversos parentes e apoiadores para propor políticas públicas para os povos indígenas. O fato do grupo está se reunindo e discutindo ações concretas na cidade e no estado, nos traz esperança que estamos no caminho certo. Por outro lado, diversos Coletivos de Estudantes Indígenas, das Universidades Públicas, (UERJ, UFRJ, UNIRIO, UFRRJ; CEFET), além de Escolas de Ensino Médio, como Escola Bahia, CIEP 168, dentre outros colégios, tem

debatido a pauta indígena, nos dias atuais. Em Angra dos Reis, na Aldeia Sapukaí, do Colégio Estadual Indígena Karai Kuery Renda., formou recente 16 estudantes no magistério indígena, e receberam o seu tão sonhado Diploma.



Foto Divulgação



Aldeia Sapukaí – reunião do Cedind

É a formação, voltada à preparação de professores indígenas para atuar em escolas das próprias comunidades, marca um avanço importante na educação intercultural no estado. No [G1](#), em matéria relativa a essa conquista, os Jornalistas, Guilherme de Almeida, Camila Teixeira e Mariana Ferreira, assim descreveu o acontecimento

[...] “Vamos comemorar a primeira turma. Depois de 20 anos, conseguimos aqui no Estado do Rio de Janeiro, que é difícil, mas conseguimos formar os meninos para ser professores”, conta o cacique da Aldeia Sapukaí, Argemiro da Silva. [...] “A gente está falando de um colégio plurilíngue, a primeira língua é o Guarani, e aqui o que nós fazemos é a transposição do Guarani para o português, porque no fundamental I, pela Lei Federal, obrigatoriamente, é o professor indígena. Então, esse marco que está acontecendo hoje, essa formação que está acontecendo hoje. Eu até brinco, eu estou perdendo 16 alunos, mas estou ganhando 16 colegas de profissão”, disse o diretor do Colégio Estadual Indígena Karai Kuery Renda, Domingos de Oliveira. [...] “A gente tinha que sair da aldeia para estudar lá fora, enfrentar as dificuldades muito grandes que a gente encontra durante essa caminhada”, conta o aluno formado na turma de magistério, Cláudio Benides. [...] “Nos últimos anos, a Sapukaí teve

importantes conquistas estruturais, como a chegada da energia elétrica em 2006, a construção de um posto de saúde em 2022 e a instalação de internet. Para os guaranis, essas mudanças não representam a perda de identidade, mas sim a incorporação de novas ferramentas à luta por autonomia e preservação cultural. A educação tem papel central nesse processo. Desde os anos 1990, a aldeia investe na construção de uma escola própria, inicialmente erguida com esforço da própria comunidade. Em 2003, o colégio foi estadualizado e hoje é referência em educação indígena no estado, consolidando-se como espaço de formação, resistência e fortalecimento da cultura guarani”.



Aldeia Vertical; Sergio Ricardo; Niara do Sol e Daua Puri – Conjunto Zé Ketí - Estácio



Após um período que se consolida com mais de sete anos (2018 a 2025) da existência do Cedind, com as instituições que tomaram posse em 2018. Chegou o momento da Convocação de novas eleições que se encerra as candidaturas em Contexto Urbano em 26 de setembro de 2025. Tenho convicção do apanhado das principais reuniões em contexto urbano e aldeamento, que nos fez amadurecer ao longo desses quase oito anos, foi o amparo da nossa mãe terra Nhandecy, a qual tudo cuida. A sabedoria guarani, nos diz que para a tomada de uma decisão, devemos nos conectar com Nhanderú, e pedir a ele proteção e sabedoria. Pois decisões importantes não podem ser tomadas apressadas, sem discussão e amadurecimento. O tempo guarani nos ensina que devemos nos devemos conviver, dialogar por muitos, muitos dias, para estabelecermos estratégias confiáveis e profícua. Tenho

percebido o surgimento de vários coletivos indígenas, na cidade e aldeias. As eleições que começam no Cedind, ao meu ver ainda é muito burocrática, o que pode inibir a participação dos coletivos. Mas, uma coisa podemos nos orgulhar, o Cedind veio pra ficar. Ainda, na reunião que consolidou o regulamento da Eleição 2025, Urutau da Aldeia Resiste questionou o caráter consultivo do Cedind, uma vez que as discussões podem não levar a nada por ser meramente consultivo. Fato este, que foi sutilmente questionado por Dra. Glauce da DPU, quando mencionou: “Cabe agente transformá-lo em um Conselho Deliberativo”.

 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ**

Processo Eleitoral do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas

Serão 06 vagas para organizações/associações indígenas da sociedade civil organizada, com respaldo das suas respectivas comunidades indígenas em contexto urbano no Estado do Rio de Janeiro.

Local de inscrição
Edifício Pedro II, situado na Praça Cristiano Ottoni s/nº, sala 752-b, das 10:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00.

Período
Prazo de Inscrição: 15/09/2025 a 26/09/2025.

Para mais informações entre em contato:

 cedindrj@sedsdh.rj.gov.br 

SOCIAL GOV RJ

PENSAMENTO

A Terra é de Nhanderú

...Como dizia nossos ancestrais: ‘a educação indígena, começa em casa, na cozinha, no quintal, em uma roda de conversa; de baixo da árvore no caminho da onça’. Ao conversamos com os amigos, os vizinhos e parentes com o olhar sereno, encontramos o sorriso que nos liberta. Na Universidade, encontramos o Saber eurocêntrico distante de nós, mais nem por isso deixamos encontrar outros amigos, outras verdades ditas científicas. Com parentes, professores e amigos, progressistas nos juntamos para desconstruir tais epistemologias. Pois como dizem nossos irmãos negros: nos ancoramos na filosofia de Maat, que nos governa e através do nosso coração pulsa a verdade; nossos saberes ancestrais. Como se trata de uma preparação para o exercício da plena cidadania; não podemos olvidar que, o que vamos aprender desse novo espaço de quatro paredes; seja mais importante do que aprendemos em baixo da árvore com os nossos parentes. Estudar na academia é trocar, aprender e ensinar. Talvez nossas diferenças e valores estejam fora e não dentro da academia. Pois, Nhanderú assim nos orientou para ficarmos alerta, pois o bem viver na terra está bem distante desse saber. Mas como desconstruir a verdade verdadeira da lógica branca, se acreditamos que precisamos de Juruá? Como voltar pra casa, se já estamos longe da mãe que nos criou? Nhandecy, nossa mãe terra, quem nos cuida, está chamando nossa atenção, pedindo para voltar pra casa. Mas esse eco ainda está distante, longe, muito longe. Como filho, me sinto perdido em um mundo grande, cruel e assustador. Será que voltar a conexão com a mãe terra, devo cuidar, cooperar, compartilhar para o bem viver com o outros parentes, com o nosso semelhante? Nhandecy, me ilumine, permita encontrar o elo perdido que já não existe! Mande a mensagem pelas folhas, a água, o vento, que prometo que me esforçarei. Pois já estou em solo guarani onde me batizei, e sei que sua morada é onde mora o sol. Porém, aqui baixinho: só consigo ver, visualizar quando estou em contato comigo mesmo, em conexão com Nhanderú. Não poderia o tempo ser sempre assim, desconectado das redes sociais que nos oprime? Nhandecy, sei que andas chateadas pela destruição do planeta provocada pelo homem. Mas, peço a gentileza de nos guiar com altivez, para que possamos com a tua ternura continuar cuidando da terra.

[Nhandecy, Cuidado Ancestral e Acolhimento e Cooperação de Nhanderú Etê](#). A terra é de Nhanderú – [Kaká Wera](#)

Reinaldo potiguara

AGRADECIMENTOS ESPECIAS

Aos Conselheiros Governamentais, Não Governamentais, Instituições de Defesa dos Povos Indígenas; Movimentos e Coletivos Indígenas; ALDEIA RESISTE; AIAM, AULA, GRUMIM, CEI/UFRJ, COLETIVO RESSUSGÊNCIA PURI; IFCS/UFRJ/LABHIM-HISTÓRIA COLETIVO POTIGUARA; PUC/RIO; ALDEIA VERTICAL; UFV/LICENCIATURA E EDUCAÇÃO NO CAMPO; MUSEU DA CULTURA PURI; FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO; DEFENSORIA PUBLICA DA UNIÃO; MINISTÉRIO PUBLICO; MPI; FUNAI; CESAI; ALDEIA JACOTINGA; CASA DE CULTURA TUPINABA; UERJ; ESS/ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL/UFRJ/CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS/ “NA LUTA PELA TERRA E JUSTIÇA AMBIENTAL: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS TERRITÓRIOS INDIGENAS DO RIO DE JANEIRO”; GERU MAA- LABORATÓRIO DE ESTUDOS AFRICANOS IFCS/UFRJ; UFF/SÃO GONÇALO: XIX- SEMANA DA BIOLOGIA -UERJ/FFP – JUSTIÇA CLIMÁTICA E RACISMO AMBIENTAL; CAPTA- CENTRO ACADEMICO DE PSICOLOGIA TATIANA RAMMINGER -UFF/PTOVOCAÇÕES ANCESTRAIS; (CONSELHEIROS DO CEDIND/ REPRESENTANTES: UFRJ; UFF; UFRRJ; UNIRIO); RADIO ALDEIA UFRJ; CEFET; MUSEU NACIONAL; CIEP 168 NOVA IGUAÇU; MUSEU PURI; ALDEIAS: MATA VERDE BONITA; CÉU AZUL; RIO PEQUENO; ARAPONGA; MAMANGUAPE; PATAXO IRIRI; E ITAXI MIRIM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, REINALDO DE JESUS; SERGIO RICARDO; LUIZ PELLON; ANA BEATRIZ: DARCI TUPÃ: A CURA DO ALIMENTO ANCESTRAL.

CUNHA, REINALDO DE JESUS: A VIOLÊNCIA DE ESTADO & MITIGAÇÃO AOS CORPOS PRETOS E INDIGENA.

CUNHA, REINALDO DE JESUS: A ÉTICA DA FILOSOFIA KEMÉTICA EM MAAT, E INTERCESSÃO DE XAPIRI NA ALDEIA MARACANÃ.

CUNHA, REINALDO DE JESUS; TUPA, DARCI; A PARTICIPAÇÃO DOS INDIGENAS EM ELEIÇÕES & ORGANICIDADE EM POLITICA DE ESTADO.

CUNHA, REINALDO DE JESUS: IPA THEÃ ONI - FLECHA PARA TOCAR A SOCIEDADE NÃO INDIGENA.

CUNHA, REINALDO DE JESUS; KELLY RUSSO; ELIANE POTIGUARA: A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CAMINHO DA ONÇA & RESISTÊNCIA AO ETNOCÍDIO DE ESTADO.

CUNHA, REINALDO DE JESUS; SERGIO RICARDO; LUIZ PELLON; ANA BEATRIZ: A FICÇÃO MARAEY NA TERRA SEM MALES.

CUNHA, REINALDO DE JESUS: MARICÁ/MARACÁ/ A TERRA ESTA DE VOLTA. E NEHANDECY O CUIDADO ANCESTRAL & ACOLHIMENTO E COOPERAÇÃO DE NHANDERÚ ETÉ.

CUNHA, REINALDO DE JESUS: LUIZ PELLON; SERGIO RICARDO; DARCI TUPÃ; ENCONTRO DAS ANCESTRALIDADES GUARANI, PURI E POTIGUARA NA ALDEIA TEKOA KA' AGUY OVY PORÃ EM MARICÁ.

CUNHA, REINALDO DE JESUS: NÃO SOU INDIO, SOU GUARANI & A LUTA NATURAL CONTRA O ESTADO.

CUNHA, REINALDO DE JESUS: &NÃO SOU INDIO, SOU GUARANI.

CUNHA, REINALDO DE JESUS: O SLAM FESTIVAL INDIGENA.

CUNHA, REINALDO DE JESUS: 100 ANOS DE DARCY RIBEIRO.

CUNHA, REINALDO DE JESUS; SERGIO RICARDO; LUIZ PELLON; ANA BEATRIZ: DARCI TUPÃ: TEKÓÁ KÁ OVY PORÃ – TERRITORIO, ESPIRITUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE OS GUARANI -MBYA -MARICÁ.

CUNHA, REINALDO DE JESUS: PROJETO ÉTNICO RACIAL: VALORIZANDO AS CONTRIBUIÇÕES DO POVO PRETO E INDIGENA.

MARTHA CAVALCANTE RODRIGUES: [“UMA LUTA COLETIVA”](#): ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS NA ALDEIA MATA VERDE BONITA EM MARICÁ (RJ).

HÉLENE CLASTRES: TERRA SEM MAL: [O PROFETISMO TUPI GUARANI](#)

PIERRE CLASTRES: [A SOCIEDADE CONTRA O ESTADO](#)

MONIQUE RODRIGUES DE CARVALHO: ENTRE, EMPRESA MULTINACIONAL E POPULAÇÃO LOCAL: AS ESTRATEGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO NA [ALDEIA TEKOA KÁ AGUY HÓVY PORÃ EM SÃO JOSÉ DO IMBASSAÍ /MARICÁ/RJ](#)

PATRICIA DE ALMEIDA ZUPPI – NEMBOJERA “COMO UMA FLOR QUE SE DESDOBRA À LUZ DO SOL” [RASTROS ENTRE POÉTICAS](#)